

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MÃES DA PÁTRIA: EDUCADORAS NA TERRA DA LUZ
O ensino primário no Ceará na década de 1920**

RAQUEL DA SILVA ALVES

**Fortaleza-Ce
Abril/ 2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MÃES DA PÁTRIA: EDUCADORAS NA TERRA DA LUZ
O ensino primário no Ceará na década de 1920

RAQUEL DA SILVA ALVES

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação do Prof. Dr. João Ernani Furtado Filho

Fortaleza-Ce
Abril/ 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MÃES DA PÁTRIA: EDUCADORAS NA TERRA DA LUZ
O ensino primário no Ceará na década de 1920

RAQUEL DA SILVA ALVES

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:

Prof. João Ernani Furtado Filho, Dr.
Orientador

Profa. Denise Bernuzzi de Sant'Anna, Dra.

Prof. Francisco Regis Lopes Ramos, Dr.

Profa. Kênia Sousa Rios, Dra. (Suplente)

Dedico esse trabalho a *pequena Sofia*, que juntamente com os rascunhos iniciais dessa dissertação deu os seus primeiros passos.

Agradecimentos

Ao Professor João Ernani Furtado Filho que se destacou como orientador atencioso e, por assim dizer amigo, sempre disposto a ajudar-me na elaboração deste trabalho. Obrigada pelas palavras esclarecedoras, e principalmente pelo rigor historiográfico com o qual conduziu as suas orientações.

Ao grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFC, especialmente aos professores Adelaide Gonçalves, Eurípedes Funes, Frederico de Castro Neves.

Às professoras Kênia Rios e Maria Auxiliadora Schimdt, por participarem da banca de qualificação e pelas sugestões apontadas para essa pesquisa.

À Regina e Sílvia, da Secretaria, que prontamente respondiam as minhas dúvidas.

Aos meus colegas de mestrado: Nilton, Bárbara, Ana Cristina, Raimundo Hélio, Mário, Gil, Elisgardênia, Joelma, Renato, Kleiton, Clícia.

Aos professores Régis Lopes e Denise Bernuzzi por aceitarem o convite de participar da Banca Examinadora.

Ao Lee, companheiro dos momentos de dúvidas, de cansaço, nas visitas às bibliotecas. Obrigada por compreender a importância deste trabalho para mim.

À minha família, cujo apoio foi indispensável nessa trajetória.

À minha mãe, a quem devo a formação do meu caráter e, principalmente, a quem posso definir como amiga e companheira.

A Deus, pela saúde e pela força, sem as quais eu não conseguiria alcançar esse objetivo.

Ao apoio favorecido financeiramente pela FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa.

Resumo

O objetivo desse trabalho centra-se na análise do ensino público primário cearense na década de 1920. O estudo confere uma interpretação à atuação das professoras nas escolas públicas junto às propostas da Pedagogia Moderna implementadas no estado por meio da Reforma de 1922. As políticas públicas apresentadas pelo governo estadual para viabilizar a alfabetização do maior número de crianças em idade escolar foram interpretadas através dos concursos para o cargo de professor primário, considerando o programa estabelecido nesses editais, assim como pela ação dos inspetores da instrução pública. A relevância da atuação das professoras primárias nas instituições que estavam envolvidas na erradicação do analfabetismo dividia espaço com a representação em meio a conceitos como cidadania, trabalho e profissionalização do magistério.

Palavras chaves: Instrução pública – Educação primária – profissionalização do magistério.

Résumé

L'objectif de ce travail s'est concentré dans l'analyse de l'enseignement public fondamental de Ceará dans la décennie de 1920. L'étude vérifie une interprétation à la performance des professeurs dans les écoles publiques près des propositions de la Pédagogie Moderne rendues effectif dans l'état à travers la Réforme de 1922. Les politiques publiques présentées par le gouvernement de l'état pour faire possible l'alphabétisation du plus grand nombre d'enfants dans âge d'école ont été interprétées à travers les concours pour la place de professeur fondamental, étant donné le programme établi dans ces avis, aussi bien que pour les inspecteurs de l'action de l'instruction publique. La pertinence de la performance des professeurs fondamentaux dans les institutions qui ont été impliquées dans l'éradication de l'analphabétisme a divisé l'espace avec la représentation entre concepts comme citoyenneté, travail et professionnalisation de l'enseignement.

Mots de la clef: Instruction publique - Éducation fondamentale - professionnalisation de l'enseignement.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1	
O PROJETO CIVILIZADOR DA REPÚBLICA: A EDUCAÇÃO DAS MENTES E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO.....	14
1.1- Guardiães do futuro: A formação das professoras primárias.....	14
1.2- Ignorância e miséria moral: o ideário de erradicação do analfabetismo	44
1.3- A escola preparando para o trabalho.....	75
CAPÍTULO 2	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CEARÁ	88
2.1- Professores primários: orientadores das camadas populares.....	88
2.2- A carreira pública da profissão docente.....	124
2.3- Inspeção Escolar.....	142
CAPÍTULO 3	
AS TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO.....	167
3.1-Caixa Escolar: assistencialismo nas escolas públicas primárias do Ceará	167
3.2- Funcionárias públicas.....	190
3.3- Associação do Professorado Cearense.....	211
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
5- BIBLIOGRAFIA.....	230

Introdução

A educação na década de 1920 no Ceará estava inserida no ideário republicano de formação da cidadania. Incluso a esse discurso destacava-se a idéia da educação para o trabalho como forma de qualificar o indivíduo para o exercício profissional baseado no discurso de racionalização. A criança deveria receber na escola os conhecimentos que lhe proporcionariam a aptidão para exercer futuramente as suas funções junto à sociedade. Buscava-se orientar as condutas ideais no que dizia respeito aos seguintes aspectos: moradia, cidadania, nacionalidade e ordem.

Destacamos nesse estudo a discussão na década de 1920 sobre a formação dos professores primários, ou melhor, das professoras, já que o número de moças matriculadas na Escola Normal era superior ao número de rapazes que viriam a estudar nesse estabelecimento de ensino. Nesse cenário, procuramos compreender como as professoras primárias das escolas públicas participavam do debate da erradicação do analfabetismo e qual a sua representação em meio a conceitos como cidadania, trabalho e em relação aos novos comportamentos sociais. Qual a sua atuação diante das mudanças propostas pela Pedagogia Moderna, e por meio de quais falas e ações elas demonstravam seus interesses ao concordar ou, ao contrário, como elas iam de encontro ao que era estabelecido na construção social da República. Para tanto, fez-se necessária a interpretação do papel das professoras como agentes sociais que iriam atuar no processo de educação da população em idade escolar.

Nesse sentido, o presente trabalho também tem como objetivo estudar as tentativas de transformar as escolas primárias em locais de orientação para que os indivíduos adquirissem valores morais e culturais e que se voltassem para a afirmação da República como regime ideal para o progresso do Brasil. No cenário da escola seriam moldados cidadãos cuja disciplina estaria voltada à realização de atividades condizentes com o desenvolvimento social e a aplicação das normas ditas como modernas; evitando os perigos da transgressão dos comportamentos. A interpretação desse processo era defendida pelos educadores (leiam-se engenheiros,

médicos, advogados, escritores e professores) como forma de legitimar a máxima de que a solução para os problemas sociais existentes era a educação do “povo”.

Procuramos entender como o discurso da educação foi utilizado pelos intelectuais e pelo governo para afirmar os ideais de progresso e desenvolvimento social e econômico do Brasil. Diante das argumentações utilizadas para legitimar as reformas de ensino notou-se nesse processo que a educação não era vista apenas sobre o aspecto pedagógico, mas também como questão de política nacional, fundamentada nas teorias que se tornaram mais relevantes ao discurso dos educadores.

Além disso, tornou-se necessário compreender como a construção desse espaço era pautada em práticas fundamentadas no movimento da Escola Nova. A divulgação dessa teoria no Ceará ocorreu por meio da Reforma de 1922. Nessa metodologia, o objetivo era educar o homem para viver harmonicamente em sociedade, reforçando os fundamentos necessários para construir a identidade nacional.

Para isso foram necessárias algumas modificações no ensino aplicado nas escolas primárias, pois o emprego de métodos modernos da Pedagogia era apresentado como saída para esse problema nacional. Desta maneira, percebem-se nesse período várias ações governamentais que visavam transformar as instituições escolares em ambientes adequados à construção do ideário republicano de cidadania, aplicando a técnica e a Ciência na instrução.

As políticas educacionais do estado do Ceará compreendiam a idéia de uma escola única, com mais vagas para os alunos em idade entre sete e quatorze anos, com a criação de novas escolas e com a admissão de novos professores; todavia sem aumentar os gastos dispensados pelo governo para a educação. Juntamente com a questão de construir novas escolas existiam as modificações no processo de formação dos professores primários, como reformas e mudanças nas legislações do ensino. Com o objetivo de acabar com o analfabetismo no Estado, o governo cearense utilizou-se dessas transformações no regulamento de ensino, da alteração no currículo da Escola Normal, da criação de novas escolas em bairros pobres para possibilitar o as matrículas nas escolas e a melhoria do ensino público.

O projeto político democrático utilizava o ideário da Escola Nova como projeto pedagógico nacional e nele vamos encontrar alguns intelectuais

envolvidos no chamado “entusiasmo pedagógico”, que buscava erradicar o analfabetismo do cenário nacional. Dentre eles, um dos pontos de evidência é o conceito de trabalho, diante da profissionalização do magistério e da inserção da mulher no serviço público, a partir da construção de uma identidade pautada nas qualidades femininas apropriadas ao ensino primário.

Isso pode ser observado a partir do conceito de mulher como mãe, esposa, com qualidades doces, amáveis, altruístas. Esse aspecto é observado a partir da moral familiar presente nos textos jornalísticos, além da literatura, que pretendiam introjetar uma ideologia de caráter pedagógico na conduta dos cidadãos. No entanto, como falar em cidadania se as mulheres não eram aceitas como cidadãs, como elas se incluíam a um discurso no qual não encontravam uma identificação? Desta forma, observou-se o conflito no qual elas estão inseridas e assim procuramos, através do conceito de diferenciação, entender a divisão sexual que ocorria no trabalho e na família, a partir do contexto da sociedade cearense no final da segunda década do século XX.

Pretendemos entender como as mulheres no Ceará desenvolveram suas atividades como professoras primárias na perspectiva do ensino ativo, das capacidades do aluno, ampliando as discussões sobre a ação de educar e a função do professor nesse processo de ilustração do “povo”. Com isso, devemos verificar qual a idéia de cultura a ser desenvolvida por essas profissionais no momento em que o ser vocacionado definia a professora primária juntamente com a idéia de profissional técnico.

O status de ser professor vai perdendo o espaço para novas representações do profissional da educação, essa definição foi unida à idéia de trabalho feminino e assim procuramos desenvolver nos capítulos que seguem como as professoras primárias no Ceará vivenciaram a idéia da tradição (como atraso) sendo vencida pelo novo e pela implantação do moderno. Pretendemos compreender como elas, através das aulas e da ação nas instituições ligadas ao ensino conviviam com os perfis que lhes eram impostos através dos costumes e com os novos modelos de comportamento.

Para esse objetivo destacamos a idéia do processo de feminização do magistério como construção social legitimada pela idealização da mulher como ser predestinado à função de cuidar do outro, com uma personalidade altruísta e dedicada à família. A partir desse perfil, buscamos perceber a sua formação na Escola Normal, levando em questão o seu destino após o término do curso, ou seja, interessa-nos observar qual a imagem construída para a

professora primária em um momento no qual a educação tornava-se um processo institucionalizado e menos vocacional. Esse aspecto deveria ser observado a partir da classificação dos objetivos da educação que eram dinâmicos e primavam pelo desenvolvimento técnico da sociedade.

Todavia observamos as alternativas que eram buscadas pelas mulheres cujo objetivo seria ampliar a sua atuação no meio público através do exercício profissional e não restringir a sua presença à vida privada. Ressaltamos como as moças mais pobres encontraram na profissão de professora uma renda financeira que iria ajudar na família, desconstruindo o perfil do homem como mantenedor da família. Assim, não percebemos esse fato simplesmente como uma conquista feminina puramente ideológica, mas por outro lado como elas, as professoras, vão transpondo o caminho profissional antes delimitado pela sua dedicação, pelo seu devotamento, enfim pela noção de vocação feminina, e agora vão construindo a idéia de intelectualidade feminina.

Percebemos o discurso da profissionalização fortemente presente nesse contexto contraposto à noção de vocação que legitimava a atuação feminina na educação. A mulher era uma trabalhadora da educação, sendo interessante perceber como o Estado apropria-se da figura da mulher no discurso cívico da educação. Esse é um dos conflitos pelos quais iniciamos a discussão tentando entender a desfiguração da mulher como ser vocacionado ao magistério primário. Devamos levar em questão a valorização do trabalho masculino em outras áreas e a renda familiar como responsabilidade da mulher em alguns casos. Para isso observamos algumas escritas sobre as mulheres nesse período, na busca de entendermos as várias temporalidades que elas vivenciam no espaço cearense, ao passo que consideramos relevante interpretar como essas mulheres, que também seriam mães, esposas, filhas, donas de casa, percebem-se diante da sociabilidade do cotidiano escolar. Dessa maneira, cabe ressaltarmos a imagem feminina estabelecida pela construção desses conceitos e, principalmente, entender como essas representações vão sendo rompidas pelo discurso de profissionalização do magistério. Essa argumentação é observada pela formulação do papel social da mulher e dos comportamentos que eram estabelecidos para elas.

Argumentamos essa hipótese a partir da presença nas fontes de falas diversas sobre esse aspecto, que procuram legitimar a idéia da mulher

como ser predestinado e, por outro lado, indicam a nova configuração de uma sociedade moderna que já não permite conceitos que demonstrem a mulher como sexo frágil, quer dizer sem capacidade para exercer uma representação mais forte no meio social. O que não significava a ausência de conflitos no estabelecimento desses novos comportamentos femininos. Entretanto, o que justifica a problematização desse estudo é o fato de as discussões e práticas encontradas nesse momento entre a permanência de costumes e a alternância por outros comportamentos para a mulher, dentre eles a sua saída do lar para o trabalho. A partir dessa discussão, procuramos entender como as mulheres agiam diante do aumento da atuação no espaço público, paralelo à sua atuação em casa como figura indispensável na organização do lar.

Desta forma, foi necessária a interpretação do discurso que o Estado apresentava como norteador das funções das docentes e a análise de como esse processo foi elaborado a partir do ideário democrático da República de progresso social. Esse processo foi elaborado a partir da criação de instituições nacionais e estaduais que legitimariam a ação do governo diante da educação popular.

Estruturamos a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo buscamos apresentar um debate sobre a formação do ideário educacional no Ceará a partir da questão nacional e da educação como forma de organizar o trabalho e o perfil de cidadão necessário para o desenvolvimento econômico e social da nação. Nesse sentido, consideramos relevante apresentar a implementação de um novo regulamento de ensino e a representação do conceito de modernidade na educação. Buscamos compreender como as mulheres são apresentadas nesse discurso como aptas ao desenvolvimento da atividade docente. Procuramos discutir sobre a contextualização do objeto de estudo - as professoras primárias - incluso na sociedade cearense da década de 1920, compreendendo as relações existentes entre as funções sociais exercidas pela mulher e, principalmente a definição do seu lugar na divisão social do trabalho, através da função que ela passaria a ocupar na vida pública como professora primária . Para isso, estudamos a formação educacional dos professores primários no Ceará através da análise dos programas de curso da Escola Normal, bem como a construção de um modelo de prática profissional a ser exercido nas escolas públicas.

Partimos da definição de educação no ideário da escola como formadora de cidadãos e da crença na mudança dos hábitos pela sua

intervenção, utilizado pelos educadores ligados ao governo por meio das ações políticas da educação como forma de erradicar o analfabetismo e disciplinar as práticas de vida do “povo”. Buscamos entender nesse discurso a ampliação do conceito de educação compreendido no aspecto da formação moral e cívica do cidadão. Encontramos em textos desse período o termo “povo civilizado” e, a partir disso podemos observar como a idéia de civilidade foi apresentada como discurso de pátria; para o Brasil tornar-se um país do futuro precisaria civilizar o povo, estender a noção de civilização a todo o país: *“A instrução isolada da verdadeira educação moral não destrói o egoísmo, não ensina a disciplinar a vontade, concorre a tornar o indivíduo mais apto para o crime”*.

Outros temas apontados são relevantes nesse momento da construção progressista da ordem nacional, como a higienização da sociedade e o discurso de cidadania, que ampliam a possibilidade de compreendermos a inserção da mulher nesse discurso a partir da família e da organização de mitos e morais que delimitam sua participação no espaço público, aspectos que estavam presentes na sociedade cearense.

No segundo capítulo, procuramos elaborar uma discussão sobre a legislação de ensino do período e acerca das políticas públicas empregadas através dos concursos para as vagas de professoras primárias nas escolas públicas. Nesse aspecto, consideramos relevante a análise dos decretos e das ementas que serão anexadas ao código de ensino do período. A seleção dos conteúdos e a formação do currículo da escola primária tornaram-se relevantes para compreender a apropriação pelas práticas docentes dos estudos da Escola Nova. Esses estudos auxiliam na elaboração da análise e dos questionamentos encontrados nos jornais e nos livros de conduta baseados na Ciência, na Biologia e na Psicologia. Com esse objetivo, utilizamos nesse capítulo os relatórios técnicos dos inspetores das escolas e os registros administrativos que estão classificados como ofícios do governo, cujas informações diziam respeito ao funcionamento das escolas e às atribuições dos cargos ligados à educação.

Ressaltamos ainda nesse debate a representação das professoras como funcionárias públicas, responsáveis pela complementação do orçamento da casa, pelo cuidado dos filhos e como formadoras de opinião. Essa discussão mostrou-se relevante por apresentar a dicotomia entre as professoras que trabalhavam como ocupação e a comparação com aquelas que trabalhavam para sustentar a família.

No terceiro capítulo, buscamos compreender a ação das professoras nas instituições auxiliares do ensino, como a *Caixa Escolar*, cujo objetivo era assistir as crianças pobres que freqüentavam as escolas públicas. Nesse estudo percebemos o crescimento da atuação feminina nas escolas primárias e a busca pelas mulheres de legitimarem sua atuação em outros níveis da educação. Procuramos nesse capítulo estabelecer um diálogo com as fontes a fim de compreender a atuação feminina a partir da sua formação educacional e relacioná-la com a elaboração de novas normas de condutas que iam de encontro ao que ainda era estabelecido pela instituição do casamento e da família. Buscamos entender como as rupturas oriundas da ação das mulheres em cargos cuja responsabilidade ia além da sombra masculina contrapõem-se às representações construídas pelos discursos conservadores

Nesse ponto, observamos a partir dos grupos representantes da educação no período (a Associação Brasileira de Educação, como instituição nacional e a Sociedade Cearense de Educação, sua representante no Ceará) a divulgação da idéia dos profissionais da educação em prol do progresso social. Contudo, interessou-nos compreender a fundação da *Associação do Professorado Cearense* organizada a partir de uma proposta diferente das definições que norteavam a ação dos grupos citados anteriormente. Relevante estudarmos a forma como as professoras debatiam as questões do ensino e desenvolviam um debate sobre suas reivindicações por melhores condições de trabalho e sobre a profissionalização do magistério. Os discursos utilizados nestas reuniões, apresentavam às más condições das escolas, à falta de acesso a outros cargos ocupados por homens e às formas concretas de oposição à permanência no lar.

A ilusão que algumas moças nutriam quando estudantes do Curso Normal, de se tornarem professoras e serem respeitadas no meio público, através da subjetividade de sua figura moralista e idealista do patriotismo brasileiro, foi contraposta às más condições em que se encontrava o sistema de ensino público.

Sobre as fontes utilizadas nesse trabalho destacamos os ofícios da Instrução Pública do Estado, o livro de matrícula da Escola Normal, jornais do período e a Legislação de ensino, além da historiografia sobre a educação da época. Através desses documentos estabelecemos um diálogo entre as fontes administrativas e as idéias divulgadas pela imprensa. Essa escolha resultou da

tentativa de historicizar esse processo através da articulação dessas fontes para compreender as representações sobre a educação. Outras fontes que utilizadas foram as entrevistas cedidas aos jornais da época pelos Diretores da Instrução Pública, nas quais tratava-se das condições das escolas e dos objetivos das instituições de ensino.

CAPÍTULO 1. O PROJETO CIVILIZADOR DA REPÚBLICA: A EDUCAÇÃO DAS MENTES E A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

Guardiães do futuro: A formação das professoras primárias

Formaturas

De encanto, sim, porque nada seria mais grato e mais profundamente emotivo nesta hora de compromisso publico em que acabamos de jurar servir a pátria pelo ensino e pela educação, nada me seria mais grato, vos repito, do que poder, ainda deixar transbordar do coração as minhas ultimas impressões de normalistas e as minhas saudades das companhias queridas, dos professores dedicados e vigilantes, saudades desta escola (...).

(...) Foram 6 annos de labores, de lutas, de pugnas renhidas em que acabamos, finalmente, triumphadoras, victoriosas.

E que victorias e que triumphos, aquelles que vem do esforço intellectual, do adestramento da vontade, do cultivo do sentimento, e que são o apanagio de civilização, a grandeza e o orgulho do homem moderno.

(...) O pensamento nacional deve ser moralizar, instruir,

sanear tudo para um fim único – enriquecer o Brasil sob todos os pontos de vista.

Com a presença do Diretor da Instrução Pública, dirigentes do poder público e familiares, realizou-se a festa de formatura das normalistas da Escola Normal. No discurso de formatura do ano de 1928 da Escola Normal, a aluna Neuza Correia Studart proferiu em nome da turma de formandas, palavras de entusiasmo para a vida das professoras. Construções sobre o ideal da educação como salvação do povo, em que se destacava a satisfação em concluir o curso, imagem romantizada da normalista, a felicidade em tornar-se professora, e principalmente a representação do juramento estavam presentes nesse discurso.

Os aspectos abordados nessa apresentação definiam-se na visão moralista do período e no ideário político da educação que norteava a organização das instituições de ensino, visando à erradicação do analfabetismo principalmente entre a camada popular. Dentre os pontos analisados nessa fala percebemos o destaque da formanda para a missão da educadora nos parâmetros da pátria e em defesa da República. Em vários momentos da sua fala, a normalista indicava a definição do professor primário como ser predestinado a colaborar com o desenvolvimento do país de maneira direta, através da educação das crianças, destinatárias do progresso e do desenvolvimento que ganharia força com a transformação da ignorância na intelectualidade. O que faria do indivíduo um cidadão consciente de suas responsabilidades sociais.

Este item tem como objetivo analisar os discursos das formaturas, os textos das palestras da diretoria da instrução pública e também os Relatórios do Presidente do Estado. Além disso, essas fontes ganharam destaque pela sua importância na argumentação empregada para valorizar o ensino como saída para o atraso social que caracterizava a sociedade cearense. Procuramos entender como as professoras idealizavam as conclusões de curso, através das festas da Escola Normal e, a sua atuação na instrução primária.

A escola foi apresentada pela oradora como local onde o indivíduo passaria a adquirir os princípios da civilização e a partir disso desenvolveria a sua intelectualidade. Ressaltamos a expressão utilizada por ela para se referir ao condicionamento do homem racional - *adestramento da vontade, cultivo do*

sentimento - que caracterizavam a personificação da modernidade. No aspecto educacional isso seria obtido por meio da transformação da escola em um local de pesquisa e estudo, através do desenvolvimento do ensino ativo e experimental. Contudo, essa escola baseada no ensino científico requeria muitos aparatos que não eram encontradas nas instituições públicas cearense. Os mecanismos que precisavam ser utilizados nesse ensino possuíam outra dimensão que não correspondia ao que era encontrado nas escolas públicas. Apresentava-se como opção a existência de um número reduzido de escolas que fossem eficientes do que a presença de várias escolas impróprias. A idéia de educação social era constantemente apresentada, como aponta Nogueira: *A Escola Nova visa principalmente às crianças cuja família não existe ou não pode empreender a educação segundo as exigências da ciência moderna*

As palavras de otimismo e louvor ao papel do educador, a pertinência da vocação da mulher no ensino primário que estavam presentes nesses discursos, faziam parte da naturalização do ato de ensinar. A autora do texto perpassa também pela descrição de vários sentimentos que possam atrapalhar o desempenho de sua função, já tratada com desenvoltura como profissão. Além disso, a aquisição desses conhecimentos unia-se ao modelo de mulher, vista como mãe da pátria, no qual as crianças eram os filhos da nação que deveriam ser educados para honrá-la, por isso no discurso ficou clara a dedicação das futuras professoras em aperfeiçoar suas ações educativas embasadas nos princípios de prosperidade, ordem e paz como sinônimos da harmonia social:

E como hoje, minhas jovens collegas, não há mais fronteiras para a actividade feminina, competindo ella com o homem em todas as espheras de acção, nas letras como nas sciencias, nas funções publicas e nas carreiras liberaes recae, muito justamente, sobre nós uma grande responsabilidade – a de contribuirmos, efficasmente, decisivamente, para o grandioso futuro do nosso país.

(...) A instrucção é um elemento principal dos povos, ella deve ser a méta suprema das mais justas aspirações.

(...) prosperidade, ordem e paz.

Prosperidade que o nosso trabalho imprime.

Ordem como base de toda instituição.

Paz como lemma da felicidade humana.

Prosperidade, ordem e paz, os três atributos apresentados pela normalista adquiriam sentido na exaltação do trabalho das professoras.

A normalista prossegue o discurso falando sobre a igualdade de

atributos profissionais das mulheres em relação aos homens. O destaque conferido pela professora recém-formada ao comparar à atuação da mulher a do homem procurou enaltecer a presença feminina na sociedade. Entretanto, a capacidade intelectual não era levada em consideração para adequar essa atividade à ocupação feminina, por outro lado isso correspondia apenas ao trabalho docente. E não representava a realização por mulheres de atividades determinadas como masculinas.

Contudo, percebe-se que as professoras primárias ingressavam no campo de trabalhos como funcionárias secundárias, pois aquelas que exerciam essa função, mas eram oriundas da burguesia, precisavam em primeiro lugar moldar a sua vivência em sala de aula como extensão do lar, primando pelo funcionamento da família e desta forma pautar suas funções na organização da disciplina encontrada no ambiente familiar. Esse perfil pode ser exemplificado pela educação com a qual ela conduziria os seus filhos, e as normas estabelecidas impediriam que a sua ausência fosse vista como abandono do lar.

No entanto, havia os casos das moças que buscavam manter-se financeiramente por não possuírem parentes que proovessem o seu sustento e por se manterem solteiras. Nesse aspecto, as moças solteiras são vistas pelos diretores da instrução pública como propícias a atuar nas escolas do interior, localidades dispensadas pelas moças da classe média. As mulheres consideradas solteironas, e assim, ditas fracassadas como mulher, esforçavam-se por se dedicar ao exercício de suas funções junto à sociedade, passando a ser consideradas profissionais exemplares, principalmente as que estavam ligadas à educação. Elas eram tidas como ideais, as grandes mestras, devido a doação que o exercício dessa função exigia. Ao mesmo tempo, isso reforçava o caráter virtuoso da profissionalização da docência, pois a professora tornaria a escola o seu lar e, esquecendo-se de si, passaria a viver para os alunos e reforçava o discurso do compromisso da professora.

Percebe-se assim que o destaque conferido pelo governo à formação das professoras unia-se à melhoria da imagem do ensino público. A celebração das formaturas, como também as comemorações cívicas precisavam exaltar o compromisso público com a educação. O imaginário de

celebração das festas de formaturas e os discursos proferidos nestas ocasiões apresentavam a sublimidade com a qual era estabelecido o título de professora. As moças participavam da festa com o encanto de uma nova fase da vida a encaminhá-las a um lugar elevado na sociedade. Nessa ocasião, elas recebiam não apenas o diploma, mas a responsabilidade de levar a instrução ao povo. Reza sobre a formação e a prática dessas normalistas o encargo de preparar o povo ao exercício da cidadania, cujo objetivo de garantir o progresso do país, servirá como roteiro para interpretarmos, nesse primeiro momento, a construção do perfil da normalista. Através dos discursos de formatura, da ornamentação da festa e dos símbolos da diplomação, interpretamos o imaginário estabelecido para legitimar a apropriação do conceito da mulher como mestra. Segundo o que se percebe, a eloquência das palavras proferidas nos textos lidos na noite de formatura sintetizava a imagem que se buscava estabelecer na formação das professoras primárias. O significado pautava-se na crença que fundamentava a simbologia da mulher na República.

Na noite de formatura, as normalistas reuniam-se junto aos professores, diretores e aos dirigentes da Instrução Pública para receber os diplomas de professoras. Na solenidade havia representantes da igreja, do Estado, assim como os dirigentes da escola. As construções estabelecidas para essa cerimônia, como marco de iniciação da vida docente, destacavam os ensinamentos que as futuras professoras precisavam considerar relevantes na realização de sua função. A finalização dessa etapa de formação era engrandecida pelas fecundas possibilidades apresentadas nessa ocasião

À noite, então, realizou, no majestoso edifício da Escola Normal, à praça Filgueira de Mello, a cerimônia de distribuição dos diplomas e da entrega do anel simbólico das professorandas de 1925.

Às 19 horas já se achavam presentes, no salão das festas, caprichosamente ornamentado de flores naturais em profusão, o dr. Jonas Miranda, representante do chefe do Estado, o secretário do interior, o director da Instrução Pública, a congregação, o corpo discente, famílias, imprensa, comissões de estabelecimentos de ensino, etc.

Antes da distribuição dos diplomas, fez-se a aposição do retrato de D. Pedro II, que o governo do Estado ofereceu à Escola, em comemoração do dia. Nessa cerimônia, orou eloquentemente o dr. Jonas Miranda.

Ao referido acto seguiu-se a distribuição solenne dos diplomas, a que presidiu o sr. secretario do interior.

(...) Perante a mesa, cada uma dellas, recebendo o diploma, prestou o compromisso de bem cumprir os deveres de seu cargo, e receber o anel de professora, das mãos do director da Escola Normal.

Como paranympo, falou, em seguida, o dr. Antonio Theophilo G. de Oliveira, cathedratico de Historia. Sua oração, longa de perto de uma hora de desenvolvimento, é uma vasta peça com ensinamentos e indicações ás novas professoras, lastreados numa excursão pelos exemplos da historia pátria, inclusive as páginas eloqüente da vida de Pedro II.

A cerimônia era preenchida por adornos que tinham como objetivo abrilhantar a organização da festa. As metáforas utilizadas para definir a missão feminina no magistério eram acompanhadas pelo uso de objetos que serviam para enfeitar a cerimônia. Os ornamentos da formatura compreendiam: o anel de formatura, o diploma, o quadro das formandas. Dentre esses objetos, outros símbolos também representavam o momento de transição de um ciclo para outro.

A simbologia atribuída à entrega do diploma levava em consideração a comprovação da capacidade das normalistas em se tornarem professoras. Em um primeiro momento, cabe notar a presença da imprensa local que publicava as orações e os discursos proferidos nessa ocasião. O outro ponto refere-se ao comparecimento de representantes da igreja, do governo e da escola como figuras ilustres que elevassem a importância da noite de entrega dos diplomas.

Os anos vinte compunham-se pela exaltação dos eventos nacionais e pela tentativa de repensar as relações que eram estabelecidas na sociedade republicana. A vida cívica que se desejava empregar no cotidiano da população iniciava-se nas atividades da escola. A festa de formatura de 1919 ocorreu no dia 15 de novembro. As datas comemorativas eram usadas para engrandecer o ideário republicano, a utilização da data citada servia como legitimação e como data da consolidação do estado brasileiro como nação, a concretização da democracia e a tentativa de unicidade nacional.

A utilização das datas de comemoração cívica para festas de conclusão de cursos era apropriada pela idéia de que a história do país deveria estar viva no cotidiano escolar como também fora de sala de aula. Além disso, outra prática utilizada para enaltecer a pátria era o juramento de

compromisso e responsabilidade pronunciado pelas normalistas nas festas de formatura. Podemos observar esse fato no episódio da entrega de diplomas da Escola Normal, registrado no Relatório do Presidente do Estado:

(...) Em 15 de Novembro ultimo, receberam diploma quatorze normalistas que terminaram o curso escolar e assim ficaram habilitadas a, depois da pratica - durante um anno - em que qualquer dos Grupos Escolares desta Capital, exercer o magisterio publico primário no Estado.

A prática a que o texto se refere era destinada às alunas oriundas da Escola Normal que seriam encaminhadas a trabalhar nas escolas públicas e, em destaque, na Escola Modelo. Elas deveriam cumprir os horários e dias de aulas mesmo não ministrando diariamente lições aos alunos (a regência da sala). Somente poderiam ocupar essa função caso lhes fosse solicitado, na falta da professora titular. Essa atividade tinha como objetivo aproximar as professoras recém-tituladas do exercício prático da função docente, além de garantir a possibilidade de uma vaga no ensino público.

A data de 15 de novembro comportava os valores e princípios da unidade nacional na elaboração de um nacionalismo que envolvesse as perspectivas de um Estado soberano baseadas na formação do país. Desta forma, tem-se a exaltação dos marcos fundadores e das personalidades consideradas relevantes nesse processo da história brasileira

A ornamentação da festa se fazia desde a apresentação dos professores e das alunas e pautava-se na consagração de alguns princípios que norteavam a formação e a prática das professoras recém-formadas na exaltação da tradição e da nacionalidade. Nas palestras proferidas na noite de formatura estavam presentes as lições e ensinamentos que deveriam guiar a prática de ensino das novas professoras e, no caso dessa citação, percebemos a exaltação da figura de D. Pedro II, que dava nome à escola, em comemoração da data da conclusão do curso de magistério, no dia 04 de dezembro de 1925, e na qual podemos fazer uma ligação à data de nascimento do ex-imperador brasileiro. Acrescenta-se a escolha dessa data a exaltação de personalidades que possibilitassem atribuir à cerimônia um caráter glorioso. Ao reportar-se à figura de D. Pedro II como homem de letras, conhecido pela sua erudição e considerado um intelectual que governou o país

em momentos de transição e rupturas – as revoltas separatistas – ele foi observado como o governante que conseguira organizar e consolidar o Brasil como nação.

Ao mesmo tempo em que o professor de História, Antonio Theophilo G. de Oliveira, mencionou a figura de D. Pedro II como emérito governante, ele retomou a fala do imperador referindo-se ao exercício do magistério. Essa referência destacava a ornamentação e a simbologia que envolvia os mestres que atuavam no período do Império, a questão abordada neste trecho refere-se ao discurso do imperador sobre a vontade de ser mestre-escola. A sua imagem foi admitida como modelo de erudição a ser seguido pelas normalistas.

Entretanto, torna-se relevante notar que nesse episódio havia a apropriação da figura imperial para legitimar idéias republicanas que marcavam esse momento na política educacional nas escolas públicas.

Além do quadro de D. Pedro II, outros ornamentos ganhavam relevância diante da interpretação atribuída ao acontecimento dessa cerimônia, dentre eles, o anel de formatura, sendo um dos símbolos que representavam a ostentação do saber por parte das educadoras, como o jornal *A Tribuna* faz questão de divulgar na visita da comissão das formandas da Escola Normal do ano de 1923. A partir da citação encontramos uma preocupação em engrandecer a formatura com a presença de objetos e símbolos que dermacassem a docência com qualidades grandiosas.

(...). a comissão mostrou-nos o anel do grau, ainda não adoptado no Ceará e que consta de uma turmalina verde, ladeada por dois brilhantes, e no aro as insígnias, um globo, uma penna e um livro.
(...)

A influência portuguesa do uso de anéis representava o culto ao intelecto. Somada à idealização de tornar-se profissional do ensino, construíam a imagem do bacharel, possuidor de inteligência. Os símbolos que estão gravados no anel representavam a sabedoria e o conhecimento que precisavam estar presentes na atividade letiva. A insígnia servia como destaque para a particularidade da formação docente. O globo como sinônimo da universalidade do saber possibilitada pela erudição alcançada por meio da leitura e da escrita.

Embora o texto apresentado pelo jornal *A Tribuna* destacasse a

visita das normalistas, exaltando a presença desse objeto, dirigimos a nossa análise para a crítica realizada pelo mesmo periódico um ano antes para o uso do anel pelas professoras. Enquanto no Ceará buscava-se aderir ao uso desse símbolo, ele já era criticado como impróprio no Distrito Federal, local que servia como modelo de organização. Sobre essa assertiva, podemos apresentar a publicação do jornal *A Tribuna* relatando um episódio ocorrido um ano antes em outra instituição, a Escola Normal do Distrito Federal, que já havia adotado o anel intitulado *Saber* como objeto de representação da formatura juntamente com o diploma. Essa atitude foi alvo de críticas, ao passo que as leituras que eram atribuídas a esses emblemas distanciavam-se da realidade das escolas, e segundo os críticos, os valores estabelecidos a esses objetos permaneciam na vaidade de sua ostentação.

(...) essa exibição pueril, absolutamente inofensiva, está tão arraizada em nosso meio que ninguém mais dá conta do ridículo que apresenta um indivíduo que ostenta no indicador um anelão de pedras rubilantes mais próprio ao uso das mulheres do que de um homem que se preze de ser circunspecto ou distinto.

Em nenhum paiz do mundo existe esse costume e na Europa causa certa hilaridade a apresentação de brasileiros que conservam esses aneis onde a sua significação é desconhecida. Nós porém, insistimos no anel, fazemos questão desse symbolo scientifico e sem elle um homem formado se sente diminuído, inferior, humilhado em presença de seus semelhantes. O anel aqui é tudo; o saber quasi nada. Essa preocupação é agora, no Conselho municipal onde appareceu um projecto mandando modificar o anel das professoras graduadas da Escola Normal, o qual pela falta de gosto artistico não preenche perfeitamente os fins para que foi instituído.

Como se falta de bom gosto não fosse o uso de qualquer distinctivo que procure differenciar os mortaes entre si.

Melhor fôra que o legislador apresentasse outro projecto abolindo o anel que é apenas uma triste manifestação de uma vaidade inferior.

A vaidade no uso do anel referia-se ao comportamento feminino de enfeitar-se com jóias. Tal comparação surgiu pela falta de fundamentação científica para a utilização do objeto apresentado como capricho e enfeite feminino. Nessa crítica podemos destacar a ênfase na falta de compromisso das celebrações de fim de curso em destacar a competência e o preparo do professorado para a docência.

Retomando o discurso da festa de formatura, encontramos ainda, a exposição do quadro dos formandos que era apresentado na noite da

solenidade, como ocorreu no ano de 1925 na Escola Normal. Na composição dos ornamentos da festa encontramos também o quadro da turma com as fotos das normalistas, dos professores e diretores.

(...) No salão de honra da Escola Normal estava exposto o quadro da turma de 1925, contendo o retrato das diplomadas, o do paranympho, o do director da Escola e o de dois professores homenageados: Edith Dinoah da Costa Braga, de pedagogia, e Martins Rodrigues, de Lingua Vernacula. Nele se lê, ainda, em relevo, a bella phrase de christo extendida ao magistério:

Sinite parvulos venire ad nos- deixae vir a mim as criancinhas
(...)

A frase que conferia notoriedade ao quadro dessa turma trazia o cunho religioso e sacerdotal transferido das passagens evangélicas para o cotidiano da escola: *Sinite parvulos venire ad nos*. A citação em latim que traduzida corresponde à passagem bíblica em que Jesus reportou-se às crianças, como gesto de acolhimento àqueles que seriam os responsáveis pelo futuro, reforçava a idéia da educação primária como solução e preparação do povo ao exercício moral da cidadania.

Nos discursos de formatura das professoras do magistério primário encontramos as dimensões que essa fala alcançava na descrição do ideário da educação. Um dos aspectos que possibilitavam essa comparação era a idéia de redenção expressa no exercício do ensino primário, isso estava presente na inclusão de passagens bíblicas nos discursos, denotando o interesse em envolver o ensino em um contexto moralista. A idéia do magistério como vocação estava claramente empregada nessa fala. Com isso, o aspecto religioso era aplicado na definição do trabalho docente.

Encontramos essa interpretação em outro texto publicado posteriormente, intitulado *oração da mestra*. Nela podemos localizar de forma direta as comparações entre o papel da professora, a orientação religiosa cristã e a idéia salvacionista encontrada na missão da atividade docente. Tratava-se de uma comparação entre a vida de Jesus, que teria o significado de acolher novos seguidores da fé cristã, e a visão romântica e religiosa da mulher como professora.

Oração da mestra

Senhor, Vós que fostes mestre, porque muito amastes, Vós que sois o Caminho, a Verdade e a Vida, fazei que em amor a minha alma se abraça, ao transpor cada dia os umbrais de minha escola.

Quero ser para os meus gárrulos discípulos como o pelicano

para os seus filhinhos. Reza a lenda que esta ave prodigiosa – ave da dedicação e da renúncia – alimenta os seus pequeninos rebentos com o próprio sangue, a própria vida. Mata-se lentamente para que eles vivam, e cresçam, e sejam fortes e felizes. Amor de pelicano é também este amor pedagógico da professora pelos seus alunos, tão grande e tão puro amor que não visa à correspondência afetiva nem à compensação material. Amor que se contenta com a ventura que as seres inocentes proporciona e concede, como abrir-lhe e o espírito para as maravilhas da ciência, as belezas do mundo e os mistérios da eternidade.

Senhor! Bem sei que não sou bastante humilde, e carinhosa e compreensiva, e paciente, e generosa, e doce para seguir o exemplo que nos destes naquele dia em que um bando de meninos erradios Vos cercou e envolveu, tomando-vos o passo, quando estáveis a caminho de Jerusalém –“Deixai vir a mim as criancinhas”. Como uma música extraterrena, esta frase brotou do vosso humano coração divino.

Fazei que o eco destas palavras sacrossantas, rompendo o espaço e o tempo, embaile constantemente o meu espírito, a minha consciência e o meu coração de educadora. Na obra de formação moral e mental da infância, ajudai-me a ter sempre em vista o Aldo criador do meu esforço cotidiano, para que sinta e compreenda que em cada um dos seus discípulos eu deva deixar um pouco de mim mesma. E que nunca mais, pela vida em fora, possa romper os laços afetivos e morais que a eles me prendem, como cadeias de ouro, mas sempre cadeias.

Ainda que me tentem os ouropéis da glória, o fausto da riqueza, e o orgulho das posições eminentes – dai-me fôrças para vencer a tudo e a todos, mantendo-me intransigentemente fiel ao ideal a que me consagrei, debaixo das vossas bênçãos, com o pensamento em Vós, para servi-Vos, ó meu Mestre, meu Guia e meu Senhor!

A oração composta por Filgueiras Lima, professor da Escola Normal, foi preenchida por fatores que construía o imaginário da educação moral de responsabilidade das mulheres. A imagem da moça que cursava o ensino normal cujo objetivo era tornar-se professora, ganhava uma fundamentação bem mais moral do que científica. O otimismo empregado nas teorias educacionais não possuía, na prática das escolas, uma conotação superior ao que era vivido pela moral. O que estou tentando afirmar é que a questão moral era superior ao enfoque científico, o que permanecia sem concretude, e isso foi justificado pela falta de consciência crítica das mulheres e apenas continuou na execução da política de ensino com poucos conhecimentos e muitos valores morais

Na alegoria do pelicano, utilizada pelo autor de maneira relevante, existem algumas palavras que ganharam uma sonoridade comum no ideário da educação popular: renúncia e dedicação ao trabalho nas escolas. As

professoras eram solicitadas a vivenciar a missão sublime que estava envolta pelo sacrifício benéfico da educação das crianças, e para isso seria necessária a superação diante das decepções e das dificuldades, pois elas não deveriam esperar nenhuma recompensa, que se não a aquisição feita pelos alunos dos conhecimentos escolares.

A Escola Normal era de responsabilidade do Estado e regida de acordo com a legislação educacional, cujo programa era orientado pelo ensino laico; ou seja, não deveriam ser oficialmente aplicados ensinamentos religiosos nas aulas. No entanto, esse fator não significava a ausência de uma educação moral-cristã, pelo contrário, a formação do magistério apresentava conhecimentos técnicos juntamente com as práticas religiosas que compunham as atividades escolares. Atribuía-se a importância do moralismo aos cultos da igreja e às práticas da família. As professoras destacavam na sala de aula as lições que recebiam em casa e que consideravam importantes para as crianças, como por exemplo, fazer uma oração antes do início da aula ou festejar dias santos.

Antes de concluir os trabalhos da sessão, e afim de evitar nova reunião de professoras, o que redundaria num dia de ferias escolar, o dr. Moreira de Souza encareceu a atenção da numerosa assistencia para o soluçionamento do problema referente á liberdade do ensino religioso nas escolas publicas estaduaes.

Depois de, mito ás claras explicar os seus pontos de vista, concluiu o Director da Instrucção assegurando que era contrario ao mesmo tão somente dentro do horário escolar, como sabia que era feito em annos anteriores.

Em horas diferentes, ou aos domingos, dados o gráo de religiosidade da maioria do nosso povo, as senhoras professoras, sem imposição, podiam ministrá-lo á vontade.

Houve divergência entre as nossas educadoras do ensino publico. Entretanto, a maioria chegou a concordar que a doutrina catholica passaria a ser ensinada áquelles que espontaneamente quizessem conhecê-la de accordo com o modo de penar do dr. Moreira de Souza, isto é sem prejuízo do horário regulamentar. (...)

A elaboração do perfil de educadora ganhava impulso na valorização das características femininas como a paciência, o altruísmo, e da relevância com a função da mulher no lar. A influência mantida pela mãe para com o filho deveria ser mantida pela professora como uma maneira de estender a ação da mulher como educadora da família nacional.

Outra questão relacinada a essa associação entre o trabalho da mulher fora do lar e a sua resposabilidade doméstica estabelecia que elas deveriam apresentar um comportamento que procurasse desenvolver a

harmonia da família e, desta maneira, apropriar-se dos mecanismos técnicos e científicos do funcionamento do lar.

A importância desses discursos se encontrava na iniciativa do governo em responder ao compromisso social, cuja responsabilidade pela educação do povo lhe era atribuída. A definição encontrada para a educação nesse período pautava-se na idéia de desenvolvimento moral do indivíduo que se aproximava da idéia iluminista de felicidade e igualdade individuais. Para esse fim a criança deveria receber os principais ensinamentos que encaminhassem suas ações ao bem da sociedade. Os valores morais transmitidos a elas eram vistos como alicerces no crescimento da nação, nessa mesma direção encontrava-se a abordagem da instrução cujo objetivo era a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento da intelectualidade, assim preparando o homem do amanhã.

E quem, porventura, duvida ou descrê do valor e eficiencia das duas armas poderosa que servem os espíritos eleitos e intermeratos que senão deixam vencer nem vacillar em meio caminho: a Instrucção e a Educação. Que nobre a missão de ensinar! Como satisfaz ao mestre zelar e guiar a intelligencia adolescente de seus alumnos! Como o dever empolgar saber que elles, depois, no decorrer da existência concorrem para o engrandecimento e prosperidade da pátria commum, dentro ou fora do patrimônio nacional em um outro assumpto de predileção de sua personalidade! (...)

O magistério ou a família, o commercio ou a industria, o mundo ou o convento, as artes ou as sciencias ascenam a cada uma de nós com o seu fastígio, as suas seduções, a sua riqueza, as suas admiráveis metamorphoses.

Livres filhos desta tão amada Patria, podemos orgulhosos, cantar bem alto na mais alta culminância deste immenso território a paz fecundante do povo brasileiro, a gloria ascendente do Brasil, a felicidade confortadora da família brasileira. (...)

O Estado apropriava-se da imagem da mulher como mãe para inseri-la no imaginário cultural como possuidora dos aparatos necessários para a educação popular. Apesar disso, essa idéia não era compreendida na visão de independência feminina, pois os baixos salários do magistério afastavam a atuação dos homens e em alguns discursos percebemos que as mulheres eram vistas como saída para esse problema e não como profissionais qualificados para essa função. Desse modo, a responsabilidade adquirida pela educação era exercida por indivíduos aptos para a atividade moral do compromisso de educar os futuros cidadãos. A disciplina do professorado era encarada como norma das diretrizes do projeto de nacionalização e

modernização. O progresso que deveria reordenar a sociedade e a ação docente se enquadra no ideário do trabalho como regulador das mentes e corpos dos futuros cidadãos. O espaço escolar era visto como principal local de atenção das professoras e desta forma deveria ser compreendido pelo controle do comportamento do alunado.

Nesse momento foi apresentada uma remodelagem na educação que ia além da metodologia do ensino (dando ênfase ao público que as escolas deveriam assistir) e que compreendiam uma nova visão da infância, apreendidas desde o século XIX. As reformas educacionais ocorridas na década de 1920 tratavam de questões sociais como analfabetismo e educação popular. Incluso a isso estava a instrução feminina. O curso magistério era visto com outros olhares, pois a mulher deveria estar pronta aos desafios da vida pública, não fugindo do papel imaginário de genitora. Dentre um dos fatores que fundamentavam a campanha contra o analfabetismo, podemos atribuir uma significância à formação do professor primário. Nesse sentido, destacou-se a instrução das mulheres como componente da política de extensão da instrução a todos. Outro motivo para observar a formação feminina com outros olhares encontrava-se na apropriação da figura da mulher como personagem ideal, segundo os discursos educacionais, para o cargo de professor primário. Dessa forma, a profissionalização e a institucionalização das escolas ganhavam destaque na Escola Normal, por essa estar enquadrada na formação técnico-científica do aluno.

Sob a responsabilidade do governo estadual estava a formação do professorado e nesse ponto buscamos compreender a apropriação da figura feminina como perfil de educadora. Ela deveria ser a grande executora da regeneração dos desvios sociais pela escola

A idéia reformista que marcou esse período devia-se à abordagem que a lei de ensino nº 1.953/22 tentou aplicar no Estado como forma de promover a alfabetização da população, cujo público alvo era principalmente de crianças em idade escolar, entre 7 e 12 anos, que não freqüentavam as escolas. O número de crianças em idade escolar era elevado no Ceará e as cidades do interior registravam uma freqüente evasão escolar. A justificativa para as ações promovidas por ocasião desse regulamento era atribuída ao melhoramento da instrução pública nos moldes do entusiasmo pela educação.

O governo tentava argumentar com o professorado sobre a

importância do ensino por meio do discurso moral da caridade e do amor ao próximo. A vida da professora era proporcional à missão sublime de auxiliar os mais necessitados, principalmente com seu amor, o que permitiu a criação de uma imagem doce da profissão de mestre primária.

A formação da nação foi apontada como problema de questão pública e para resolvê-lo o governo deveria utilizar-se dos mecanismos necessários para preparar o cidadão. Com isso explica-se a presença do discurso cívico nas escolas. A escola pública aparece nesse discurso como instituição responsável pela disciplina do público que as freqüentava. A política empregada nas escolas na década de 1920 direcionava o patriotismo, como sentimento coletivo, dentro das instituições de ensino, primando pelas práticas nacionalistas de culto à nação e de celebrações cívicas. A entrada de um maior número de alunos requereu do Estado maiores investimentos, mais funcionários, e como o plano era realizar essa ampliação sem o aumento do investimento financeiro, uma das saídas era o barateamento da mão-de-obra.

A tentativa de encorajar as professoras a desafiarem os problemas que surgissem entre o processo de ensino-aprendizagem e a rotina da vida dos alunos não compreendia a conscientização desta para a perda do medo de exigir os seus direitos. O medo citado não corresponde apenas ao aspecto profissional, mas ao campo das lutas femininas para conquistar o direito à cidadania plena, a ser e estar presente na vida social.

Nesse sentido a apropriação do conceito de trabalho docente ligado à Ciência dividia espaço com a definição da docência como uma arte. Ele convivia com as comemorações e as idéias que exaltavam a figura do professor primário na visão de sacerdote cuja responsabilidade seria a glória do saber.

A data do centenário da assinatura da lei que criou o ensino primário no Brasil, 15 de outubro de 1927, e que regulou a carreira do magistério foi utilizada para comemoração do Dia do professor. Na ocasião, o Diretor da Instrução Pública, Salles Campos, falou diretamente às professoras. Ele se descreveu encantado com a sublimidade da missão e, além disso, ressaltou a identificação dessa profissão com os sentimentos pátrios de sacrifício, tolerância e amorosidade.

A data de hoje, porém, tem um significação excepcional para nós, por isso que, além de ser o primeiro centenário da lei que criou o ensino primário oficial no Brasil e regulou a carreira do magistério, é

consagrado ao professor o obscuro e grande artífice da prosperidade pátria.

Eu sinto, sras. Professoras, uma satisfação toda íntima, vendo-me aqui rodeado por vós, nesse ambiente sereno que nunca foi perturbado por ambições em luta interesses em choque, paixões em ebulição; nessa atmosfera translúcida em que só se incutem nos espíritos infantis lições de amor e de tolerância, em que, solícitas e abnegadas, vos sacrificastes por um Brasil do porvir que mal começa a alvorecer no horizonte remoto.

A exaltação dessas datas, não se apresentava apenas na celebração de um dia cívico, como tão-somente nas orações, nos discursos de formaturas, mas estavam explícitos nas falas das professoras com idéias que reforçavam esse ideal.

Eu não sei, sras. professoras, se, entregues, como viveis, ao vosso labor sagrado e diuturno, tereis a consciência integral da beleza da vossa missão. De mim, não conheço outro tão alta e tão meritória. Sois as hábeis operárias de uma obra imensa; tendes a modéstia fecunda das raízes que alimentam as grandes árvores. Pesa sobre vós uma responsabilidade dupla e nobilíssima: - preparar homens para a humanidade formar cidadãos perfeitos para a pátria (...).

(...) Sede, pois bemditas, vós que construís, pedra a pedra, a grande cidade futura, vós que, transpondo os limites estreitos dos interesses pessoais, conseguis ampliar o círculo de vossa acção dando-lhe uma alta finalidade humana e patriótica.

Quando a cerimônia era voltada para comemorar alguma premiação, os discursos pronunciados também faziam referência à missão do magistério.

Pretendemos abordar nos próximos itens desse capítulo uma análise sobre a situação da instrução pública no Ceará como mecanismo para compreendermos o ambiente onde as professoras iriam atuar.

Escola Normal D. Pedro II: templo do saber

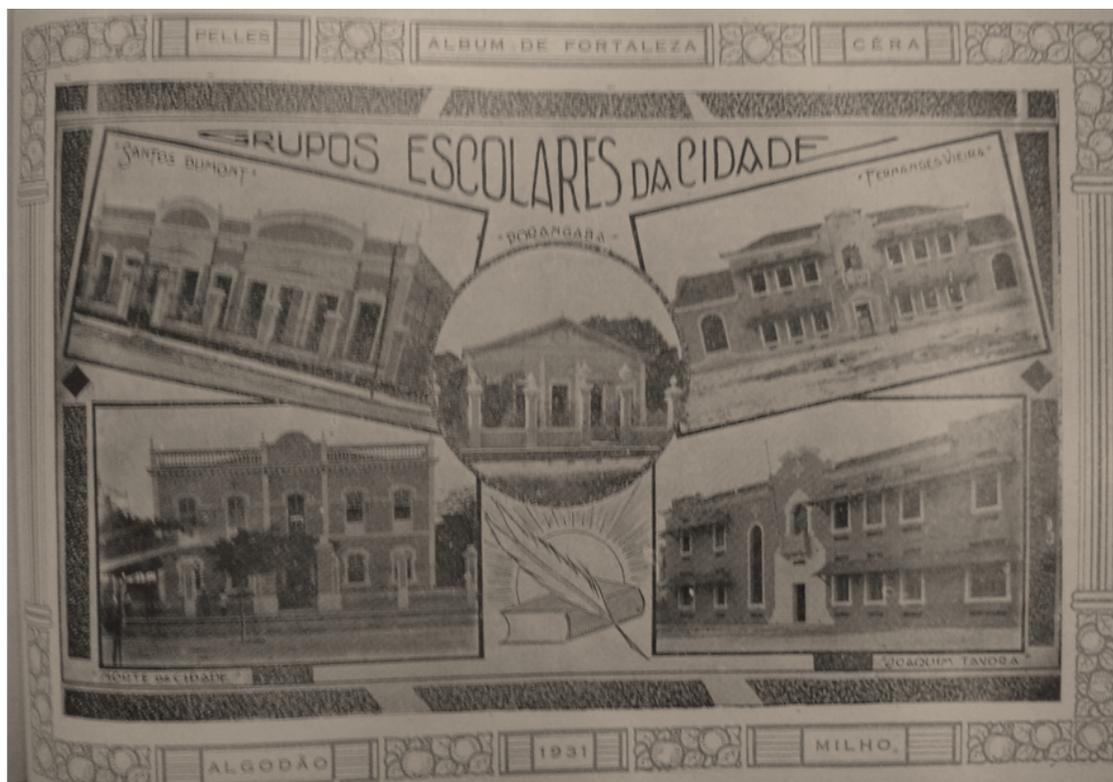


Figura 1: Grupos Escolares da Cidade. Álbum de Fortaleza, 1931.

“Somente pela educação do povo, manteremos o Brasil unido, forte e livre”.

A inauguração do novo prédio da Escola Normal localizado na Praça Filgueira de Mello ocorreu no final do ano de 1923, embora a sua construção tenha sido concluída definitivamente em 1931. A construção da Escola Normal na praça configurava-se pela noção de representação de autoridade da escola em um local de destaque. A arquitetura escolar deveria simbolizar as finalidades sociais, morais e cívicas da escola pública dentro e

fora de suas dependências. A morte, em agosto de 1923, de Justiniano de Serpa e a viagem antecipada de Lourenço Filho para São Paulo foram fatores determinantes na antecipação dessa inauguração. O presidente do Estado Ildefonso Albano, em 23 de dezembro de 1923, dirigia a cerimônia de instalação da nova Escola Normal. A cerimônia contou, segundo o jornal *Diário do Ceará*, com a presença de representantes da Igreja, da Secretaria do interior, do Diretor da Escola, e outros representantes políticos como também de Lourenço Filho, então Diretor da Instrução Pública.

A criação do novo prédio da Escola Normal estava inclusa no *planejamento urbano moderno*. A construção de sua sede própria era compreendida nas modificações administrativas propostas por Lourenço Filho. A transferência da sede da Escola Normal para esse espaço envolvia as mudanças necessárias ao processo de renovação educacional. As escolas deveriam estar localizadas em espaços que estabelecessem uma diferenciação, devido à relevância das práticas sociais ocorridas nesse meio. A arquitetura escolar representava a adequação desse estabelecimento aos moldes oficiais e a intervenção do Estado na racionalização do espaço do ensino.

Quando o prof. Lourenço Filho chegou ao Ceará, a Escola que já havia funcionado no Quartel de Polícia, no prédio em que está hoje a Pensão Rubim, achava-se nos baixos da Phenix Caixeiral. As salas ali eram divididas por tabiques de pequena altura, e o barulho ensudecedor de bondes e carroças impedia o ensino. As condições de iluminação pedagógica não podiam ser respeitadas, nem o material convenientemente preso ao piso, que é de mosaico. Ademais, era prédio alugado.

A idéia da construção desse prédio nesse período apresentava-se como propaganda a favor do Estado. Assim como outras escolas públicas do Estado, a Escola Normal não funcionava em instalações próprias para esse fim. As explanações apresentadas pelo jornal *Diário do Ceará* apontavam para as más instalações e os locais onde funcionavam as salas do curso magistério. A exaltação da construção da sede da Escola Normal baseava-se no argumento de que não havendo uma instituição de formação do magistério primário condizente com os propósitos inovadores do ensino, as demais escolas não receberiam um professorado competente e qualificado.

A tentativa do jornal era apontar a preocupação do reformador

Lourenço Filho com o funcionamento irregular da escola preparatória de professores primários. Além disso, a argumentação para esse empreendimento foi utilizada, no momento da inauguração do novo prédio, como forma de elevar a ação do governo. Segundo o mesmo jornal não havia sentido em manter a Escola Normal funcionando em lugares que não eram destinados ao ensino.

Entretanto, o jornal *A Tribuna* apresentou uma oposição ao fato quando afirmou que se tratava de um investimento além das possibilidades financeiras do Estado, isso porque ele apontava para os pagamentos atrasados dos funcionários e reclamava melhores condições financeiras para os outros estabelecimentos de ensino que permaneciam na lista de contenção de gastos.

A distribuição dos espaços escolares e a hierarquia das funções na escola estariam representadas na Escola Normal acima das outras. A Escola Normal precisava funcionar em um prédio destinado a esse propósito. O prédio dessa escola precisava estar à altura do ideário educacional, pois mesmo que houvesse teorização suficiente para aplicar as aulas, por outro lado não havia a estrutura física necessária para que o processo de ensino alcançasse o seu objetivo de fazer com que o aluno vivenciasse a aprendizagem. A especificidade do local onde ocorria o ensino determinava a importância das práticas pedagógicas que nele ocorriam.

(...) O plano do edifício completo compreende doze salas, dependências da administração, salas de professores,, bibliotheca, instalações sanitárias, etc., reservando o porão habitável para gabinetes de ensino experimental, archivo, almoxarifado, museu, etc. inauguram-se agora seis salas de aula, directoria, secretaria, bibliotheca, sala dos professores, e as salas correspondentes do porão.

(...) as salas de aula do novo edifício têm 10 metros por sete, pé direito de quase seis metros, e iluminação sempre lateral esquerda, a mais recomendável. Duas dellas são ligadas por um arco de alvenaria, que se fecha hermeticamente por um taboado de madeira envernizada, permittindo assim que sirvam, quando haja necessidade de salão nobre.

O estylo do edifício é flamengo moderno. A sua composição lembra a nova Bibliotheca da Lausanne

Pela descrição arquitetônica do edifício da Escola Normal podemos notar a preocupação da Diretoria da Instrução Pública em propiciar um espaço condizente com os objetivos da escola moderna. A simbologia atribuída a esse prédio deveria estampar a representação política que a escola primária

possuía nesse contexto.



Figura 2: Pela Instrução. Álbum de Fortaleza, 1931.

As salas da escola recebiam nomes de cearenses que haviam trabalhado em prol do ensino no Ceará. Dentre eles podemos destacar: 1º ano – Sala Prof. Felix Azevedo (1879); 2º ano – Sala Senador Pompeu (1855); 3º ano – Sala Prof. José de Barcelos (1884); 4º ano – Sala Justiniano de Serpa (1922). Essas personalidades eram apontadas como pioneiros no processo de ensino no Ceará, Felix Azevedo como primeiro professor efetivo do Estado, Senador Pompeu responsável pelo primeiro

regulamento de ensino, José de Barcelos marcou a organização do ensino normal e a homenagem à figura de Justiniano de Serpa estaria relacionada ao processo da Reforma de 1922. Essas denominações estavam pautadas com a tradição que a Escola Normal deveria defender e zelar.

A arquitetura escolar estaria ligada aos novos recursos que o governo cearense precisava destinar ao ensino público, partindo do pressuposto de que não se pode ensinar em qualquer lugar, de qualquer modo.

Apesar disso, o que figurava no Regulamento de 1922, aparentemente como incentivo à construção dos prédios escolares, distanciava-se da concretude dos planejamentos para o ensino. O espaço disponível ao funcionamento das escolas, ao contrário, não se compunha, em todos os casos de uma estrutura apropriada para esse fim. Esse fato poderia ser apontado nos casos em que as salas de aula funcionavam em casas alugadas, que se encontravam, em boa parte das vezes, em péssimas condições. O aluguel de imóveis para o funcionamento unia-se à doação de estabelecimentos e terrenos para a apropriação como institutos de ensino, isso ocorria principalmente nas cidades do interior. Um dos fatores que condenavam o funcionamento de escolas nesses prédios era a sua “reprovação” aos aspectos exigidos pela Inspeção Médico-Escolar. A aprovação segundo esse setor implicaria na representação da política higienista do Estado nestes ambientes.

Magistério primário como tarefa social

Dentre as missões, que a mulher pode exercer, nenhuma é, certamente, mais espinhosa que a de professora primaria.

Para cumpri-la bem, quantas dificuldades atravessa?!

À Ella está affecta a nobilissima, mas espinhosa missão de educar a humanidade, preparando, dest'arte, a base, os fundamentos em que se ha de erguer, futuramente, a cúpula intellectual de novas gerações, investidura esta que, pela natureza das suas alevantadas objectivas, constituirem uma das maiores preocupações dos povos cultos.

O cérebro da creança, é como disse alguém, um cahos, onde existe embryonariamente os elementos de um maravilhoso mundo, o mundo subtil das idéas.

Fazer a luz nesse cahos, eis a missão que lhe está traçada, e de cujo desempenho depende o futuro de uma geração. Para bem cumpri-la, é preciso muito esforço, sendo, portanto, maior de que a responsabilidade a grandeza de seus sacrificios, embora que estes

não sejam compensados, como o merecem.'

O magistério primário era visto nesse contexto como tarefa social e moral de apoio à preservação familiar e ao progresso nacional. A associação entre a família e a escola podia ser estabelecida através da professora primária que transmitia aos seus alunos os ensinamentos morais e intelectuais, condizentes ao discurso de cidadania. Essa atividade era vivenciada como missão e, dessa interpretação, surgia a relação da tarefa da professora com o sacerdócio, caracterizado pela dedicação e sacrifício. A formação das educadoras compreendia a “aplicação” de cuidados com a criança. Unido a esses estudos encontramos o discurso da responsabilidade da professora com os cuidados dos alunos em sala de aula, como tutora e encarregada de orientá-los na realização das atividades. Os esclarecimentos apresentados por elas deveriam alcançar as famílias das crianças.

A prática de ensino possuía problemas, dificuldades pelas quais as professoras passavam na realização do seu ofício. O texto publicado na *Revista Jandaia* representava uma visão árdua dessa missão feminina, estabelecendo os empecilhos pelos quais elas precisavam passar para cumprir a tarefa de educar a humanidade. A superação desses problemas fazia parte da missão de ensinar.

A autora do artigo, Ambrosina d'Albuquerque Siqueira, descreveu a missão educacional como motivo de iluminação na vida da criança, valorizando a idéia salvacionista que justificava a superação dos sacrifícios que a realização dessa tarefa iria requerer. As “provações das professoras”, eram compreendidas na dificuldade de se locomoverem de um município para outro, no recebimento de salários baixos (e em alguns casos atrasados) e ainda, no trabalho sem material adequado. As atitudes tomadas pelas professoras eram justificadas para que o conhecimento fosse transmitido, e por moldar a infância na educação dos modos e práticas de comportamento saudáveis e higiênicas, que possibilitassem a prevenção de outros fatores que colocassem em risco a organização social.

Ao finalizar o texto, a autora elucidou em um tom de reticências sem prolongar-se no debate sobre a questão, que o exercício do magistério deveria ser compensado material e financeiramente de forma satisfatória.

A apropriação da mulher como mestre das crianças também envolvia a idéia de que a escola precisava, segundo os educadores, ser uma

extensão do lar na construção moral da criança, incluindo os fatores positivos e também as dificuldades das crianças em freqüentar a escola, como resultado de problemas enfrentados em casa. Aparecem nesse conteúdo métodos disciplinantes que auxiliam no aprendizado, no qual é notória a imagem buscada pela instituição em enquadrar as aulas e o funcionamento da escola em caminhos para a intervenção do Estado sobre a população.

No que diz respeito ao perfil moral da normalista, a moça que viesse a ocupar uma vaga no curso magistério levava consigo o imaginário da menina educada e gentil. Entretanto, percebemos que essa visão dividia espaço com novas idéias de comportamento na divisão social do trabalho e que no caso da mulher era ocupado por tensões e controvérsias. Ao mesmo tempo em que se pregava a idéia de participação da mulher na sociedade impedia-se a participação feminina em campos como a política. A construção desse sujeito perpassava a idéia dos antagonismos e das semelhanças, representada pela comparação entre homens e mulheres envolvidos e como eles atuavam no mundo social, a partir das situações definidas como femininas ou masculinas e das indagações requeridas a esses sujeitos históricos através de suas experiências e visões da cultura vivida.

Contudo, essas professoras também eram mães, esposas e donas-de-casa responsáveis pelo perfil construído para elas baseado na família burguesa. Esse fato pode ser observado nas profissões escolhidas pelas mulheres ou impostas a elas, como enfermeiras, secretárias, costureiras e, em nosso estudo, a educação. A elas eram atribuídos comportamentos dignos da responsabilidade, da moral cristã e do conceito de regeneração republicana. Contudo, essa exaltação da figura feminina a dirigia para ocupações relacionadas ao lar e não a atividades políticas ou econômicas.

As idéias antagônicas que envolviam a figura da normalista, futura professora, diziam respeito ao perfil de moça frágil e doce, contraposto pela responsabilidade em ser forte e ativa na missão de transformar o estereótipo brasileiro de atraso.

(...) No entanto, a que devia ser igualmente educada, esta se deixa crescer quasi ignorante, sem lhe dar a verdadeira instrução que è precisa. A que no futuro exercerá um papel saliente na vida humana, esta vive sempre de olhos vendados, desconhecendo o mundo e seus innumerables perigos, como se estivesse de viver eternamente sob a tutella de outrem, que as mais das vezes tem menos poder intellectual que a pupilla.

(...) Se tratassem com esmero da educação de suas filhas não haveria tanta miseria, pois as mais das vezes ellas impellidas

para o vício unicamente por falta de instrução e por falta de habilitações com que possam honrosamente executar uma profissão digna e decente.

Essa contradição era apontada como consequência da falta de uma educação crítica, como observou-se no argumento utilizado no artigo *A educação da mulher e sua eficacia na vida*, publicado pelo jornal *Gazeta de Notícias*. O texto tratou do suposto distanciamento da educação feminina em relação ao direcionamento de suas funções na sociedade. O artigo foi assinado apenas com o nome de *Nely*, o que não indicou de forma direta a identificação do autor, contudo não rejeitamos a possibilidade de ser um pseudônimo, mas considerando o gênero da palavra, vamos expô-la como feminina e, dessa forma analisar a opinião de autoria de uma mulher. Continuando a análise desse trecho, encontramos a necessidade da educação para as moças como um mecanismo para que elas se tornassem mulheres dignas e permanecessem longe dos vícios. Embora no desenvolvimento do texto a autora defendesse o argumento de que a mulher poderia dedicar-se exclusivamente ao lar, em sua opinião também foi apresentada a idéia de que isso não lhe poderia ser atribuído sem um preparo que lhe possibilitasse intervir nas decisões de casa e na qual ela pudesse considerar-se independente e apta a desempenhar funções sem para isso manter-se condicionada ao amparo de outrem. Dessa maneira, a autora aludia ao fato de a formação feminina ser considerada como inadequada e incompleta em relação ao que a sociedade iria exigir da mulher.

Esse discurso encaixava-se no contexto da mulher como guardiã do lar e responsável pela educação dos filhos. Outro aspecto era a pretensão de um futuro matrimônio, quer dizer, através dessa formação as moças estavam aptas a exercer seus papéis como esposas. Muito embora isso fosse empregado como algo natural, a mulher precisava preparar-se para cumprir essa função. Em torno dela constituía-se um imaginário da sublimidade de ser mulher relacionada ao casamento. Sobre isso podemos acrescentar o objetivo da Escola Normal em formar mulheres habilitadas para serem mães e esposas. A participação da mulher em defesa da família burguesa: *sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposas dedicadas aos maridos, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo*

Essa análise poderia ser indicada como uma contradição, pois segundo a moralidade, seria incompatível exercer uma função profissional e

dedicar-se ao lar. A figura da professora primária foi sendo exposta em um cenário que perpassava as construções sociais de outros personagens, determinando sua vivência a partir de conceitos como moralismo, patriotismo, maternidade, casamento e sua missão em vários episódios da República do início do século XX. Desta forma determinavam-se suas ações no magistério em alguns casos como preparatórios para o matrimônio e a vida familiar. Sua vivência social era delimitada em um panorama paralelo a novas divisões de trabalho pautadas na modernidade e a prática docente estava articulada às definições do trabalho das mestras a partir de seu desempenho como ser social.

Ainda que as mulheres também fossem atuar fora de casa, elas deveriam estabelecer um comportamento que procurasse desenvolver a harmonia da família e, apropriar-se dos mecanismos técnicos e científicos do funcionamento do lar. Nas escolas para moças se destacavam os ensinamentos sobre higiene e saúde – trabalho do médico junto ao lar. Para o bem-estar da família a mulher deveria estar apta a participar de maneira central no ambiente doméstico.

Dentre esses aspectos estava a ausência de matrículas feitas por rapazes na Escola Normal. A fraca atuação de professores no ensino primário não foi apresentada apenas no Brasil, mas também em outros países, a partir da inserção do homem em outras funções e o prestígio de outros encargos. Havia casos em que eles iriam ser professores apenas para ocupar um cargo público, o que não foi relevante nesse período pois a possibilidade de ser funcionário público com a função de professor primário não resultava em garantia de respaldo.

Nesse aspecto, a Escola Normal era considerada uma instituição para a instrução escolar feminina. Vale destacar a apropriação de alguns aspectos para transformá-la em uma escola freqüentada apenas por moças. Na Reforma do Regulamento da Escola Normal de 1918, este aspecto foi tratado com naturalidade na réplica do Dr. João Hipolyto ao Presidente do Estado, Tomaz Pompeu, ao referir-se à matrícula de rapazes:

Confesso que realmente não enxergo serio inconveniente em que a Escola Normal seja frequentada por moças e rapazes, mas há quinze annos que faço parte do seu corpo docente e ainda não tive um único discípulo, o que me faz crer que a expressão como até agora empregada em referencia à matrícula dos homens diz respeito tão somente à não proibição na contextura do Regulamento para a sua freqüência, porque em tudo mais ella tem sido e há razões para assim pensar, continuará sendo, letra morta (Réplica do Dr. João Hipolyto ao

parecer do Dr. Tomás Pompeu sobre a reforma do Regulamento da Escola Normal de 1918).

Esse processo foi denominado como *feminização do magistério*. Percebemos que a formação moral das moças e as tradições estabelecidas a esse sujeito social mesclavam a imagem feminina condicionada ao controle moral de seus comportamentos com preceitos biológicos. A dignidade das alunas deveria ser associada à virgindade, à honra e à boa conduta, isso seria observado na sua saída de casa constantemente acompanhada e para lugares decentes como a igreja ou para outras casas de família. A figura masculina presente na Escola Normal representava os valores estabelecidos pela presença do pai e do irmão em casa. Os professores e o Diretor dessa instituição realizavam a vigilância das alunas, composta de regras constituídas a partir dos princípios morais que norteavam essa relação.

A imagem da mulher como mãe e o seu ideal de trabalho junto ao lar eram responsáveis para evitar a delinqüência infanto-juvenil. A sua ausência do lar era acompanhada como símbolo da falta de amor. A educação da família era educação da sociedade, educar os filhos era preparar o futuro.

O Estado apropriava-se da imagem da mulher como mãe para inseri-la no imaginário cultural como possuidora dos aparatos necessários para a educação popular pela qual era responsável. Segundo a idéia de que os baixos salários do magistério afastavam a atuação dos homens, as mulheres eram tidas como saída para esse problema e não como profissionais qualificadas para essa função. No entanto, a escola era apresentada como local de formação dos cidadãos e utilizada como aparelho do governo em uma estrutura oficial e não como atuação voluntária que legitimaria a dedicação das professoras.

O idealismo da Educação popular, arraigada aos processos de modernização da década de 1920, denotava uma alternativa que levava as professoras a realizar um papel de responsabilidade na formação do indivíduo. Essa alternativa era composta de idéias conservadoras como o pudor da liberdade, denotando a falta de consciência das professoras como classe com opinião crítica, sendo estas encaixilhadas com o falso livre-arbítrio de exercer tão ilustre papel social como saída ao atraso em que era descrito no país neste período.

O discurso que expõe essa idéia atravessou a década de 1920 e, anos depois, apresentava-se na forma de parentesco postíço da professora com seus alunos, a aclamada “tia” vai ganhando espaço emocional na vida da escola, pelos cuidados que esta dispensa aos seus alunos.

Currículo da Escola Normal: programas de ensino.

A organização actual é mais complexa e apta a formar, não só professores moral e tecnicamente capazes, como a dar aos alumnos uma cultura geral satisfactoria, visto o numero de matérias que ali se estudam.

Essas matérias se elevam a 8, afora 4 aulas, distribuídas em quatro annos de curso:

Cadeiras: língua nacional, francês, algebra e geometria, geographia geral e chorografia do Brasil, historia pátria, historia da civilização e instrucção cívica, physica e chimica, anatomia e physiologia do homem e dos vegetaes, biologia e hygiene; psycologia experimental, pedagogia e didática. Aulas: desenho natural, musica e canto, gynnastica, trabalhos manuaes, economia doméstica

A disposição das cadeiras da Escola Normal era organizada nos 4 annos que as alunas deveriam cursar. Do quadro das disciplinas podemos destacar as seguintes: a língua nacional incluída no programa de valorização da pátria. Os estudos sobre as características regionais do país e o conhecimento sobre o território brasileiro também deveriam ser aprofundados.

A cultura geral sobre a qual encontramos referência na citação abordava o ideário que regia essa modelagem cívica de acordo com os interesses dos dirigentes do Estado. Essa concepção era uma forma de o governo utilizar-se da escola para alcançar a população e por meio da História da nação apresentaria um sentido para a explicação dos fatos a partir do conceito de progresso e evolução social.

Diante da composição das disciplinas, vale ressaltar que a apropriação dos seus conhecimentos tinha a finalidade de desenvolver mecanismos para a prática docente, que estava enquadrada nos interesses políticos, sociais e profissionais da época. Os temas dos estudos correspondiam ao que seria estudado nas escolas primárias.

Na faina não de preparar o professorado primário do Estado, mas também de habilitar a mulher para os misteres da vida pratica,

vai este instituto prestando á causa do ensino os excellentes serviços que era licito esperar da correcção e solícitude de sua actual directoria e da illustração e zelo de seu corpo docente

O texto referia-se à formação moral que a mãe deveria aplicar em casa para os filhos e encaminhá-los a discernir entre as atitudes corretas e os desvios de comportamento. Como foi visto anteriormente, o Estado buscava justificar essa apropriação na formação do curso magistério. A ausência de educação no lar reforçava esse ideário da presença na escola de uma figura que representasse os ensinamentos morais. As fontes também apresentavam relatos de pais e inspetores de ensino que reclamavam a atenção das professoras aos compromissos morais empreendidos na escola e de como esse fator necessitava estar presente nas aulas e nas atividades escolares.

A Escola Normal deveria encaminhar essas moças ao exercício da sua vocação como mulher. As atuações femininas fora do lar deveriam corresponder às suas características psicológicas, a mulher como base moral da sociedade. Essas aptidões eram explicadas através da constituição biológica feminina e, nesse ponto, percebemos a legitimação do curso magistério como forma de reforçar a idéia da mulher como educadora e dotada de qualidades apreciáveis aos objetivos morais da sociedade. O recato e a delicadeza das ações femininas são vistos de maneira positiva na apropriação do discurso de pátria e na idéia de que a nação deveria acolher os brasileiros como filhos e encaminhá-los ao progresso por meio da ordem.

O programa de ensino do curso do magistério primário incluía as aulas que eram diretamente relacionadas ao público feminino, ou seja: trabalhos manuais e economia doméstica. No tocante aos trabalhos manuais destacava-se a prática de bordados e crochê. A importância dada a essa formação pode ser encontrada no argumento de que seria a família a célula mater da sociedade.

A aula de economia doméstica tinha como objetivo preparar as normalistas para a organização familiar (administração das despesas em casa, higiene dos cômodos, incluindo as orientações à família, além da manutenção dos suportes necessários à harmonia familiar). Elas deveriam utilizar de forma racional a verba da família, além dos cuidados com os filhos e a limpeza da casa.

Além disso, o currículo da Escola Normal destinava estudos para os

métodos de cuidado com a criança, direcionados pela medicina, a puericultura, justificado pela noção de que a mulher era o ser mais próximo das crianças nos primeiros momentos de vida. No currículo do magistério, as futuras professoras estudavam os cuidados com a criança, cujo objetivo era orientar-se diante dos conhecimentos da mãe e sobre a educação do filho. A ignorância desse saber das famílias era um problema que penetrava a escola através do comportamento do aluno. As disciplinas que tratavam da higiene e da psicologia da criança são bastante comentadas nas análises das práticas de ensino. Além disso, essas disciplinas estavam inseridas no programa de higienização e disciplinamento da população.

Percebe-se a importância significativa atribuída aos estudos da mente e do desenvolvimento da criança, como a forma de as educadoras compreenderem a metodologia que deveriam utilizar e as atividades que poderiam realizar de acordo com a faixa etária. A fala da professora Rosita Paiva, que em reunião pedagógica com outras docentes, apresentou as suas reflexões sobre a atuação em sala de aula com relação a esse estudo.

Mas, as professoras tem necessidade da Psychologia. E lhe (é) preciso um conhecimento real da capacidade dos alumnos, quer sob o ponto de vista psychico, quer physico.

Torna-se necessário, segundo as minhas observações em pouco mais de um anno de magisterio, em contacto mais intimo com os pequeninos educandos, um interesse real por suas necessidades. A professora só estudando os alumnos pode conhecer o "porque" de todas aquellas pequeninas coisas que tanto a aborrecem no momento da aula como a falta de attenção, de silencio, etc

A análise do desenvolvimento da criança em uma perspectiva dos potenciais humanos era objeto de estudo nesse processo. As necessidades apresentadas pelas crianças deveriam ser estudadas pelas professoras como forma de aprimorar a sua prática docente. A introdução desses estudos nos cursos de magistério primário correspondia ao método da Escola Nova, defendido como modelo para os objetivos da escola primária.

Interessante observar como a prática da professora estava condicionada ao comportamento do aluno, em outras palavras, ela precisava adequar-se ao método ativo da educação, onde esse aprendizado deveria estar submetido aos resultados apresentados pelos alunos. *A dosagem dos conhecimentos de acordo com a mentalidade do alumna* Isso dependia do esforço da professora em ensinar. A valorização moral do seu compromisso

com a educação deveria ser superar qualquer obstáculo, fosse ele material ou metodológico. A professora, segundo Rosita, também precisava utilizar o tempo da criança na escola visando o melhor desenvolvimento das atividades.

Porque, concordam as colegas, o horário não pôde ser dispensado. Para prová-lo gostarei de citar algumas palavras que trancrevi duma pedagogia elementar de Paulo Roussetot:

-- "Entras numa escola que apresenta aspecto agradável, onde ninguém dorme, porque todos estão ocupados, onde os trabalhos de natureza diversa se sucedem com ordem e alegria; onde enfim, cada um sabe o que tem a fazer: ficae certos de que um bom horário está não somente pendurado á parede, mas que é ahi observado regularmente."

Com isso, embora a Escola Normal fosse vista como um estabelecimento de formação de docentes, ela também se destacava pelo compromisso com o papel da família e junto ao lar, como é apontado em referência ao que era mister da vida prática empregada no relatório do presidente do Estado, quais as atribuições que a mulher deveria exercer, não apenas dentro da escola ou na sociedade.

Na perspectiva de que o estudo desenvolvido pelas normalistas estava inserido na elaboração do perfil de cidadão que deveria entender-se desde pequeno como integrante da memória nacional a ser resgatada e transmitida pela escola

, destacamos nesse programa as cadeiras de História do Brasil e da Civilização. Nesse programa foi possível depreender a formulação da imagem do êxito nacional, no qual as narrações, as datas e os símbolos que eram utilizados na aplicação dessas aulas voltavam os olhares das alunas do magistério primário para os fundamentos da identidade do país. As exposições ocorridas nas aulas compunham-se de argumentações consideradas como verdades na auto-definição do Estado como provedor dos mecanismos necessários ao progresso social.

A elaboração dessas cadeiras servia para selecionar os acontecimentos que deveriam ser estudados como parte de um passado glorioso da nação e, sobretudo, como aponta Bittencourt que a história era vista pelos estudiosos como sinônimo da pátria, da civilização. Esse aspecto pode ser analisado como filtragem dos nomes relevantes para dar um sentido grandioso ao passado em comum que fora vivido e, agora, observado sob a ótica das exigências da sociedade moderna.

No programa de ensino da Escola Normal destacava-se juntamente

com o estudo dos acontecimentos históricos a cadeira de instrução cívica que envolvia a realização das festas em comemoração de datas do calendário político nacional, nas quais podemos destacar o estudo do hino nacional, o hasteamento da bandeira e a celebração dos representantes políticos da nação. O estudo desses marcos históricos, segundo os educadores, precisava indicar possibilidades de harmonia e conciliações sociais, através da escola, para formar o brasileiro. A escola primária ofereceria ao aluno o conhecimento sobre o Brasil, acrescentando ao currículo o estudo da geografia nacional, para que através do aprendizado sobre as florestas, os animais e as regiões do país, houvesse a valorização dos bens materiais.

Ignorância e miséria moral: o ideário de erradicação do analfabetismo

De acordo como a apresentação realizada no primeiro tópico, referente aos discursos do governo sobre a erradicação do analfabetismo e utilizados na formação das professoras primárias, consideramos necessária a análise de algumas questões que compunham a organização da instrução pública e a sua definição a partir do conceito de educação democrática. Para melhor compreender essa idéia, retomamos algumas falas apresentadas nesse período. A educação posta como essencial ao funcionamento das instituições republicanas marcava a Pedagogia do Cidadão. Importante notar como a prática educacional ganhou dimensões relevantes nesse processo, ao passo que a propaganda do desenvolvimento a partir da sua representatividade estava condicionada ao conhecimento que ela proporcionava.

O conceito de progresso econômico também definiu nesse contexto outros significados, pois nota-se a ligação entre a prestação de serviços que a pessoa realiza e a necessidade da economia. A inquietação das mudanças desta década e a efervescência das ideologias modernas apresentaram um Brasil competitivo na definição de cada um no espaço social. A estabilidade de uma estratificação social simples passa a coexistir com os pontos incomuns do

nascimento de uma sociedade de classes.

Argumentava-se a necessidade de as crianças fazerem de sua vida um exercício do verdadeiro patriotismo e do amor ao seu país. A escola é exposta como o local responsável por esta tarefa e os professores foram convocados a instruir o povo na dimensão de dedicação e amor ao progresso de sua pátria.

As definições são referentes ao direito ao voto, estabelecido como componente da cidadania, uma vez que as pessoas aptas a votar deveriam saber ler; os mecanismos de salubridade e de higiene que deveriam ser assimilados pela população, acrescentando-se, ainda a esses pontos, a idéia de dignidade adquirida pelo trabalho. Decidimos dividir o item que segue na abordagem dos dois primeiros elementos na construção social cearense. O último ponto será analisado no próximo item do capítulo, juntamente com o ideário de modernidade na educação.

O impulso para essas discussões teve sua justificativa, principalmente, na comemoração do centenário da independência. A institucionalização dessa e de outras datas como marcos na história nacional serviam como pano de fundo para a propaganda da educação cívica. A metodologia do convencimento utilizada pelo governo para legitimar as intervenções e o controle dos comportamentos baseava-se no ideário liberal da República. Incluso a esse contexto procuramos estudar o estado do Ceará como membro do movimento estadual de matiz nacional que organizaria a republicanização da República. O plano de administração nacional da educação, discutido principalmente pelos educadores envolvidos com a Associação Brasileira de Educação, apresentava como saída a organização estadual dos mecanismos para o desenvolvimento da instrução, ou seja, considerava-se improdutivo e quase inviável que a coordenação das atividades necessárias para cada estado fosse desenvolvida pelo governo federal, mas pelo contrário, cada presidência estadual deveria definir as medidas a serem tomadas para o desenvolvimento do ensino primário.

A participação dos dirigentes brasileiros nesse debate educacional tornou-se relevante por buscar reestruturar a sociedade através da fórmula salvacionista do trabalho e da disciplina. Esse ideário constituiria a República no Brasil a partir das teorias sociais de progresso e desenvolvimento que

buscavam destruir a imagem retrógrada do Império e a sua formação social. As tentativas monarquistas de conter o processo republicano e as influências estrangeiras exigiam do Brasil posturas mais modernas, as quais retirassem do cenário social situações que atrasassem o avanço do país. Entretanto, o projeto regenerador republicano alcançava a década de 1920 com um sentimento de insatisfação e um índice elevado de críticas à falta de concretude das mudanças apontadas como necessárias. No que diz respeito à propagação dessas imagens de insatisfação, surgiam nas idéias dos intelectuais e dos formadores de opinião do período sobre a República, discursos que iam de encontro às falas políticas utilizadas naquele momento em sua defesa. Essas represálias ao governo eram publicadas nos jornais e divulgadas também através da literatura, na qual encontramos um número crescente de obras sobre educação nesse período, dando sinais da necessidade de se conhecer o Brasil. A construção dessa identidade seria um dos aspectos que norteariam o projeto reformador que abrangia a idéia de extinção dos costumes populares, vistos como empecilhos na elaboração da nação brasileira. Nesse episódio, a família burguesa tem sua estrutura definida pela industrialização, a partir da qual os novos ricos ganharam destaque. Com o fim da escravidão as tarefas que antes eram atribuídas aos escravos a partir daquele momento seriam remodeladas para dar lugar a outras pessoas. Neste caso, as mulheres burguesas dariam mais atenção aos filhos, preocupando-se com sua educação e com a ocupação de seu tempo. Daí, o seu próprio comportamento deveria ser o exemplo.

No Ceará, os jornais do período publicavam textos de intelectuais, destacando a preocupação em oferecer à população um ambiente adequado ao progresso da educação nacional, entendida como força de unificação dos princípios de civismo necessários para a afirmação política da República e da autoridade dos governantes. Por meio do culto cívico e da exaltação de amor à Pátria, os discursos de patriotismo e moral encaminhavam verdadeiras pregações morais que deveriam vigorar nos debates dos ambientes sociais.

Além disso, a construção da nacionalidade perpassava a história e a memória compartilhada pela nação. O coletivo deveria marcar no indivíduo as lembranças de um passado comum. A identificação social e histórica era condicionada pelo que deveria ser recordado nessa seleção. O objetivo desse

processo era civilizar o povo, construir uma sociedade harmônica com auspícios de riqueza e grandeza moral e econômica. Os intelectuais baseavam-se nesses conceitos para idealizar reformas sociais cujo objetivo era reordenar o cotidiano da população.

As propostas reformadoras apareciam com o objetivo de modificar as imagens de atraso que marcavam a estrutura social brasileira do período e a tentativa de enquadrar o povo no ideário social da República por meio do conceito de cidadania e as reformas ganhavam destaque pelas práticas e pelos discursos que buscavam preparar a população para o crescimento proposto pela modernidade. No Ceará, essa ação também correspondia à remodelação da sociedade através da reestruturação da arquitetura urbana, unida ao controle dos comportamentos. O ordenamento social definiria os locais da cidade de Fortaleza de acordo com a classificação dos lugares de lazer, locais de trabalho e residências. Defendia-se que através dessas intervenções se transformaria a República em um meio capaz de constituir o novo corpo político, baseado na vontade do povo brasileiro.

A construção do perfil de cidadania era reforçada pela educação. Os conhecimentos que seriam repassados na escola fundamentavam-se na homogeneidade cultural. A cultura formulada pela classe letrada precisava ser compreendida por toda a sociedade. O grupo dos intelectuais buscava compreender o Brasil nesse processo político e apontar as soluções, se assim fossem compreendidas, definindo a *educação não como condição de ascensão social, mas como condição prévia para o bom funcionamento das instituições republicanas*

O ideário iluminista da República buscava na razão o suporte que sustentaria a crença no papel político da educação. Incluso ao ideário democrático da República brasileira, expandia-se uma imagem de sociedade que deveria partir da construção do cidadão para o alcance, por meio da formulação de uma identidade comum, da unidade nacional. Além disso, a sociedade precisava estar apta material e intelectualmente para impulsionar o crescimento da Nação a partir da idealização nacionalista.

Nomes da intelectualidade brasileira pregavam desde o final do

século XIX, defesas em prol de lemas como: *Progredir ou desaparecer*. Falavam, também e insistentemente, da necessidade da classe burguesa em se preocupar com a regeneração nacional pela educação, fechando-se os caminhos para a passividade e a indiferença com as quais se encaravam os problemas de educação e higiene das classes populares. As idéias apresentadas pelos intelectuais tentavam explicar esse momento histórico como transição do velho para a criação de novas tradições, defendendo-se que não havia outra solução para o país a não ser desenvolver-se.

Vale destacar a campanha desenvolvida por intelectuais cearenses, na fundação em 1919, da Liga Cearense Contra o Analfabetismo em prol da superação da ignorância pela instrução do povo. A Liga desenvolvia atividades direcionadas aos trabalhadores. Escolas noturnas foram criadas por esse grupo direcionadas a esse público. Embora não tenha sido possível destacar a atuação desse grupo na década de 1920, alguns dos intelectuais que estavam envolvidos nesse projeto, criaram nesse período a Sociedade Cearense de Educação, composta por:

Monsenhor Tabosa Braga, drs. João Hippolyto de Azevedo e Sá, Pimentel Júnior, José Sombra, Sylla Ribeiro, Heriblando Costa, Andrade Furtado e José Martins Rodrigues, padre Rodolpho F. da Cunha, d. Julia Vasconcellos, Clovis Monteiro, Sales Campos, Alcides Montano e Rosendo Ribeiro acabam de organizar a “Sociedade Cearense de Educação”, que terá como seu presidente o dr. Menezes Pimentel, a qual visa, nobremente, a defesa e propagação da educação popular, desenvolvimento da cultura pedagógica, amparo às instituições auxilliadoras do ensino como caixas escolares, museus, bibliothecas, escotismo, apoio ao professorado etc.

Em dezembro de 1923, o jornal *A Tribuna* noticiou a reunião desse grupo de intelectuais reunidos para discutir assuntos educacionais, no auxílio e trabalhando para a mobilização do avanço da educação popular. A Sociedade Cearense da Educação, passou a representar o departamento cearense da Associação Brasileira de Educação e tinha como objetivo promover reuniões e conferências sobre a educação nacional, destacando aspectos da instrução cearense. Ao divulgar a propaganda de apoio à realização de eventos cívicos nas escolas, a Sociedade enfatizava o discurso de valorização do ideal de educar por meio da mobilização da ação docente no processo de transformação do homem.

Retomando os aspectos citados no início desse item, destacamos a importância na década de 1920 da implementação do voto como distinção do cidadão. A divisão dos eleitores estabelecia-se entre as pessoas que sabiam ler e escrever e as que não eram alfabetizadas. A alfabetização passou a ser requisito para o direito ao voto e exercício da cidadania. A aquisição desse direito requeria da população que ela estivesse ciente do cumprimento dos seus deveres. A idéia de democracia proporcionada pela educação impulsionava movimentos a favor de uma escola única.

Encontramos a partir desse aspecto, debates relevantes para a definição do voto e em busca da legitimação da vontade política e da justiça. Pelo voto, a instrução seria utilizada para transformar os brasileiros em cidadãos. Falava-se constantemente da consciência política.

Os que se preocupam com a causa publica, e que, desiludidos após fortes decepções, chegam afirmar ser o voto grande panacéia, estão fazendo propaganda derrotista e dizendo barbaridade que a ninguém deveria impressionar.

Se temos um titulo de eleitor, devemos conserva-lo, na certeza de que nenhuma arma mais poderosa e legitima nos pode oferecer a Nação, para defendermos sua honra, interesses e prosperidade. Somente não pensam assim, os povos bárbaros ou semi-barbaros, cuja mentalidade muito abaixo da nossa e pouco acima da dos brutos, não lhes permite a compreensão de um povo.

O titulo de eleitor é a chave que habilita qualquer cidadão a penetrar nos segredos da publica administração. O voto é a confirmação desse direito garantidor da liberdade e soberania do eleitorado.

Esta pratica que, entre nós, já foi uma realidade e que hoje é considerada um sonho, tem effectividade nos paizes cultos.

(...) Feliz é o doente que tem o remédio em suas próprias mãos. A moléstia que ameaça a vida do Brasil, desde a implantação do regimen republicano, não é incurável. Restitua-se ao povo, o que já foi do povo, isto é, o direito do voto, e havemos de assistir ao despertar da Nação que nunca soffreu dos políticos tanto desprezo e achincalhamento (...)

A citação do texto do jornal *Gazeta de Notícias*, enfatizava a defesa do voto como remédio para os males do país; antes de um direito, o voto era um dever do cidadão. Entretanto, ao apontar para a importância do voto, o texto se referia a outro momento da história, em que a participação política do povo também excluía os pobres. Isso ainda foi comparado à falta de compromisso dos políticos com a nação, o que se apresentava como controverso e ao mesmo tempo indicava que a população precisava cobrar dos políticos atitudes

condizentes com o processo republicano. A democracia não seria tão-somente o comparecimento do cidadão no dia da votação, mas antes a cobrança pelos direitos da cidadania e a consciência sobre eles.

Ao que parece, o que se buscava indicar era o descumprimento do governo de resoluções que ele próprio determinava nos Regimentos que elaborava para a instrução pública. Segundo essa fala, a transformação social surgiria da ação política. Além da defesa da preparação para o trabalho, o pensamento dos intelectuais, apoiava-se na idéia de democracia que não era vivenciada concretamente e defendia a participação do povo nas decisões políticas, como no discurso de defesa pelo voto:

Este contraste provem de insuficiente da educação política do nosso povo. Povos politicamente educados são aqueles que consideram o voto não sómente um direito mas essencialmente um dever. Dever para com a sua pátria, para com a sua cidade, dever para com a sua classe.

(...) Ora, no entre choque de interesses antagônicos, em que vivem as sociedades, a civilização moderna criou uma arma para substituir as armas sanguinárias. Esta arma é "o voto". Não se trata de discutir se a arma é boa ou má. O facto é que Ella existe, e portanto deve ser usada (...)

Quando cada cidadão, independentemente de suas opiniões políticas, requerer o seu título de eleitor, e nos pleitos escolher entre os candidatos, aquelle que melhor póde servir os interesses de sua pátria, neste dia, o povo brasileiro terá realizado um grande passo para a sua liberdade e emancipação e para a moralização dos costumes políticos.

Era preciso ensinar ao povo como exigir os seus direitos e como manifestar sua vontade na escolha política do candidato apto a desempenhar o ideal da democracia e, dar ao indivíduo a possibilidade de transformar-se. Para isso encontramos a defesa do ensino profissional com vistas no resultado a curto prazo alcançado pela pessoa na sociedade que aguardava a sua colaboração como agente social. Com esse objetivo os intelectuais apontavam a educação como possibilidade de progresso e interpretavam a expansão do sufrágio como um avanço da razão pública. Não havia como desenvolver-se sem a participação do povo no processo político e na superação do atraso econômico que marcava o país.

Para que o povo conseguisse expressar sua vontade política por meio do voto era preciso que ele organizasse uma opinião sobre isso, e de

acordo com esse discurso, era preciso uma cultura que fosse comum a todos.

Falta-nos uma instrução profícua, de conhecimentos uteis com o aprendizado de actos de civismo e de moral (...) É desoladora a ignorancia do nosso povo no tocante á grandeza, ao progresso e ás tradições gloriosas de nossa pátria(...)

Com a finalidade de alcançar esse nível de cultura, segundo o trecho do jornal *O Nordeste*, o indivíduo precisava encontrar uma forma de conhecê-la e apropriar-se dela. Para isso era necessária a vivência dos modelos culturais que desenvolveriam a prática do civismo. Na tentativa do indivíduo em tornar-se cidadão, ele precisava utilizar de forma inteligente esse atributo, defesa apresentada pelo discurso do periódico *Gazeta de Notícias*

A República precisa de cidadãos, e não de subtidos. É da ignorância em que fazemos decorrem os nossos grandes males, a nossa condição de inferioridade.

Cabe ao Brasil, cabe aos Estados, na medida das suas possibilidades economicas, trabalhar cada um, na mais perfeita harmonia de vista, por dar-se combate sem tréguas, ao analfabetismo. Mas não deve ficar só nisso a sua acção. Além do ensino, superiormente orientado, preciso é também que se facilite ao povo os meios de que elle necessita, para tirar do trabalho honrado a sua subsistencia.

Ministremo-lhes, pois, além dos necessários rudimentos bebidos na escola primaria, o ensino technico, que elle pode adquirir nas oficinas.

Quem não estiver nas condições de ser, mais tarde, homem de letras, será um "homem de letras de ordem simplesmente alphabetica", mas não deixará de ser um braço útil ao serviço da Pátria, da sociedade e da família. Tanto melhor para estes tempos (...)

Ao finalizar o texto, o jornalista advertiu que além da instrução primária, era preciso que o ensino técnico também fosse ministrado ao povo. Dessa maneira, outro ponto considerado por essa campanha era a extensão da instrução ao povo diante da definição das funções que esses futuros cidadãos deveriam ocupar, ou seja, como expôs o texto, haveria homens aptos aos trabalhos intelectuais e ainda outros indivíduos que serviriam à pátria através da força física. O conceito de trabalhador disciplinado e consciente de seus deveres ganhava destaque no Brasil na década de 1920 juntamente com as idéias de modernidade que impulsionaram as reformas sociais ocorridas nesse período. A ignorância apontada pelo texto, apresentou a imagem negativa do homem, sem consciência de sua capacidade como cidadão. A

solução indicada nesse texto referia-se à construção de um cidadão útil através do trabalho. A profissão era definida pela organização do trabalho, pois se referia ao direcionamento do indivíduo para tornar-se apto a executar um serviço especializado. Era o processo de racionalização do trabalho-científico, do espaço urbano, da saúde e da educação. A imagem de trabalhador era essencial para a construção do homem como mantenedor da família.

Os discursos e as campanhas de normatização social eram desenvolvidos por intelectuais e profissionais, como engenheiros, médicos, educadores, advogados e políticos, que por meio da saúde, da educação e do trabalho, objetivavam ordenar as camadas populares. O impulso político-econômico presente nesse processo recebia o apoio dos industriais e profissionais liberais, que se tornavam formadores e articuladores de opinião e representantes influentes dos objetivos da República, impulsionando exercícios de controle e reeducação dos hábitos populares.

A aplicação das técnicas modernas de disciplina primava pelo controle social através da determinação de comportamentos e do condicionamento da população às novas regras de ordenamento urbano. A idéia nacionalista, vinculada neste momento ao Estado, apresentava o cidadão brasileiro como alguém capaz de discernir com prontidão o chamamento do país, de exercer sua função com disciplina e, principalmente, de distinguir os que deveriam dirigir daqueles que por sua vez deveriam obedecer, respeitando os desígnios da ordem superior. A liberdade em agir no benefício da pátria deveria seguir as dimensões impostas pelas leis e decretos que visavam concretizar a unidade cultural.

A fragmentação nesse processo pelo país ressaltava a ação das políticas públicas na educação, principalmente no cenário das escolas primárias, divulgada como educação popular. Os discursos desse período buscavam defender a instrução voltada ao ensino técnico e a transformação do cidadão em força de trabalho para o desenvolvimento da Pátria. A justificativa para esse fato era utilizada pela campanha de alfabetização que ocorreu no país, para combater a ignorância do povo, pois era assinalada como conseqüência do elevado número de analfabetos espalhados pelo território nacional:

Refiro-me a verdadeira liberdade que há de trazer-nos o

exterminio do analfabetismo entre nós, pois não há negar a percentagem elevadíssima e constritoria de 80% de compatriotas nossos que não sabem ler, estamos sob o domínio de um captivo usurpador de nossas melhores aspirações: - o da ignorancia.

A porcentagem da população cearense correspondente a esse dado estatístico consta como registro publicado no livro *A educação Nacional*, de autoria de Mario Pinto Serva, que apresentou um balanço da situação educacional no país, classificando o Ceará com 78% de analfabetos dentre os 85,2% da população brasileira. O elevado índice de analfabetos no Brasil era apontado como fator alarmante e prejudicial ao desenvolvimento do país. O analfabeto era visto como atraso, um peso para o grupo social: *“o silêncio horrível de uma nacionalidade sem consciência e ainda, perdendo em atritos passivos veementes, as poucas energias soerguidas sobre o “peso morto” aterrador dos milhões de analfabetos que as solapam”*.

A literatura desse período, ligada ao processo de educação popular apontava para mecanismos que possibilitassem a aplicação de métodos modernos. Esse aspecto pode ser observado nas falas dos intelectuais a respeito da necessidade de compromisso do governo em desenvolver a capacitação intelectual do povo. O fim do analfabetismo era visto como a saída para essa situação.

(...) A guerra ao analfabetismo teve a oportunidade de chamar a atenção para os novos métodos pedagógicos; e se não podemos fazer tudo o que a ciência indicará vamos sahir aos poucos dos velhos moldes.

A proporção de analfabetos é no Brasil grande. Entre os que são oficialmente letrados poucos aproveitam da facilidade de ler e escrever e entre estes há ainda uma forte porcentagem dos que não compreendem a utilidade prática da instrução para o aperfeiçoamento do trabalho em todos os officios e da vida, do bem estar sob todos os aspectos.

O combate ao analfabetismo precisa ser continuada com intensidade e obscurantismo que convém dissipar. Mas será sempre desviar os altos fins dessa propaganda accentuar sómente a questão da quantidade esquecendo a qualidade.

Essa situação foi descrita em vários jornais e textos que se reportavam à conscientização da necessidade da educação da população pobre. No entanto, esse argumento também foi ampliado como conceito geral da sociedade. Os novos métodos requeriam a construção do homem novo,

referindo-se a todos os envolvidos na coletividade da nação brasileira.

Nunca é ocioso insistir no dever do Estado em promover o desenvolvimento intelectual. Ao estado não compete só o cuidado assíduo do progresso meramente material. O problema do ensino publico é dos que mais devem ocupar a atenção dos governantes interessados no preparo das fortes bases da futura grandeza pátria

No tocante à responsabilidade diante dessa tarefa, o governo era apontado como responsável pela erradicação do analfabetismo e em encaminhar ao povo uma saída para desenvolver a intelectualidade. Dessa forma, as resoluções do estado relacionadas à educação precisavam cumprir esse encargo. Procurava-se a partir dessas falas exigir do governo uma postura que condissesse com a transformação social vista como necessária para o Brasil nesse período. A questão da educação não se apresenta no Brasil meramente como uma questão pedagógica, mas antes de tudo uma questão política: *É mister convençam-se a todos, no Brasil, de que a questões de educação não são simplesmente pedagógicas, porém nacionais, na mais alta expressão do termo*

Para isso, o governo utilizou uma linguagem que provesse as escolas de um discurso que estava além da política educacional realizada nas instituições de ensino primário.

O projeto higiênico

No processo de regeneração do povo através da educação, concedida como ampliação dos mecanismos da instrução foram encontrados vários aspectos desfavoráveis ao seu avanço, ocasionados pelo aumento da população, na prevenção de doenças, no desconhecimento dos métodos de higiene e na má aparelhagem de saneamento, indicados como resultados da falta de saber do povo devido à falta de instrução. Nesse sentido, o controle social era visto como mecanismo de apropriação, por parte dos populares, das novas tendências de comportamento definidas pela ordem e pela disciplina. Segundo a historiadora Marta Emísiã, as ações da Diretoria Geral da Higiene e da Secretaria de Segurança destacavam-se pelo afã de civilizar o povo por meio de um conjunto de ensinamentos que se articulavam em vários setores, dentre eles as casas, as escolas e as fábricas, cujo objetivo seria evitar a

proliferação de doenças ocasionadas pela ausência de hábitos de limpeza.

O número de casos de enfermidades como tuberculose e febre amarela eram explicado pela Inspetoria do Estado como devido à falta de orientação da população para manter-se em condições saudáveis, higiênicas, e também pela carência de instrumentos que promovessem a higiene. Outra moléstia que ganhava destaque nesse contexto era a lepra, ao passo que existia um projeto do governo para a criação de uma creche cujo público seria dos filhos dos leprosos. Essa iniciativa denotava um sentimento de filantropia ao mesmo tempo em que era resultado de uma política de preservação, como mecanismo de dividir a cidade entre os sãos e os doentes.

Nas ruas de Fortaleza eram realizadas limpezas apoiadas na ação de desenvolvimento modernista, no reordenamento da cidade. No entusiasmo das medidas reformadoras os intelectuais advertem para a mesma saída: a conscientização do povo. Os articuladores dessas reformas buscavam enquadrar a cidade num espaço de sociabilidade que objetivava o desenvolvimento econômico e material, tendo como obstáculo a falta de conhecimento por parte da população de um melhor aproveitamento do tempo e dos espaços.

Além disso, os serviços de limpeza eram precários, não alcançavam os projetos da Inspetoria para conscientizar a população em manter a saúde dos corpos. O impedimento da entrada dos médicos nos lares também agravava a situação, pois ainda existia nas famílias a crença nas receitas caseiras e nos medicamentos rústicos. O destaque para a pobreza como motivo de problemas na sociedade era justificado pelas péssimas condições de moradia e pela miséria dos provimentos ao alcance da população pobre. Havia uma inquietação diante da imagem da miséria, a carência de recursos materiais não poderia, segundo os reformadores, ser superada sem a educação do povo. Os reformadores ressaltavam que a educação preventiva seria a saída para essa situação:

(...) Quaesquer sejam as reformas da instrução, quaesquer sejam as medidas de aperfeiçoamento do mecanismo político, quaesquer sejam os melhoramentos e os meios preventivos de saneamento e de prophylaxia – não terão o êxito necessário, dês que a mentalidade brasileira não esteja convenientemente preparada.

Ninguém apprehende as idéas, por mais simples ou por mais corriqueiras, no domínio da sciencia experimental, da sciencia positiva, sem que possua pelo menos, conhecimentos prolegomenares.

(...) Como poderá aquilatar as conseqüências funestas da falta de instrução e hygiene – quem é de mente inculta, incapaz de apreender as conseqüências dos males physico-moraes a que sujeitas as collectividades espiritualmente despreparadas?

O conhecimento que precisava ser ensinado fazia parte do projeto de profilaxia social. As moléstias a serem eliminadas não diziam respeito apenas às características físicas, mas primeiramente à capacidade mental dos indivíduos em desenvolver hábitos saudáveis. A capacidade de possuir usos da limpeza correspondia à prevenção das doenças e, nesse sentido, a educação dos corpos precisava ser adquirida antes da aquisição danosa dos males causadores de enfermidades. Era preciso educar o povo e formar uma consciência da preservação dos espaços e corpos limpos para evitar os detrimientos causados pela insalubridade.

A mensagem prossegue como panfleto da campanha da hygiene destacando os problemas a serem vencidos para que a educação levasse ao saneamento da sociedade. A prevenção era promovida, segundo os higienistas, pelo temor de a população em adquirir algum vício ou contrair alguma doença.

(...) Instruir a aneminados, por verminoses; a escleroticos, e phisicamente debilitados, a indivíduos sem a mínima hygiene da alma e do corpo, a uma raça, alfim, que definha a olhos vistos – é impossível.

Sanear um povo refractário á higienização é o cumulo da insensatez, para não dizer o cumulo do dispauterio.

(..) Eduquemos e depois de educamos, instruamos para finalmente sanearmos o Brasil.

A conscientização era vista como ponto inicial para esse processo de higienização. Os espaços indicados como apropriados para a aquisição desses hábitos eram a família e a escola, e na igreja quando a instituição de ensino era religiosa. Ao mesmo tempo em que eram apresentados como importantes, os primeiros ensinamentos adquiridos na família pela criança, quanto ao asseio e à hygiene, a educação doméstica era vista como mínima para a preparação da vida social. O desconhecimento e a resistência aos métodos saudáveis não eram registrados apenas na classe popular.

A medicina via-se com o desafio de convencer as famílias e em particular as mulheres que, representando o papel de mães, deveriam iniciar

junto aos filhos, os hábitos de asseio e valorizar práticas como a amamentação. A figura da mãe nesse caso era observada como educadora da família e tinha a responsabilidade de adquirir o conhecimento necessário para ensinar aos filhos os mecanismos de higiene. As genitoras eram responsabilizadas pelo desenvolvimento não apenas físico, mas inclusive moral e afetivo dos filhos. A própria dinâmica familiar deveria ser pautada pela limpeza dos espaços e dos indivíduos, que a higiene moral transmitida através dos modos contidos e regrados das ações dos membros da família auxiliava na assimilação dos cuidados com o corpo. O exemplo da mulher como progenitora e esposa seria a garantia do equilíbrio familiar. A mulher, por meio do seu amor e da sua paciência, seria encarregada de extinguir as más influências externas aos lares, mesmo que trazidas pelos maridos. Nesse discurso a presença masculina permanecia como provedora dos recursos materiais e do sustento da casa.

As anomalias apresentadas pelos indivíduos eram consideradas obstáculos ao progresso e por isso precisavam ser combatidas. As campanhas ligadas à higiene enfatizavam a propagação das idéias higiênicas inclusive através do cinema como nos filmes *Os perigos do alcoolismo* e *A mosca causadora de moléstias* exibidos no Centro Artístico Cearense.

Em uma palestra para o professorado, o médico Francisco Risco apresentou um discurso contra o alcoolismo. A sua fala baseava-se em um estudo posteriormente publicado na *Revista Ceará Médico* no qual aparece a visão do encargo da prática docente nesse processo de higienização:

(...) sendo a idade escolar a época em que melhor se gravam as noções, é precisamente quando se deve inculcar na criança o horror do álcool, mostrando-lhe, em expedições claras e precisas, os males que elle produz e os prejuízos que acarreta.

(...) A vós, senhoras professoras, cabe a dianteira nessa cruzada. Pela ascendência que usufruis sobre a juventude com o devotamento, a paixão e a sinceridade que vos são inherentes haveis de obter resultados magníficos. Do vosso concurso depende grandemente o futuro de nossa pátria. Tendes, em mãos a argilla constructora do porvir.

(...) A missão do professor primário é, em verdade, árdua e cheia de contrariedades e aborrecimentos. Mas de lado pondo os óbices que vos apresentam, fazei uma barreira no vosso espírito aos desgostos que são de todas as horas, e tende os olhos firmes no nome do Brasil, aberto o coração, e confiai, que a semente do vosso esforço não se perderá na esterilidade da pedra, mas reverdecerá em

fructos e em bênçãos se transformará.

Nesse artigo sobre o alcoolismo, o destaque estava na referência à atuação das professoras no projeto higiênico. Para tanto, as professoras precisavam estar preparadas para ensinar sobre temas pertinentes ao equilíbrio social. A imagem da mestra era transportada para outros temas do discurso higiênico como a “mensageira” da campanha da saúde dos corpos e da mente. A essa propaganda era atribuída uma relevante proporção no cumprimento do dever para com a Pátria e ressaltava a visão missionária das professoras. Ao finalizar a palestra, o médico ainda enfatizou de forma poética o benefício que essa ação das professoras iria proporcionar às crianças.

Em 1929, o doutor Renato Kehl, cientista e estudioso dos métodos eugenistas alemães, ligado à Associação Brasileira de Educação, ressaltou a importância da educação como transformadora da sociedade e também apontou o valor da ação dos professores nesse processo:

(...) A Victoria da campanha pela saúde não repousa, como se poderá supor, apenas nas iniciativas governamentais. Torna-se indispensável que Ella seja previamente preparada e reforçada pella colaboração annuente do publico, e esta, em grande parte, só é conseguida pela imprensa e pelos conferencistas. Ao professorado cabe a magna parte nos resultados definitivos, porque são elles que criam, indelevelmente no espírito atilado e permeável das crianças, a “consciencia sanitaria”, formando gerações sucessivas de indivíduos sadios e esclarecidos em relação á própria saude e da descendência

A importância apresentada pela fonte para a conscientização dos hábitos higiênicos do povo tinha como forma de propaganda a imprensa e os conferencistas. Entretanto, a parcela da população apta a entrar em contato com essas formas de conhecimentos sobre o assunto era insuficiente para alcançar o objetivo almejado de transformar a cidade em um espaço saudável. Isso pela falta de acesso à leitura por boa parte da população, que também não freqüentava lugares onde pudesse ter algum esclarecimento sobre o tema. Nesse aspecto, podemos ressaltar a importância dispensada ao professorado como agente multiplicador dos usos do asseio do corpo e da limpeza dos ambientes. A escola servia, nesse sentido, como local propício para desenvolver no comportamento infantil as habilidades saudáveis e, não

apenas do corpo, mas também do intelecto.

Reforçava-se a idéia de que uma das soluções seria a educação do povo através da escola. As escolas serviriam como mecanismo do governo para oficializar as normas de comportamento que precisariam ser estabelecidas. Através dessa instituição, os dirigentes do Estado encontrariam a possibilidade de alcançar as famílias desprovidas desse conhecimento. A criança seria a portadora das elucidações necessárias para a formação de um cidadão sadio e, no caso das escolas públicas, esse seria, em algumas situações o único mecanismo de conscientização utilizada pelo Estado para interferir de forma direta na organização familiar.

A instituição educacional deveria possuir o perfil democrático que definia a República, contanto que ela fosse utilizada como palco de organização hierárquica da sociedade. Nesse ambiente, a criança aprenderia a conviver socialmente para discernir entre as atribuições de um cidadão e os caminhos contrários que levariam à miséria e ao vício. Os problemas apontados referem-se às condições precárias em que vivia a população. Contudo, esse processo deveria ser antecedido pelo discernimento do povo para o progresso que essa medida proporcionaria. Além disso, o conhecimento prévio estaria associado à adequada educação.

No meio cearense, onde a noção de educação higiênica do povo carece ainda muito de um aprendizado que lhe arraigue no cerne essa benéfica consciência de que o indivíduo tem necessidade absoluta de fazer-se sadio para prosperar e de que isto depende mais de si próprio que da intervenção estranha, um tal movimento é uma campanha de regeneração física e de restauração moral, de cujo triumpho collocamos horizontes claros de felicidade, de prosperidade e de eficiência regional.

A iniciativa de regenerar e reestruturar a sociedade através da higienização dos corpos e dos ambientes também estava presente nos regulamentos de ensino desde o início do século XX, apresentando inclusive orientações sobre a organização da limpeza nas escolas. Da Reforma de 1907 constavam instruções para a realização da profilaxia das salas e dos prédios escolares. A fiscalização das salas compreendia a utilização dos instrumentos escolares, como também a postura dos alunos e das professoras. O Capítulo XV desse regimento (que dispunha sobre a higiene escolar) apresentava de forma descritiva as ações que precisavam ser realizadas para o asseio dos

espaços da escola. A rotina escolar era envolvida em normas de limpeza. A política de dividir os sadios dos enfermos estava presente também no cotidiano escolar, para isso o documento apresentava um item sobre o impedimento da entrada do aluno na escola caso ele ou algum dos seus parentes apresentassem sintomas de uma determinada enfermidade:

Art. 145- 15. Verificada a moléstia transmissível em algum alumno, a Diretoria proibirá a entrada do grupo escolar aos irmãos e irmãos do alumno doente e a quaesquer pessoas que habitarem na mesma casa

Na Reforma de 1922 foi criada a inspeção médico-escolar que funcionaria como setor da Diretoria da Instrução Pública e, seguindo a legislação sanitária, determinaria as medidas profiláticas que deveriam ser tomadas. Além de prestar atendimento às crianças que estudavam nas escolas públicas e também particulares, a inspetoria também tinha como objetivo o atendimento aos funcionários e às professoras na concessão de licenças e afastamentos para tratar da saúde. Nessa perspectiva, a escola era apropriada como espaço de saúde, cujo objetivo era a moralização da população

No discurso do Regulamento da Instrução Pública no Ceará de 1922 ainda podemos encontrar a programação das palestras proferidas nos cursos de férias para as professoras primárias. A Diretoria da Instrução Pública ministrava um estudo destinado ao ensino de métodos higiênicos e hábitos de higiene moral. A definição de higiene foi apresentada pelo jornal *O Nordeste* ao fazer referência ao curso direcionado às professoras e realizado pelo Prof. Lourenço Filho, pelos diretores dos grupos escolares da capital, incluindo o prof. João Hippolyto, médico e Diretor da Escola Normal:

Hygiene- Objecto da hygiene, evolução da hygiene, agentes vivos como causa de grande parte das moléstias, vias de penetração no organismo (...), o alcoolismo e o tabagismo, a habitação higienica, a escola higienica, hygiene corporal, leitura e escripta no ponto de vista higienica

A tentativa do Estado de atingir o povo com orientações e regulamentos era desenvolvida nas escolas pela ação da professora que movida pela idéia de missão educativa, baseava sua conduta na aquisição de maiores conhecimentos, que por sua vez, possibilitassem o disciplinamento dos indivíduos. A sua atenção deveria estar voltada para os comportamentos

apresentados pelo aluno para que ela pudesse intervir de forma direta no seu desempenho.

Dessa maneira, podemos destacar que o conceito de higiene apresentado pelo programa do Curso de Férias ia além das determinações de asseio e ganhava relevo também no aprendizado da leitura e da escrita. A postura na cadeira, a distância do livro dos olhos do aluno eram apontados como fatores importantes na observação da professora e serviam como reguladores da aprendizagem, como no ato da escrita, no qual o aluno não poderia possuir *posições viciosas*, nem tão pouco deixar de escrever *de forma direita em papel direito e com o corpo direito*.

A Reforma de 1922

O projeto de desenvolver o cidadão como suporte para o progresso social era discutido como questão política que deveria envolver os estados brasileiros na propagação das idéias educacionais e na instrução do povo como mecanismo de crescimento da sociedade.

No ideário nacional da educação, as medidas que serviriam para dar suporte ao desempenho das funções das políticas públicas do ensino eram impossibilitadas de serem organizadas e mantidas pelo governo centralizado e, como forma de resolver essa situação os governos necessitavam trabalhar em prol da propaganda nacionalista em cada localidade. Os governos locais deveriam preparar-se para manter as escolas e a organização do programa de ensino, além da administração dos recursos destinados à educação, assim como a contratação dos professores e outros funcionários das escolas.

A apropriação por parte dos intelectuais do sentimento de inferioridade no qual estaria inserido o Brasil apontava para a ignorância como um problema a ser resolvido através da instrução adquirida nas escolas. Nos textos desse período podemos encontrar vários argumentos que explicavam a campanha que o Estado implementava nas escolas como forma de efetuar as mudanças consideradas necessárias e reduzir, como eles apresentavam constantemente, a ignorância do povo. Na tentativa de reestruturar o sistema educacional tiveram destaque as reformas de ensino.

As reformas educacionais da década de 1920 tratavam de questões sociais como analfabetismo, educação popular e incluso a isso, a instrução feminina. A mulher deveria estar pronta aos desafios da vida pública, não fugindo do papel imaginário de genitora. Na velocidade com a qual o mundo moderno transformava o cotidiano em uma rotina frenética, o fato de estar pronto para essas transformações abria espaços para novas regras e punia os hábitos que aí não coubessem. Para as mulheres, isso significava ganhar novas responsabilidades e deixar em segundo plano as atitudes que lhe seriam peculiares. Pondo em risco a sua imagem tradicional a partir das novas ações. Colocar em choque o que era comum, já que encontramos na imprensa textos moralistas, principalmente ligados ao discurso cristão. Recaiá sobre a formação e a prática dessas normalistas o encargo de preparar o povo ao exercício da cidadania cujo objetivo era o progresso do país.

No Ceará esse fato foi observado na década de 1920 através da Reforma Educacional de 1922. O processo de remodelação da instrução pública despertou opiniões entusiastas, ao mesmo tempo em que buscava demonstrar o quanto a educação cearense estava distante do ideário da Pedagogia Moderna.

Relacionado aos procedimentos que o Estado deveria tomar para dinamizar o ensino podemos observar algumas referências às renovações administrativas do aparelho educacional cearense. Com esse objetivo, o presidente do Estado do Ceará, Justiniano de Serpa, solicitou a recomendação do governo de São Paulo de um profissional apto a desempenhar as medidas necessárias ao desenvolvimento do ensino público cearense. A argumentação utilizada pela administração pública, ao procurar o apoio do governo paulista, era pautada nos estudos modernos de ensino que já eram aplicados em São Paulo e, segundo o governo reconhecidamente *praticados vantajosamente*. Essa atitude resultou na vinda do professor Lourenço Filho ao Ceará. A sua presença no estado cearense ocasionou a elaboração da Reforma Educacional de 1922. Lourenço Filho atuou como Diretor da Instrução Pública e foi considerado como figura relevante na administração do sistema público de ensino. A propaganda governamental de apoio à Reforma, realizada pelo jornal *Diário do Ceará*, destacava o êxito das ações pedagógicas do educador paulista:

(...) Toda a administração pública tem sido reorganizada, remodelada, de modo a consultar melhor os interesses do serviço público, sem maiores ônus pra o thesouro estadual. A constituição foi

reformada e posta em melhor harmonia com o espirito geral do regimen. A instrucção publica foi reorganizada, sendo contractado para dirigir esta reorganização um competente profissional paulista, emérito pedagogo, cuja acção já se vai fazendo sentir(...).

A imagem positiva das transformações possibilitadas pelo governo como justificativa para a economia dos recursos financeiros e a exaltação à presença do educador paulista podem ser confrontados com os apontamentos contrários aos indícios de execução do novo regulamento de ensino. Os comentários levantados pela imprensa opositora ao governo assinalavam as medidas ocasionadas pelo governo não suprir de maneira adequada as falhas encontradas no ensino. Além disso, segundo as críticas, a significância da presença de Lourenço Filho estava tão-somente com as teorias da Pedagogia Moderna e Psicologia Experimental que ele implantou na Escola Normal como professor de Pedagogia, considerado como o estudioso apropriado para a vaga devido sua capacidade intelectual. Entretanto, a historiografia sobre a educação cearense apresentou recentemente aspectos que afirmavam a presença de Lourenço Filho como responsável direto nas mudanças originadas no período da Reforma. Considerando a literatura a esse respeito foi possível encontrar um intenção de divulgar essa imagem do educador paulista. Em outros termos, segundo Cavalcante, a atuação de João Hippolyto na direção e no acompanhamento dos métodos pedagógicos aplicados na Escola Normal e na Escola de Aplicação não teria recebido a relevância que destacaria o pioneirismo cearense nas práticas e estudos da Pedagogia Moderna.

Dentre as observações e críticas abordadas destacamos o texto do professor Joaquim Moreira de Sousa sobre Lourenço Filho. Nesse texto, o autor defendeu a relevância da presença do educador paulista no Ceará como reformador e destacou a eficácia das idéias aplicadas por ele na educação cearense, como o incentivo à criação de novos prédios escolares, a implantação do curso de férias, a criação da Diretoria da Instrução Pública, resultando na burocratização do ensino. Também foram instituídos outros setores ligados à instrução como: as caixas escolares e a inspeção médico-escolar.

Ao mesmo tempo em que apontava as realizações de Lourenço

Filho como Diretor da Instrução Pública, Moreira de Sousa é criticado por Cavalcante por assinalar a Reforma como obra exclusiva desse educador e por não destacar os estudos e práticas pedagógicas anteriores a esse período. A elaboração dessa idéia, por outro lado, baseia-se em figuras do cenário local como o Dr. João Hippolyto, então Diretor da Escola Normal, que teriam apresentado a análise sobre os ensinamentos da Pedagogia Moderna e os ensinamentos ativos não como inovadores, ao passo que ambos já faziam parte do conhecimento dos professores do curso magistério da Escola Normal. Essa ressalva surgiu da omissão da atuação do Diretor da Escola Normal no processo da Reforma. Entretanto, esse aspecto levanta outras observações que dizem respeito à possibilidade de a administração de João Hippolyto na Escola Normal ganhar proporções nas escolas primárias do estado, ou seja, como a dimensão do seu desempenho viria a exercer influências nos programas de ensino e na rotina das escolas? Sobre isso, ressaltamos a atuação de João Hippolyto também na direção da Escola de Aplicação, ligada às primeiras experiências das normalistas em sala de aula e posteriormente na sua transformação em Escola Modelo. Contudo, isso não possibilitava a sua atuação direta na Diretoria da Instrução Pública, no acompanhamento de outras escolas primárias. Dessa forma, podemos questionar em que medida a prática docente das ex-normalistas nas escolas primárias e a disponibilidade dos materiais necessários para essas instituições era acompanhada pelos intelectuais que compunham a Escola Normal.

A procura em justificar a presença da teorização dos métodos modernos no Ceará estava distante das realidades práticas dessa metodologia nas escolas. Dessa maneira, a pertinência em explicar o pioneirismo restringia-se à compreensão teórica da Pedagogia, enquanto as escolas e o aparelho de ensino público não se encontravam em condições aptas para essas propostas devido à falta de recursos materiais, que possibilitassem a aplicação dos métodos modernos de ensino e, ainda pelos poucos recursos financeiros do Estado. Incluso a essas questões estava o jogo político que ganhava proporções significantes na fala dos partidários do governo. A Reforma Educacional estava envolvida, antes em um problema político do que em uma questão meramente pedagógica. Nesse sentido, podemos observar que as articulações estabelecidas nesse período pela Diretoria da Instrução Pública voltavam-se para os problemas não apenas metodológicos, mas de estrutura física e condição higiênica das escolas e para a aparelhagem

necessária para que a Reforma alcançasse os objetivos almejados.

Cadastro escolar.

A elaboração do Cadastro Escolar em 1922, segundo o Diretor da Instrução Pública, Moreira de Sousa, serviu como mecanismo para o governo mapear as condições em que se encontravam as escolas e as suas instalações. Esse cadastro tinha como objetivo dimensionar a situação das crianças entre 7 e 12 anos analfabetas que freqüentavam ou não a escola e, dos recursos disponíveis para a realização das aulas.

Quantas crianças havia, de 6 a 12 anos de idade, analfabetas ou não em cada município;

Quais as condições de vida de cada município, segundo sua produção econômica, índice de saúde, comunicações, etc;

Qual o auxílio com que se podia contar, da parte das prefeituras ou particulares, para localização conveniente das escolas já existentes e das que viessem a ser criadas;

Qual o material existente nas escolas públicas (de que não havia inventário);

Qual a opinião dos chefes de família sobre horários, férias e outras questões locais

Essa pesquisa foi realizada por meio de um questionário que deveria ser respondido pelos prefeitos dos municípios cearenses. A partir das respostas seriam encaminhadas as soluções necessárias. Através dessas perguntas o governo pôde diagnosticar os problemas a serem resolvidos no ensino. As respostas dadas pelos governantes para essas questões apresentavam-se, em alguns municípios, como problemas específicos, embora as causas estivessem relacionadas à forma imprópria como a educação era aplicada nas instituições públicas de ensino.

Aspectos negativos eram ressaltados nas respostas oferecidas a essas questões como problemas de ordem orçamentária; entretanto, o encaminhamento das providências a serem tomadas levava à seguinte solução: o aumento no orçamento destinado para a instrução. Segundo os elaboradores dessas respostas, prefeitos dos municípios cearenses, essa medida servia para reverter a falta de escolas, a precariedade das instalações

desses estabelecimentos, as dificuldades nas acomodações dos alunos, a ausência de cadeiras para eles sentarem, a falta de higiene nesses espaços, a impossibilidade dos pais matricularem os filhos, os salários baixos das professoras e a inadequação dos conteúdos aplicados nas aulas. As condições financeiras precárias que impossibilitavam o funcionamento do ensino apontavam para as instalações problemáticas das escolas e o seu número insuficiente, além da má distribuição na capital dos grupos escolares em bairros que não atendiam satisfatoriamente à população infantil analfabeta.

O Cadastro Escolar apresentou um número significativo de crianças fora da escola. Esse fato foi atribuído à falta de compromisso dos governos municipais e estadual em garantir o direito ao ensino. Essa pesquisa apresentou, ainda, uma análise do número de analfabetos, das condições de saúde das crianças e da sua frequência nas escolas. No tocante aos recursos disponíveis para manter o ensino foram apresentadas as contribuições públicas e particulares com as quais se poderia contar.

A falta de recursos financeiros foi observada também na realização do cadastro. Sob a direção de Lourenço Filho, o governo não empregou despesas extras. Isso ocorreu devido à participação das professoras e outros funcionários da instrução pública na coleta de informações acerca das escolas e sobre os índices de analfabetismo nos municípios cearenses, sem o recebimento de algum pagamento. Entretanto, o trabalho realizado pelas docentes não foi observado pela oposição como merecedor de crédito do governo. Pelo contrário, foi alvo de críticas, ao possível descaso com as professoras. Esse acontecimento levou o jornal situacionista *Diário do Ceará* a responder às acusações:

Um vespertino extranha que as sras. Professoras publicas da capital estejam auxiliando pessoalmente o trabalho final do Cadastro Escolar, na zona urbana de Fortaleza, e a proposito, indaga em que lei se funda a Directoria de Instrucção "para obrigar-as" a um tal trabalho. É bem que se saiba, em primeiro logar, que esta Directoria não está obrigando ninguém; tem convidado as sras. Professoras a recensear alguns quarteirões de rua próxima á sua escola ou residência, dispensando-as, para isso, do ponto diario, por 1 semana, e tem visto a quase totalidade do professorado executa o trabalho, com entusiasmo digno de nota e escrupulosa perfeição."

A resposta encaminhada sobre a participação das professoras faz parte da construção do perfil das educadoras nessa atividade junto à Diretoria da Instrução Pública. A argumentação para a sua participação nesse cadastro

baseava-se no apelo realizado pelo Presidente do Estado, Justiniano de Serpa, *aos professores, estudantes das escolas secundárias e superiores, escoteiros e pessoas envolvidas com a instrução* para trabalharem nesse recenseamento. Entretanto, a figura da mestra não é questionada como os outros personagens porque no caso das educadoras o governo as observava como missionárias que trabalhavam em prol da luta contra o analfabetismo.

O resultado do cadastro escolar apontava para o empenho dispensado pelas professoras para aplicar as aulas, como nas cidades do interior em que elas lecionavam em suas casas devido à falta de imóveis onde as aulas pudessem ocorrer. Para ensinar, as professoras eram levadas a viajar para outros municípios. Utilizavam do seu próprio material para instrumentalizar a escola, alugavam salas e eram responsáveis pelo recebimento do aluguel com o dinheiro enviado pelo governo.

A infância no século XX: 7 e 12 anos

A questão familiar estava ligada ao processo de crescimento econômico das cidades, pois havia uma preocupação em manter a harmonia do lar e em construir uma imagem positiva desse micro-cosmo social. A casa era responsabilidade da mulher, que deveria zelar por seu equilíbrio, além de ter a obrigação de educar os filhos e dedicar-se ao marido. Primeiro local onde se exercia o pátrio poder.

A medicina, através dos estudos de intervenção nas famílias, determinava o perfil de família burguesa que deveria ser seguido. A infância foi vista como ponto de preocupação da medicina e do controle social, devido às condições nas quais as famílias viviam, além da ignorância e da miséria da população pobre. A imagem da infância estava condicionada à representação do feminino no lar. A existência da mãe estava condicionada ao cuidado com o filho. A profilaxia resultaria de uma pedagogia da maternidade que condicionaria o comportamento da mãe às atividades direcionadas à alimentação, à higiene da criança e do ambiente familiar. A valorização da mulher estava acima da imagem de “reprodutora”. A construção do seu papel

social pertencia ao cuidado com a formação de cidadãos saudáveis e fortes para a Nação. Nesse sentido, ela precisava compreender o seu desempenho como constituinte de uma coletividade.

Nos ensinamentos da puericultura, a mulher aprenderia a como utilizar de mecanismos de limpeza, disciplina e quais os instrumentos necessários para manter a criança saudável e com o desenvolvimento adequado. A mãe precisava estar atenta aos cuidados e às mudanças no corpo do filho, observando os seus atributos físicos, a fala, a dentição, caracteres secundários femininos e masculinos, o tamanho, entre outros. A criança passou a ser o elemento-chave da família. As mães dariam os primeiros ensinamentos; entretanto, isso não ocorria constantemente. Além do espaço familiar, a criança deveria contar com outra instituição inclusa no ideário de controle social: a escola.

Para isso a escola deveria estar preparada para receber os filhos da Nação.

(...) Quando a criança passa da família para a escola, trocando os innocentes brinquedos do lar pelas lides do estudo, è mister que a pessoa que vae desempenhar junto a ella as funcções do preceptor guie com desvelo e sabedoria os seus primeiros passos atravez d'aquelle mundo que lhe é inteiramente desconhecido.

(...) Até alli a tenra creaturinha so conheceu a doçura das caricias maternas; mas ao completar 7 annos e às vezes mais cedo é arrancada à ledice de seus gentis folguedos e passa da tutella affectuoso de sua mãe para a do professor – uma entidade que ella não conhece e que por essa razão deve receiar e temer.

(...) O professor é encarregado de continuar a desenvolver os ensaios de educação feitos pela criança no lar, e no desempenho de tal cargo terá muitas vezes que lutar contra pequenos defeitos nascidos da exagerada indulgencia de algumas mães, que deixam os filhos seguirem os impulsos da indole e os estouvamentos proprios da idade, sem reflectirem nos graves inconvenientes que d'ahi podem resultar.

Si não possuir em alto gráo a paciencia e a constancia, o professor desanimará ante esses obstáculos; mas escudado por essas duas grandes virtudes que lhes devem ornamentar a alma e fortalecel-o nos momentos de desanimo, chegará a ter bom exito e conseguirá affastar do coração de seus pequenos discipulos os maos sentimentos que como plantas damninhas queriam ahi deitar raizes.

(...) O professor deve empregar todos os meios para fazer-se amar pelas crianças. Assim tudo conseguirá dellas, porque ninguem resiste ao amor, nem ao encanto da amabilidade; e uma vez certo da affeição de seus discipulos poderá aperfeiçoar-lhes os bons impulsos e tornar-lhes faceis os deveres da escola.

(...) Emfim, si o professor possuir qualidades moraes elevadas e si à coração juntar uma instrucção complete e uma educação aprimorada, concorrerá honrosamente para a formação do character de seus alumnos e contribuirá para o desenvolvimento e progresso de sua patria realisando a phrase do grande Pestalozzi : “O futuro das

nações está nas escolas”.

A inocência da criança precisava ser conservada pela pessoa que viesse a conviver com ela. A sua inclusão no mundo externo ao lar deveria ser acompanhada por pessoas aptas a essa tarefa. O temor à figura do professor deveria ser vencido pelo respeito e pela conquista da confiança da criança.

A passagem da responsabilidade da família para a escola era problemática, porque ao tentar evitar a permanência das crianças na rua, o governo apropriava-se do encargo da família em cuidar dos filhos. A rua era vista como um perigo, escola do mal. Além disso o bairro onde a criança vivesse poderia ser indicado como uma ameaça.

A escola era observada como saída para a disciplinarização dessas crianças, que se baseava no uso da autoridade para reprimir os comportamentos que não impedissem a formação do caráter desde a mais tenra idade.

A figura do professor foi, nessa situação, exaltada como personagem responsável por receber a criança no espaço fora de casa. As atenções a ela dispensadas, que antes eram compromisso da mãe, passam a ser realizadas pelo professor.

O texto permite observar que a criança representava nesse contexto um ser individualizado e com características próprias, ou seja, ela já não era vista como miniatura de um adulto, mas passou a ser observada como centro do processo de aprendizagem, o qual precisava ser guiado para atuar na estrutura social em que vivia.

Para a concretização desse processo, a criança estava apta para receber os conhecimentos necessários a esse desenvolvimento. Dessa maneira, ela precisava de exemplos concretos, nos quais deveria espelhar-se. Em casa, a criança deveria receber os primeiros ensinamentos e através da sua vivência corrigir os atos indevidos e apropriar-se das maneiras corretas de agir. A imagem que se criava para a professora primária de acolhedora das características maternas, terminava por condicionar o trabalho docente ao cargo de substituta da mãe.

A professora Francisca Clotilde ainda encaminhou no texto a solução para os fundamentos que deveriam nortear a práticas dos professores: os fundamentos morais deveriam compor a prática docente entre a paciência e a sabedoria no cuidar da criança. Essa idéia ultrapassou o século XIX e

chegou aos anos de 1920 como uma prática comum e personificada na figura das “tias”.

Contudo, já não bastava apenas a educação moral para encaminhar a relação escolar, precisava-se de um conhecimento científico que orientasse esta prática. O funcionamento da escola em padrões morais “específicos” compõe o seu objetivo em desenvolver um ensino padrão e normatizador. Outros fatores construiriam o perfil do aluno nesse período.

A modelagem do indivíduo na infância era importante para concretizar a formação do perfil de cidadania. Nesse sentido, essa situação era apontada como resultado da negligência do governo para com o problema das crianças e dos jovens que vagavam pelas ruas da capital, cometendo crimes e brigando entre si. A partir disso, surgiam críticas ao governo e exigiam-se precauções que precisavam ser tomadas para que esses menores resultassem nos homens do amanhã, responsáveis pelo futuro da Pátria.

Os críticos do governo repetiam que se precisava empregar um sistema preventivo que ocupasse o tempo e as ações da infância e da juventude, com atividades que promovessem o aprendizado de técnicas e ofícios profissionais. Para isso a matrícula em escolas levá-los-ia à prevenção dos atos delituosos e legitimaria as relações de controle na sociedade

Iniciados na escola do crime, porque perambulando pelas ruas publicas, a liberdade absoluta que usufruem é um estímulo para os seus instintos não educados, os menores, pervertidos por má companhia, praticam, a principio, acções ligeiramente reprováveis e, depois, outras mais graves em seus efeitos, nas quaes reincidem insensivelmente, até que se tornam autores de crimes hediondos, por lhes haver faltado, em tempo, o amparo do poder social.

(...) Está provado “que nem sempre a escola torna inútil a prisão, e que, em muitos casos, a primeira fornece elementos para que os predispostos ao crime se habilitem a entrar na segunda”.

Isso acontece porque, faltando a disciplina domestica, nenhuma resulta a obra do professor. Tanto que Evaristo de Moraes, um estudioso da criminalidade da infância e da adolescencia, afirmou: “A dissolução da família e a anarchização da sociedade tornam improficuos, até certo ponto, os sacrificios feitos com a instrucção literária da infância pobre. Ao par da instrucção seria preciso dar, tambem, educação, principiada no seio da família, continuada na escola e corroborada constantemente por exemplos públicos de honestidade pessoal e governamental” .

A maneira como as crianças deveriam ocupar o seu tempo precisava estar inserida na lógica racional do trabalho, para que as suas atividades estivessem voltadas ao aprendizado de algum ofício. A escola

profissional era vista como solução: *escolas agrícolas, abrigos, escolas de arte, entre outros.*

(...) não valem as escolas sem internato, porque é muitas vezes no seio das próprias famílias, que os menores vão encontrar o germe da corrupção. Há Paes incapazes de educar os filhos, como há outros que são indignos, dados á ociosidade e á bebedice. Estes são sempre homens sem crenças, que vivem sem religião, servindo aos seus instintos e vivendo para os seus vícios

O ócio infantil era destacado como causa para os novos delitos que poderiam ocorrer na sociedade. A capital cearense era apontada pela imprensa como local propício ao crescimento da delinqüência e isso servia de crítica ao governo, pela falta de responsabilidade e providências que mudassem essa situação. Além disso, outro ponto abordado na mensagem era a questão do fardo social que a pessoa poderia vir a ser futuramente devido, à falta de ocupação.

Observando esses fatores, percebem-se quais eram os objetivos sociais e a importância econômica da profissão, aliadas à formação nas escolas profissionais que ocupariam as mentes e permitiriam aos alunos exercerem uma tarefa que futuramente lhes serviria como sustento material. Desde a formação das primeiras letras, a criança deveria entrar em contato com alguma atividade que lhe proporcionasse o aprendizado material de um ofício. Com isso, a imagem romântica da infância abre espaço para a fraqueza e a fragilidade que precisava ser transformada na qualidade do adulto útil à nação.

A escola preparando para o trabalho: ensino ativo

Nas escolas que devem de ser o grande laboratório, onde se façam homens e patriotas e se modele a dignidade humana pela moral e pela razão, as crianças ignoram por completo o que seja hygiene, amor ás ocupações práticas, sentimento de solidariedade social, obediencia ao principio de autoridade, numa palavra o que seja o civismo

No final do século XIX, a educação do cidadão já era voltada para a formação de uma sociedade com homens e mulheres aptos a desenvolverem seus papéis sociais e a compreenderem seus deveres. A ocupação de funções não correspondia apenas à profissão. Os conceitos morais atribuídos à condição de cada indivíduo também partiam da posição ocupada na família. Este fato definia a organização da sociedade burguesa, que neste período combatia fortemente as idéias e hábitos que não condiziam com sua estrutura, um exemplo era o caso da mulher ausente do espaço familiar, que resultaria em uma quebra nos papéis feminino e masculino, interpretada como ameaça para a manutenção do poder burguês.

Além do conceito de cidadania a partir do direito ao voto e apropriação do processo de higienização da população, o contexto da educação democrática também apresentava o conceito de utilidade do cidadão pelo trabalho. Nesse sentido, procuramos analisar nesse item as propostas que foram apresentadas para desenvolver a política educacional direcionada à formação do cidadão pelo trabalho.

Nesse contexto, buscou-se compreender o papel da escola e, principalmente, os discursos que envolviam a formação educacional das crianças cearenses. Em um primeiro momento, faz-se necessária a diferenciação entre o que se denominava como instrução e o conceito de educação. Essas caracterizações norteavam a intervenção social na formação infantil.

A instrução deveria ser mediada diferentemente da educação, ao passo que a primeira instrumentalizava o indivíduo para o desempenho da profissão e a segunda desenvolvia o dever pátrio da cidadania nos vários segmentos sociais. Em outras palavras, a educação referia-se ao comportamento do cidadão e à normatização dos costumes. Esse processo baseia-se na formação do indivíduo pautada na racionalização do comportamento.

A política empregada nas escolas direcionava o patriotismo dentro desta instituição, primando pelas práticas nacionalistas de culto à nação e de celebrações cívicas. Esses estabelecimentos confirmavam a interpretação social que a condição de cada um estabelecia. O Estado aproximava-se das famílias populares através dos professores primários, os quais deveriam se

apropriar do discurso afirmando conceitos da cultura, hábitos e costumes da elite. Essa definição originou embates que incluíam de maneira direta a formação das professoras e o funcionamento das escolas.

Além disso, a profissionalização, neste período, era vista como uma forma de disciplinar o indivíduo e como subsídio para a economia. Para isso as autoridades responsáveis pela segurança e disciplina da população apontavam para o problema da ocupação do cidadão como forma de combater o crime. Como o presidente do Estado apontou no seu relatório, era preciso evitar o delito ao invés de puni-lo, ao passo que o infrator deveria ter sido orientado antes de cometer alguma delinquência, preparado para atuar como indivíduo com dignidade. Para isso, José Moreira da Rocha expõe uma “teoria” sobre a seqüência de atos que poderia realizar um homem levado pela falta de ocupações.

Um dos temas que merecem particular preferencia de nossa parte, por seu lado humanitário, como por seu espaço cívico é o combate, sem tréguas, á vagabundagem existente em nossa capital.

Em sua apreciável Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa no dia 1º corrente, o Sr. Presidente do estado tratou do interessante assumpto com muito acerto e critério.

(...) “No espírito da nossa lei, a vagabundagem é mais um acto preparatório de que um delicto consumando. Pensa, identicamente, Drioux, ao ensinar que a repressão da vagabundagem tem antes de tudo, character preventivo; presume-se, judiciosamente, que o indivíduo vivendo assim, será levado por suas necessidades e ociosidade, a commeter crimes e delitos ou, pelo menos, a viver como parasita da sociedade repelindo a lei do trabalho que se impõem a todos.

(...) Da vagabundagem o homem pôde deslizar, insensivelmente, para a mendigancia e dahi para o crime. É perigoso o individuo que não tenha meios de subsistencia, nem domicilio ou profissão, conceito que Macé exprimiu, por outras palavras, dizendo que o vagabundo contem em si o estufo de um malfeitor e vem a sê-lo, cedo ou tarde.

(...) A sociedade cumpre organizar a sua defesa mais intelligentemente, partindo da discriminação entre o infeliz e o criminoso para instaurar, conforme o caso, as suas medidas, que serão repressivas, em se tratando de indivíduos perversos, e de amparo e incentivo, em se tratando de menores desoccupados. Importa fazer essa distincção em institutos que funcçionem com regularidade, e sob directa e cuidadosa inspecção da autoridade (...)

Ao mesmo tempo em que se falava da ação da escola, o texto ressaltava que o indivíduo viria a despertar o que havia dentro de si, sendo isso bom ou mal. As escolas serão observadas como instituições disciplinadoras, fazendo parte da remodelação da cidade. Destacava-se nesse

debate entre os intelectuais, a escola profissional como forma de ampliar as possibilidades de um crescimento no número de profissionais qualificados. No entanto, essa idealização não foi além das aspirações de alguns pensadores, pois o diretor da instrução pública apresentou em um encontro pedagógico as dificuldades enfrentadas para aplicar esse projeto em palestra intitulada “*A escola primária profissional*”:

Terminou opinando pela inadaptabilidade do ensino profissional primário entre nós por diversos motivos:
Deficiência dos meios economicos para a sua manutenção;
Falta de preparo tecnico profissional do professorado;
A completa desorganização que as coisas do ensino traria a sua adoção actualmente.

O argumento apresentado, nesse trecho da palestra proferida pelo diretor da instrução, na ocasião da Semana Pedagógica de 1929, foi exposto como resultado da falta de meios econômicos para manter o funcionamento da escola profissional. Contudo, as causas apontadas por Moreira de Sousa não estavam distantes dos outros motivos que eram utilizados para explicar as falhas que eram relacionadas ao ensino público.

Escola Moderna

Ao mesmo tempo em o fim do analfabetismo que ganhava espaço no discurso da educação popular, a propaganda em prol de um ensino capaz de preparar o homem para o trabalho também norteava a organização das instituições escolares.

No início do século XX, palavras como modernidade, trabalho e educação foram unidas como participantes de um ideário de desenvolvimento social. Neste item, destacamos alguns sentidos usados para essas expressões e o seu emprego no contexto cearense. Dividimos essa apresentação na abordagem das expressões “Pedagogia Moderna”, “Educação Popular”, “Escola Moderna” e “Escola Nova”, como forma de compreender o percurso estabelecido pelas políticas públicas da educação no Ceará.

O termo Pedagogia Moderna era utilizado sem distinguir a sua definição, criando um sentido geral para essa proposta de estudo. Percebe-se

que essa denominação permitiu a apropriação por várias correntes de estudo do que seria moderno na educação.

A utilização da educação como forma de desenvolver a sociedade não foi defendida apenas pelo Estado através dos intelectuais que o representavam; mas foi apresentada como proposta de ilustração pelas classes trabalhadoras. No Ceará, podemos destacar campanhas desenvolvidas pelos sindicatos, associações e corporações de ofícios.

Nesse sentido, existiu dentre essas vertentes, uma organização de educação desenvolvida para a classe mais pobre, “o povo”, compreendido na definição anarquista de ensino, tratava-se da Escola Moderna.

A proposta dessa Escola definia-se pela busca de uma educação voltada para o desenvolvimento consciente do indivíduo e para a regeneração social. A interpretação apresentada por essa Escola sobre a educação popular apontava para a afirmação de que o Estado se utilizava dos métodos para se auto-afirmar.

Baseada nos princípios de solidariedade, fraternidade e justiça, a Escola Moderna encaminhava o seu funcionamento à priorização do aluno no centro do aprendizado, definindo o seu funcionamento a partir desse objetivo.

Escola Nova

Saber ler e escrever de um modo rude, sem a noção da sua utilização – será sempre melhor do que ser analfabeto – mas também não basta.

É necessário que se prepare um ambiente escolar novo pra dar o impulso desejado a toda a instrução. Para isso o dinheiro só não basta, mas por isso mesmo pôde-se obter sem aumento de verba. É uma questão de convicção, de methodo, de preparo moral, de pedagogia, de espírito e de ideal. Reorganizado tudo com esses elementos, será sempre possível avançar muito conquistar grandes cousas apenas com organização e cultura, dentro das verbas antigas.

A falta de escolas deixa por ahi analfabetos. As más escolas produzem semi-lettrados quase tão incompletos e falhos como analfabetos.

Para acabar com os analfabetos, é preciso, principalmente de dinheiro, porque é uma questão de quantidade de dimensão, de aumento de classes, de professores, de matriculas e freqüências. Para acabar com os semi-lettrados, é preciso mais espírito, e o dinheiro só não basta. É preciso um aparelhamento completo efficiente regular, professores hábeis, programmas modernos e apropriados a pedagogia nova, espírito novo.

Assim combatendo os analfabetos, cujo desaparecimento

deve ser o ideal Maximo, devemos todo cogitar com igual interesse do preparo apropriado dos que já recebem instrução (...)

A campanha da educação nesse período ganhou a propaganda do ideário da Escola Nova e das inovações desse modelo pedagógico. A questão relativa aos métodos aplicados nas escolas e aos conteúdos que deveriam ser estudados transformou-se em assunto constante nos artigos dos jornais, como também na realização de encontros pedagógicos cujo objetivo era discutir o funcionamento da instrução pública.

O movimento da Escola Nova foi apresentado como forma de reorganizar a sociedade e construir uma harmonia social. Essa metodologia baseava-se no ensino ativo e na formação do ser integral. Esse movimento apresentou-se como mais uma influência estrangeira no Brasil. Em outras palavras, os estudos ligados à Psicologia, Medicina, Jurisprudência e à própria educação, que teriam sido formulados nesse momento, destacavam-se como teorias utilizadas nesse projeto regenerador. Dentre os teóricos destacamos aqueles que eram citados com freqüência: Claparède, Decroly, Ferrière e ainda o norte-americano Dewey. As idéias e as pesquisas utilizadas por esses teóricos eram divulgadas nas conferências e nos programas de ensino, contudo, resta-nos saber até que ponto os seus nomes e as citações permaneceram apenas nas falas dos intelectuais ou se alcançaram as práticas das escolas.

O trabalho realizado na perspectiva da Escola Nova objetivava o desenvolvimento de métodos e atividades para que o aluno aprendesse através de trabalhos manuais, oficinas e não apenas pelos processos de memorização dos conteúdos apresentados.

A literatura educacional utilizada nesse momento correspondia aos temas presentes na discussão dos intelectuais ligados ao escolanovismo que apontavam para outras metodologias, que precisavam estar distantes das antigas práticas escolares, consideradas incapazes de prover o desenvolvimento esperado.

A proposta do ensino ativo visava estudar o comportamento humano compreendendo o homem como sujeito social e centrado em suas atividades sociais, cuja transformação das diferenças individuais seriam colocadas em

favor da coletividade. Contudo, essas definições da Pedagogia Moderna ganhavam uma implicação política que estava submetida ao plano democrático, o papel considerado relevante para essa metodologia encontrado nos programas de ensino ganhou destaque pela distribuição de temas que eram importantes na construção da cidadania, como apontou Lourenço Filho:

As raízes da reforma escolar de nosso tempo encontram-se, de fato, nessa dupla ordem de fundamentos: primeiro, maior e melhor conhecimento do homem, mediante a análise das condições de seu crescimento, desenvolvimento ou expansão individual; depois, maior consciência das possibilidades de integração das novas gerações em seus respectivos grupos culturais. Em tal confronto, surge, aliás, a antinomia fundamental do pensamento pedagógico de todos os tempos, ou oposição entre natural e ideal, a expansão do indivíduo e a sua subordinação à vida política e moral do grupo.

O autor prosseguiu a sua explanação enfatizando a idéia da educação como interventora e modificadora dos comportamentos. Esse discurso servia para apresentar a educação como saída para os problemas de comportamento humano, precisava-se então preparar o “povo” em uma escola estruturada pelos meios com os quais a cidadania seria vivenciada. Criou-se um ideal de ensino que necessitava da organização das instituições escolares, fazia-se necessário ao governo cearense mapear os educandários existentes e criar outras escolas para abranger a população em idade escolar. Desta forma, ocorreram os cadastros escolares que tinham como objetivo realizar um levantamento das crianças em idade escolar que estavam fora da escola. Entretanto os índices apresentados por essa pesquisa mostraram que além do elevado número de crianças fora da escola, ainda não havia um número suficiente de instituições de ensino públicas que possibilitasse a matrícula desses alunos. O aparelhamento que se possuía não bastava para suprir a necessidade da população em idade escolar e, além disso, a localização das escolas não possibilitava o alcance das crianças que precisavam se deslocar para assistir às aulas.

Os problemas da instrução

Com a finalidade de analisarmos as condições do ensino nesse período destacamos o artigo intitulado *Instrução Pública Primária do Ceará* publicado em 1939, na *Revista do Instituto do Ceará*, no qual Sousa Pinto apresentou uma avaliação da estrutura educacional cearense no final da década de 1910 e, em destaque, como essa situação continuou na década seguinte.

Os apontamentos de Sousa Pinto são questões relevantes para o estudo sobre a educação cearense do período, pois relatam as condições do funcionamento das escolas. Essas informações podem ser encontradas no resultado do cadastro escolar, como também nos relatórios dos inspetores regionais de ensino. Os relatórios apresentados correspondem às visitas dos inspetores regionais responsáveis por vários municípios e que trabalhavam no departamento burocrático da Diretoria da Instrução Pública. O cargo era considerado de confiança e a nomeação era feita pelo presidente do Estado, tendo sido exercido por médicos, advogados e engenheiros. Contudo, os inspetores locais não demonstravam esse mesmo interesse em fiscalizar o ensino, não visitavam as escolas, o que segundo o governo, era justificado pelo caráter voluntário do cargo, sem o recebimento de qualquer tipo de vencimento, resultando como problema na fiscalização do ensino.

Os tópicos indicados pelo autor servem-nos como encaminhamento na discussão sobre os fatores apontados como problemas na instrução cearense:

- a) Nenhum preparo pedagógico do professorado.
- b) O abandono, por parte do governo, do princípio de merecimento das professoras, que, umas, bem ou regularmente desempenham as suas funções, enquanto outras, sem valor ou gosto pelo ensino, é que são promovidas e alcançam melhores posições no magistério, só por empenhos políticos.
- c) A falta de obrigatoriedade do ensino.
- d) A falta de higiene escolar.
- e) As constantes concessões de licença.
- f) As remoções.
- g) A falta de inspeção escolar, entregue, na sua quase totalidade, a indivíduos quasi analfabetos e indolentes.
- h) A péssima localização das escolas, instaladas, a pedido de políticos, em local de pequena população escolar.

Os fatores apresentados como dificuldades enfrentadas pelo governo iam além da questão teórica e tratavam de assuntos administrativos que envolviam a contratação das professoras e dos outros funcionários da

escola, além dos recursos materiais do estabelecimento de ensino. Dividimos a análise desses aspectos entre esse tópico e os próximos capítulos, no sentido de organizamos as interpretações relacionadas à busca do melhor funcionamento do ensino público. Nesse item, iremos analisar a discussão sobre a falta de obrigatoriedade do ensino, e a má localização das escolas nos bairros.

A análise dos demais problemas, como a preparação das professoras, os assuntos ligados ao regimento do trabalho docente, a falta de instalações apropriadas para ocorrerem as aulas e a inspeção escolar será realizada no decorrer dos outros capítulos.

Realizada essa ressalva, observamos que a tentativa de transformar o ensino público em um instrumento eficaz na formação da cidadania não poderia ser impedida pela impossibilidade de a população infantil ser matriculada nas escolas. Não deveria haver obstáculos na concretização desse projeto.

Iniciaremos essa apreciação pela indicação de que a falta de obrigatoriedade do ensino unia-se às dificuldades das famílias em manter as crianças estudando e, conforme Raimundo Frotá, já era esperado pelo governo. Ao mesmo tempo em que encontramos no relatório oficial do Presidente do Estado os articuladores políticos apontando para as necessidades dos mais humildes, o governo abstém-se de manter as crianças pobres na escola, bem como de garantir a obrigatoriedade do ensino como um direito da população em receber a instrução.

Dentre esses problemas, os colégios particulares ganhavam relevância, por manter o ensino no nível esperado das escolas públicas, ou seja, combatendo o analfabetismo, transformando a cultura vivenciada pela população em progresso. Esse fato não evitava a matrícula de crianças oriundas de famílias ricas nas escolas públicas e, essa condição foi divulgada em um artigo do jornal *O Nordeste*:

(...) Devemos reconhecer que todos fazem jus ao ensino gratuito e, portanto, não somente os pobres como também os abastados tem o mesmo direito à escola.

Mas si o Estado não pode manter escola para todos, como resolver o problema?

Ninguem terá coragem de fugir á evidencia desta verdade; - que é anti-economico e anti-social deixar de ministrar o ensino gratuito aos pobres que, sem o auxilio do Estado, ficarão sem saber ler, para ministrá-lo, gratuitamente, aos abastados ou semi-abastados, que, em hypothese alguma, deixarão de aprender.

Entretanto, que se vê na pratica?

- Filhos de pessoas em condições de pagarem collegios e etc. encham gratuitamente os nossos grupos e escolas, obrigando pessoas de pequenos recursos a pagarem aulas particulares, si querem ver seus filhos aprenderem muito mal a ler, escrever e contar (...)

Nesta questão, devemos ter sempre em vista o principio que também é um aviso: Privados do ensino gratuito, os que não precisam delle não recuarão na estrada da educação e, mais cedo ou mais tarde, terão de vencer, ao passo que os desfavorecidos da sorte, que necessitam da assistencia do Estado, serão atirados, antes do tempo, ao rude trabalho, e, depois, ao vício e à miséria.

Está, portanto, no interesse da collectividade, esquecer preconceitos, perder amor a certas economias, e reconhecer que os governos, não podendo favorecer com a escola gratuita a todos, deverá dar preferencia aos pobres.

O ensino será recebido como uma esmola offercida às creanças desvalidas, sobre cujo futuro não são somente os Paes que têm obrigação de velar.

Privar egoisticamente a pobreza desse beneficio é ignorancia das leis sociaes, é vilania, é clamorosa injustiça.

Dessa forma, o que era justificado como desinteresse do povo pela educação era fundamentado pelo descrédito no ensino e no governo, principalmente porque o Estado falhava em não cumprir o que foi estabelecido no Título II do Regulamento de Ensino de 1922: *Art. 3º- São obrigadas à freqüência escolar gratuita as crianças analfabetas de 7 a 12 anos.* Esse artigo era garantido pela multa de 10\$ a 50\$ que os pais deveriam pagar caso não o cumprissem, o que viria a resultar na prisão de 8 a 15 dias

Referente às famílias rurais, nas quais os pais recebiam o auxílio dos filhos nos trabalhos, era preciso a sua liberação para que as crianças freqüentassem a escola. A família possuía a responsabilidade de realizar um esforço em matricular as crianças na escola, e com isso não ser prejudicada.

A crítica baseava-se no fundamento da obrigatoriedade do ensino gratuito para as crianças analfabetas, o que era apresentado como contraditório nessa abordagem, pois a escola não se encontrava acessível para a população pobre.

A aprovação, em 1925, da lei nº 2322, que autorizava a cobrança das taxas escolares como forma de o governo aumentar a verba destinada ao ensino causou controvérsias no meio social, ao passo que esse fato afirmava a inviabilidade do governo em manter o ensino gratuito.

Art. 1º - Os alumnos que freqüentarem o 3º anno das escolas reunidas e o 3º e o 4º annos dos grupos escolares contribuirão com a taxa annual de vinte e quatro mil réis, paga por seus Paes ou

responsáveis.

Parágrafo único – Os que freqüentarem o curso primário da Escola Normal Pedro II, ministrado na Escola Modelo, anexa à mesma, pagarão, e qualquer dos annos respectios, a taxa que for fixada na lei orçamentária do Estado (*).

Art. 2º - São isentos dessas taxas aquelles cujos Paes ou responsáveis sejam reconhecidamente pobres, ou, sendo funcionarios públicos ou operários, percebam renda mensal não excedente de duzentos e cincoenta mil réis.

(*) A lei orçamentária votada para 1926, para a Escola Modelo, a taxa de 30\$000 annuaes

No documento que apresentou essa resolução o governo deixava isentos da taxa os filhos de famílias que não pudessem manter o pagamento da quantia estabelecida. Como saídas para a carência de recursos e necessidade das crianças mais pobres manterem-se estudando eram incentivadas na sociedade mobilizações filantrópicas a favor do ensino, como a Caixa Escolar que era organizada por mulheres de famílias importantes de Fortaleza. A instituição da *Caixa Escolar* foi oficializada no Regulamento de Ensino de 1922. As senhoras pertencentes a esse grupo realizavam sorteios e doações para unir recursos e auxiliar na manutenção de algumas escolas públicas através da compra de materiais escolares. O dinheiro apurado com as taxas deveria ser usado por essa instituição.

Os governos municipais juntamente com o serviço das *Caixas Escolares* deveriam destinar 2% de sua renda para o provimento da educação. Contudo, essa quantia não era suficiente para manter a regularidade do ensino no que diz respeito à manutenção das suas instalações e aquisição de materiais. Essas taxas escolares foram oficializadas pela Assembléia Legislativa do Ceará que sancionou a Lei n. 2.322, que estabelecia os pagamentos por parte dos alunos que freqüentassem as escolas reunidas e grupos escolares, incluindo a Escola Modelo.

As crianças cujas famílias pudessem colaborar pagariam uma taxa a ser utilizada para a aquisição de materiais e na manutenção das escolas. Essa questão foi apresentada juntamente com a idéia de que o governo não conseguiria sustentar o ensino público. Como pode ser visto anteriormente, na discussão do capítulo 1, a inviabilidade da manutenção das escolas apenas pelo governo era apresentada como um problema cuja solução estaria nas

mãos das famílias mais ricas que deveriam pagar essa taxa.

Além de não existirem vagas disponíveis, a localização das escolas também não possibilitava a frequência dos alunos. A falta de escolas em número suficiente, que abrangessem os bairros da capital e as cidades do interior, era ainda considerada um dos pontos mais graves no início dos anos 1920 e também citada no texto de Sousa Pinto.

O mapeamento das escolas feito durante o recenseamento escolar pôde apresentar que a distribuição das escolas não obedecia a uma concentração nas áreas com um maior número do público infantil. Em Fortaleza, esse problema era demonstrado pela população que escrevia para os jornais como forma de reivindicar a construção de outras escolas. Ressaltamos como a imprensa era articulada pela população para apresentar a sua opinião e suas exigências, isso porque no decorrer da pesquisa vamos encontrando textos nos quais a reivindicação fundamenta-se nos erros do governo, ou mesmo na displicência em não atender às necessidades dos mais humildes, como aponta esse artigo, em que o autor relatou a sua exigência baseado na luta contra o analfabetismo:

Tomo da penna hoje, para, pela collumnas do vosso intemerato matutino, rogar ao Sr. Joaquim Moreira de Souza, digno Director da Instrucção Publica, para que volte as suas vistas, para um dos subúrbios ou bairros desta capital - a Praça José Bonifácio e suas adjacências, onde pelo diminuto e insufficiente numero de escolas, as creanças que ali residem, não podem aprender a ler, pelos motivos que abaixo escrevo:

1º -- Pela razão que asseverei acima, que o pequeno numero de duas ou três escolas isoladas, actualmente, naquelle populoso bairro, não comportariam varias centenas de alumnos, que ainda existe sem aprender, pelo facto de não haver escolas sufficientes; (...)

Posteriormente o jornal *A Razão* publicou a seguinte manchete: *NÃO HA NO MUCURIBE UMA SÓ ESCOLA FUNCIONANDO*. Essa notícia foi questionada pela Colônia de pescadores Z2, que argumentou a existência de duas escolas mantidas por essa associação. O fato resultou em mais uma crítica ao governo e ao descrédito no compromisso do Estado em criar escolas no bairro.

Em outra publicação encontramos a reivindicação da população para que o Grupo Escolar do Bemfica, que funcionava no prédio da Fênix Caixeiral, viesse a ocupar o imóvel construído para esse fim: *Ha mais de dois*

annos aguardamos a realização do que, para as famílias do Bemfica constitue uma aspiração geral, como realmente é, a instalação definitiva do nosso grupo escolar no edifício para o mesmo construído Nesse caso, havia uma instalação própria para a população infantil desse bairro e proximidades. O governo não liberava a sua utilização, despertando nos pais e familiares uma indignação diante da impossibilidade de acesso das crianças ao ensino, que nessa situação não encontravam respostas para a dificuldade em iniciar o funcionamento da escola.

Acompanhando a enumeração feita pelo autor, destacamos ainda a falta de preparo pedagógico do professorado que estava diretamente ligado à formação docente mantida pelo Estado junto à Escola Normal. Essa instituição passou pela reformulação curricular, cujo objetivo era enquadrar a escola no método ativo e na preparação das professoras. Os textos referentes a esse assunto diziam respeito à atuação das professoras nas escolas públicas. A referência às mulheres como público central desse nível de ensino era evidenciada como aspecto relevante na atuação do Estado na educação do povo. No próximo capítulo pretendemos analisar como a construção desse ideário dividia espaço com os apontamentos apresentados nesse item.

Capítulo 2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO CEARÁ

2.1 Professores primários: orientadores das camadas populares

Felizmente, no Ceará de hoje, se cuida da criança, o que vale dizer se cuida do Ceará de amanhã.

As perspectivas de ensino baseadas na Pedagogia Moderna foram utilizadas como proposta teórica na formação dos professores primários. Procuramos no transcorrer desse item analisar a especificidade e a importância dessa vertente de estudo na prática de ensino das professoras. A ênfase da preparação para a atuação do magistério primário encontrava-se no desenvolvimento de estudos sobre as crianças em idade escolar. As futuras professoras deveriam assimilar a metodologia a ser aplicada nesse processo de ensino.

Nesse momento percebe-se uma discussão sobre a formação técnica do professorado e a necessidade de as professoras tornarem-se mais instruídas. É necessário observar como essas professoras construía as suas representações para esses estudos e que interpretações as professoras realizaram em sala de aula baseadas na construção do ensino ativo. Compreender por meio dessas construções do papel de professoras primárias, como as docentes referiam-se ao que lhes era proposto como formação pedagógica. Nesse sentido, a partir da perspectiva da Pedagogia Moderna, procuramos apresentar a importância dispensada ao estudo da concepção de infância como forma de entender a criança nessa fase e a sua transformação em objeto da educação. A criança seria analisada no seu meio social, para adequar o ensino às suas potencialidades. Através do que foi apresentado sobre o ensino objetivo na busca da racionalidade dar-se-á enfoque às teorias sobre a infância e acerca do aprendizado escolar na prática docente.

Além de compreender como era realizada a formação das professoras, tornou-se relevante entender como esses estudos seriam aplicados nas escolas públicas. Dessa forma, busca-se interpretar como esses

conceitos foram vivenciados pelas professoras em sala de aula e a maneira pela qual os estudos da Pedagogia Moderna eram apresentados nas conferências realizadas pela Diretoria da Instrução Pública e nas reuniões pedagógicas ocorridas nas escolas.

A relevância de trabalhar esse tema se deveu à constante referência feita pelos educadores envolvidos na instrução pública para que a formação docente se apropriasse das teorias da Pedagogia Moderna em sala de aula. E era defendida a idéia de unir a teoria à prática como mecanismo para alcançar melhores resultados na alfabetização das crianças.

A formação continuada era visa como suporte para possibilitar que as professoras, mesmo após o término do curso de magistério, continuassem a aprimorar os seus conhecimentos. Ela se realizava através dos Cursos de Férias, da Semana Pedagógica e pelas Reuniões Pedagógicas nos grupos escolares. Nos próximos itens procuramos estudar o modo como foram realizados esses dois últimos encontros.

Semana Pedagógica

A Semana Pedagógica foi idealizada pelo Diretor da Instrução Pública, Moreira de Sousa. Em junho de 1929, foi realizada a primeira conferência, composta por uma série de palestras que deveria se repetir anualmente em Fortaleza. Abordaremos a edição que foi realizada nesse ano, ocorrida no auditório da Faculdade de Farmácia, no Palacete Epitácio Pessoa (União dos Moços Católicos) e no Teatro José de Alencar.

O objetivo da Semana Pedagógica era reunir o grupo de professoras e outros profissionais que atuassem junto à instrução pública para debater sobre os estudos relacionados ao ensino, dentre eles a aplicação da Pedagogia Experimental, a importância da higiene escolar e o desenvolvimento da criança. Pensava-se em demarcar um espaço de apresentação desses temas que seria útil na instrução primária. O evento era anunciado pela imprensa com entusiasmo e a convocação era aberta às professoras e suas famílias. Além de divulgar a programação desenvolvida nessa semana, também eram publicados os resumos das palestras ou mesmo o texto na íntegra, a fim de convidar os leitores a assistirem às palestras

posteriores e de atribuir importância ao evento. Os jornais davam notoriedade ao evento como forma de legitimar os seus objetivos.

Os temas apresentados nesse encontro estavam relacionados às campanhas promovidas pelos educadores, cuja finalidade era a assimilação dos métodos da Escola Nova nas escolas primárias públicas. Outro objetivo era propiciar entre as docentes um interesse em discutir a aplicação do método ativo e da ação direta das crianças no aprendizado.

As conferências faziam parte de um plano de divulgação da Associação Brasileira de Educação, cujo propósito era expor as idéias do projeto político pedagógico pelo qual essa instituição era definida. Os propósitos da ABE estavam relacionados à educação para o trabalho e à idéia de uma escola única para todos.

Nas palestras feitas nesse período eram destacados os estudos desenvolvidos pela Medicina e pela Psicologia sobre a formação da criança. A programação era diária e, na ocasião, o palestrante apresentava o tema apontando as formas como as professoras primárias poderiam fazer uso do método e aplicar esse conhecimento na sala de aula. Os conferencistas escolhidos para essas reuniões eram profissionais da saúde e da educação. Foi possível observar a divisão das atividades programadas nesse encontro:

Primeiro dia – 10:
Conferência de abertura com o dr. Moreira de Souza, director da instrução publica, com o thema:
“Podemos ter, no Ceará a Escola Primária profissional?”
Segundo dia – 11:
Pelo dr. José Sombra:
“A psychologia da atenção e seu valor pedagógico”.
Terceiro dia – 12:
Pela Professora Edith da Costa Braga:
“A Psycho-pathologia e a sua applicação na Escola Primária”.
Quarto dia – 13:
Pelo dr. Leite Maranhão
“A Hygiene infantil”.
Quinto dia – 14:
Pelo dr. Aurélio Lavor
“Hygiene escolar”.
Sexto dia – 15:
Pelo dr. Monte Arraes:
“A Educação Moderna”.
Sétimo dia -16:
Pelo deputado José Martins Rodrigues:
“O Ensino Primário no Ceará”.

Na palestra de abertura, ministrada pelo Diretor da Instrução Pública, Moreira de Sousa, sobre a educação profissional no ensino primário,

como foi observado anteriormente no tópico sobre a escola e a preparação para o trabalho, destacou-se a argumentação desse educador diante da falta de recursos materiais e financeiros para desenvolver essa atividade, ressaltando ainda, a ausência de preparação profissional das professoras para ministrar esse ensino.

Os palestrantes dividiam-se entre médicos, advogados e professores. Vale ressaltar que dentre esses profissionais que se apresentavam nas palestras – em sua maioria profissionais que não atuavam em sala de aula – houve também a participação de Edith Braga, professora da Escola Normal, que tratou dos aspectos da psico-patologia. A importância do debate de temas como esse poderia ser encontrada na campanha do governo em envolver as professoras primárias na aplicação de práticas pedagógicas que desenvolvessem os princípios da criança como objeto de estudo da Ciência. Como citado anteriormente, a Escola Nova fazia da Biologia unida à Sociologia um mecanismo para interpretar as relações fisiológicas e mentais, relacionadas com o meio social. As propostas de análise mental das crianças precisavam levar em questão a localidade onde a sua família residia, a alimentação dispensada a essas crianças, em outras palavras, as suas condições socioeconômicas. A compreensão do desenvolvimento mental da criança seria importante para empregar, de forma adequada, as atividades que colaborassem com o processo de aprendizagem.

As conferências apresentadas pelos Dr. Leite Maranhão e pelo Dr. Aurélio Lavor contemplaram o debate da higiene escolar como responsabilidade da inspeção médico-escolar. Nesse sentido, eles destacaram os atendimentos médicos necessários às crianças, como também a importância da atuação dos profissionais da saúde junto aos estabelecimentos de ensino. Nessas falas, os médicos argumentaram que o esclarecimento sobre a higiene apresentado pelas professoras em sala de aula não era suficiente para suprir os cuidados que as crianças precisavam.

(...) Os diversos agentes atmosféricos, como, por exemplo, o ar, actuam sobre a mesma, determinando-lhe variações de grau.

As formas, as cores, o aspecto das cousas que cercam o educando são outros tantos fatores de taes variações.

É pelo conhecimento dessas leis que o professor se sentirá convenientemente habilitado a fixar o methodo, a collocação e o horário, adequados a determinada organização physica infantil.

O médico Aurélio de Lavor ao tratar do tema *A psicologia da atenção e seu valor pedagógico* buscou exemplificar a teoria médica com aplicações em sala de aula. Observa-se, através do seu discurso, que houve a defesa do ponto de vista médico para que se adequasse o aprendizado à realidade da criança. Ele enfatizou a necessidade em conhecer as características do ambiente de estudo para que assim fosse possível à professora aplicar o método ativo. Procurava-se por meio do estudo especializado desenvolver junto às professoras mecanismos de recriar o conteúdo para melhor aplicá-lo na sala de aula.

A observação do comportamento da criança, segundo o médico, poderia indicar a presença de alguns problemas como anemia e apatia que impediam os alunos de acompanharem a realização das atividades.

É ainda pelo conhecimento da verdadeira natureza da atenção que o educador vem a saber que o menino desatento não deve se manifestar senão quando esse estado anormal não se manifesta senão quando ocasionado por uma situação de morbidez orgânica.

Pelo menos, oitenta e cinco por cento dos meninos desatentos são aneminados, nervosos ou pretuberculosos.

Assim em vez de vigor, merecem elles carinho e assistencia medica(...)

Ao apresentar esses pontos, o médico Aurélio Lavor destacava assuntos analisados pela medicina sobre o desenvolvimento das crianças em idade escolar. Os aspectos que eram levados em conta estavam relacionados aos problemas de visão, à coluna vertebral, ao comportamento e ao desempenho das atividades mentais e físicas. Percebe-se que ele apontou, como possíveis causas da desatenção das crianças, a falta de alimentação adequada e a carência de remédios para tratar doenças. Nesse sentido, não bastaria a ação isolada das professoras em tentar aplicar o conteúdo junto aos alunos e descartar as condições de saúde que se apresentavam. Além disso, ele reforçou a idéia de que a presença do médico era necessária para que esse diagnóstico fosse realizado.

Como conferência de encerramento apresentou-se o deputado José Martins Rodrigues com o tema *O ensino primário no Ceará*. A ocasião contou com a presença do Presidente do Estado, Demosthenes de Carvalho e do Secretário do Interior e da Justiça, Carvalho Júnior. A presença desses políticos assim como a fala do deputado conferiram destaque ao encerramento

da Semana Pedagógica e frisavam a importância do evento, que por ora era concluído, mas que havia apresentado a necessidade de que as discussões em torno da instrução pública, assim como a busca pela melhora de seu funcionamento, deveriam continuar.

Como pontos relevantes na fala do deputado Martins Rodrigues, podemos destacar a referência feita por ele ao conceito de Escola Nova como Escola Social, trabalhando a idéia de escola da solidariedade social e a separação que precisava haver entre os princípios que norteavam essa prática e a noção de escola para o trabalho. A diferenciação destacada pelo político correspondia à opinião do Diretor da Instrução Pública, relatada anteriormente na abertura da Semana Pedagógica, quando Moreira de Sousa ressaltou a importância de um curso pré-vocacional, para preparar as crianças ao exercício de algum ofício.

Entretanto, o deputado defendeu a importância dos trabalhos manuais realizados nas escolas, mas discordou da atitude das professoras para esse fim:

É o que tem notado que, levadas, pela emulação entre si, as professoras dos diversos grupos de Fortaleza, se preocupam em fazer figurações mas exposições de trabalhos escolares, e, por isso, apresentam, às vezes, trabalhos onde foi mínima ou nenhuma a cooperação do alumno. Há nisto dois grandes defeitos: o primeiro é que, não tendo o educando trabalhado por si, não tirou dahi nenhum proveito educativo: o segundo é que o alumno aprende, assim, desde criança, a fazer cortesia com o chapéu alheio.

Com essa ressalva o dr. Martins Rodrigues enumerou os problemas que, segundo ele, estariam presentes na escola primária cearense no tocante ao ensino das atividades manuais. A argumentação utilizada para expor a falta de participação dos alunos nos trabalhos manuais apontava as falhas do trabalho docente. A questão referente à preocupação das professoras em executar os trabalhos dos alunos poderia estar relacionada à ocasião da exposição dos objetos. Nessa data os objetos eram expostos à venda com o objetivo de conseguir recursos para a instrução. As exposições das atividades realizadas pela escola também eram avaliadas pelo Diretor da Instrução Pública e pelos inspetores escolares. Ao continuar a sua explanação o deputado apontou:

A primeira necessidade, neste particular, está em melhorar a cultura geral do magistério primário, habilitando-o com mais solido preparo pedagogico. Para tanto, lembra o orador as seguintes

medidas, cada uma das quaes lhe mereceu explanação especial: a) a fundação de bibliothecas pedagógicas, ao lado dos grupos e escolas reunidas; b) o curso de aperfeiçoamento a que já se referiu bem como os cursos de férias; c) a execução effectiva das reuniões semanaes pedagógicas, de que já trata o actual regulamento do ensino e que podem trazer fecundos resultados; d) a instituição, a exemplo do que hoje se processa em Minas Geraes, dos cadernos de preparação das aulas, os quaes obrigarão as professoras ao preparo e estudo prévio das lições que têm de dar; e) a fundação de uma revista pedagógica, como elemento de divulgação das modernas doutrinas educacionaes e estímulo para esses estudos em nosso meio.

Desses itens, podemos destacar os problemas relacionados ao professorado, com ênfase nas condições dos vencimentos das professoras, tema que não haveria sido apresentado pelos demais articuladores da Semana Pedagógica. Outros pontos foram destacados pelo deputado, nos quais ele utilizou como exemplo, atividades desenvolvidas em outros estados brasileiros, como Minas Gerais e o Rio de Janeiro, para denotar, segundo a sua apresentação, uma idéia de modelo a ser seguido, como forma de alcançar a qualidade do ensino.

Seguiram-se outras recomendações às professoras com o fim de aprimorar as atividades realizadas nas escolas, dando destaque às festas escolares e aos jogos ginásticos desenvolvidos com as crianças. Essa apresentação serviu como introdução à próxima conferência que seria realizada pela professora Zilda Rodrigues e trataria do método analítico de ensino da leitura.

Nesse sentido, a tentativa do político de apresentar sugestões para o ensino poderia ser compreendida como uma cobrança ao professorado, para que o grupo viesse a trabalhar sob os propósitos da Pedagogia Moderna. Com isso buscava-se dar continuidade ao que fora objetivo da Semana Pedagógica: desenvolver junto às professoras outras práticas, nas quais elas ampliassem os resultados positivos do ensino.

Pedagogia Moderna no Ceará

A divulgação de temas ligados ao ensino ativo e à metodologia da Escola Nova também eram realizada através da publicação de artigos na

imprensa local. Neste item procuramos interpretar alguns desses textos, escritos por professoras primárias e também pelos dirigentes da Diretoria da Instrução Pública. Buscamos compreender a utilização desses espaços para divulgar o estudo dos métodos modernos de ensino e a sua aplicação nas escolas primárias públicas.

Os textos eram publicados nos jornais *Diário do Ceará*, *O Nordeste*, *Gazeta de Notícias*. Eles eram publicados em meio a notícias sobre a frequência nas escolas, sobre a inauguração de novos estabelecimentos de ensino, como também entre matérias que reclamavam melhores condições para o ensino e a impossibilidade de aplicar o método moderno nessas instituições. Através dessa leitura observam-se as contradições apresentadas no discurso de defesa do ensino ativo, em meio a situações adversas à sua utilização nas séries iniciais da escola primária.

Para iniciar essa análise, destacamos a criação em 1923 pela Diretoria da Instrução Pública da “Coluna Pedagógica”, que era editada pelo jornal *Diário do Ceará* para publicar textos de professoras primárias. Os assuntos apresentados eram relativos aos conteúdos e ao processo de aprendizagem do ensino primário. Dentre esses assuntos destacavam-se temas como a disciplina, o processo de apropriação da leitura e da escrita e o aprendizado pelo processo do raciocínio, com ênfase na alfabetização. Os textos eram escritos por professoras que já atuavam na rede pública de ensino e relatavam nessa escrita as impressões que possuíam da prática de ensino e da situação das escolas cearenses. Nesses relatos foi possível encontrar as professoras como porta-vozes de suas próprias experiências. As discussões giravam em torno da relação entre a teoria e a prática.

A “Coluna Pedagógica” constituía-se, nessa perspectiva, como forma de mostrar a realidade das escolas ao mesmo tempo em que apresentava uma dimensão do que ainda precisava ser aprimorado. Na análise desses textos encontramos discursos que vão sutilmente do conceito da moral para a utilização da Pedagogia Moderna em sala de aula, baseada em definições científicas.

Como primeiro texto, apresentamos o artigo da professora Amélia Rosa, intitulado *Disciplina*, no qual abordou o funcionamento da sala, condicionando-a aos procedimentos da professora.

A disciplina de uma classe reflecte muito, quasi totalmente, o valor da professora que a dirige; e della depende, em grande parte, o

aproveitamento dos alunos.(...)

A educadora buscou argumentar que a manutenção da disciplina em sala de aula era responsabilidade das docentes, como primeira condição para que o aprendizado dos alunos ocorresse de forma adequada. Ressaltou-se o quanto a professora precisava estar preparada para enfrentar os problemas que pudessem surgir na rotina escolar, demonstrando que, apesar da existência de dificuldades no processo de aprendizagem, isso não poderia atrapalhar o funcionamento da sala.

Complementando a sua fala, a professora fez uma referência a situações que levariam em consideração a estrutura da escola, o mobiliário da sala e o material das crianças, que também poderiam influenciar de forma negativa no processo ensino-aprendizagem.

Bem sei que muitas vezes, e isso acontece em minha escola como muitas outras, as condições de trabalho, em salas acanhadas, atravancadas, super-lotadas, não oferecem grandes vantagens; no entanto, mesmo assim, não é impossível um regimen disciplinar, que, se torna mais imperioso

Em meio a todos os percalços, a professora precisava valorizar os sacrifícios que fazia para que as aulas fossem dadas. Quanto mais sacrifício, maior mérito. Como foi citado anteriormente, a noção do sacrifício – empregada como condição da missão docente – tornava-se sinônimo de glória de um trabalho realizado adequadamente. Embora a professora apresentasse em sua escrita questões abordadas pela metodologia utilizada em sala de aula, a presença do discurso moral estava implícita como complemento do método. A grandeza do trabalho docente apareceria como garantia do esforço da professora em alcançar os objetivos do aprendizado em condições tão adversas.

Demais o nosso dever é procurar em todas as circunstancias suavizar as agruras da vida; e tanto mais valor terá que, encontrando dificuldades a vencer, conseguir dar á sua classe organização relativamente boa.

A professora não esqueça que é espelho constante para os entezinhos cuja educação lhe foi, em parte confiada. (...) – procurando tirar partido de tudo; conciliar o que deveria ser com o que pôde ser, remediar, sem queixumes inúteis, as falhas mais sensíveis; emfim, tornar agradável a labuta de todo dia! Esse é o papel da mulher no lar, esse deve ser seu papel na escola

Além da aquisição do conhecimento pelos alunos, o ponto de vista da abnegação das professoras precisava levar conforto à vida das crianças. Segundo Amélia Rosa, a escola era um local onde a prática da liberdade serviria como sustentáculo das vivências da criança. Entretanto essa liberdade deveria ser compreendida como prática passiva e na qual as professoras vivenciassem o papel de conciliadoras, e aptas para impedir as falhas e os fatores que pudessem atrapalhar a rotina escolar.

Ao finalizar o texto, ela ainda comparou a atuação da mulher entre os espaços da escola e da casa. O modelo moral que a professora precisava empregar na escola estava baseado no exemplo da mulher no lar. Desse modo, não houve a separação da figura da docente de outro modelo a ela aproximado: a mãe. Para ela, não restava dúvida de que, acima do método, deveria a professora levar aos alunos o alívio e consolo para os problemas da vida, primando pelo bem-estar dos educandos através da tolerância e do acolhimento. Mais uma vez, encontra-se a figura da professora moldada no exemplo de respeito e equilíbrio que ela deveria transparecer aos alunos.

A organização das atividades dos alunos precisava voltar-se ao bem comum. A professora não deveria se envolver em reclamações, e sim, trabalhar em prol da superação de dificuldades e, por meio de sua dedicação, alcançar os resultados esperados. A justificativa para tantos conselhos estaria no fato de haver uma cobrança, junto às docentes, pelo aprendizado que as crianças deveriam obter no final daquele nível escolar. As avaliações eram voltadas aos objetivos que a Diretoria da Instrução representava junto ao governo, ou seja, a criança precisava apropriar-se da leitura, da escrita e das noções de matemática

Não era suficiente apenas possuir o conhecimento a ser transmitido ao aluno, mas era necessária a instrumentalização e apropriação do professor primário do método a ser utilizado em sala de aula. Sobre esse aspecto, Lourenço Filho ressaltou que, dantes, a atuação do professor era vista como *reprodução* do conhecimento e posteriormente ela passou a ser construção deste; ou melhor, para exercer a função de professor, em um período anterior a 1920, bastava possuir as informações a serem transmitidas, transformando-se em mais dos um dos componentes da formação docente. O que precisava ser desenvolvido na década de 1920 era o método. Através da ótica da Escola Nova, procurava-se empregar nas escolas públicas cearenses um aprendizado no qual o aluno interpretasse o aprendizado juntamente com o mestre. Vale

ressaltar que embora as perspectivas de ensino encaminhassem o ensino para a participação do professor baseada em noções científicas, por outro lado o conceito de vocação ainda conquistava dimensões amplas. Essa abordagem vocacional era empregada na direção contrária à aquisição de teorias que fundamentavam a Pedagogia como Ciência.

Esses estudos apareciam nos artigos como uma preocupação em preparar o professor primário à obtenção de uma cultura geral, juntamente com conhecimentos da Psicologia, da Biologia e da Sociologia, adaptados à educação. Pregava-se a especialização necessária ao indivíduo que viesse a frequentar o curso do magistério. Os conceitos científicos ligados ao trabalho docente precisavam estar presentes no currículo das Escolas Normais para preparar o professor hábil ao exercício da Pedagogia através de reflexões intelectuais. Esse processo de intelectualização dos professores enquadrava-se na idealização de que quanto maior a preparação intelectual do professor, maior a cultura e com isso a remuneração e um novo valor social. Apesar da aplicação desses estudos no programa do ensino do magistério, a Diretoria da Instrução Pública pretendia divulgar também nessa coluna essa metodologia para que ela fosse utilizada em todas as escolas.

Sobre a relação entre os pontos apresentados no transcrito que estavam relacionados à disciplina, à aquisição da leitura e da escrita, podemos acrescentar uma reflexão da professora quanto à prática ser orientada pela Psicologia. Para tanto, utilizamos a publicação do artigo da professora Rosita Paiva pelo jornal *Gazeta de Notícias*.

(...) O certo é que aqui me têm a cumprir um dever que a obediência me impôs pela voz de minha directora.

(...) É uma simples palestra, cujo assumpto escolhido me agradou muito, porque me fez reviver os felizes tempos da Escola Normal, quando eu sonhava ainda com os futuros alumnos e as futuras aulas. É que ali os ensinamentos recebidos serviam bem a despertar e cultivar no meu coração de normalista o amor á causa do ensino e o gosto pelo labor no campo do magisterio primario.

(...) Já na época, pelas bases que me forneciam os princípios da Psychologia infantil, - por sua vez apoiados nos princípios anatômicos e psychologicos, estudados e cuidadosamente discutidos no 3º anno, - a Pedagogia se me apresentava ao lado da Hygiene como elemento importantíssimo nas realizações do professor. E entre os diversos pontos que a professora nos fez aprender e comprehender, em toda a sua reconhecida importancia, havia um que me parecia interessante e curioso. Esse era o "*Governo Escolar*".

O texto fora adaptado de sua apresentação na reunião pedagógica

no Grupo Escolar do Alagadiço. Nesse encontro a professora dirigiu-se às colegas de profissão para tratar sobre o tema do horário escolar. Esse tema fazia referência a um tópico estudado na Escola Normal, na disciplina de Didática. A apresentação foi elaborada na forma de memorial das vivências do seu tempo de normalista. Configurou-se um retorno ao período em que a futura professora trocava ensinamentos com os professores do curso magistério. Procuramos destacar, nesse texto, a imagem que a docente buscou transmitir ao apresentar uma noção do cenário das escolas primárias na ótica da Psicologia.

O “governo escolar” dizia respeito à disponibilidade e à divisão do tempo da aula, além da disciplina. Esse ponto nortearia a condução da aula pela docente. A divisão dos apontamentos seria organizada de acordo com a capacidade das crianças em apreender o estudo.

Na introdução do texto, a professora fundamentou o seu conhecimento, destacando a importância do estudo da Psicologia na educação. Ao completar sua idéia, a mestra destacou outra fonte para os ensinamentos que baseavam a sua prática pedagógica. Dentre os textos discutidos anteriormente, a apresentação de Rosita Paiva deteve-se em vários momentos na relevância da questão moral na sala de aula. Nesse sentido, ela encerrou esse trecho destacando a sua opinião diante da disciplina a que se referia

(...) E, sobretudo, essa querida disciplina da persuasão que se baseia tão bem nos ensinamentos maravilhosos do Evangelho, embora não queiram que seja assim!!!...

A referência da professora aos ensinamentos religiosos pode ser compreendida na perspectiva de que esse tema abordava o estabelecimento dos horários em que as crianças poderiam se ausentar da sala, além dos mecanismos utilizados para corrigir e punir os alunos. Dessa forma, a professora enfatizou que ao estabelecer as normas que formariam o funcionamento da aula, deveria-se levar em conta aspectos morais como a paciência e a retidão para decidir as maneiras de manter a rotina escolar.

A Pedagogia, sabem as colegas, quer com o *Methodo* e o *Governo escolar* conseguir o fim a que visa: - educar a criança, preparando a para as lutas da vida.

(...) É que, às vezes, uma aula bem methodizada no seu processamento não consegue sequer prender um pouco da atenção dos alumnos com regular silencio!!! Pobre professora” E digo eu, às vezes, pobres pequenos!.. Mas é assim mesmo. A atenção dos discípulos, sobretudo das crianças da Secção “A”, tem curto limite. O menino enfastia-se depressa o que mundo de rodeios e de invenções é preciso fazer para prendê-lo um pouquinho mais quando se deseja prolongar a lição!... É que tendo visto em minha classe

Nessa apresentação pode-se observar a relevância encontrada no curso da Escola Normal para o estudo da Psicologia e da Pedagogia, com o fim de compreender o desenvolvimento da criança. Ela ressaltou a adequação desses estudos à prática docente.

Destaca-se o fato de a professora basear os seus escritos no que ocorria em sala de aula e com isso apresentar uma avaliação concreta do que julgava ser adequado nesse estudo. Ao fazer referência à sala de aula, a professora enfatizou a aplicação de atividades na turma que correspondiam às crianças menores. Dentre os aspectos que ela ressaltou, estava a falta de concentração dessas crianças, embora no texto não tenha sido apresentadas as causas dessa desatenção.

Lembrei-me agora de falar da dificuldade que às vezes sinto em attender ao horário do regulamento da Instrução. Porque, sobretudo na aula escripta, custa-me a acreditar que só me tenham concedido 25 minutos, quando eu gasto quase isso na distribuição de cadernos e lapis... E na secção “A” a dificuldade é maior, porque devo dar a cada menino o lápis com a ponta feita e o caderno aberto á pagina em que vae escrever um signal na parte superior, porque, se assim não fizer fará a escripta na capa do caderno para baixo!!!

Apesar de haver apresentado no transcorrer do texto uma percepção pedagógica da sala de aula, a professora considerou outros aspectos que não correspondiam à metodologia da aprendizagem, mas à utilização do tempo.

Diferentemente do restante de sua exposição, nessa descrição a professora apresentou dificuldade para seguir o tempo de aula dispensado ao ensino da leitura. Ao final do texto, ela diz ter paciência e buscar através das suas convicções religiosas ultrapassar os problemas, no que novamente faz referência à religião:

Mas essas coisas vou fazendo-as como posso pedindo paciência a Deus e me esforçando para seguir de maneira intelligente o regulamento traçado, porque cada vez comprehendo melhor a necessidade de um horario para que haja na sala o encanto de que nos fala Rousselot

Dentre os aspectos apresentados pela professora, vale ressaltar os ajustes e as adequações dos estudos da Psicologia à sala de aula. As elucidações apresentadas no estudo da Pedagogia Experimental ganhavam outro sentido na prática das docentes, pois traziam problemas estruturais que faziam parte do cotidiano escolar. Entretanto, na busca por soluções, as professoras recorriam a outras medidas ligadas à crença religiosa e à moralidade.

No tocante à metodologia que deveria ser utilizada para o aprendizado da leitura e da escrita, o departamento de ensino deixou claros os objetivos desse processo em um artigo intitulado *O aprendizado da leitura e da escrita*. A descrição que seguiu essa definição compunha-se de palavras de estímulo ao professor, enfatizando a idéia de que esse processo deveria favorecer ao aluno tanto quanto ao mestre.

Quando o ensino é bem feito, a criança aprende a ler e a escrever, normalmente em seis meses. Para isso porem é preciso que o professor, *além de trabalhar*, tenha orientação segura no que está fazendo. Nunca desbarate o seu tempo , ensinando uma criança de cada vez, individualmente. Chame todos os alumnos da classe, si são poucos, ou uma turma delles, si são muitos, e deante do quadro negro explique a lição, fazendo com que, por meio de perguntas e respostas, todos os alumnos tomem parte activa nella

A interação precisava possibilitar ao aluno refletir sobre a leitura. A criança deveria ser levada a pensar. Diante desse contexto, a professora organizaria sua aula voltada para o ensino objetivo da construção da leitura. Isso significava que ela necessitava compreender as dúvidas dos alunos para intervir corretamente e, acima de tudo, criar um sentido coerente para a criança. Os procedimentos apresentados pelo texto fazem parte do método analítico, cuja primeira fase correspondia à sentencição e a segunda fase à palavração. A aprendizagem das crianças por meio desse método foi também apresentada nessa coletânea de textos como forma de reivindicar a sua adequação ao cenário cearense.

Nas primeiras aulas de leitura, mostre objectos ou as figuras da cartilha, pedindo ás crianças que dêem o nome desses objectos ou das gravuras. Depois que todos repetirem, com boa pronuncia, essas palavras (cinco ou seis, nas primeiras lições) escreva-as, ao quadro, com optima calligraphia vertical, e faça com que todos leiam então o que escrever. As crianças não conhecem as letras e as syllabas, mas lerão as palavras, reconhecendo-as ao primeiro olhar: é o início

do que chama a “leitura pela palavrção”.

A utilização desse método nas escolas exigia alguns condicionamentos, levando o professor a necessitar de uma variedade de materiais para desenvolvê-lo, criando uma dependência de recursos didáticos. No contexto cearense, havia uma carência não apenas de materiais, mas também de um espaço adequado para as aulas acontecerem. Esse era outro problema encontrado na escola primária pública no Ceará, principalmente no interior do estado, onde as professoras tentavam adaptar os espaços físicos dos imóveis alugados para que funcionassem como salas de aula.

Retomando a explicação sobre os passos de leitura desse método destaca-se que, no primeiro momento, seria trabalhada a oralidade do aluno. Além disso, a professora desenvolveria com esse exercício a coordenação visio-motora, a memorização visual e auditiva, a atenção dirigida e também o vocabulário dos alunos. Nesse sentido, objetivava-se destacar quais os procedimentos realizados posteriormente, para que a partir do reconhecimento dos signos, as crianças passassem a transcrever as palavras.

Concluída a lição no quadro, (o horário exige diariamente a lição no quadro) os alumnos voltam para as suas carteiras, afim de copiar, num papel ou lousa, os vocábulos aprendidos. Nos primeiros dias, acontecerá que alguns nada rabisarão de proveitavel, porque a mão obedece á imagem que vae escripta. Não desanime! Com a repetição do exercício os alumnos em poucos dias estarão escrevendo não só palavras, como o próprio nome e o nome da escola, que o prof. tenha traçado num pedaço de papel ou de cartão, para que cada qual copie o seu. Esse ensino da leitura e da escripta, *ao mesmo tempo*, longe de complicar, *facilita* a tarefa do professor e do discípulo. Como podem ser encontrados meninos sem destreza manual alguma, deixe que rabisquem a vontade, nos primeiros dias, e convide-os a desenhar, frequentemente, os objectos á sua vista, em papel ou no quadro.

Conhecidos perfeitamente uns vinte ou trinta nomes da cartilha adoptada, comece a fazer distinguir as syllabas dessas palavras. Não fale em syllabas por enqumto, mas pergunte: Quantas vezes você abre a boca para dizer *ga...to*? Em quantas vezes se diz a palavra *bo...ne...ca*? etc.

O alumno responderá sem dificuldade: Em duas vezes; ou em três vezes, etc

Se ao fim de todos os procedimentos a criança não alcançasse os objetivos, a professora deveria, segundo a autora, manter-se calma e realizar outras atividades para que a criança obtivesse o domínio da leitura. O procedimento citado ficou conhecido como caligrafia muscular. Através desse

exercício, a criança conseguiria transcrever letras e palavras. Nessa descrição ficou clara a relevância do uso de um método que fosse capaz de aprimorar a coordenação motora da criança. Entretanto, a partir desse olhar, foi possível encontrar um modo investigativo que a professora utilizaria por meio da sua observação para avaliar os problemas e, como destacou o texto, vencer os obstáculos sem desanimar.

(...) Depois disso, dê, como o horário indica, duas lições diárias de leitura aos analfabetos: uma no quadro, outra no livro.

Continue sempre o ensino colectivo, dirigido a todos e não a um só menino. Toda a classe fora das carteiras, ao redor do professor, irá acompanhando em silencio o que um alumno lê, de maneira que qualquer das crianças pôde continuar a leitura, sem que havia necessidade de mostrar-lhes a ultima palavra lida

Posteriormente, a autora indicou a fase da leitura de sílabas e a entrega das cartilhas. No transcorrer desse texto ficou clara a importância da utilização da cartilha, porém, a criança apenas deveria recebê-la quando já soubesse ler. Nesse sentido, a distribuição das cartilhas nos grupos escolares era realizada pela Diretoria da Instrução Pública em uma data festiva, pois essa entrega era vista com o respaldo e motivo de comemoração, por marcar uma nova etapa do aprendizado. Antes de retornarmos ao final do artigo, abrimos espaço para considerar a ocasião da entrega das cartilhas no Grupo Escolar do Alagadiço.

Na ocasião da entrega de cartilhas aos alunos considerados adiantados do Grupo Escolar do Alagadiço, as professoras receberam uma homenagem pelo sucesso do trabalho desenvolvido. Os alunos também foram vinculados a essa premiação de reconhecimento e mérito pelo seu aprendizado. Nessa cerimônia foi destacada a presença da imprensa, como do Diretor da Instrução Pública, denotando notoriedade à solenidade. A comemoração da entrega das cartilhas pode ser classificada como discurso de exaltação da cidadania e do civismo e como construção de sentimentos positivos em relação à educação. Vale ressaltar que a Diretoria da Instrução Pública desejava expandir esse sentimento patriótico pela educação para além dos muros das instituições escolares e difundir na sociedade a exaltação da importância social da escola. Defendia-se, portanto, uma imagem gloriosa da ação da escola junto às crianças, levando-as a entrar em contato com a cultura nacionalista. Os acontecimentos positivos deveriam ser utilizados como exemplo de que resultados semelhantes poderiam ser alcançados.

O jornal *O Nordeste*, ao publicar essa matéria procurou destacar o êxito do trabalho dessa escola, para que o leitor criasse uma imagem positiva da instrução. A repercussão desse evento preenchia os discursos dos intelectuais envolvidos na educação. Contudo, os educadores exigiam algo além disso, criticavam a fundamentação da prática docente baseada em programas que inibiam a ação dos estudantes que não conseguiam alcançar esse aprendizado.

No desenvolvimento desse texto foram exemplificados os métodos utilizados pelas professoras na aplicação da aprendizagem, correspondente ao ensino analítico e, em particular à primeira fase dessa metodologia: a sentencição. Buscava-se um processo de ensino da leitura que seria definida como o método superior. Esse método estava relacionado à aquisição da leitura e da escrita, baseando o ensino a partir da decomposição das palavras – sentenças – até chegar ao alfabeto, contrapondo-se ao método sintético, que consistia no processo contrário.

A seguir, a talentosa professora senhorinha Rosita Paiva realizou uma feliz preleção sobre o methodo de ensino analytico, mostrando o êxito de sua applicação naquelle grupo escolar.

(...) Seguiu-se uma aula pratica da talentosa docente senhorinha Maria Stella Cavalcante, que patenteou o aproveitamento das creanças, comprovando, igualmente, os assertos da sua distincta collega, relativamente á superioridade do ensino pela sentencição.

Nessa ocasião, as professoras da escola premiada, Rosita Paiva e Maria Stella Cavalcante, relataram as atividades desenvolvidas com o método analítico. Apesar dessa explanação, a celebração, em alguns casos, era mais importante do que discutir os procedimentos em sala de aula. A professora Rosita Paiva apresentou o método de uma maneira geral, enquanto Stella Rubens Cavalcante explicou apenas a primeira fase desse processo, o passo da sentencição. Essa fase correspondia ao primeiro momento da aplicação do método, da apresentação de frases completas.

Retomando o artigo *O aprendizado da leitura e da escrita*, observam-se os períodos de tempo necessários para que o processo da leitura se efetuasse de maneira construtiva. O agrupamento dos alunos e as atividades de repetição auxiliariam na apropriação dos mecanismos desse aprendizado. Nessas considerações foram apontadas ações que as professoras não deveriam permitir que as crianças cometessem. Ao mesmo tempo, foi elucidado que as professoras precisavam enfrentar obstáculos para

que as recomendações fossem seguidas e esse raciocínio conquistado. A importância desses procedimentos estaria no ritmo que a classe possuiria para chegar à leitura.

(...) Não deixe, porém, que ellas soletrem!

Quem lê bem, não soletra nunca. Domina logo a palavra, ou a phrase – nunca letra por letra, ou syllaba por syllaba.

Por isso é que devemos ensinar pela palavração ou pela sentencição. A principio parecerá mais difficil, e aos rotineiros incapazes de qualquer progresso parecerá impossivel ensinar-se assim... Mas a missão do prof. é justamente a de combater a rotina, implantar o progresso mais conformes á civilisação.

Não deixe nunca a creança lêr, sem entender o que lê. É absolutamente necessário habitual-a a explicar o significado das palavras. É por ahi que começa o ensino irracional de tudo decorar sem comprehender – ensino esse que é o maior inimigo da intelligencia.

Não se desencoraje com as difficuldades das primeiras lições, nem *grite* aos alumnos, mostrando-se nervoso ou irritado. Isso nada adianta, ou pelo contrario, atraza

A afinidade entre aluno e professora não poderia ser marcada por situações de constrangimento e represálias, mas, pelo contrário, a relação estabelecida deveria ser construída pela segurança e pela liberdade. A comparação com o processo da fala serviria para a docente como exemplo.

“A creança leva dois annos e mais, ás vezes, para aprender a falar. Como pode, pois, aprender a lêr e a escrever em dois dias? Durante o tempo em que aprendeu a falar, não ouviu gritos, nem ralhos, nem levou pancada porque falava pouco e errado. Ao contrario, achavam graça nas hesitações e erroneas”.

O prof. deve, pois, ter paciência, e coragem para vencer a ignorância. Precisa ser digno de si e de sua missão. O maior empenho do governo é combater o analfabetismo. Note, pois, o prof. que as suas melhores atenções devem estar voltadas para os analfabetos, para os que nada sabem. O próprio horário lhes dedica mais tempo, porque as outras classes (2º e 3º anno) já vão um pouco por si.

Bom professor é o que mais analfabetos torna em homens prestáveis á família, á sociedade e á Patria, abrindo-lhes a intelligencia para as conquistas da sciencia, por meio da leitura, ao mesmo tempo que lhes forma o espirito. Os analfabetos têm preferencia para a matricula nas escolas publicas; isso significa que tem preferência também para o ensino que o mestre lhe deve dar.

O destaque para o ensino dedicado aos analfabetos seguia o lema da missão do professor em transformar as crianças nos homens úteis do futuro.

A apropriação da leitura possibilitaria ao indivíduo adquirir os demais

conhecimentos que formariam a lógica da sociedade. A aquisição desses saberes seria mais fácil a partir do domínio da escrita e da leitura como forma de desenvolver outras aptidões através do raciocínio.

No processo de desenvolvimento da leitura nas escolas percebe-se a relevância em enfatizar a escolha de livros que fossem utilizados em sala de aula. Com o objetivo de decidir quais os livros que deveriam ser lidos e que histórias eles precisavam conter, a professora Naninha Frota escreveu um artigo intitulado *Contos ou leituras para crianças*, no qual abordou, na forma de depoimento, a presença da leitura na infância.

(...) A criança, e tudo o que a ella se refere, sempre me despertou o maior interesse; sempre Ella me attraiu, e essa attracção se intensifica com a idade.

Amo-a.

No seu bruxolear para a vida, nos seus passos incertos, nas suas duvidas e na sua ignorância do mal, na confiança que deposita na mamã e na professora, quando esta sabe substituir aquella, a criança offerece um encanto especial, que seduz, e que dà uma nova vida á vida de pessoas ás vezes, já de tudo desenganadas (...)

A imagem da criança como ser necessitado de orientações apresentada nesse trecho, encaminhou o desenvolvimento do texto. A partir dessa definição, Naninha Frota destacou que na relação entre a criança e o adulto deveria existir um sentimento de proteção. A criança foi apresentada como ser desprovido de maldade e vícios, enfim, de comportamentos inadequados. A formação da criança deveria reforçar a ausência desses aspectos.

A professora descreveu que a leitura deveria ser marcada pela aquisição de conhecimentos e de condutas de comportamento, fosse ela realizada na escola ou em casa. Nota-se a ênfase na comparação entre a educação desenvolvida na escola e a realizada em casa, reforçando a idéia já apresentada de que a criança reservava à mãe a mesma confiança que dispensaria à professora.

Nesse aspecto, a professora e a mãe precisavam conhecer as crianças e amá-las, para então auxiliarem no seu desenvolvimento e orientar no seu aprendizado. A autora retomou, em várias partes do texto, a idéia de aproximação entre a mãe e a professora. O texto permitiu entender que a autora buscava apresentar a fragilidade da criança e o quanto esta precisava de cuidados. De fato, esse perfil de infância reforçava-se nos cuidados que as

mães e as professoras deveriam ter com elas e, principalmente, com a transmissão dos ensinamentos morais à criança. A professora destacou a pureza da criança e a importância da sua vivacidade, para acreditar em um futuro próspero. A professora e a mãe, portanto, precisavam estar atentas para o que seria lido e, principalmente, quais os valores e as informações que os textos transmitiriam à criança

Para crianças de 4 a 6 anos, por exemplo, devemos escolher livros de figuras coloridas, mas de figuras *conhecidas* do natural, e com as quais possam elas ir fazendo comparações; figuras de animais, pássaros, árvores, etc. locais, e nunca estrangeiros ou desconhecidos. Ao lado dessas figuras poderão, ou antes deverão vir, contornos de outras idênticas, a fim de que elas possam ir se afezendo ao emprego do lápis e distinção das cores, cobrindo-as.

(...) Na terceira fase do livro de contos ou leituras, isto é, quando os meninos já sabem ler e compreender por si, devemos dar-lhes livros que os estimulem para a vida que eles vivem *no momento*, quero dizer, livros que mostrem a necessidade do estudo, do cuidado do corpo, para que aquele seja eficiente e não prejudique a este, desenvolvendo só a inteligência, livros que falem de escotismo, exercícios gímnicos, respiratórios ou de remo, para que eles compreendam que estes, auxiliando-os a desenvolver as forças e robustecer a saúde, auxiliam melhor a saberem enfrentar a vida, a lutar por ela como também a se defenderem quando tal se fizer mister.

Naninha Frota baseou a sua argumentação ainda na adequação da leitura à idade da criança. Para isso, a professora observou o quão importante seria estudar os diferentes níveis de apropriação da leitura e a sua finalidade na educação escolar. No caso das idades que compreendiam os primeiros anos da criança na escola, ela expôs que a sua apresentação deveria seguir o aprendizado da leitura e o reconhecimento pela criança dos nomes comuns ao seu cotidiano ligados a um contexto no qual fosse possível realizar uma lógica com a sua vida.

Além de buscar a argumentação da maneira como precisava ser desenvolvido o hábito da leitura, a professora buscou através do texto delinear e classificar quais as leituras adequadas para cada faixa etária das séries iniciais do ensino primário. A maneira como a leitura seria realizada precisava enquadrar-se no estudo feito pela criança. Para tanto, poderia se utilizar de histórias e contos cujos enredos seriam voltados para temas do cotidiano escolar e dos conteúdos que estariam sendo estudados. As leituras precisavam apresentar uma relação com o cotidiano prático das crianças, como a higiene, os cuidados com o corpo, a valorização dos conceitos morais vivenciados na

família.

As ressalvas, apresentadas pela professora Naninha, buscavam descrever o perfil da boa leitura, enfatizando as leituras permitidas para essa faixa escolar. Além de aprender a ler, a criança precisava ler corretamente, não apenas no diz respeito à pronúncia, mas à interpretação das idéias contidas nesses textos.

Não, não devemos dar ás crianças um livro, sem primeiro verificarmos se esse livro é appropriado á sua intelligencia, á sua saúde e ao character que pelas observações, revela.

Ou antes, resumindo o principio que já expendi, só devemos dar as esses seres que serão os homens e as mulheres de amanhã, livros de feição moderna, e cheios de um humorismo util e sadio.

A vida não é tristeza, o entibramento ou a fantasia louca e aventureira, ama o prazer, a saúde, o estímulo e a realidade, e é isso que devem contar os livros de premio e de presentes que demos aos nossos parentes e alumnos na sua primeira infancia

A utilização da leitura nessa fase escolar primava pela viabilidade dos ensinamentos presentes nos livros. A preocupação na escolha dos conteúdos poderia ser relacionada à apropriação da escrita e ao uso da leitura silenciosa, ou seja, a delimitação do conteúdo da leitura deveria compreender conteúdos selecionados para essa proposta de ensino. Outra questão era a iniciativa da criança em ler sozinha. Os significados construídos a partir da leitura individual deveriam ser acompanhados pela interpretação dos adultos. A sugestão de temas apresentados nesse texto referia-se a questões do desenvolvimento da inteligência para o progresso social. Delimitaram-se os temas a serem trabalhados nas escolas primárias.

A ressalva estava relacionada com o interesse em preparar a criança para desempenhar um papel na construção da nação e no dever pátrio que ela exerceria como futuro cidadão. No trecho a seguir pode-se perceber a relevância em exemplificar a racionalidade no desenvolvimento da criança:

Da mesma forma (uma heresia para os folcloristas) sou contraria á Idea de se darem as crianças os livros de historias do folk-lore, antes que ellas já sabiam se exprimir correctamente, pois se arriscam, lendo-as antes de tempo, a ficarem com a linguagem viciada.

O folk-lore, se é um estudo muito attractivo para quem esta na altura de compreendê-lo e interpretá-lo, não é em si a vida, e é a vida, sobretudo, o que se deve inculcar no espirito das crianças.

Poderão objectar que é a lenda da terra atravez da fala dos animaes, que é a historia vivida dos nossos caboclos, que é o que entretinha e entretém nas horas das sextas os seus espiritos rústicos,

mas ninguém poderá negar que para a primeira infância elle é prejudicial, por ser escripta quase sempre em linguagem viciada e fantasmagorica, pois que de “linhas atiradas a uma sapa, no fundo da lagoa”, por exemplo, é completamente impossível provir “uma renda nunca vista”.

A linguagem sobre a qual se referiu a professora correspondia à tradição oral de transmitir saberes ao decorrer das gerações: histórias, lendas, contos e músicas populares. O folclore possibilita o encontro das formas orais e escritas compostas pelo simbolismo e pela memória nacional. Entretanto, para essa professora, as anedotas utilizadas nessa linguagem eram consideradas um perigo na formação das crianças. Além disso, com a questão da unificação e a valorização da língua portuguesa, não se poderia permitir o uso de termos incorretos.

Ela afirmou que o estudo do folclore deveria ser realizado por pessoas capazes de compreender e discernir o sentido dessa linguagem a partir do estudo da língua. A apropriação não deveria ser adquirida pela vivência, mas pelo estudo e uma possível adaptação do conteúdo folclórico. Para isso, os termos utilizados precisavam ser selecionados e interpretados como simbologia do fantástico.

A idéia de linguagem viciada e fantasmagórica utilizada no texto correspondia aos personagens apresentados nos contos fábulas como representação dos fenômenos naturais e dos costumes de um grupo. Outra questão apresentada nesse trecho era a questão do regionalismo e a interpretação da vida.

A professora baseou a sua fala na análise do processo de leitura da criança e na ausência, nessa fase, de um raciocínio que possibilitasse a distinção entre o real e a alegoria. Nesse sentido, ela deixou claro em seu texto, a noção de que diante desse desconhecimento a criança poderia ser prejudicada por esse tipo de leitura. Ao tratar das lendas usadas pelos caboclos, ela não faz uma diferenciação do que denominava de leitura do escrito e os contos folclóricos transmitidos pela oralidade. Havia entre os contadores dessas histórias o domínio da escrita?

De acordo com essa aprendizagem, a leitura de histórias precisava conter a moralidade necessária para conduzir os novos comportamentos. Nessa perspectiva, as leituras de lendas, fábulas compunham momentos de

entretenimento e prazer. Essa prática apresentaria um cotidiano revestido de fantasia

Diante das observações da professora Naninha Frota, indagamos como ocorria a utilização dos livros nas escolas públicas, visto que a maior parte não possuía material suficiente para desenvolver as atividades. Importa compreender como as escolas realizavam o trabalho de leitura, quando lhes faltavam materiais como livros e cadernos apropriados para cada nível de ensino.

Apontou-se para a leitura na instituição escolar como utilidade na modalidade social. Os livros utilizados nesse local precisavam estar ligados ao aprendizado e não tão-somente ao entretenimento e prazer. No tocante à racionalidade que deveria ser empregada na aquisição da leitura foi indicado para uso nas escolas primárias o livro *João Pergunta ou Brasil Sêcco*, cuja autoria era de Piragibe Newton Craveiro. Lançado pela tipografia Progresso no Ceará, a obra era considerada literatura didática contendo 37 lições de moral e esperança.

(...) se após o desencadeamento de tanto odio e tanto rancor no mundo, em que o mal imperou por longos annos como um deus exterminador, sepultando cidades enormes, envoltas na gloria e no triumpho dos antepassados, deixando o que havia de mais perfeito num montão de escombros, ficou alguma coisa ainda de ternura e bondade nas ruínas niveladoras, dessa ternura e dessa bondade, cahiram os ultimos átomos bemfazejos na obra "João Pergunta" ou "Brasil Secco", que os meninos de nossas terras ardentes irão ler com bastante delicia e aproveitamento fecundo

A ênfase apresentada pela Diretoria da Instrução Pública na utilização dessa obra era reforçada pela definição que o autor atribuía ao conteúdo presente nas lições e, principalmente, ao objetivo de apresentar às crianças cearenses a realidade da Região Nordeste, primando pelos estudos do cotidiano vivenciado por elas. A formação do homem novo norteou a escrita desse livro. Newton Craveiro defendeu que essa obra fora produzida como forma de combater o verbalismo no ensino. Solicitado pelo professor Lourenço Filho, na ocasião da Reforma de Ensino de 1922, o livro traria o Nordeste como cenário para as situações vividas por João Pergunta e Chico Pão, personagens principais desse enredo. O subtítulo da obra, *Brasil Sêcco*, definia a realidade que Craveiro apresentava para os homens que as escolas formariam, em sua fala o autor defendeu a idéia de que a principal

característica para definir o futuro desses homens era a luta contra a seca: *Que faz a criança nordestina, quando se torna homem? Luta contra a seca. Todos os que nascem nesta região semi-árida, terão de ajustar contas com mais de uma seca*

E quando a criança chega pelo arroio que vai engrossando aos poucos, ao mar imerso, está homem feito, prático, sabendo dirigir-se sem dificuldades na vida auxiliando os fracos, amparando os humildes, formando corações da grande pátria tão jovem ainda e por isso carecida da boa vontade e do trabalho abnegado de seus filhos

A introdução do livro trazia uma reflexão do autor para a metodologia que deveria ser utilizada na aplicação das lições, reforçando a idéia de que a representação dessa linguagem conduziria o aprendizado da criança. Essa obra destacava o objetivo de dimensionar através da ação das professoras primárias a relação entre os fatos e a sua interpretação.

Na construção de um saber fazer instrumental, as crianças deveriam assimilar a reprodução das ações trazidas pelos livros para que, essas ações fossem apreendidas. A leitura compartilhada em sala de aula ou em casa traria um sentido significativo para a interpretação do mundo, principalmente quando ela estivesse orientada pela educação sentimental. A obra era utilizada como instrumento para conduzir o aluno a compreender seu compromisso com a pátria, levando o leitor a preparar-se de maneira consciente para o futuro.

O caso de Stella Rubens

A professora Stella Rubens Monte que trabalhava no Grupo Escolar do Boulevard Visconde do Rio Branco recebeu uma licença do governo do Estado do Ceará para aperfeiçoar, durante cinco meses, os seus estudos no Rio de Janeiro. Por meio dessa licença, ela teria garantido o recebimento do salário como docente. Os pedidos de dispensa por um curto período eram comumente solicitados pelas professoras das escolas públicas para que elas se dedicassem aos cuidados com a saúde ou para tratarem de assuntos pessoais. No entanto, como já fora apresentado, a dispensa de Stella Rubens não se encaixava nesses dois casos, mas tinha como objetivo a sua

permanência na capital federal para realizar estudos sobre os métodos modernos de ensino.

Este item tem como objetivo discutir a repercussão da viagem da professora Stella Rubens, em 1928, levando em consideração as impressões que, nesse debate, referiram-se ao trabalho docente e à intelectualidade das professoras. Destacou-se esse acontecimento como ímpar entre os funcionários da instrução pública, pois não eram concedidas licenças ou mesmo realizados cursos de formação continuada para os professores primários que não fossem de caráter local e promovidos pela Diretoria da Instrução Pública.

A repercussão dessa licença não teve relevância no período em que a professora permaneceu viajando, mas causou discussões na ocasião de seu retorno, nove meses depois. A imprensa local apresentou uma série de artigos a respeito desse caso como resultado de discussões entre os intelectuais que escreviam nos jornais e estavam envolvidos com a instrução pública em debates sobre a situação da educação.

Ao retornar de viagem, a professora Stella Rubens deveria apresentar os saberes apreendidos no período em que permaneceu no Rio de Janeiro. Como forma de possibilitar essa ocasião, o Departamento Cearense da Associação Brasileira de Educação promoveu a conferência *O ensino que nos convém*, realizado na Escola de Farmácia de Fortaleza.

A ocasião da palestra da professora Stella Rubens gerou opiniões controversas e ganhou destaque na imprensa. Destacamos como primeira publicação sobre a palestra, o artigo do jornal *O Nordeste*, no qual foram apontados alguns aspectos apresentados por Stella Rubens nessa ocasião e que poderiam ser observados no ensino cearense. O autor desse artigo enfatizou a importância desse debate na apreciação dos problemas enfrentados na instrução pública.

(...) De uma dellas queremos aqui nos occupar, por entendermos que merece corrigida de prompto: - A matricula exagerada nas classes iniciaes dos nossos Grupos Escolares

(...) Alfabetizar creanças é o trabalho mais penoso e paciente da árdua profissão do magistério.

Não se comprehende que de uma professora, por mais abnegada, intelligente e operosa que seja, se exija o sacrificio de ensinar a ler a 40, 50, 60 alumnos.

Como primeiro aspecto, o jornalista apontou a incapacidade de alfabetizar um grande número de crianças por sala. A exposição da professora foi utilizada, nesse caso, para explicar o contexto educacional e a falha no sistema de ensino a ser resolvida. Contudo, esse discurso não podia ser aplicado na análise das escolas da capital em comparação às escolas do interior. Nos municípios do interior o debate voltava-se à resolução dos casos de evasão escolar e ao baixo número de matrículas, enquanto em Fortaleza eram apresentadas estatísticas referentes à citação da fonte. Enquanto em algumas escolas no regime de salas isoladas, eram realizadas campanhas para que as crianças freqüentassem as aulas – e para isso os pais deveriam cumprir o regulamento de ensino, caso contrário pagariam uma multa – em outros grupos escolares as salas estavam lotadas e essa situação prejudicava a relação ensino-aprendizagem. O debate apresentado pelo artigo para a apresentação de Stella Rubens limitou-se à abordagem de aspectos do ensino público.

O resultado esperado das atividades em sala precisava ser condizente com as determinações da Diretoria da Instrução Pública, que eram estabelecidas da mesma forma para todos os grupos escolares do estado. Além disso, as normas apresentadas por essa instituição não conseguiam corresponder às expectativas que a população possuía quanto ao aproveitamento que a escola faria do tempo em que a criança permanecia nela.

O paradoxo encontrado no discurso da impossibilidade da alfabetização em uma sala numerosa dividia espaço com o questionamento sobre a forma como o aprendizado deveria ser encaminhado. Se a campanha era: crianças na escola, como a escola estava sendo preparada para isso? A esse respeito ao longo de sua explanação, o jornalista definiu simplesmente essa situação como *antipedagógica*.

É uma tarefa acima das suas possibilidades e, por isso mesmo, constitue uma medida antipedagógica a super-lotação dos cursos primários.

As nossas melhores professoras, com toda a sua boa vontade e o seu heroísmo, em prol da causa da instrução popular, hão de se sentir, não obstante, esmagadas pelo peso de uma missão incomportavel para as suas forças, qual seja leccionar, pelos methodos modernos, a muitas dezenas de alumnos.

Circumstancias excepcionaes vêm determinado, é certo, esse lesu ás praxes da pedagogia racional (...).

Não havia, segundo esse autor, como realizar um aprendizado baseado na Pedagogia Racional, nem como cumprir o programa determinado para aquele nível de ensino. Embora exaltando a figura das professoras, destacaram-se, não obstante, as más condições de ensino, quando as salas eram superlotadas, principalmente na capital. No caso das escolas de Fortaleza havia também o problema da localização dos grupos escolares, ao passo que nem todos estavam locados nos bairros onde havia um maior número de crianças em idade escolar.

Vale ressaltar que outra interpretação foi lançada sobre a palestra da professora. Segundo essa visão, os problemas da instrução pública cearense não seriam o principal aspecto da conferência. Sobre essa análise, o jornalista Américo Palha, do jornal *Gazeta de Notícias*, interpretou a fala da professora com base em outros critérios, que segundo ele, seriam relevantes para compreender os objetivos da conferência.

Assim procedi, não só porque se tratava de um assumpto de alta relevância social, como seja da instrução publica, como tambem por que, sou um entusiasta fervoroso de todas as manifestações da cultura feminina, de todos os gestos de rebeldia da mulher de hoje contra os preconceitos draconianos dos nossos antepassados, que ainda se projectam sobre nós, nesse século trepidante de progresso e de vida.

Eu fui ouvir a conferencia da senhorita Stella Rubens. Sabia que ella (a gentil pedagoga) havia estado na metrópole durante nove mezes e ella mesmo fez questão de que isso fosse bem divulgado e alardeado pela nossa imprensa, que, infelizmente, ainda é muito apegada aos costumes provincianos de se fazer "jornalismo doméstico".

Após ouvir a conferencia da senhorita Stella Rubens Monte, fiquei convencido de uma coisa certa e incontestavel: a professora levou nove meses no Rio, chegou em Fortaleza, fallou muito, e nada disse de utilidade prática para a instrução publica no Ceará.

Todos nós esperávamos que senhorita Stella, estimulada pelo ideal patriótico de prestar á sua terra um serviço valioso, trouxesse depois de nove meses, de estudo profundísimos, de longas vigílias, de um labor insano, no Rio de Janeiro, uma somma respeitável de conhecimento pedagógicos capazes de transformar os nossos actuaes methodos de ensino. Esperávamos que a senhorita Stella surgisse nesta terra, infeliz e matyr, illuminada por um ideal radioso como uma Jeanne D'Arc rediviva

Praticamente um mês após o acontecimento da conferência, esse

jornalista disse estar finalmente preparado para analisar a apresentação da professora. Utilizando da sua escrita, ele não expôs apenas a sua opinião diante da palestra, mas também expressou a sua empolgação por estar lendo um texto escrito por uma mulher.

No tocante às argumentações usadas pela professora, Américo Palha concordou com o texto do jornal *O Nordeste*, no fato de que elas foram expostas como críticas ao ensino cearense que não conseguia organizar-se de forma adequada. No entanto, os elogios permaneceram no início de sua fala, pois as notificações efetuadas pelo jornalista a respeito das análises e conclusões realizadas por Stella Rubens para o ensino resultaram em apontamentos de caráter corretivo para as frases utilizadas pela docente.

As idéias expostas pela professora seriam consideradas como insignificantes e a sua exibição não traria alterações ao ensino daqui. Suas colocações referiam-se à adequação do ensino à realidade da população de cada região, ou seja, ao ensino regionalista.

O debate acerca do ensino regional era freqüente, pois buscava-se identificar quais as necessidades de uma determinada região brasileira e dessa maneira apontar qual o caminho para ultrapassar as dificuldades na construção da identidade nacional e na qualificação do trabalho. Na tentativa de contrapor as idéias de Stella Rubens, ele utilizou a obra *A Educação e a Rotina*, de Frota Pessoa, intelectual que atuava junto à Associação Brasileira de Educação, para realizar a sua argumentação. Utilizando trechos do livro, o jornalista encaminhou a sua análise sobre o tema como crítica à apresentação de Stella Rubens.

Ouçamos ainda Frota Pessoa:

“E quanto mais longo o curso – pior, porque aos 14 e aos 15 annos é já um pouco tarde para adquirir a technica de uma profissão. É como se o Estado lhe dissesse, se se trata de uma menina – Arranja um marido: e se de um rapaz: - Vae ser bacharel, ou empregado publico”.

Tenha ainda a palavra, a senhorita Rubens Monte:

“Porque a que fim se destinam essas legiões de creanças que todos os annos, concluem o curso dos nossos Grupos e escolas primarias? Algumas procuram o curso complementar e mais tarde a Escola Normal, a maioria fica em casa á espera *que lhe surja um casamento. Isso acontece com as mulheres e com os homens pouco differe... Ou a bacharellice contaminante de provincia etc etc*”.

Nesse trecho, ele analisou a questão da formação para o trabalho e a falta de expectativa para as pessoas que terminavam os estudos básicos. Contudo, o objetivo do jornalista não se prendia somente a apresentar uma análise sobre o tema abordado por Stella Rubens na conferência, mas desconsiderar o modo como a professora utilizou as idéias apresentadas, sugerindo quase um plágio da obra de Frota Pessoa.

No entanto, não pretendemos analisar tão-somente a comparação ou a possibilidade de plágio, que haveria ocorrido na palestra de Stella Rubens, mas buscaremos também observar os aspectos sobre o ensino que ela considerou relevantes de serem abordados em sua fala.

As referências à idade do aluno-aprendiz, à aquisição de um ofício e à importância no meio social norteavam o debate sobre a educação profissional. A definição dessa idade estava relacionada com o desenvolvimento das habilidades nas diferentes classes sociais: a elite estaria sendo preparada para os cargos intelectuais e a classe popular para o trabalho físico.

Em outro momento, foi tratada a questão referente à falta de perspectiva apontada como condição da mulher ao terminar a etapa de estudos pedagógicos. Esse aspecto chamou-nos a atenção pela acomodação, segundo o texto de Frota Pessoa e a conferência de Stella Rubens, em esperar apenas o matrimônio como destino. Entretanto, o que pode nos parecer um estranhamento, na época poderia ser apenas a confirmação do papel da mulher na sociedade? E, por outro lado, o que vamos percebendo na análise da atuação das professoras é o fato de que muitas delas, principalmente as que trabalhavam no interior, eram responsáveis pelo seu próprio sustento. Nesse sentido, o jornalista apontou para aspectos que diziam respeito à imagem que a mulher transmitia na sociedade, mas não levou em consideração a interpretação dos casos de mulheres que buscavam ocupar alguma função fora do lar.

A argumentação de Américo Palha baseou-se, também, no que segundo ele, seria a falha de Stella Rubens em haver tratado em sua conferência de assuntos pertinentes ao contexto educacional cearense, sem apontar ou sugerir nenhuma colocação que fugisse ao que já era realizado nas escolas cearenses.

A emérita professora depois de nove meses de ausência, tanto durou a sua peregrinação pelas avenidas da metrópole, “em convívio

com os nossos melhores mestres” (cujos nomes não cita) não nos esclareceu, afinal, qual “o ensino que nos convem”. O que ella disse no salão da escola de Pharmacia, não foi novidade.

Porque a senhorita Stella, não discutiu a última reforma do ensino do Rio de Janeiro, feita sob a orientação desse espirito ilustre que é Fernando de Azevedo? Porque não estudou, á luz de sua razão, os moldes escolares do ensino da capital federal, mostrando o que delles se poderia adaptar ao nosso meio, ás nossas condições, á nossa vida econômica? Porque fugiu á finalidade; ao objectivo pratico de sua missão? Porque não citou as Escolas, ou Grupos os Educandarios onde esteve, onde procurou orientar a sua educação pedagogica para reformar o nosso systema actual de ensino publico?

Nesse sentido, o jornalista buscava evidenciar ao público leitor a forma como a professora deveria ter encaminhado a sua fala. As sugestões referiam-se à análise sobre a instrução no Rio de Janeiro, que ele julgou necessária para engrandecer ou até mesmo justificar a presença de Stella Rubens no Distrito Federal. Nesse ponto, podemos fazer referência às visitas a outros estados brasileiros realizadas pelos diretores da instrução pública na década de 1920. Poderia haver, segundo o jornalista, algum tipo de comparação entre as impressões apresentadas por esses dirigentes e a professora. Ao retornar dessas viagens, os diretores da instrução pública notificavam à imprensa e organizavam palestras para falar sobre as possibilidades de aplicar algum modelo da organização educacional encontrada em outros estados em prol da educação cearense.

A possível falta de consideração das palavras da conferencista ao grupo de professoras que formavam a instrução pública no Ceará também foi apontada pelo jornalista como motivo de crítica à palestra de Stella Rubens.

Longe de mim a idea de matar o estímulo da senhorita Stella Rubens. O que se está vendo, é que ella, talvez sem a consciência do mal, está matando o estímulo de suas abnegadas e heróicas companheiras do magisterio cearenses, dignas, por todos os títulos, dos louros com que se acostuma premiar a pertinácia arrojada dos grandes heroes das cruzadas benemeritas

Esse debate ganhou repercussão em outros periódicos. A discussão retomou viés local ao retratar que o problema não seria tão simplesmente a palestra que Stella Rubens teria realizado, mas suscetibilidades locais que resultariam em questões e debates mais acirrados sobre outros assuntos, como a identidade do grupo das professoras.

Na seqüência das publicações sobre essa palestra, encontramos o

jornal *A Tarde*, que publicou no dia seguinte um artigo em defesa de Stella Rubens e em represália ao texto de Américo Palha. Percebemos que a crítica, primeiramente destinada ao tema, ganhou destaque na figura da professora. Nesse texto, o jornal respondeu à suposta inveja que a conferência de Stella Rubens haveria despertado em outros grupos ligados à educação.

(...) Essa menina, que tem talento para emprestar, realizou, nesta capital, sob os aplausos de uma assistência mais ou menos culta, uma formosa conferência. Nesse trabalho, de orientação pedagógica, a jovem cearense combate, com segurança, os defeitos do ensino ministrado à infância, entre nós, apressando-se em apontar o remédio necessário.

Stella não se limitou à repetição de formulas conhecidas: abordou o assumpto sob o aspecto econômico-social, bateu-se contra a uniformização do ensino, que julgamos impraticável no Brasil, em virtude das diferenciações anthropo-geograficas existentes dentro das nossas fronteiras

Em meio às críticas ao trabalho do professorado cearense no ensino primário surgiu a polêmica de realçar-se a intelectualidade da professora. Contudo, segundo questionamento do artigo do jornal *A Tarde*, não seria o objetivo da formação docente desenvolver o intelecto das docentes? Demonstrava-se um estranhamento na surpresa pelo bom desempenho da docente.

(...) O que a conferencista explanou e defendeu na sua palestra não brotou, de certo, de sua imaginação. Ella disse o que aprendeu nos tratados e o que apprehendeu pela observação intelligente

Dessa maneira, a situação não foi observada, por esse periódico, como emulação de outra obra, descartando, assim a incapacidade da professora em levantar hipóteses sobre o ensino cearense. Por outro lado, a prática profissional em sala de aula e o estudo da Pedagogia Moderna teriam possibilitado a Stella Rubens obter as conclusões apresentadas na conferência.

A discussão ganhou outra entonação quando o jornal apontou diferente razão para a celeuma: *a causa do despeito de meia dúzia de professoras bocorias*. Segundo o periódico, as professoras não tinham competência para adquirirem o diploma, mas apenas o tinham como resultado de favoritismo. Nesse caso, segundo o artigo, as professoras diplomadas que poderiam estar a *morder-se de inveja pelas victorias mentaes de Stella*

Rubens sentiam-se assim, devido à incapacidade de alcançar a intelectualidade presente na fala dessa professora. Nesse sentido, o jornal solicitou a apresentação de argumentos mais significantes para desmerecer a apresentação de Stella Rubens.

Si a autora do “Ensino que nos convem” commetteu falhas, porque não apparecem com a responsabilidade dos seus nomes, os illustres críticos da terra e os entendidos em pedagogia, indicando e corrigindo essas mesmas falhas? Não existe em cada uma esquina de Fortaleza, um pedagogo, um sociólogo, um sábio, afinal?

Outra cousa: porque, entre as mentalidades do nosso magistério, ninguém, ainda se dignou de falar sobre o assumpto?

Stella Rubens affirmou, o que convictamente, qualquer affirmaria, isto é, que no Ceará tudo está por fazer. Mentiu, acaso? Todos nós conhecemos os esforços do sr. Moreira de Souza para o aparelhamento de sua repartição, que a politicagem anarchisara.

Teria mentido, tambem, demonstrando o gráo de adiamento do ensino primario, no Districto Federal?

No confronto estabelecido pela talentosa patricia entre a instrucção que se ministra no Rio e a que, pelo stoicismo do actual director, se vae tentando neste Estado, ressalta – e com que clareza! – a intenção da professora em despertar o nosso governo, acordando-o de vez para a grandeza do problema educacional.

Com tanto despeito, com tanta inveja não ha intelligencia que se não estiole...

Esse jornal não foi o único a publicar alguma represália ao texto de Americo Palha, mas também atribuíram destaque para o fato os jornais *A Tarde* e *O Povo*. Nessa ocasião o jornalista escreveu uma resposta a esses periódicos:

Parabéns á senhorinha Stella Rubens. Seus advogados estão apparecendo. É bem provável que appareçam ainda outros. Antes assim, pois eu prefiro estar sosinho. Antes só que mal acompanhado, diz brocardo.

“O Povo” e “A Tarde”, dirigindo-se o primeiro directamente a mim, tomaram a defeza da gentilissima professora-conferencista, cujos méritos intellectuaes não nego. Nego lhe os méritos pedagógicos, até que ella faça outra conferencia de ideas e conceitos próprios e eu estarei prompto a bater-lhes palmas. O que não é razoável, o que não é justo, é que a senhorita Stella, pela vaidade de ter estado nove mezes no Rio, procure desmerecer o esforço e a abnegação de suas colegas do magistério, muitas dellas sacrificas no desempenho de sua missão, pelo muito que tem feito em prol da instrucção publica.

Em resposta aos artigos, Americo Palha transportou a sua

argumentação sobre a análise da palestra de Stella Rubens para a comparação com o trabalho realizado pelas professoras nas escolas públicas. Os jornais discutiam quais os pontos que deveriam ser privilegiados nesse debate. A importância de compreender como esses discursos alcançavam a prática das professoras estava no entendimento da imagem que foi criada para representar as professoras primárias. A representação apresentada pela imprensa foi construída a partir de um estereótipo de inferioridade intelectual das professoras. Daí a importância em compreender a repercussão desse debate, ao passo que se pode perceber esse acontecimento como uma oportunidade para os jornais enumerarem as falhas das professoras.

Em resposta direta ao *jornal A Tarde*, Americo Palha abordou a indignação das outras professoras por verem desmerecido o seu trabalho junto às escolas públicas. Entretanto, como compreender que um debate que deveria fazer referência ao conhecimento que Stella Rubens teria adquirido no Rio de Janeiro tenha se transformado em uma discussão de méritos referente ao que estaria sendo desenvolvido no ensino primário no Ceará?

“A tarde” foi além. Em seu primo-editorial deixa, em entre-linhas arduas, cair a saliva de uma pérfida, que tenho o dever de rebater.

O articulista do jornal “caçula” da cidade – pretende insinuar que as professoras de Fortaleza, despeitadas pela “victoria” de Stella Rubens, empurraram-me para porta-voz de suas paixões, eu, graças a Deus, nunca puz a minha Penna a serviços de appetites de ninguém. E não pol-a-hei, jamais.

Não conheço nem uma das professoras de Fortaleza. Nem uma para amostra. O que eu escrevo na imprensa assumo a responsabilidade. Assumo-a inteira, absoluta, integral. As minhas atitudes são ditadas pela minha consciência e pela minha razão – os dois grandes valores que eu sei zelar e defender, em qualquer transe.

Diz “A Tarde” em sua apologia á conferencia da senhorita Rubens Monte, que a mesma fizera o confronto “entre a instrução que se ministra no Rio e a que, pelo stoicismo do actual director, se vae tentando neste Estado”.

Eu não vi esse confronto. Stella Rubens nada disse sobre a instrução do Rio, a não ser que lá passou nove mezes em contacto com os melhores mestres, cujos nomes não citou,

Transcreva “A Tarde” o confronto. *Eu transcrevi os plágios.* Provei o que disse.

A senhorita Stella Rubens, como a mariposa que lentamente se entrega ao calor da chamma, queima as asas de ouro de sua intelligencia no fogo de uma vaidade improductiva

Novamente a questão do possível desmerecimento ao trabalho de outras professoras apareceu como destaque nas argumentações do jornalista, mas percebe-se que ao finalizar o artigo, ele tentou demonstrar que o seu objetivo não era criticar a pessoa de Stella Rubens, mas defender as outras professoras. Após essa publicação não houve qualquer outra recorrência ao caso da professora Stella Rubens. As discussões apresentadas detiveram-se em apresentar os problemas gerais da instrução pública.

Por trás das metáforas e das comparações, podemos perceber uma prática dos jornalistas em debater sobre os assuntos ligados à educação sem procurar alguma opinião das docentes e, como nesse caso, organizar argumentações sem realizar um diálogo com as professoras que atuavam no ensino primário. A apresentação pública de Stella Rubens possibilitou a ela uma notoriedade que não era observada diante das outras docentes, que também participavam de conferências e escreviam, mesmo que poucas vezes, nos jornais sobre temas da instrução. No entanto, esse episódio contou ainda, com a participação da professora Zulmira P. da Silva, do Grupo Escolar do Alagadiço que se destacou por escrever uma represália ao jornal *O Ceará*.

A professora Zulmira apontou em sua escrita, publicada no jornal *A Razão*, outra questão acerca das opiniões a respeito da conferência de Stella Rubens: a falta de conhecimento por parte do jornalista do jornal *O Ceará* que haveria publicado, a partir dessa conferência, um texto criticando a falta de aprendizados realizados nas escolas que auxiliassem na aquisição de algum ofício pelas crianças, a ser utilizado no futuro. Mais uma vez, encontramos referências ao ensino técnico nas escolas primárias. Contudo, o que mereceu destaque nesse artigo foi a defesa organizada pela docente para justificar as atividades realizadas nas escolas, cujo propósito era conduzir os alunos ao desenvolvimento de trabalhos manuais.

O facto argumentado evidencia na extranheza certamente causada a quem não ignora o que se vae passando nas escolas, que o articulista do "O Ceará" jamais se deu ao trabalho de visitar as escolas, grupos escolares desta capital e no interior. Si a essa tarefa, mesmo por espirito de mera despreocupação da curiosidade, se propuzesse nos nossos estabelecimentos escolares, ao contrario do que avançava baseado nas "novidades" da conferencista alludida, é, hoje, literaria e technica, concomitantemente cuidado as creanças de letras e de trabalhos manuaes diversos. O programma das escolas e grupos escolares do Ceará, include nas matérias de cada anno escolar desses estabelecimentos, a aprendizagem technica das creanças –

disciplina de incontestável valor educativo que entre nós, vae sendo praticada sem solucção de continuidade. Ha para isto, horários especiaes onde, se executam trabalhos manuaes como sejam: confecção em papel, de objectos usuaes, chapéus, caixinhas, tecidos, trançados, alinhavos em cartões, crochê de linha e lã; confecção de objectos em madeira corta papel, esquadros, cunhas, régua, cantoneiras, estantes simples, accrescendo, no quarto anno dos Grupos Escolares, para a secção feminina, pontos russos, e de ornamentos, pontos de marca, letra e nomes, camisas, aventaes, babadouros, lenções, toalhas etc. certamente nunca visitou o collaborador do "O Ceará" a uma das nossas exposições de trabalhos escolares. É penna! Alli se veem producções interantissimas, mas somente as de que trata o programma official, como muitas outras: sapatinhos de lã, quadros, almofadas para sofá, bordados, tapete, flores artificiaes, gaiolas para passarinhos, cordas de tucum etc, etc

A professora Zulmira não apresentou argumentos contra a conferencista, mas ao contrário, ressaltou as informações que diziam respeito à defesa do ensino. Ela enalteceu a função das atividades escolares e, ainda, destacou como a iniciativa de aplicar o ensino técnico não se encaixava na escola primária. Podemos observar novamente uma preocupação em evidenciar a inadequação da escola primária em orientar as crianças na aquisição de um ofício. Segundo a professora as atividades desenvolvidas na escola primária deveriam simplesmente ocupar os alunos na confecção de objetos para uso cotidiano, como era o caso das moças com os bordados e o crochê.

Encontramos, ainda, uma referência aos livros utilizados nas escolas primárias e, a esse respeito, a professora saiu em defesa:

(...) Refere-se ainda o collaborador do "O Ceará" á necessidade de adopção nas escolas, de livros novos detinados a fornecer aos alumnos o conhecimento do meio em que vivem e onde, de futuro vão exercer a sua actividade, o "João Pergunta", do professor Newton Craveiro, é, no momento, o único e verdadeiro livro perfeitamente adaptado ao nosso meio, para o qual, aliás, foi especialmente, feito. Nella estão descriptas e estudados, ao alcance da receptividade infantil, a natureza, o solo nordestino; as possibilidades productivas da terra, os meios de exploral-as; as intempéries, as seccas, os meios de attenuar os seus effeitos, as endemias, as epidemias, os processos terapêuticos para combatel-as, etc, etc! É uma obra nova completa, de indiscutível finalidade adoptadas nas escolas. Alem do livro do professor Newton Craveiro são tambem asoptados pela Instrucção Publica do Ceará, outros livros novos de igual valor como o "Anno Escolar" do professor João Nogueira e as obras de Mario Sette, illustrado pedâgogo pernambucano.

O articulista do "O Ceará" já se vê nunca visitou as nossas escolas. Cumpre, pois ao dr. Moreira de Sousa, convida-lo para assistir á exposição de trabalhos escolares que se realizará no dia 12

de outubro deste ano.

E, se assim acontecer, se há de modificar, forçosamente o conceito injusto que irreflectidamente, emittio sobre o ensino nos nossos estabelecimentos escolares

Podemos destacar também o significativo interesse da professora em defender a importância da escola primária. Nesse sentido, ao ressaltar a produção escolar ela não utilizou em sua argumentação idéias que exaltassem a figura do mestre, mas ao contrário apoiou-se na defesa da escola aberta à comunidade para mostrar o trabalho nela realizado em prol da educação.

2.2. A carreira pública da profissão docente

Concursos para professoras

A definição da carreira docente no discurso da escola pública, única e para todos foi outro aspecto que se tornou pertinente nesse estudo. A imagem estabelecida para as professoras passava por alguns critérios de avaliação que deveriam se enquadrar no projeto pedagógico da instrução primária norteadora das ações da Diretoria da Instrução Pública no Ceará. Podemos destacar juntamente com outros campos de atuação dessas professoras: Caixa Escolar, Festa das Árvores, Exposição dos trabalhos manuais, etc.

A promoção dos concursos para professoras nesse período colocava em discussão duas questões que estavam relacionadas ao conceito de trabalho docente. Em primeiro lugar, a preparação dos futuros mestres, a especificidade dos estudos e aptidões que deveriam ser apresentadas pelos alunos do magistério e, em segundo plano, o baixo número de matrículas no curso normal. Por meio da classificação e definição dos conteúdos a serem empregados nas escolas, tentamos compreender como as atividades e assuntos do currículo poderiam completar o trabalho docente, como definidor dos caminhos da prática pedagógica.

As condições apresentadas no regimento para os candidatos à vaga de professores não estabeleciam os mesmos requisitos. O mapeamento das

escolas servia para classificar a distribuição das vagas nas escolas primárias levando em consideração a diplomação das candidatas. A relevância dispensada à formação dos professores primários não correspondia aos apontamentos dos relatórios da Diretoria da Instrução Pública quando o assunto eram os concursos para as escolas. Em outras palavras, essa instituição admitia que pessoas não diplomadas prestassem os exames para a ocupação do cargo de professoras.

Os argumentos defendidos pela imprensa, através das entrevistas e dos artigos sobre os concursos, desenhavam uma suposta trajetória que deveria ser percorrida pelas docentes no início da sua atuação na rede do ensino público. Enquanto o cargo de professora para a 1ª Entrância requeria o diploma e a regência de 2 anos nas escolas públicas, a efetivação do cargo na 4ª Entrância dispensava o diploma de professora primária. No transcorrer desse item iremos abordar esses dois concursos.

A explicação para essa questão estava no fato de o grupo docente das escolas não ser formado tão-somente por professoras efetivas, mas ao contrário, e como interessa-nos compreender, na regência da sala de aula poderiam ser encontrados diferentes tipos de contratações. No regulamento de ensino de 1881 localizamos a definição de duas outras categorias para a classe docente: professores interinos e substitutos efetivos. Esses cargos estavam ainda presentes na década de 1920.

SECÇÃO VI

Dos professores interinos e substitutos

Art. 236 – Enquanto não houver candidatos habilitados na conformidade deste Regulamento, as cadeiras, que vagarem ou forem novamente creadas, serão providas interinamente.

Art. 237 – As habilitações exigidas para professor interino serão as dos ns. 1, 2, 4, 5, 6, 7, do art. 38 provadas em exame perante o Inspector Geral da Instrução Publica e dous examinadores por elle nomeados.

Art. 238 – Tratando-se de escola do sexo feminino ou de escola mixta, exigir-se-há alguma pericia em trabalhos de agulha. (...)

§ unico - A idoneidade do substituto deve ser manifesta a juizo do Inspector Geral da Instrução Publica ou inspetores de districto.

Art. 241 – O Inspector Geral da Instrucção Publica poderá nomear substituto por 3 mezes; por mais tempo compete ao Presidente da Provincia.

Art. 242 – Fora do 1º districto escolar, e em casos urgentes, a nomeação será feita pelo respectivo Inspector, que a communicará ao Inspector Geral da Instrucção Publica.

Art. 243 – O substituto perceberá uma gratificação igual a 2/3 do substituido.

Nos textos jornalísticos, nos relatórios dos inspetores regionais e na fala do Diretor da Instrução Pública é possível encontrar a recorrência constante ao termo *professoras interinas*. As citações referentes a esse termo e a comprovação de sua atuação nas escolas públicas ressaltavam a necessidade de entender o desempenho dessas professoras como uma categoria, juntamente com os cargos considerados efetivos pelo regulamento oficial

-.

A contratação de professoras interinas, com o fim de substituir as professoras efetivas, tinha o caráter provisório, poderia ocorrer por meio de um exame perante o inspetor regional escolar. Esse tipo de contrato era utilizado, nas escolas dos municípios do interior, principalmente nas cidades que correspondiam à 4ª Entrância. Outro aspecto também pertinente nesse caso era a dispensa de diploma para as pessoas que prestassem exames para assumir esse tipo de cargo. Sobre os vencimentos, os professores interinos receberiam a mesma quantia dos docentes efetivos.

Concurso para a 4ª Entrância

De ordem do sr. Director Geral da instrução, faço publico que são chamadas á prova de Portuguez e Arithmetica, no dia 1 de dezembro próximo, ás 9 horas da manhã, numa das salas desta Directoria, todas as candidatas inscriptas para o concurso do provimento das cadeiras vagas de 4ª entrância (professoras não diplomadas).

Directoria Geral da Instrução do Ceará, em 25 de novembro de 1923.

Antonio Salles

Campos

Secretario

Partindo da definição de que a política empregada nos concursos para selecionar as professoras era diferenciada, os critérios eram classificados de acordo com a localidade à qual se destinava. Quando as vagas destinavam-se a escolas na 1ª Entrância, região da capital, as candidatas deveriam realizar um exame dos conhecimentos específicos do magistério. A 1ª Entrância, ganhava evidência porque compreendia a região de Fortaleza. As escolas da área próxima de Fortaleza também seguiam os critérios estabelecidos para a seleção na capital.

O destaque conferido à efetivação do cargo de professora em Fortaleza pode ser explicado pelo fato de que boa parte das alunas diplomadas na Escola Normal possuía família residente nessa cidade ou estava prestes a estabelecer matrimônio com rapazes que trabalhavam nessa localidade. Devido a ausência de profissionais diplomadas, que não desejavam trabalhar no interior, a solução encontrada era contratar

profissionais em caráter provisório.

O estágio, que poderia ser realizado na rede pública de ensino pela professoras diplomadas na Escola Normal, garantia outro benefício para que posteriormente, elas se candidatassem à vaga de professora efetiva.

Art. 50 – Só podem inscrever-se ao concurso de vagas da capital os professores que tiverem dois annos de effectivo exercicio, e forem diplomados na Escola Normal (...).

(...) Art. 76 - Só podem ser nomeados professores de grupo os diplomados pela Escola Normal que já tiverem um anno de effectivo exercicio.

Art. 77 - A nomeação depende de indicação do Director Geral e é sempre considerada em comissão (...).

No tocante ao concurso da 1ª Entrância o número de vagas não correspondia ao índice de carência de professores nas escolas. A imprensa da capital destacou uma polêmica em torno desse concurso.

Realiza-se, afinal, o presente concurso para o provimento das cadeiras vagas e primeira entrância.

Apresentam se nove candidatas, muito dignas e cada qual mais bem preparada, segundo é coerente no circulo do professorado primário.

É provável que todas ou quase todas, mereçam o premio de seus esforços, sendo classificadas; nomeadas porem, de accordo com as disposições do regulamento da Instrucção, só poderão ser quatro

O texto publicado pelo jornal *O Nordeste* ainda enfatizou a eficiência das professoras – diplomadas na Escola Normal – que foi defendida pelo artigo ao fazer referência às candidatas às vagas em Fortaleza. Por ser em Fortaleza, o concurso, segundo o jornalista, despertava maior interesse das professoras pois elas evitariam os percalços de se aventurarem pelas escolas do interior. Contudo, esse fato não era visto meramente como *capricho da fragilidade feminina*, mas ganhava outras proporções, como lecionar em escolas sem estruturas adequadas, manter-se distante de outros grupos escolares e superar a falta de material e a responsabilidade de encarregar-se do aluguel e das salas multiseriadas, que atendiam crianças de idades e níveis de aprendizado diferentes.

No entanto, a questão levantada pelo artigo chamou a atenção para outra análise: a feminização do magistério. Esse aspecto retomou a ocupação

das mulheres na docência, atribuída não apenas pela vocação ou pela aptidão para o ensino, mas aceitando o sentido da busca por outras ocupações fora do lar.

Pergunta se: as candidatas classificadas, em não lograrem nomeação, ficarão sujeitas, sem apello, a perder seu tempo e seus trabalhos, isto é, terão de submeter-se a novo concurso, se quiserem obter uma cadeira da capital?

É notória a veemência com a qual o jornalista defendeu a contratação efetiva das candidatas. Antes da seleção o jornalista já considerava que as professoras candidatas seriam todas aprovadas. Ele também defendeu que o fato de serem diplomadas já deveria servir de garantia a respeito das vagas. A idéia que foi apresentada deu um sentido de premiação pelo preparo que as professoras dispensariam no exame do concurso.

(...) Essa é a praxe nos concursos para cathedras nos lyceus e academia, em que, de costume, se apresentam dois ou três candidatos a uma vaga; não só é porem, nos concursos para a Fazenda, correios e Telegrafos em que numero de vagas, inclusive as que forem dando, ás quaes, ficam com direito os classificados.

Esta ultima deveria ser a norma estabelecida para os concursos das senhoras professoras, pois que grave injustiça será exigir, para o preenchimento de futuras vagas, concurso de habilitação de quem, alem de ser diplomada, já se submetera a essa prova, logrado ser classificada.

E porque, sem prejuízo do ensino, pois continuam a leccionar, não podem ficar aguardando novas vagas de cadeiras, ás quaes deveriam ter direito em vista do concurso?

A sua argumentação foi fundamentada no regulamento que regia outros concursos realizados no Estado. Ao mesmo tempo em que o jornalista expôs que as vagas para esse cargo seriam poucas, ele terminou por apontar um contraponto entre as carências disponíveis e, segundo ele, uma prática que estaria impossibilitando a liberação de novas vagas:

(...) As cadeiras são poucas, é verdade, mas não é porque não sejam freqüentes as vagas: é devido uma prática, allias condemnavel, e posterior ao período da reforma da Instrucção, qual seja a nomeação de directorias de grupos do interior par a capital, independente de concurso.

É certo que o próprio regulamento, à força de sophismas, dá lugar a essa irregularidade, notadamente nunca praticada pelo illustre professor Lourenço.

E porque? Porque essa permissão é porta aberta às protecções e á infiltração da politicagem na vida da instrucção, concorrendo, alem do mais, para annullação do principio moralizador do

concurso.

Ora, não faz muitos dias, foi nomeadas, à falta de cadeiras e vagas, terão de soffrer a injustiça de serem preteridas mais tarde por collegas que apenas tenham passado pela simples prova de exercício durante três ou quatro meses, na direcção de alguns dos grupos do interior!

Para evitar aquelle absurdo, só ha um remedio, que é a revogação do artigo do regulamento, em que, para a realização desses favores, bastante prejudiciaes à disciplina do professorado, se tem amparado o digno director da instrucção, cujo papel, em face do regulamento actual, não pode ser o de simples burocrata, mas o de chefe de importante departamento administrativo.

O problema estaria na transferência de pessoas que ocupavam cargos de diretorias para o suprimento das vagas para professoras, sem a realização de concursos. O autor concluiu sua reclamação destacando esse aspecto: mesmo diante do regulamento de ensino ainda eram constantes os casos de favoritismo.

Podemos dimensionar uma contradição presente na busca pelas professoras em trabalhar de acordo com a sua formação e a realidade encontrada nos mecanismos para entrar no campo da escola. Mesmo contando com os aspectos morais, psicológicos e intelectuais que envolviam a formação docente e sua prática, havia outro componente: a indicação. Em outras palavras, a nomeação para o cargo estava além da preparação – formação exigida para esse fim – e estaria voltada para a propagação de contratações alheias à formação profissional. A busca pela efetivação do cargo tornava-se uma espécie de disputa, como foi possível observar no caso da professora que não conseguiu lecionar em uma escola militar:

(...) Ainda agora, temos conhecimento de que distincta e culta senhora do nosso meio, possuidora de um titulo scientifico, lucta com grande difficuldade para obter sua nomeação de professora em um dos nossos estabelecimentos de educação, só porque se allega não serem compatíveis com o seu sexo os homens militares. (...) Aliás, estamos seguramente informados de que dentro em poucos se organizará entre nós, para proprugnar pela causa politica da mulher cearense, um comitê de algumas senhoras de alta representação social do nosso meio.

Diante das situações apresentadas na ocasião dos concursos, das nomeações e dos sentidos que foram estipulados ao exercício dessa função podemos apreender que havia uma discordância entre o que era estabelecido como característica do magistério e o que era vivido: não havia uma

fiscalização que censurasse os casos de indicações e favorecimentos ou em que pessoas sem preparação profissional assumissem o cargo.

O fato de ser uma mulher foi destacado como aspecto a ser levado em conta, acima do título científico que proporcionava à professora uma habilitação. Percebemos uma significativa discussão em torno do papel político da mulher e do quanto isso foi além do sentido educacional e adquiriu uma dimensão que envolvia a função feminina como cidadã da República.

Torna-se relevante observar que o impedimento para a professora lecionar nessa escola estava relacionado à defesa da vocação feminina apenas para o ensino primário. Nesse sentido, destacamos a questão da aptidão para lecionar e em quais escolas se poderia trabalhar, esse tema foi apresentado por Lourenço Filho em sua palestra no II Congresso Nacional da ABE, o texto foi publicado posteriormente, com o título *Há uma vocação para o magistério?* Nesse texto ele contrapôs a imagem vocacional do professor à busca por maiores conhecimentos como forma de elevar o seu valor social.

Pode-se perceber nessa análise que ao professor foram atribuídas características que tratavam da sua ocupação como missão, compreendida por ele não como estado especial de vida. Pelo contrário, o que autor tentou demonstrar (que é relevante nessa análise), seria o fato de não haver no magistério uma vocação no sentido romântico da palavra.

O tema das aptidões ganha mais importância porque se liga à seleção profissional com a qual deveriam ser classificados os candidatos ao cargo de professores. Para isso, Lourenço Filho apresentou uma lista de aptidões que precisavam ser observadas no professor:

- 1) Reter prontamente de memória;
- 2) Lembrar-se exatamente e por muito tempo de situações em que uma vez tenha estado;
- 3) Escrever corretamente, quanto à ortografia e à pontuação;
- 4) Boa caligrafia;
- 5) Capacidade de concentração de atenção;
- 6) Observar um só objeto regularmente e durante longo tempo;
- 7) Observar, nas mesmas condições, vários objetos;
- 8) Deslocar, rapidamente, a sua atenção de um assunto a outro;
- 9) Executar trabalhos gráficos meticulosamente;
- 10) Mudar rapidamente a natureza do trabalho e adaptar-se sem dificuldade, cada vez, ao novo trabalho;
- 11) Capacidade de trabalhar em conjunto;
- 12) Saber pensar por si, negar-se à sugestão e, ao contrário, saber sugerir, saber comandar;
- 13) Tomar decisões rápidas, isto é, ter iniciativa pronta;
- 14) Executar atos que apresentem (ai de nós) um certo grau de perigo para quem o executa;

- 15) Capacidade de organizar trabalhos determinados entre várias pessoas, em tempo e lugar fixado;
- 16) Autocrítica: capacidade de criticar o próprio trabalho;
- 17) Criticar o trabalho dos outros;
- 18) Saber exprimir-se pelo olhar e por gestos breves;
- 19) Compreender rapidamente o abstrato;
- 20) Imitar exatamente atos alheios-.

Parece-nos que os aspectos apontados por Lourenço Filho eram levados em consideração apenas nos exames para as escolas de Fortaleza, como avaliação das alunas da Escola Normal. Retomando a análise dos concursos de professoras primárias destacamos que as professoras diplomadas nessa escola também eram isentas da prova para serem nomeadas nas escolas da 4ª Entrância.

Art. 45 – Podem ser professores na 4ª entrância, por livre nomeação do Governo, os diplomados pela Escola Normal, e na falta destes os que se habilitarem ao exercício do magistério, para essa Entrância, por um exame realizado perante uma comissão de professores da Escola Normal, designada pelo Diretor da Instrução e constando de provas escriptas de portuguez, arithmética, geographia e história do Brasil e orais de portuguez e arithmética.

Parágrafo Único – Os professores nomeados mediante exames de habilitação serão demissíveis durante três anos, findos os quais, se tiverem prestado bons serviços, poderão ser considerados como vitalício, não lhes cabendo, porém, em tempo algum, direito à remoção ou permuta para cadeiras de outra entrância

A determinação do modo como o concurso seria efetivado estava relacionada ao tipo de escola a que se destinavam as vagas. No caso da 4ª Entrância, as professoras aprovadas atuavam em escolas isoladas.

A Diretoria da Instrução Pública era questionada sobre essa diferenciação na seleção das professoras e o que isso acarretava ao ensino. Em entrevista ao jornal *O Nordeste*, o Diretor da Instrução Pública em 1926, Salles Campos, demonstrou-se ciente de que alguns dos problemas enfrentados no interior estariam relacionados à ausência de candidatas efetivas.

(...) – Acha v. s. que a remodelação do ensino cearense está completa?

(...) A reorganização do ensino, entre nós, ainda se não fez integralmente. Obras como esta demandam dinheiro e acção continua e prolongada através dos annos. Assim, emquanto, nos grupos e nas escolas reunidas de Fortaleza e das principais cidades e villas do interior, damos um ensino pratico, efficiente e intuitivo, de acordo com os postulados da pedagogia moderna, nas escolas ruraes da 3ª e 4ª entrâncias, providas em grande parte por professoras interinas, localizadas em lugares longínquos e sem vias de comunicação,

apenas começa a fazer-se a infiltração das novas idéas. Demais, esses estabelecimentos resentem-se da falta de prédios apropriados e de mobiliário e material didactico, que as condições financeiras do Estado ainda não nos permitiram fornecer-lhes. A pouco e pouco, porém, dentro da verba do orçamento, o governo vae distribuindo, com essas escolas, o material necessario.

Quando foi questionado diretamente sobre o problema da falta de professores efetivos nessas regiões, o Diretor da Instrução argumentou:

R. São duas as causas preponderantes: a precariedade da vida nesses recantos afastados do sertão, e o numero de diplomadas (relativamente pequeno), nesses últimos annos da Escola Normal. Ninguém ignora que a Escola, sob a direcção lúcida e criteriosa do dr. João Hipolito, com um corpo de professores escolhidos, é hoje um estabelecimento modelar, mas as próprias difficuldades do curso têm concorrido para diminuir-lhe a matricula. Além disso, muitas normalistas diplomadas, cujas famílias residem em Fortaleza, fazem concurso para o Telegrapho, o Correio, ou collocam-se em casas commerciaes, carreiras que lhes proporcionam melhores vencimentos e vida mais fácil.

Ao apresentar a busca das professoras por outras áreas de atuação, Salles Campos admitiu o desconforto que a carreira docente trazia para as profissionais. A diplomação das normalistas não garantia as suas atuações como professoras, por outro lado, o conceito de trabalho feminino apreendido nessa fala direcionava as moças a procurarem outras áreas. A questão da falta de matrículas na Escola Normal, segundo Salles Campos, tinha como solução a formação das docentes em escolas equiparadas a essa instituição. Salles Campos não desmentiu que o ensino seria verdadeiramente aplicado de forma construtiva quando fosse ministrado por professores competentes.

– Tenho meditado na questão. Para resolvê-la parece-me que temos bom caminho a seguir: prestigiar os collegios equiparados, estabelecendo-se uma fiscalização de rigor crescente, de modo que os prédios onde fuccionam, o mobiliário e o aparelhamento technico consultem todas as necessidades da pedagogia e da hygiene, e a orientação do ensino, a selecção das capacidades nos exames se modelem pela Escola Normal. Temos tudo que lucrar, augmentando o numero de diplomadas, ainda que muitas dellas, no momento, não sigam o magistério. Si, com as cadeiras agora existentes, há grande carencia de professoras effectivas, imagine o que succederá amanhã, na hypothese nuito acceitavel de um entendimento entre o Governo da Republica e o do Estado para a fundação de novas escolas. Ver-nos-emos, então, na contingência de contractar interinas, com prejuízo manifesto da qualidade do ensino.

No entanto, o professor João Hyppolito, então diretor da Escola Normal, em relatório à Assembléia Legislativa, apresentou os pontos, segundo ele, negativos para o processo de equiparação de outras escolas à Escola Normal.

A igualdade de julgamento além de atender a um conceito de justiça põe o Estado a salvo das futuras professoras menos preparadas que representarão um grande prejuízo para a instrução publica

Além de enfatizar a superioridade da Escola Normal, o professor João Hyppolito destacou a necessidade do estudo da Cultura Geral para o ensino. Outro destaque feito pelo diretor seria um desvio nos exames aplicados para as alunas no ingresso do curso magistério dessas instituições. Segundo o que João Hyppolito retratou nesse relatório, a falta de docentes não se devia apenas à não aceitação de professoras formadas nas escolas equiparadas na rede pública, mas ao baixo número de alunas matriculadas na Escola Normal.

Como solução apontada pelo professor, cabia requerer a elevação da Escola Normal junto ao Estado como único estabelecimento formador de professores, como ele justificou:

O ensino de Pedagogia pratica tambem não se tem feito nesses collegios cujos cursos estão muito longe de confronto com a Escola Modelo. Estes motivos são sufficientes para que na próxima reunião da Assembleia Legislativa seja modificada a lei de equiparação assegurando ao Estado a certeza que é a Escola Normal official e dando-se dessa maneira a devida atenção aos relatórios dos respectivos fiscaes, que entendidos de facto nessas questões, não tem cessado de reclamar providencias nesse sentido

Nessa abordagem a formação estabelecida pela direção da Escola Normal serviria como mediadora dos conhecimentos exigidos para ensinar nas escolas públicas. A partir dessa perspectiva, analisaremos no próximo tópico como eram selecionados os estudos do programa do concurso para professoras primárias.

As inscrições e os programas de estudo

A criança vae toda para a escola, - corpo, intelligencia e alma

Com a finalidade de interpretar a prática dos concursos para o provimento de vagas nas escolas públicas destacamos a análise do “Programa de Estudo” aplicado como roteiro para os candidatos às vagas da 1ª Entrância. No edital, lançado em 1924, encontramos a formulação do programa de estudo baseado no currículo da Escola Normal, por conter os temas desenvolvidos na formação docente nessa instituição. A justificativa estava no fato de que as professoras primárias em formação, precisavam estudar o que seria ensinado nas escolas, sob a ótica da infância.. Além disso no Regulamento de Ensino, datado de 1922, o concurso para professoras teria como programa de estudo o currículo da Escola Normal. O conhecimento exigido para o exame estava relacionado ao currículo de Pedagogia e Didática do 3º e 4º anos do curso magistério. No programa eram analisados aspectos correspondentes à estrutura física da escola, passando pelos materiais utilizados em sala de aula e, ainda, pelo estudo da metodologia de trabalho dos docentes, a partir da divisão em conteúdos.

O estudo da Pedagogia no 4º anno, é a continuação natural e logica do de Psychologia, no 3º anno. Deve dar ao futuro educador os preceitos scientificos da arte de ensinar, cuja pratica é feita nas aulas parallelas de Didactica: é a Pedagogia Experimental ou a Psychopedagogia. Mas o programa de estudos pedagógicos para alunos mestres, que abandonam a escola nesse anno, não poder resumir-se nos problemas formaes da Didactica. Precisa dar-lhe tambem um endereço social. O professor primário, formando indivíduos para a sociedade, precisa conhecer ao menos os mais sérios problemas dessa sociedade. O caso especial do nosso paiz, onde tanto há que se constituir socialmente, esses estudos se impõem

Pretendia-se impor, como roteiro de estudo, os aspectos considerados relevantes pela matriz educacional na formação do ser social, ao passo que a Didática deveria ser complementada pelo estudo da cultura geral. Ao defender que as mestras deveriam possuir um *endereço social*, buscava-se moldar uma correspondência entre a realidade, a partir dos referenciais de comportamento e cidadania e a aplicação objetiva dos métodos científicos na educação primária.

A apropriação dos estudos referentes à Pedagogia Experimental e à Psicopedagogia servia para definir e classificar a metodologia que deveria ser utilizada nas matérias escolares, divididas em diferentes conteúdos. Com efeito, a proposta de entender a formação do caráter como ideal pedagógico, condicionava a utilização da instrução e da disciplina para dividir os assuntos a serem trabalhados no currículo do ensino primário. A metodologia foi separada de acordo o ensino da Leitura, Escrita, Caligrafia, Aritmética, Ciências, Geografia, História e Ensino Moral e Cívico.

Partindo da noção de que o currículo é uma teorização da forma como as práticas escolares deveriam ocorrer, decidimos iniciar a análise dos programas de estudo pelo tópico referente à Didática, especificamente do tema do horário escolar e da disciplina. A abordagem que correspondia ao horário escolar e à duração da aula, segundo o programa, precisava considerar os mecanismos de concentração e a fadiga infantil, que um determinado assunto ou exercício poderiam exigir ou ocasionar.

Dessa forma, a idade e a capacidade do aluno em acompanhar a seriação dos assuntos deveriam ser compreendidas pela docente, que antes de planejar alguma programação, estudaria as possibilidades, a partir da definição dos horários em simples e compostos e a classificação da classe em homogênea ou dividida em seções. A estratégia de dividir a sala em seções era uma prática utilizada, principalmente, nas escolas isoladas, nas quais as professoras ensinavam simultaneamente crianças em idades diferentes e, ainda, com o desenvolvimento em níveis diversos. A Didática ainda envolvia outros aspectos relevantes no trabalho docente ao abordar a organização da aula e a administração da divisão dos assuntos estudados no horário do regime escolar, levando em consideração a dificuldade dos alunos em entender o assunto apresentado na sala.

No que diz respeito à disciplina, o programa apresentou a importância de a professora conduzir a sua aula a partir do “governo educativo da persuasão”, na qual o aluno não seria constrangido por apresentar alguma conduta indisciplinada. A docente deveria encaminhar o aluno a conquistar os hábitos condizentes com a rotina escolar e, para além dela, envolvendo a sua conduta social. Esse item destacou também os modos como a professora deveria utilizar-se do castigo e da premiação para educar as crianças. Todavia, o último aspecto trabalhado nesse tópico chamou-nos a atenção, por fazer referência pontual à conduta do professor.

25 – O professor. Qualidades que devem reunir: solido preparo technico sufficiente preparo geral, preparo moral fundamental. Como attribuir-se capacidade para educar os outros quando o professor não começa por educar-se a si proprio? O valor do exemplo, da bondade e da sympathia pessoal do professor.

Atribuía-se importância às características e comportamentos do professor. Nesse sentido, parte-se da definição de um professor hábil e preparado tecnicamente para desenvolver os demais requisitos presentes nesse documento.

Com a finalidade de formar homens dignos e responsáveis, as professoras trabalhavam para desenvolver os aspectos infantis que reforçariam esse ideal, como: amabilidade, obediência, respeito. Em contrapartida, combateriam os desvios que possivelmente fossem apresentados pelas crianças.

Ao afirmar que *o professor deve educar-se a si próprio*, denotava-se a aliança simbólica entre o sentimento de dignidade e a profissão docente. Apesar da presença dessa imagem nesse programa, esse fator apenas seria comprovado na prática profissional. Em outras palavras, essa conduta moral poderia ser garantida pela seleção que ocorria durante a formação docente e na própria escolha da função, não desconsiderando o imaginário presente na constituição dessa profissão como missão. Creditava-se ao processo de estudo sobre o aluno a efetividade das técnicas de educar. Para melhor educar precisava-se conhecer o sujeito ao qual se desejava ensinar.

Programma de Psychologia

1º Ponto – Phemonenos physiologicos e phenomenos do mundo moral. Sua apparente diversidade. Concepção da psychologia Experimental. Necessidade de seu estudo ao professor. Sem Psychologia não ha Pedagogia, sem Pedagogia não pode haver educação perfeita

Ao tratar da análise dos fenômenos psicológicos e da adaptação do corpo, essa área do conhecimento procurava estabelecer um padrão e, assim, constituir uma verdade incontestável. A verificação por meio de testes e instrumentos de ensino fundamentavam a possibilidade de encontrar algum “problema” no aluno. Como estratégia, utilizavam-se as condutas morais como fundamento para que as professoras tivessem paciência, dedicação e ânimo para ensinar. As normas que deveriam ser transmitidas não poderiam dividir

espaço com a insegurança do seu papel em sala de aula, uma vez que a professora deveria apoiar-se nos ensinamentos da Escola Ativa e na certeza de sua cientificidade para realizar sua tarefa.

Dessa maneira, ilustrou-se a forma como o professor deveria agir, buscando desenvolver os aspectos técnicos e o conteúdo necessários para o ensino primário. Para esse fim, era preciso dedicar estudos que estivessem voltados para a interação da criança com o meio. Como resultado, ocorreu um maior interesse e preocupação em apropriar espaços para as crianças e, nesse sentido, organizar edifícios, mobiliários e materiais próprios a serem utilizados pelas crianças. Retomando ao início do programa, podemos encontrar os aspectos da Didática relacionados à materialidade de ensino: as condições do ambiente escolar e dos fatores que correspondiam à adaptação desse espaço para a criança.

Programma de Didactica

1º Ponto – o ambiente escolar. A sala de aula.

a) – dimensões apropriadas; condições elementares de Higiene a respeito da criança que é um ser em formação orgânica.

(...) d) – o mobiliário. Tipos de carteiras em uso. Adaptação do mobiliário á estatura dos alumnos; manejo dessa adaptação; montagem das carteiras. Prejuízos no crescimento da columna vertebral em consequência da má adaptação do mobiliário; a escoliose, a syphose e a lordose

A seleção das professoras, reforçava ainda a necessidade de compreender a dimensão física das escolas, como aspecto determinante no processo de desenvolvimento da aprendizagem. Dentre os aspectos apontados no Programa, referentes ao ambiente escolar, ainda encontramos, a análise da iluminação da sala e dos mecanismos de projeção da luz, para melhor diagnosticar entre as crianças, casos de miopia ou outros problemas oculares, como a vesguice. A medição da capacidade visual do aluno significava uma forma de compreender possíveis problemas na aprendizagem. Quando não havia um acompanhamento médico, a professora deveria ficar atenta às posturas das crianças para enxergar, como aproximar os olhos demais dos objetos ou curvar-se diante da cadeira para ler o que estava escrito no quadro negro.

Para uma melhor compreensão desse item, tomaremos como referência o “Regimento Interno da Instrução de 1915”, no qual podemos

encontrar a descrição do número de bancos-carteiras que devia possuir cada sala, além de conter as dimensões dos moveis de acordo com a estatura da criança. Para isso, utilizava-se um padrão de tamanho indicado pelas professoras na medição da altura dos alunos. Esse exame precisava ser realizado no início do ano letivo.

O banco será fixo, ligeiramente inclinado para traz. O encosto do banco é formado por uma travessa de madeira de 0m,10, ficando a aresta superior acima do assento, na distancia de 0m,21 para o I typo; de 0m,24 para o II; de 0m,26 para o III.

A distancia horisontal entre a borda anterior da carteira (mesa) e a do banco deve ser *nulla*, isto é, que a vertical baixada da aresta da carteira tem de encontrar a borda anterior do banco.

Art. 18 – Em cada banco-carteira haverá dous tinteiros.

Art. 19 – Em cada banco-carteira escrever-se-á o numero do typo a que pertence, com a indicação da estatura correspondente. Exemplo: II, 1m,21 a 1m,35.

Art. 20 – Os professores deverão medir seus alumnos uma vez por anno, por ocasião da abertura das aulas.

Art. 21 – Os bancos-carteiras serão sempre collocados conforme a projecção da luz-.

A adequação desse ambiente estava envolvida na questão da arquitetura escolar. Além disso, esse estudo precisava corresponder aos princípios de Higiene, à boa iluminação e à circulação de ar, evitando, assim, problemas de saúde das crianças, como o contágio de doenças entre elas. Para evitar essas situações, a inspeção das escolas deveria ser realizada pelas professoras e pelos funcionários dessas instituições.

Com esse objetivo, pretendemos compreender como as teorias eram colocadas em prática nas escolas públicas-. Os dados objetivos relacionavam-se com as avaliações que deveriam ser realizadas junto às crianças para compreender o seu processo de crescimento e de que forma ocorria a sua interação com o meio.

A relevância da presença de temas como esse na programação dos concursos era justificada pela atuação do professor no processo de análise do desenvolvimento como um todo. Como foi visto anteriormente, a formação do professor estava voltada para considerar o aluno no âmbito geral de seu desenvolvimento físico e mental.

No tocante ao material didático, as referências do programa ressaltavam o conhecimento pelas professoras dos utensílios da escola, para estudar as apropriações da concretização das noções do ensino primário. As

mestras precisavam compreender como transformar os conceitos abstratos em exemplos práticos de fácil assimilação para as crianças.

Desse fato, também resultava a importância do conhecimento dos métodos na utilização de materiais como a cartilha e o contador mecânico, citados constantemente nos discursos da Diretoria da Instrução Pública. Os jogos escolares também foram apontados como importantes nessa fase do desenvolvimento físico e mental.

Recorreu-se, ainda nesse roteiro, às aplicações da educação sanitária e, do mesmo modo, à definição da Antropometria Pedagógica. Esse conceito correspondia à apropriação dos aspectos relacionados ao desenvolvimento da criança, através das questões da medicina e do estudo do homem, objeto da Antropologia

As características do desenvolvimento infantil estariam, nesse estudo, divididas em estatura, peso e perímetro torácico. Para tanto, as professoras precisavam do esclarecimento de médicos, para avaliar esses aspectos nos alunos. Vale ressaltar que a importância dessa análise serviu para definir um perfil psicológico e, assim, delimitar os métodos eficazes para a aprendizagem; além de avaliar as pré-disposições do aluno para a futura profissão, acrescentando um caráter científico ao estudo escolar.

No que dizia respeito à classificação dos conteúdos que deveriam compor o currículo das escolas primárias cearenses, percebeu-se que ela estava de acordo com as representações que eram atribuídas às disciplinas nesse nível de ensino. No tocante à formação que o aluno obtinha nesse período, podemos destacar a metodologia aplicada em cada disciplina escolar.

Os critérios para realizar essa classificação estavam ligados aos objetivos de cada área do conhecimento, bem como à formação para o trabalho, às noções de cálculo e à aquisição da cultura nacional. Esses fundamentos deveriam ser aplicados de forma interligada e lógica.

Com efeito, no ensino de Ciências Naturais, o professor poderia utilizar o museu escolar, para evidenciar o assunto estudado. As festas cívicas e comemorações ligadas às datas importantes da pátria faziam parte do calendário escolar. Juntamente com o ensino da língua nacional, a Geografia, o Ensino Moral e Cívico e a História ilustravam o estudo da formação do homem social.

Dentre essas disciplinas, no programa de História foi destacada em

sua introdução a seguinte interrogação: *A História pode ser ensinada no curso primário?*

Essa indagação possibilita pensar na significação do conceito de História no ensino primário daquele período. Como complemento para esse ponto do programa, foram apresentados os tópicos referentes à noção de tempo, e, em destaque, a idéia de que seria preciso partir da história de vida do aluno, para posteriormente, tratar dos aspectos mais recentes da história do país. Ao que parece, havia uma preocupação em criar possibilidades para o aluno pensar sobre a sua história. A ligação entre a história de vida do aluno e os conteúdos trabalhados na escola, serviriam para facilitar a sua interpretação dos fatos. A História, como disciplina, estava inserida, juntamente com outros conhecimentos, no contexto de construção da nação.

Vale lembrar, o quanto a História era conhecida como disciplina decorativa por excelência, como foi apresentado por esse programa – *Banimento absoluto do ensino de cor*. Diante da relevância atribuída ao Ensino Moral e Cívico, a construção dos valores da pátria não seria totalmente contemplada pelo ensino de História.

A interpretação desses conteúdos pelas professoras comporia a estrutura curricular das escolas primárias. Destacando-se ainda a constituição desse currículo como forma de legitimar o discurso das políticas públicas de ensino.

2.3. Inspeção Escolar

A criação de novas escolas e a nomeação de dois novos inspetores escolares foram apresentadas pela Diretoria da Instrução Pública como perspectiva de melhorar as condições do ensino. Com a autorização de Matos Peixoto, Presidente do Estado do Ceará, essa instituição procurou estabelecer um projeto para ampliar o trabalho de desanalfabetização.

Se cada uma dessas escolas conseguir alfabetizar quarenta crianças, por anno, teremos que, dentro do praso de três annos, o actual governo deixará nada menos de doze mil crianças alfabetizadas.

Quer dizer – esse resultado procederá simplesmente das novas escolas, sem alludirdos ao que possa resultar do fomento da

instrução nas seiscentas escolas primarias existentes

A criação de cem novas escolas públicas no Estado foi noticiada em 1929, pelo jornal *O Povo*. A relevância dessa notícia residia na alegação de que a construção de novas escolas, não dispensaria o governo das reformas necessárias nas escolas já existentes, como também, da distribuição de material didático para elas. Desse modo, o jornal atribuiu outro significado para o anúncio das novas escolas: a discussão dos problemas encontrados nas demais instituições de ensino.

Percebe-se, nas argumentações do governo, a tentativa de exaltar a ocasião da inauguração das escolas como forma de superar os demais problemas, para os quais não indicava soluções. A partir da construção das escolas o governo buscava realizar uma propaganda positiva para o seu desempenho em tentar resolver os problemas da instrução. Além de figurar nos periódicos, os problemas da instrução pública também estavam presentes nos relatórios dos inspetores de ensino. O que era destacado nesses registros dos inspetores continuava a apontar inúmeros entraves nas escolas públicas já existentes. Dessa maneira, como interpretar o incentivo da criação de novas escolas diante da irregularidade das outras instituições de ensino?

Mas se o governo pretende crear essas novas escolas, para deixar as anteriores desorganizadas e desapparelhadas como estão, seria preferível não augmentar-lhes o numero.

Na pobreza em que jazem os pequenos collegios do interior, qualquer boa vontade do professorado e da fiscalização, ou da directoria será inútil.

Funcionando em casas sórdidas, sem mobiliário, sem graphicos e outros utensílios escolares, esses estabelecimentos, longe de despertarem as intelligencias infantis – concorrem para entibiá-las, para acostumá-las ao desprezo pelos preceitos hygienicos.

Que poderá exigir um inspector regional do ensino de uma professora que lhes argumenta com a falta de carteiras para accomodar as creanças?

Se os estudantes trazem as mãos sujas, as vestes immundas, como preceito de asseio commum individual, e ao alcance de todos

As dificuldades apresentadas nessas notificações indicavam a escassez de recursos e soluções para as professoras, principalmente nas escolas primárias. Conforme o jornal, os problemas nas escolas não poderiam ser resolvidos pelas professoras, apesar da boa vontade que elas possuíam; nem pela ação dos inspetores, o que seria visto como simples tentativas de transformar a condição existente. Dessa forma, segundo o periódico, caberia à

Diretoria da Instrução Pública resolver as carências do ensino. O trabalho de alfabetização das crianças deveria estar acima dessas dificuldades e as avaliações que seriam apresentadas pelos inspetores precisavam considerar as possíveis soluções para esses casos.

Procurou-se por meio dos registros de relatórios e das avaliações dos inspetores escolares locais e regionais entender como a escola estava sendo analisada, de acordo com os critérios estabelecidos pela Diretoria Geral da Instrução.

Com a sede da Diretoria da Instrução Pública em Fortaleza, havia a necessidade de contratar funcionários para auxiliar na fiscalização da instrução no interior. Neste item iremos abordar a nomeação dos inspetores, além de destacarmos as atribuições desse cargo.

A ação dos inspetores escolares: critérios de avaliação do funcionamento das escolas

(...) “formar homens austeros, de verdadeiro temperamento – com sorriso na alma, força nos músculos e idéas na mente

Interessa-nos compreender como os inspetores eram definidos diante da função que deveriam ocupar e qual a relevância desse cargo. A forma como os inspetores exerciam essa tarefa consistia em avaliar o funcionamento das escolas por meio de visitas e de exercícios junto às crianças e às professoras, os inspetores deveriam ser notificados, também, sobre a nomeação das professoras, os pedidos de licença, as exonerações, como também as substituições.

Essa característica atribuía aos inspetores respaldo e autoridade, que os aproximavam do papel do Diretor da Instrução. Os inspetores funcionavam como diretores nos distritos pelos quais eram responsáveis. Com a nomeação desses cargos, a Diretoria da Instrução Pública intentava acompanhar como estava sendo desenvolvido o ensino em várias partes do estado.

A Diretoria tinha como responsabilidade não apenas as questões pedagógicas, mas também os fatores técnicos que envolviam a distribuição de material para as escolas, a construção e a manutenção de prédios para

funcionamento dessas instituições, as matrículas de alunos, a seleção de professores e, outros assuntos relacionados à instrução.

Ponderava-se a ação dos inspetores de acordo com a confiança que era atribuída a quem exercesse essa função, ao passo que as imputações desse cargo não eram delimitadas por alguma especialização anterior na área educacional. Em outras palavras, não havia uma preparação específica para ser nomeado a esse cargo. Quando era nomeado, o inspetor recebia instruções para realizar essas tarefas.

Com o objetivo de organizar e orientar o funcionamento das escolas, os inspetores poderiam intervir na atuação das professoras. Ao avaliarem o trabalho docente, os inspetores buscavam delimitar e assegurar os objetivos formais desse trabalho. Essa análise tornou-se relevante por demonstrar, no caso cearense, como as professoras precisavam prestar contas por funções que estavam relacionadas ao trabalho fora da sala de aula. As obrigações diziam respeito à organização das matrículas, ao aluguel do prédio e à manutenção do mobiliário escolar.

Através das visitas às escolas, eles precisavam coletar as informações necessárias para avaliar o ensino. Os comentários que apareciam nos periódicos a respeito da situação das escolas eram, em grande parte, extraídos das informações desses relatórios. Essa publicação permitia aos leitores observarem as condições das escolas e o trabalho do inspetor.

Em um primeiro momento, vale ressaltar como ocorria a escolha dos inspetores. Ao que parece, a seleção dessas pessoas dizia respeito à representação que elas possuíam junto às cidades e grupos escolares a que fossem destinados a inspecionar. Além disso, o papel que era desempenhado socialmente pelos inspetores regionais precisava demonstrar a importância de sua função, por isso eram escolhidos entre médicos, advogados e intelectuais presentes no cenário cearense. O anúncio da nova divisão das inspetorias destacou a localização e a pessoa responsável por aquela região.

Ficou deliberada o seguinte

1ª Região (Moacir Caminha) – Fortaleza, Maranguape, Pacatuba, Redempção, Aracoyaba, Baturite, Quixadá, Quixeramobim, Bôa Viagem, Pacoty, Guaramiranga, Coité e Aquiraz.

2ª Região (Aristoteles Bezerra) – Senador Pompeu, Cachoeira, Riacho do Sangue, Pedra Branca, Maria Pereira, Lages, Igautú, S. Matheus, Saboeiro, Arneiroz, Icó, Cedro, Lavras e Varzea-Alegre.

3ª Região (Vicente de Britto) – Crato, Campos Salles, Assaré, Joazeiro, Missão Velha, Aurora, Barbalha, S. Pedro do Cariry,

Santanna do Cariry, Araripe, Milagres, Maurity, Brejo dos Santos, Porteiras e Jardim.

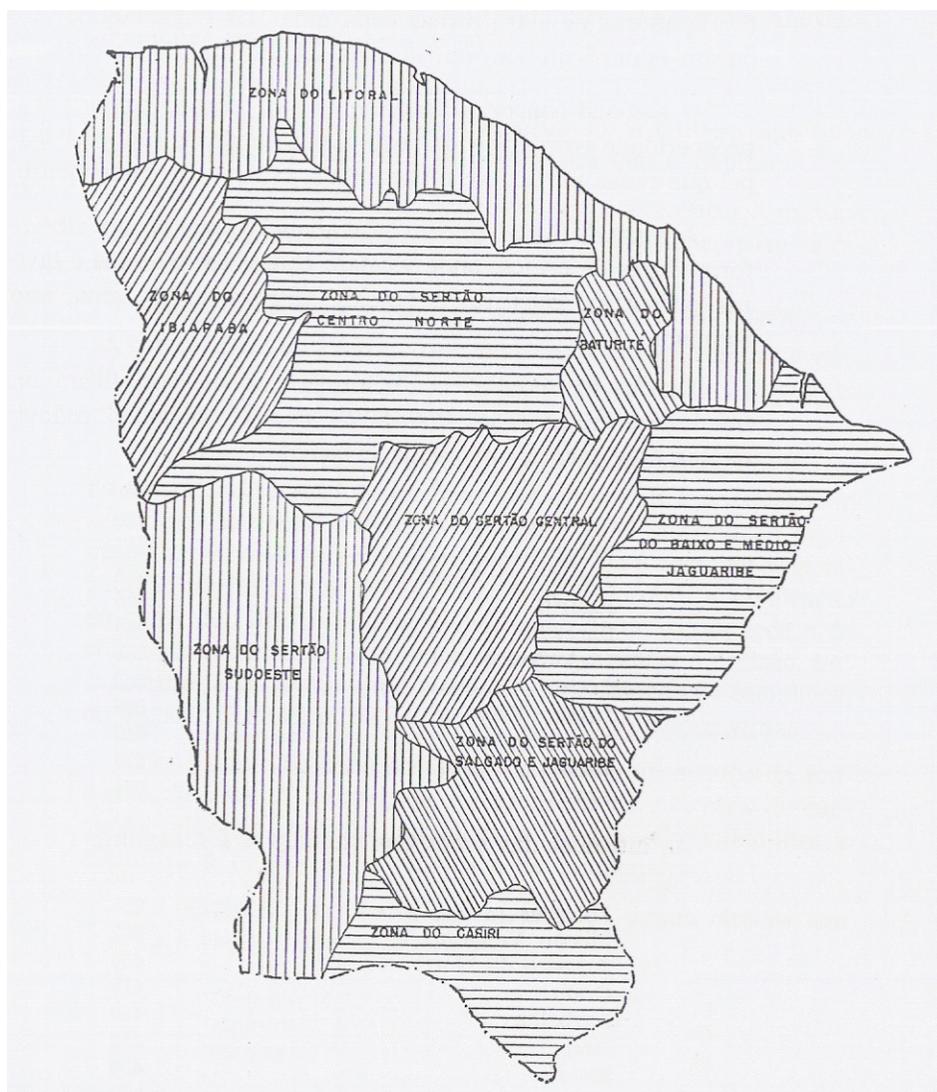
4ª Região (Sydney Netto) – Soure, São Gonçalo, Trahiry, Pentecoste, S. Francisco, S. João da Uruburetama, Itapipoca e Canindé.

5ª Região (Tertuliano Menezes) – Sobral, Acarahú, Santana, Camocim, Granja, Massapê, Palma, Viçosa, Tianguá, Ubajara e Ibiapina.

6ª Região (Hugo Catunda) – Cratheús, Tamboril, Nova Russas, Santa Quitéria, São Benedicto, Campo Grande, Santa Cruz, Ipú, Ipueiras, Independência e Tauhá.

7ª Região (Filgueiras Lima) – Cascavel, Aracaty, Beberibe, Guarany, União, Russas, Limoeiro, Morada Nova, Pereiro, Iracema e Jaguaribe-Mirim

A divisão das inspetorias em regiões atribuía uma diferenciação ao trabalho dos inspetores. Alguns critérios são distinguidos de acordo com a localização dos grupos escolares, ou seja, como visto nos concursos para o provimento de cadeiras, as escolas de algumas localidades dispensariam o diploma das professoras. Esse fato causava represálias que buscavam justificar a falta de credibilidade das escolas em realizar um trabalho construtivo. A região de Fortaleza possuía maior relevância nas avaliações. O Diretor da Instrução, em algumas ocasiões, realizou pessoalmente a inspeção. Procuramos especificar o campo de atuação desses profissionais na sociedade cearense, pois, segundo os discursos do Diretor da Instrução, esses colaboradores do ensino mereciam essa função pelo seu destaque social.



Mapa das Inspetorias de Ensino

Na tentativa de descrever o campo de atuação dos inspetores citados nessa fonte, destacamos as funções exercidas por esses inspetores.

Moacir Caminha, intelectual, foi responsável pela difusão da literatura socialista entre os trabalhadores, colaborava com as edições do jornal *Ceará Socialista*, além de ser diretor pedagógico da Escola Operária Secundária. A sua atuação como inspetor pode ser destacada desde o início da década de 1920.

Aristóteles Bezerra, responsável pela segunda região, era filho da professora e escritora Francisca Clotilde. Como figura relevante na cena intelectual cearense, ele atuava junto à imprensa e participou da Academia dos Novos, agremiação da qual foi presidente, além de atuar na instrução pública.

como inspetor, ele também desenvolveu estudos sobre a Pedagogia Moderna e continuou sua carreira na educação como técnico do Ministério da Educação no Rio de Janeiro na década de 1930.

Sydney Netto e Tertuliano Menezes, responsáveis pela terceira e quarta regiões respectivamente, posteriormente exerceram o cargo de Inspectores da Polícia Marítima. Antonio Filgueiras Lima era professor do Liceu. Hugo Catunda destacava-se como intelectual membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará

Para realizar as avaliações, os inspetores precisavam permanecer nas localidades. A sua estada era financiada pela Diretoria da Instrução Pública, que solicitava junto à Secretaria do Interior e da Justiça, o dinheiro necessário para a viagem:

Do sr. Director da Instrucção Publica ao Secretario do interior e da Justiça, solicitando providencias afim de que a Secretaria da Fazenda seja autorisada a pagar ao Inspector Regional, Antonio Filgueiras Lima, a importancia de duzentos e cincoenta mil réis (250\$000) por conta da verba consignada na tabella do art. 2, &8, n. 3, do orçamento vigente, como abono das diárias que lhe competem, relativamente ao mês de julho do corrente anno.

Requisições

Do sr. Director da Instrucção Publica ao sr. Agente da Estação de Baturité, solicitando por conta do Governo, uma passagem de 1ª classe, ida e volta, em favor do Inspector Regional Aristoteles Bezerra, dessa Estação para a de Aracoyaba

A divisão em sub-regiões servia para organizar as visitas e também dinamizar as avaliações do funcionamento das escolas. Os critérios estabelecidos para avaliar o funcionamento das escolas diziam respeito à ação das professoras, ao aprendizado que deveria ser aplicado junto às crianças e ao conhecimento que elas deveriam obter ao final da etapa escolar. As visitas analisariam diferentes aspectos, como também as instalações das salas de aula, a direção da escola, o número de alunos, a participação da comunidade e principalmente o desempenho das professoras e os métodos utilizados em sala de aula. As intervenções dos inspetores em vários casos estavam diretamente ligadas às professoras e as suas avaliações poderiam resultar em punição ou prêmio para as docentes. Grande parte, senão a totalidade, dos relatórios da inspeção regional escolar dizia respeito às escolas do interior do estado. Além da participação da Diretoria da Instrução Pública

como funcionários especiais, os inspetores regionais precisavam cumprir os requisitos da avaliação e do acompanhamento nas escolas de forma a auxiliar na melhoria da organização da instrução pública.

24) apresentar, anualmente, um relatório minucioso sobre as ocorrências escolares do districto que lhe for confiado, propondo melhoramentos e modificações que parecerem convenientes introduzir no regime pedagógico, manifestando sua opinião reservada sobre o modo pelo qual é executado. Ao relatório acompanhará uma estatística geral sobre as escolas de seu districto, matrícula, frequência, etc;

25) visar e remeter ao Director Geral mapa do inventário do mobiliário e material escolar, existentes nas escolas de seu districto e verificar a existência ou extravio do mesmo, responsabilizando por ele quem de direito;

Nesse sentido, procura-se compreender como a Diretoria da Instrução Pública respondia aos problemas apontados nas escolas, como os problemas de frequência, as reclamações dos pais e a falta de estrutura para realizar as atividades propostas no programa de ensino.

Os relatórios ajudavam a mapear o cenário das escolas. Sendo vistos também como forma de denúncia das más instalações das escolas, assim como um recurso para solicitar do governo melhorias nessas condições. Dessa forma, o que era dito por um inspetor regional nos casos relatados nas redações finais dos relatórios da inspeção escolar tinha maior relevância nas considerações feitas pelo governo.

A relação entre os inspetores e a comunidade era considerada importante. O município precisava, segundo a Diretoria da Instrução Pública, estar envolvido em um ciclo de relações estreitas. No texto a seguir, o inspetor regional Aristoteles Bezerra descreveu como deveria ocorrer o trabalho da inspetoria nas escolas.

Os que se dedicam ao trabalho de fiscalização escolar necessitam transmitir ao mesmo, quase ininterruptamente um influxo efficiente de força nova.

É que a fiscalização, de accordo com os ensinamentos da pratica, não pôde circumscrever-se a moldes mechanicos e estreitos.

Tem de ser movimento e resplandecer de vida e de exaltação.

Dahi porque compete ao instructor não esquecer nunca, ao chegar à escola, que o seu papel é de orientador e, para o ser às direitas, ao passo que indica falhas, aponta os remédios que venham corrigi-las.

E, mostrando o rumo novo a seguir, fá-lo-á o inspector como se estivesse a espalhar a scentelha de estímulos ao professor e aos alumnos.

Compete ao fiscal do governo junto aos estabelecimentos educacionaes verificar si a pessoa que rege a escola vae

acompanhando a actividade que agita as rodas do ensino, isto é, se procura o aperfeiçoamento que lhe traçam os novos methodos.

Verificará do adeantamento da classe, observando si o programma vae sendo cumprido à risca e da projecção do trabalho educativo tirará conclusões relativas ao progredimento da escola.

Depois de realizados os trabalhos de fiscalização junto às classes, passa o inspector a agir noutro ambiente; isto é, no meio social em que viver a escola, onde facilmente saberá si a mesma floresce, preenchendo o fim para que foi creada e si, neste caso, contando com a solidariedade publica, concorre para a verdadeira vitalidade do ensino.

Fora da escola deve o inspector transformar-se em verdadeiro conferencista, procurando o apoio da população no sentido de fazê-la interessar-se pela campanha contra o analfabetismo.

Sempre de alma levantada, impondo se pelo equilíbrio dar a maior efficiencia pratica à acção que desenvolve, o inspector regional fará obra que não morrerá.

Desta fórma, ao invés de deixar a impressão de que é insignificante a sua tarefa, fará com que a tomem como trabalho de alto e nobre patriotismo.

O seu trabalho, segundo esse inspetor, era antes de tudo um dever com o Estado e um exercício de cidadania, como forma de qualificar o ensino público. Destacou-se que ao avaliar as escolas, os inspetores também precisavam orientar as providências a serem tomadas pelo grupo escolar. Assim não bastaria apontar os erros, mas indicar as soluções. A inadequação das escolas aos objetivos da Escola Nova também podia ser percebida nessa avaliação, como um dos problemas, visto ser esse o modelo de método. Seria um trabalho de atualização das práticas realizadas nas escolas tidas como modelos.

Sobre a questão da inovação no ensino, o escritor apontou, ainda, que as escolas que não possuíssem uma regente que fosse formada no Curso Normal ou participasse de cursos de aprimoramento teriam mais dificuldades para enfrentar os desafios. Esse caso era vivenciado nas escolas que dispensavam os exames para as professoras. Como orientação, o inspetor precisava conversar sobre os métodos e os estudos modernos com as professoras e os dirigentes das escolas. Na avaliação realizada na visita, o inspetor deveria distinguir um bom funcionamento dos fatores que impedissem que isso ocorresse.

O Regulamento de Ensino servia para os inspetores como roteiro para que eles organizassem a sua intervenção. Dentre os principais pontos

apresentados por esse documento a esse respeito, destacamos como primeiro aspecto, a análise da atuação profissional do professorado, avaliando a sua capacidade moral e intelectual e o emprego correto de suas funções. A segunda questão seria a localização da escola, observando as condições dos prédios quanto à higiene e sua adequação aos fins a que se destina. Caso fosse necessário, o inspetor poderia sugerir a mudança de local para o funcionamento da escola e também a suspensão do seu funcionamento por razões extraordinárias, como nos períodos de seca. Utilizaremos esses critérios para analisar as descrições presentes nos relatórios dos inspetores.

Os inspetores deveriam saber como estavam divididas as escolas. As escolas eram divididas em: a) escolas isoladas, onde funcionava apenas uma sala de aula; b) escolas reunidas, que agrupavam várias salas e chegavam a ter a mesma direção e c) grupos escolares, que somavam uma quantidade maior de alunos e funcionários. Essa classificação era importante porque de acordo com o número de alunos e a quantidade de crianças em idade escolar, se poderia solicitar a criação de novas escolas. As escolas do interior em sua grande parte reduziam-se a uma sala de aula organizada em casas alugadas e sob a direção da professora regente.

Em alguns casos, o Diretor da Instrução Pública visitava as escolas a fim de realizar uma inspeção levando em conta os pontos apresentados para o exercício da função de inspetor. Na visita ao grupo de Maranguape, o Moreira de Sousa destacou de maneira objetiva aspectos físicos e materiais da escola, como também o aprendizado das crianças. Na ocasião, ele visitou três escolas e um grupo escolar, destacando os seguintes aspectos:

ESCOLA DO ARRAIAL "SIQUEIRA"

Apresentando a matrícula de 24 alunos, vai essa escola funcionando regularmente. O seu mobiliário escolar consta do que se segue: 9 bancos-carteiras e 1 quadro-negro estragado.

ESCOLA DO ARRAIAL "KAGADO"

Não satisfaz ainda a matrícula desse estabelecimento de ensino. O livro de escripturação registra apenas 24 alunos. Na mesma não é feito o ensino de acordo com os novos processos pedagógicos.

Havia crianças a sustentar às mãos cartas de A B C e taboadas.

Dahi porque o Director da Instrução, fazendo o registro de sua visita, determinou o uso de cartilhas do ensino rápido e do contador mecânico.

3 bancos-carteiras e um quadro-negro compõem o mobiliário escolar.

Quando fez referência à Escola do Arraial Kagado, o Diretor da Instrução enfatizou que a professora não realizava os ensinamentos baseados na Pedagogia Moderna. A Diretoria da Instrução não apresentou nenhuma referência ao que era realizado junto às professoras que já atuavam no magistério antes do novo Regulamento de Ensino de 1922, ou seja, não era destacado se haveria qualquer tratamento diferenciado para as docentes que trabalhavam nas escolas antes de 1920, como forma de fundamentar a sua prática na Pedagogia Moderna, apenas elas deveriam participar dos Cursos de Férias. Embora o propósito desses encontros fosse divulgar a metodologia do ensino ativo, uma parte considerável das professoras do interior não viajava para Fortaleza, onde aconteciam os eventos.

A represália do Diretor da Instrução referia-se ao uso de tabuadas e cartas do ABC. Diante desse fato, Moreira de Sousa notificou a escola por não utilizar o material adequado. Entretanto, não apresentou o motivo do uso pela professora desse material. Embora os materiais indicados para uso desse nível de ensino fossem a cartilha e o contador mecânico, a Diretoria da Instrução não indicava claramente os motivos para a ausência desses recursos nas escolas.

Em outra visita, o diretor Moreira de Sousa parabenizou o funcionamento do Grupo Escolar de Maranguape, onde ele enfatizou a imagem de equilíbrio da ação da professora e do funcionamento da escola. Relatou a matrícula em número adequado e destacou a utilização dos métodos modernos, minimizando a falta de competência para suprir o problema da escola citada anteriormente.

ESCOLA DO ARRAIAL "VAVAHU"

A sua matrícula atinge a 36 alunos. A respectiva professora, conhecendo os métodos em uso, vai obtendo resultados satisfatórios. Há disciplina e asseio nessa escola.

NO GRUPO ESCOLAR DE MARANGUAPE

O Diretor da Instrução fez demorada visita a todas as classes desse importante estabelecimento de ensino público estadual.

Para os nossos leitores ajuizarem da marcha que vão tendo os trabalhos do "Grupo de Maranguape", basta transcrevermos o que, no livro destinado ao registro das visitas, deixou escrito o dr. Moreira de Sousa e é o que se segue:

"Acabo de visitar o Grupo Escolar de Maranguape, tendo ficado excelentemente impressionado, já pela ordem e disciplina no

mesmo mantidas, já pela dedicação e zelo das professoras pela causa do ensino.

Faço justiça salientando neste registro a intelligencia e dedicação da actual directora a exma. Sra. D. Hermelinda de Sousa Carvalho S. de Lima, que tem imprimido ao Grupo relevante progresso.

O programma de ensino é escrupulosamente observado, sendo adoptados os methodos mais aconselháveis da pedagogia moderna e havendo criteriosa escolha entres os livros recommendados pela Directoria Geral da Instrucção Publica.

Só palavras de louvores e estímulos tenho para as professoras do Grupo e para a sua distincta Directora. Da forma por que se conduzem, estão servindo de verdade á causa da instrucção.

Maranguape, 8 de março de 1929.

J. Moreira de Sousa

Director da Instrucção

Analisando os relatórios, destacamos alguns aspectos que podem ser classificados de acordo com a importância das mudanças e das referências que serviam como parâmetro para definir o que deveria ser priorizado.

Na 5ª Região, o inspetor Hugo Catunda apresentou como primeiro município Independência. Na avaliação, destacou-se a matrícula dos alunos como ponto importante.

(...) A escola mixta da Villa de Independencia, regida pela professora interina Maria de Macedo Falcão, apesar de escassez de aparelhamento escolar, vae funcionando regularmente. A sua matricula, quando de minha chegada áquella localidade, constava d 34 creanças, elevando-se, mercê dos meus esforços conjugados com os da professora mencionada, em dois dias que alli permaneci, para 40 creanças. A freqüência diária varia entre 30 e 35 alumnos

Para essa região, o inspetor apresentou uma carência não apenas de caráter escolar, mas também, outras necessidades eram apresentadas pelas crianças. Os inspetores deviam encaminhar as mudanças que precisariam ser tomadas aos dirigentes administrativos da cidade. Até que ponto esse relato resultaria em mudanças e providências mais concretas?

O prefeito Municipal, por solicitação minha, comprometteu-se a mandar consertar alguns moveis escolares que se achavam estragados e bem assim fornecer livros e roupas ás creanças pobres que desejem freqüentar a escola (...).

No município de Cratéus, pertencente à mesma inspetoria, as anotações também diziam respeito à falta de material, principalmente no que

se referia aqueles que fizessem parte da estrutura de aula da Pedagogia Moderna. Os inspetores frisavam a necessidade de os grupos escolares serem munidos dos materiais que possibilitassem a aplicação dessa metodologia.

Além de pequenas irregularidades que observei na parte administrativa desse estabelecimento de instrução primária, lutam as suas professoras com a falta bem sensível de material didactico, o que lhes impossibilita de ministrar com eficiencia as praticas aconselhadas pela moderna pedagogia, a inexistência de mappas para o ensino de geographia, alli verificada, é por exemplo, uma atestação frisante das necessidades de que se recente o Grupo

No município de Nova Russas, além da inspeção física, Hugo Catunda realizou com a turma de alunos do Grupo Escolar uma argüição:

Escola do sexo masculino: Nessa escola existente na Villa de Nova Russas, estão matriculados 20 meninos, constando a freqüência, no dia da minha visita de 7 alumnos, apenas. *É regida por um professor de conhecimentos apoucados.* Numa argüição a que submetti os alumnos mais adiantados, verifiquei não conhecerem os mesmos as mais rudimentares noções de língua materna. Assim é que não sabiam as creanças distinguir os monosyllabos, dissyllabos, etc. Ignoravam mesmo a definição desses vocabulos! Entretanto, sobre a mesa do professor descançava ameaçadora e terrível, uma palmatória de avantajadas proporções (grifos nossos).

No transcorrer da narração, o inspetor especificou as medidas que foram tomadas, mas ele não comunicou se recolheu a palmatória. Na leitura desses relatórios percebemos a tentativa dos inspetores em defender a mudança dos métodos, embora eles não agissem nessa direção.

Nessa fonte, podem-se analisar quais os conhecimentos que deveriam ser assimilados pelas crianças. Ao finalizar o relatório, o inspetor Hugo Catunda destacou como a falta de recursos e a má formação do professorado colocavam em risco o estudo pelos métodos modernos e resultavam na utilização de mecanismos considerados antigos e ultrapassados. Nesse sentido, ele explica as medidas que eram tomadas pelas professoras para desenvolver as atividades:

(...) não pequenos inconvenientes e prejuízos que se evidenciam na obrigação em que se encontra o preceptor de appelar, não raro, para methodos obsoletos, praticando os actuaes quando escassamente lhe permitem minguidos elementos ao seu alcance, criando, des'arte, uma confusão entre processos didacticos antigos e modernos.

Um tal promiscuído é, como sabeis absolutamente condenada pelo mais eminentes pedagogistas da actualidade affirmaram que o *novo e o velho* em matéria de instrução e educação se não de vem

nunca misturar, por isso que a nova pedagogia pressupõe processos que não são só muito diferentes, mas até contrários dos que se observavam antigamente.

(...) a improficuidade da inspeção escolar que no interior ressaltadas exceções raríssima, tem a função única de atestar, para o efeito de percepção de vencimentos, o exercício das respectivas professoras

A ênfase desse argumento estava no fato de a regência de uma sala de aula ter sido entregue a uma pessoa sem conhecimento para ensinar. Além da falta de preparo intelectual, havia a recorrência a outros métodos. Nesse caso, o inspetor apresentou a ineficiência do ensino que era realizado no interior e a problemática da incompatibilidade do *velho com o novo*.

Outro aspecto relativo a essa incompatibilidade foi destacado pelo inspetor regional da 7ª Região de Ensino, Antonio Figueiras Lima, que apontou o Grupo Escolar no município de Aracati, que possuía o índice de matrículas inferior ao estabelecido pelo Regulamento da Instrução. Esse índice era determinado de acordo com o número de professores lotados por escola.

Tenho visitado, continuamente, esta casa de ensino. Lamento não poder referir-me ao seu progresso da mesma forma por que alludo ao seu prédio, que satisfaz, de verdade e plenamente, às exigências pedagógicas. Sua matrícula de 131 alumnos, para 5 professores, é anti-regulamentar. Revela esclarecer, porém, que, segundo percebi, esse estado de cousas não é devido á falta de organização por parte de sua actual dirigente, que é uma senhora muito esforçada e trabalhadora. Devemos, pelo contrario, ao período de estacionamento em que permaneceu, já por falta de material, já por falta de prédio, durante muito tempo, esse estabelecimento de ensino. E o povo, com razão, aliás, voltou as suas vistas para as escolas particulares. Tanto assim é que essas vivem cheias de alumnos, enquanto o GRUPO continúa com uma matricula deficientíssima

As razões para a procura dos pais pelas escolas particulares foram claramente apontadas. Contraste entre a falta da escola e a procura da população, enquanto em outros municípios eram as crianças que abandonavam os estudos.

A motivação que levaria os pais a matricularem os filhos em escolas particulares: as conseqüências dos problemas nas escolas, a falta de material e o uso inadequado de prédio para realizar as aulas. Os institutos particulares teriam, supostamente, mais compromisso com a educação e estrutura física.

Em outro relatório o inspetor propôs que a razão da falta de matrículas deveria ser verificada pela Diretoria da Instrução para que houvesse

uma procura maior pelas famílias das crianças por essa escola.

Segundo apurei, aliás com tristeza, essa casa de ensino teve o seu início cercado pelas sympathias da população desta cidade, mas, não sei se a pouca dedicação de seus dirigentes, áquelle tempo, ou se a precariedade de recursos com que tinha de lutar e também o esquecimento em que vivia esta zona, fizeram-n'a perder quase de repente a confiança do nosso povo. Começaram, então, a surgir, as escolas particulares. E a diminuir, cada dia, a sua matrícula. Afinal, creou-se o preconceito, de que ainda subsistem resquícios, segundo o qual, a gente da alta sociedade não devia botar os filhos no grupo escolar. Agora, a sua situação é nada lisonjeira. Mas a culpa vem de longe, o mal vem do principio. Não ha, pois, como se criminar as suas dirigentes actuaes. E só vejo uma solução para tão difficil problema: ou a importação de alguns elementos novos que tragam para mim um grande contingente de energia, mocidade e intelligencia, apesar disso, a matrícula deste Grupo subiu, neste mês, de 130 para 162 alumnos. Já é alguma cousa. Mas não é tudo

A preocupação dos pais para que os filhos não deixassem de aprender por falta de estrutura física e material didático adequado era utilizada como justificativa para a procura da escola particular.

A caracterização dos grupos escolares, junto à idealização das escolas como templos do saber, permanecia distante na apresentação dos relatórios dos inspetores pela ausência de uma série de fatores materiais que precisavam sustentar os meios para alcançar um nível razoável do aprendizado.

Em outras palavras, a inspeção escolar apresentou a incapacidade das escolas de proverem os meios para organizar o aprendizado na base da Pedagogia Moderna. O desenvolvimento educacional como finalidade da escola não estava sendo alcançado satisfatoriamente. Havia uma dissonância entre esse fim e os ajustes realizados para organizar os trabalhos nessas condições, pois, segundo o ideário da escola única, as estruturas básicas das escolas eram arquitetadas a partir da concepção educativa social, visando às exigências psicológicas e biológicas das crianças, sua mentalidade, maneira de agir e julgar as coisas. Assim, o prédio escolar precisava possuir a segurança, salubridade e conveniência para receber os alunos

(...) Em predio regularmente apropriado, este grupo demonstra logo ao primeiro exame ser um dos melhores do interior do Estado.

Os salões onde funccionam as aulas são amplos, bem

arejado e limpos – abertos em janellas lateraes por onde, prodigamente, as creanças recebem muito ar e bastante luz.

O edificio, que está isolado em local mais ou menos higiênico, é flanqueado em uma das suas partes por uma muralha que fecha área já francamente arborizada, onde a creançada tem o seu recreio, e que futuramente irá servir tambem á criação de um pequeno campo de demonstração para ligeiras noções de agricultura aos alumnos

A aparência descrita pelo inspetor local, Candido Meireles, possibilita compreender o que, segundo a instrução pública, poderia chamar-se de prédio regularmente apropriado. Os fatores favoráveis, segundo essa descrição, seriam a entrada de ar no ambiente, a localização próxima à natureza e a aproximação da higiene desejada.

Ao avaliarem o funcionamento dos grupos escolares os inspetores privilegiavam alguns aspectos que deveriam condizer com as propostas do ensino único para as crianças em idade escolar. Procuramos destacar quais os pontos que eram levados em questão no momento em que os inspetores chegavam nas escolas.

Um dos principais, e apontado diversas vezes nos relatórios, era a falta de material adequado nas salas de aula, ou até, de uma estrutura na qual as crianças pudessem interagir de forma a desenvolver atividades tidas como necessárias à sua aprendizagem: *Ha escassez de moveis escolares e falta absoluta de material didactica*

E como expõe o inspetor João Theotonio, inspetor local da região do município do Riacho do Sangue, a escola precisava de:

Em vista disso, já que a v. excia. como a nenhum outro, compete velar pela boa administração do ensino, faço ver varias necessidades desta escola que reclamam immediata providencia, como seja o provimento de 20 bancos-carteiras, 1 timpano, 1 regua, 1 quadro negro, 1 livro para matricula, chamada, 1 regulamento, etc

Os inspetores apontavam os materiais necessários: mapas, contador mecânico, grupo de sólidos para o estudo da Geometria e objetos necessários à pratica moderna do ensino, quadro-negro, cartilhas, cadeiras, bancas-carteiras e, por vezes, até um relógio (7ª Região) que servisse para orientar a duração da aula.

A necessidade de materiais, os problemas de localização, a desistência dos alunos dividiam espaço com as ressalvas em torno das professoras como responsáveis acima dessas condições do bom

funcionamento das escolas. As avaliações realizadas pelos inspetores ocasionavam medidas de punição ou, ao contrário, reconhecimento ao trabalho bem exercido pelas professoras.

Punição e prêmio?

A Diretoria da Instrução Pública encarregava-se de tentar manter um padrão de ensino e desenvolver práticas de cobrança sobre as professoras. Para a verificação dos níveis de aprendizagem dos alunos os inspetores realizavam uma avaliação em sala, como também nas exposições de trabalhos manuais, através de exames e arguições. As visitas do Diretor da Instrução aos estabelecimentos de ensino também serviam para avaliar o aprendizado. Podemos destacar ainda, que as visitas do Diretor Moreira de Sousa eram realizadas em Fortaleza e áreas próximas, enquanto Lourenço Filho no período em que esteve no Ceará chegou a realizar visitas ao interior.

Quando a escola ou o grupo escolar destacava algum crescimento dos alunos e desenvolvia, segundo o objetivo da inspetoria do ensino, de forma proveitosa o melhor aprendizado das crianças, era realizada alguma cerimônia que servisse para parabenizar, homenagear ou exaltar o exercício das professoras, o desempenho das crianças e a atuação da direção da escola. No entanto, a avaliação também poderia diagnosticar, em alguns casos, resultados como o atraso e a inadequação da escola aos objetivos da instrução pública. Ato de premiação e punição para com as dirigentes e professoras dos grupos escolares eram legitimados pelo Regulamento da Instrução e supervisionados pela Diretoria da Instrução Pública. Essa iniciativa era uma tentativa de classificar o trabalho docente não pelo mérito da missão de ensinar, mas pela qualificação do seu trabalho.

Os dados de matrículas e frequência dos alunos eram registrados pelas professoras, que também eram responsáveis pela matrícula. A professora ainda deveria possuir o encargo de manter a frequência média dos alunos em um número estabelecido no Regulamento de Ensino. Elas precisavam organizar as atividades realizadas com os alunos e apresentá-las

aos inspetores, juntamente com o livro de matrícula. Como relatado anteriormente, as professoras também teriam a visita do inspetor no horário da aula para avaliar o seu trabalho junto aos alunos.

O Sr. Director da Instrucção, de acordo com ao art. 313, letra e do Regulamento em vigor, ordenou que os Srs. Inspectores Regionaes applicassem a multa estabelecida que até agora não remetteram os mappas estatísticos annuaes.

Tapuyo, do Municipio de Aquiraz;

Araripe, dos sexos masculino e feminino;

Beberibe, do sexo masculino, e Cruzeiro do município de Cascavel, Serra do Moraes, do município de Iguatù; Alagoinha e São José, do município de Lavras; Palmeira e Gados dos Ferros, do município de Maranguape; Sexo Feminino, do Massapê; Francisco Hollanda e Madalena, de Quixeramobim, Sexo Feminino, de S. Benedicto; Riacho da Sella e Pitombeiras, de São Francisco; Sexo Masculino, de S. Pedro do Cariry; Grião e Miguel Galmon, de Senador Pompeu; Boqueirão, Boa Vista, Coite e Umary, do município de Soure

Um dos deveres das professoras era o envio dos mapas estatísticos anuais. Eles eram analisados e arquivados na Diretoria da Instrução Pública. Para organizar essas informações, a professora deveria seguir os requisitos elegidos, como: o número de crianças matriculadas no início do ano, quantos alunos permaneceram durante o ano letivo e, principalmente, o índice daqueles que já conseguiam ler. A relevância dessas informações poderia ser encontrada nos resultados obtidos a partir da avaliação dos examinadores na ocasião dos exames escolares, realizados para avaliar o nível de aprendizado das crianças.

No caso das professoras, o não envio desses dados ao Diretor da Instrução poderia redundar em multa. No caso acima, não foi possível identificar como a multa seria cobrada, se por meio de desconto nos vencimentos das professoras ou com o pagamento direto à Diretoria da Instrução Pública. Entretanto, podemos destacar no regulamento de 1922 que algumas falhas como não comparecer à escola nos dias letivos ou não cumprir com o programa e com o calendário escolar, poderiam acarretar em suspensão ou desconto nos vencimentos e até no afastamento do cargo.

Dentre as notificações dos inspetores existiam relatos das professoras. As notas dessas profissionais diziam respeito às informações que envolviam os requisitos da fiscalização do ensino. O caso a seguir refere-se à resposta do Grupo Escolar de Baturité a uma circular enviada pela Diretoria da Instrução Pública às direções dos grupos escolares. A circular compreendia a solicitação do Diretor da Instrução para o envio dos resultados dos trabalhos

escolares, apresentando-se como outra forma utilizada por essa instituição para fiscalizar as atividades desenvolvidas na escola e os seus resultados.

Em sua resposta, a diretora desse grupo, Olindina Pessoa Nogueira, apresentou argumentos para justificar as falhas da aplicação das aulas de trabalhos manuais.

“Directoria do Grupo Escolar de Baturité, 28 de maio de 1929.
Ilmo Sr. Director da Instrucção Publica.

Cumpre-me o dever de accusar o recebimento de vossa circular, n. 3, composta de três quesitos que tenho a honra de responder.

1º e 2º - Neste estabelecimento, que tem seguido, criteriosamente, o programma de ensino até agora adoptado para os grupos escolares, ha tempo destinado a trabalhos manuaes, a que, em geral, os alumnos se entregam duas vezes por semana.

Dentre os pontos especificados pela diretora, destacamos a clara explanação das dificuldades encontradas pelas professoras em aplicar os trabalhos com os meninos:

Observa-se, porém, que a adopção desse ensino, principalmente, na secção masculina, não corresponde aos fins instructivo e educativo que visa. As nossas professoras arrostam serias dificuldades que, muitas vez, não conseguem vencer: o quase nullo auxilio dos paes que, não raras vezes, se oppõem a essa aprendizagem, desejando apenas o desenvolvimento dos filhos em outras disciplinas, e ainda outros que, por ignorancia, ou indifferentismo, se recusam a fornecer material aos filhos; a escassez de tempo, pois 30 minutos determinados pelo horário adoptado não são sufficientes para um resultado mais satisfactorio, e outros tantos obstáculos concorrem para o pouco desenvolvimento do ensino de trabalhos manuaes, cuja importante utilidade pratica e ao mesmo tempo moral todas nós reconhecemos

Como o objetivo dessa atividade era despertar nos alunos a concentração, a disciplina e habilidades que proporcionariam o raciocínio, as professoras encontravam problemas na aplicação das atividades de trabalhos manuais, o que dificultava atingir sua finalidade, e assim não obtinham a proporção de empenho destinada a essa tarefa.

Dentre as causas para esse problema havia o relato da falta de apoio dos pais e de compreensão por parte da família. O que era chamado de trabalho pelos pais não correspondia às propostas da escola primária. O perfil de atividades que eram realizadas não envolvia a imagem das oficinas que supostamente poderiam corresponder à expectativa dos pais, que estariam

aguardando uma formação também profissional para os filhos. No caso das escolas do interior do estado havia ainda a utilização da ajuda das crianças nos trabalhos domésticos pelos pais, como forma de ensinar-lhes um ofício e auxiliar no sustento da casa.

A relatora fez questão de frisar o conhecimento das professoras sobre a importância dos trabalhos manuais e, por outro lado, admitiu a falta de habilidades das professoras para ministrarem essas aulas.

NA SECÇÃO MASCULINA

há uma quase completa transgressão, justificada aliás pela falta de material apropriado e pela inaptidão das professoras que não sabem ensinar a maior parte dos trabalhos preceituados pelo programa (aplicação manual de ramos, fibras lenhosas, objectos de madeira, modelagem em argila, etc.)

Assim, o ensino para os meninos cifra-se apenas em: trabalhos de tecelagem, dobradura de papel, com que se executam chapéus, caixinhas, fabricação de cestas com entrelinhas e feitas de serpentina; com palitos, cipós etc

Em referência ao trabalho realizado nas salas femininas e masculinas, percebemos que a classe feminina apresentava trabalhos com tecido, de costura e bordados. Entretanto, a classe masculina não estava seguindo o programa.

NA SECÇÃO FEMININA EXECUTAM SE:

trabalhos de tecelagem, dobradura, recortes com tesoura, alinhavos em cartão, crochet de linha e de lã, costura (fabricação de toalhas, sacos de pão, babadouros, toucas, camisinhas, etc.), em que são applicados diversos pontos: russos de ornamentos, etc; pontos de marca, letras e nomes, bordados de cor e bainhas á mão, etc.

(...) 3 – Quanto á duração, as horas de trabalhos manuaes não differem para cada classe.; mas procura-se sempre distribuil-os, proporcionalmente, e ao alcance das crianças em seus differentes graus de adiantamento e de desenvolvimento physico

Pode-se perceber a falta de correspondência na argumentação utilizada pela diretora ao dizer que a metodologia da aula de trabalhos manuais era compreendida, embora não fosse aplicada como deveria. Esse fato seria resultado da má adaptação do que era proposto pelo programa de ensino e a deficiência na preparação das professoras. A carência de material para esses trabalhos, que precisava ser fornecido para as aulas pela Diretoria da Instrução Pública, também era indicada como ponto negativo.

Qual seria o objetivo da Diretoria da Instrução Pública ao publicar as respostas dos Grupos Escolares? Podemos observar o quanto os resultados obtidos estavam distantes do que era proposto no programa de ensino. Essa interpretação levaria à suposta clareza dos trabalhos realizados por essa instituição.

– Nota da Diretoria da Instrução -“Esta Diretoria já recebeu respostas de todos os grupos e escolas reunidas do Estado em torno da Circular do sr. Director relativa a trabalhos manuaes.

A Directoria fez publicar algumas dellas, a fim de demonstrar que o nosso professorado cumpre á risca as determinações do Regulamento em vigor”.

Seria levada em consideração a adaptação feita pelas professoras para resolver os problemas. O que aparentemente precisava ser modificado permanecia como indício do esforço das docentes e das diretoras para que a escola funcionasse de acordo com os preceitos propostos pela Diretoria da Instrução Pública.

Os artigos e notas publicados nos jornais também serviam para estimular o reconhecimento do trabalho das professoras, principalmente quando a fala era atribuída ao Diretor da Instrução. Em visita ao Grupo Escolar da Porangaba, o Diretor da Instrução deixou as suas impressões através de elogios:

Observamos em todas as classes muita ordem. E, como na escola a ordem é o principal factor do aproveitamento do alumno, evidenciamos tambem que as professoras de Porangaba cumprem de facto a sua honrosa missão de sacerdotizas das letras primarias. A gentil professora da serie A do 1º anno, por exemplo, apresentou-nos meninos que, com 2 mezes de aula, já sabem copiar phrases completas.

A professora do 4º anno mostrou-nos um trabalho de um seu alumno, que deve figurar na exposição escolar; um cabidezinho feito com perfeição.

Nessas observações, as professoras receberam notificações de estímulo e felicitações pelo trabalho realizado. As professoras, ainda, desempenhavam funções que não correspondiam aos seus encargos; ou seja, havia algumas atribuições das quais elas se ocupavam que não eram de sua responsabilidade, ou que pelo menos não diziam respeito apenas às funções pedagógicas em sala de aula. Elas vivenciavam situações que impediam que a sua tarefa docente fosse realizada de maneira proveitosa, quando não

contavam com o material adequado e suficiente. Entretanto, o que poderíamos chamar de exceção apareceu nessa fonte como a conclusão mais propícia a ser tomada pelas professoras.

Ao mesmo tempo em que se referiu à organização do Grupo Escolar de Porangaba ressentiu-se do aparelhamento inadequado da escola. O Grupo de professoras era adequado, mas no que se referia ao material escolar, precisaria haver uma melhora. A situação penosa das escolas, ao mesmo tempo em que era apresentada como lamento, servia para aumentar o mérito das professoras em realizarem a alfabetização das crianças em meio a tantas diversidades.

É pena que o Grupo Escolar de Porangaba, excellentemente servido por directora e professoras, esteja mal aparelhado de material escolar.

O predio é fartamente arejado, mas se resente de certos melhoramentos reclamados pelo boa hygiene da escola. A directora do grupo fez salientar a urgência desses melhoramentos

Quando o problema era de ordem física e higiênica as resoluções precisavam ser tomadas pela inspeção médico-escolar e pela Caixa Escolar.

Verificámos, especialmente, no 1º anno que quase todos os alumnos têm o aspecto pallido e doentio de quem soffre de anquilostomiose.

Ousamos suggerir a idea da distribuição grátis, por parte da caixa escolar de Porangaba ou da Directoria da Instrucção medicamento necessario áquellas creanças cujos paes não podem comprar.

E seria de grande alcance, entre nós, o serviço medico-escolar.

Havia outros fatores que afastavam as professoras do ideal da educação, dentre eles a ignorância dos pais. Como foi citado anteriormente as professoras apontavam que um dos problemas seriam as reclamações dos pais para os tipos de atividades realizadas nas escolas. No caso do Grupo Escolar de Porangaba, o problema não estava relacionado à aplicação de trabalhos manuais, mas a crítica direcionava-se ao método de ensino, considerado pelos pais como inadequado. Embora não tenha sido especificada a atitude das famílias diante das escolas, esse aspecto foi

notificado por Moreira de Sousa como empecilho que deveria ser vencido pelas professoras através da inteligência e da dedicação: “*Vençam as professoras, com intelligencia e dedicação a ignorancia dos Paes. Façamos a nova escola, abolindo os methodos arcahicos*”.

A resistência dos pais diante das atividades realizadas por essa escola estava ligada à repercussão dos métodos do ensino da escrita e da leitura que estariam sendo empregados nesse momento. O uso das cartas de ABC e da tabuada, condenado pela Diretoria da Instrução Pública, apareceu nas fontes como motivo de divergência dos pais com as professoras. Eles consideravam que os novos procedimentos e materiais didáticos não estariam alcançando os objetivos dessa fase da instrução.

Em sua visita, o Diretor da Instrução também deixou registradas as suas impressões no livro de escrituração do Grupo Escolar. Dentre as notas que ele contemplou sobre a sua inspeção, houve destaque para elogios e felicitações, nas quais ele tratou das salas e a ação das professoras com desvelo. Entretanto, outra questão foi destacada pelo jornal, desmerecendo todo o esforço realizado pelas professoras para efetuarem o seu trabalho.

As professoras do grupo de Porangaba moram, por força de circunstancias, quase todas em Fortaleza e gastam boa parte dos seus poucos vencimentos nos bondes e trens, seria de muita justiça a concessão, a essas professoras, de passagem com abatimento.

Pleitei o dr. Moreira de Sousa essa concessão, na certeza de que prestará um relevante auxilio ás delicadas educadoras que compõem o corpo docente daquelle grupo escolar.

Dessa maneira, a descrição da visita foi encerrada com um pedido de solução para o caso das professoras que precisavam se locomover para ensinar. O jornalista finalizou com um quê de esperança em ver solucionado esse problema.

Como um dos objetivos que norteavam a instrução pública referia-se à aquisição pelas crianças da leitura e da escrita, enfatizamos o anúncio do jornal *Diário do Ceará*, em 1923, destacando a ação de *Uma escola isolada que alfabetizou 62 creanças num anno!*

Além de ser levada como exemplo para outras escolas, essa instituição foi alvo de elogios e a professora da classe alfabetizada levou uma gratificação em dinheiro. Percorrendo o relato do acontecimento nessa escola, podemos perceber como as autoridades responsáveis pela instrução

desempenharam o seu papel de agentes capacitados para legitimar a evidência das crianças que já conseguiam ler.

Nesse episódio, estavam envolvidos mecanismos para viabilizar a melhor forma de funcionamento das escolas e o empenho das professoras em aperfeiçoar o trabalho das escolas. A organização das professoras em solicitar junto à Diretoria da Instrução Pública as ações necessárias para que a escola continuasse a funcionar foi interpretado como iniciativa merecedora de crédito pelo governo.

Um dos novos dispositivos do Regulamento do ensino, veio permittir que, nos logares em que houver matricula superior a 80 alumnos, em idade escolar, com frequência diária de cincoenta, a professora requeira para sua escola funcionar em dois períodos, de manhã e à tarde, cabendo-lhe, nesse caso, uma gratificação.

Trez professoras requereram este anno, á Directoria da Instrucção o desdobramento de suas escolas, mas a Directoria só deferiu o pedido da escola rural do Mucuripe, no município da capital, por estar em local de mais fácil fiscalisação e por serem as creanças matriculadas realmente em idade escolar (de 7 a 12 annos). Deixou de atender ao pedido das outras professoras, por só ter sido feito nos últimos mezes do anno.

O resultado do desdobramento da escola do Mucuripe foi o melhor possível, demonstrando que em muitos locaes será possível uma só escola receber um grande numero de alumnos com vantagens para a professora

Após o atendimento da solicitação, a escola apresentou o mapa estatístico, incluindo o número de crianças que já conseguiam ler. A instituição situada no Mucuripe entregou a listagem de crianças com o seguinte número:

Tendo a lista de estatística annual, enviada á Directoria da Instrucção, accusado um total de 62 (sessenta e dois) alumnos alphabetizados só este anno, o professor Lourenço Filho considerou exaggerado este numero, suppondo fraude, pelo que designou incontiente uma commissão, que fosse verificar a exatidão das informações da professora.

A commissão examinou 51 alumnos, de idade de 7 a 12 annos, todos matriculados analphabetos, em fevereiro, março e abril deste anno e já sabendo ler perfeitamente em fins de novembro!

Para esses casos, era liberada uma gratificação ao professor que houvesse ministrado as aulas. Logo após a confirmação do número indicado a Diretoria da Instrução Pública liberou a quantia solicitada por petição pela professora dessa escola.

Por despacho de 18 do corrente mez, o exmo. Sr. Presidente do Estado mandou dar à esforçada professora da cadeira, sra. Rachel Rodrigues Valente, uma gratificação de quinhentos mil

réis, a que teve direito.

É um magnífico exemplo e um estímulo.

O Director da Instrucção mandou inscrever tambem no “Livro de merecimento”, do Director Geral, os nomes das professoras das cadeiras de “Santa Izabel”, e “Alto da Balança”, desta capital, respectivamente d. d. Francisca Josephina de Alencar Santiago e Raymunda Bessa Noraonha por terem apresentado tambem um resultado de alphabetisação acima do normal. A primeira ensinou a ler este anno quarenta creanças e a segunda a quarenta e duas, o que foi verificado por funcionarios da Directoria da Instrucção.

O Director da Instrucção propoz tambem ao exmo. Sr. Presidente do Estado o aproveitamento dessas dedicadas professoras em logares melhoeres do que os que exercem actualmente.

No final do texto houve uma referência ao fato de que as professoras elogiadas nesse episódio não estariam locadas em escolas adequadas ao seu talento, isso representava que apesar delas conquistarem um número elevado de crianças alfabetizadas, assim como as professoras do Grupo Escolar de Porangaba, citadas anteriormente, elas não estariam sendo valorizadas com a importância merecida. As professoras que desempenhavam de forma satisfatória o seu trabalho deveriam, segundo esse discurso, receber do governo um tratamento especial. Pode-se acrescentar a essa idéia a discussão em torno da representação das docentes como funcionárias públicas e do exercício da docência não apenas como sacerdócio, mas sendo construída a partir de normas e regimentos que possibilitassem um diálogo entre as professoras e o Estado que não estivesse relacionado somente aos aspectos pedagógicos da função, mas unindo outros aspectos à prática de ensino.

Nessa perspectiva procuramos analisar no próximo capítulo as formas de participação das professoras fora da sala de aula, cujo objetivo seria interpretar as representações que foram possíveis a partir desse aspecto.

CAPÍTULO 3 AS TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO

Apresentamos no decorrer dos capítulos anteriores como as professoras atuavam nas escolas primárias. Tentando compreender as dimensões da função de professora, buscamos apresentar neste capítulo a atuação das docentes também na *Caixa Escolar*, na distribuição do *Selo Educacional* e na formação da *Associação do Professorado Cearense*.

Com isso, pretendemos destacar situações vivenciadas pelas professoras no exercício da função como funcionárias públicas, além de analisar as medidas adotadas pela Diretoria da Instrução Pública para solucionar as situações constrangedoras nas quais as professoras estavam envolvidas.

3.1 Caixa escolar: assistencialismo nas escolas públicas primárias do Ceará.

A freqüência das escolas esbarra na grande pobreza da maioria da população. E, como sem freqüência ou assiduidade dos alunos, nada se consegue, é preciso incrementar a “Caixa Escolar”.

Em 1923, funcionaram Caixas em 14 municípios com um movimento de quase 20 contos de réis e levando à escola mil alunos pauperrimos, a quem deu livros, roupas, calçados e até merenda.

A *Caixa Escolar*, criada a partir do Regulamento de Ensino na Reforma de 1922, era compreendida como organização de auxílio às crianças que estavam em idade escolar. Essa instituição estava inserida na política de criação de grupos auxiliares do ensino primário, servindo como estratégia para modificar os meios culturais, social e econômico dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Diante da carência material apresentada nas escolas, essa iniciativa era uma forma de encaminhar soluções para os problemas causados por essa condição. A pobreza vivenciada nesses espaços não dizia respeito apenas à má distribuição de verbas pelo governo, mas também à condição econômica dos alunos. Os problemas daí devido ganhavam notoriedade na evasão escolar. Além disso, tornou-se relevante compreender como a escola estava inserida no discurso da Escola Nova, cuja metodologia dependia da utilização de diversos materiais didáticos e de suprimentos que possibilitassem o seu funcionamento. Como forma de arrecadar materiais (cadernos, lápis, livros, papel, contador mecânico) a Diretoria da Instrução Pública organizou a associação da *Caixa Escolar*, cuja coordenação seria realizada pelas professoras e diretoras dos grupos escolares públicos. Embora esses materiais fossem necessários, ao que parece, a tentativa de arrecadar donativos não era fácil. Além disso, era inviável para algumas famílias fornecerem o material escolar.

A relevância do estudo sobre a organização da distribuição dos recursos resulta da presença significativa das professoras nesse processo. O papel docente adquiriu um respaldo na campanha assistencialista organizada pela *Caixa Escolar*. O presente item apresenta como objetivo analisar a atuação das professoras primárias na administração desse grupo e, os significados dessa ação no contexto da escola pública e para todos, na década de 1920.

A pesquisa sobre a atuação docente, diante dos aspectos que orientavam o alcance social e educacional da *Caixa Escolar*, envolve imagens diferentes, embora complementares, para essa instituição. A *Caixa* compreendia a problemática entre a contradição do ensino gratuito, logo, para todos, e a assistência necessária às escolas, que ganhava uma conotação caritativa.

Além da *Caixa Escolar*, a legislação de ensino desse período destacou outras instituições auxiliares da instrução, como o *Escotismo*, compondo a política educacional, cujo objetivo era alcançar por meio do ensino público o progresso da nação e, ainda, a criação das *Caixas Econômicas Escolares*.

No que diz respeito à coordenação, podemos destacar que, incluída no regimento de ensino em um período anterior, na década de 1900, a organização das *Caixas Econômicas* servia para orientar a administração pelas crianças das mesadas e do dinheiro entregue pelos pais a elas. Essa prática estava relacionada com a iniciação das crianças na utilização do dinheiro, como forma útil de não gastá-lo em compras consideradas como desperdício para aquela soma. Dessa forma, os pais deveriam distribuir junto aos filhos uma quantia de dinheiro para ensinar-lhes a organizar os orçamentos e as aquisições a serem realizadas. Em alguns casos, havia a sugestão do uso de cadernetas ou cheques para preparar o homem de amanhã, consciente da responsabilidade do manuseio do dinheiro.

A responsabilidade pela arrecadação dessas caixas nas escolas seria das professoras. Uma vez por semana, elas deveriam receber voluntariamente das crianças uma quantia entre vinte vinténs até mil réis, esse dinheiro seria registrado na folha da caderneta de posse da professora e classificado pelo nome do aluno que teria realizado o depósito. Essa prática seria repetida até o aluno deixar a escola, momento no qual a professora entregaria à família da criança toda a quantia arrecadada juntamente com os comprovantes dos depósitos realizados. As fontes destacavam que a prática não teve sucesso, resultado obtido principalmente pela má vontade das professoras.

Com caráter municipal, as *Caixas Escolares* tinham como proposta viabilizar a freqüência das crianças em idade escolar. Como mecanismo para

auxiliar às crianças mais pobres, a *Caixa*, servia como alvo da propaganda do governo para demonstrar o compromisso com o ensino primário público. O agravante da miséria dos alunos era visto como responsabilidade do Estado, que por sua vez deveria combatê-la.

DAS INSTITUIÇÕES AUXILIARES DO ENSINO

CAPÍTULO I

DA CAIXA ESCOLAR

Art. 143 - Com o fim de incrementar a frequência à escola por parte das crianças menos favorecidas da fortuna, será criada em cada município uma Caixa Escolar.

Art. 144 - O patrimônio da Caixa será constituído pelas jóias e subvenções pagas pelos sócios, pelo producto de festas beneficentes, donativos espontâneos e pelos auxílios votados pelas Municipalidades.

Art. 145 - Constituem despesas em que deverá ser aplicado o patrimônio:

1 - o fornecimento de livros e cadernos aos alunos reconhecidamente pobres;

2 - idem de merenda a alunos indigentes, e, si possível, de vestuário e calçado;

3 - a aquisição de livros, estojos e medalhas para serem distribuídos, como prêmios, aos alunos mais assíduos.

Paragrapho Único - Os auxílios da Caixa nunca poderão constar de donativos em dinheiro, a quem quer que seja.

Art. 146 - As atribuições da Directoria o quantum das contribuições dos sócios e os casos aqui não previstos serão regulados nos estatutos de cada Caixa

Além de contemplar as questões de caráter material e as necessidades das crianças mais pobres, a Caixa, ainda tinha como incumbência presentear os alunos que alcançassem um bom índice de presenças e atingissem boas notas. Como foi apontado no Regulamento de 1922, mais especificamente no item 3 do artigo 145, a premiação seria realizada com medalhas e com materiais que poderiam ser utilizados em sala de aula. A linguagem utilizada na ocasião da premiação desses alunos poderia ser compreendida de outra forma. O prêmio para esse estudante serviria como um acréscimo; pois o aluno não teria que precisar dos materiais distribuídos nessa ocasião, diferente da visão da necessidade pela qual passavam os alunos pobres.

A arrecadação da verba seria realizada por meio de donativos, bem como pela realização de quermesses, festas, espetáculos, exibição de fitas

cinematográficas- e concertos que seriam promovidos pelas professoras, como também pelos membros dos conselhos escolares municipais, os inspetores e outras associações beneficentes, como era o caso de instituições particulares que auxiliavam no aumento do índice de crianças na escola:

Isso se deve, não só ao desenvolvimento do ensino publico e á propaganda da Caixa Escolar, como também á obra de instituições particulares, COMO A ESCOLA PIO X, A QUAL POR SI SÓ MATRICULOU 1.045 ALUMNOS

Além dessas medidas, foi utilizado pela Diretoria da Instrução Pública, em 1929, o *Sello Educacional*, visando usufruir 70% da venda desse símbolo para beneficiar crianças carentes. Mais uma vez, o trabalho das professoras foi requisitado para viabilizar a concretização desse auxílio.

O dr. Moreira de Sousa, director da Instrucção Publica designou o dia de hoje para a venda do "Sello educacional".

Dahi o motivo por que, desde ás 8 horas do dia, grupos de professoras e alumnas dos nossos principaes estabelecimentos de ensino têm percorrido as arterias mais importantes de Fortaleza, collocando referidos sellos.

A maior parte do producto dessa venda, 70% reverterá em beneficio das nossas crianças indigentes, isto é, daquellas que não freqüentam escolas porque não tem recursos materiaes.

É digna de applausos e amparo a idéa patriótica dos dirigentes da "Federação Nacional das Sociedades de Educação", do Rio lançando a venda em todo Brasil do "Sello Educacional".

Ficamos convencidos que o povo de nossa terra irá de bom grado ao encontro dos designos louvaveis do illustre gestor do nosso ensino primário, como já o fez o sr. gerente da "ligh" que franquiou passes gratuitos nos bondes e auto-omnibus da empresa a seu cargo ás nossas distinctas patricias que, hoje, estão effectuando a venda do patriótico "Sello Educacional".

Além da utilização desse mecanismo para arrecadar dinheiro, a escolha de uma data para demarcar essa campanha era importante, visto que a mobilização das professoras e das alunas nesta data era considerada como campanha cívica. Trata-se de identificar essa ocasião como uma estratégia para que a sociedade participasse da valorização do ensino primário público. De certo modo, essa campanha vai além do que já era realizado pela *Caixa Escolar*, pois essa iniciativa buscava auxiliar crianças que não freqüentavam as escolas. Pode-se, então, considerar que era, em outra proposta, uma ajuda extra.

Vale ressaltar na organização da *Caixa Escolar*, a forma como ela era dirigida, enfatizando a participação de professoras e diretoras das escolas

públicas do Estado nesse grupo. Cabe identificar até que ponto as ações das professoras foram apresentadas na dimensão de responsabilidade única pelo trabalho da *Caixa*, posto que a coordenação era realizada por elas, sem a atuação direta de outro representante da Diretoria da Instrução Pública. Ao mesmo tempo em que poderia ser considerado como atividade extraclasse, esse exercício ganhava uma atribuição implícita ao trabalho docente. Em outras palavras, o papel desempenhado na função de arrecadar fundos para manter os propósitos dessa instituição precisava ser exercido pelas mestras com o mesmo entusiasmo e responsabilidade com os quais elas regiam suas aulas. Nas cidades em que apenas havia uma escola isolada, a professora desse grupo também deveria manter a organização da *Caixa Escolar*. Podemos acrescentar, ainda, a idéia de obrigação pelas realizações dessa tarefa. Ao que parece, a Caixa Escolar apresentava-se, em um primeiro momento, como um grupo unido às escolas. O destaque estabelecido a esse aspecto surgiu da pertinência em entender a ação das professoras nas diferentes questões que compunham a formulação das instituições de apoio ao ensino. Dessa forma, compreendemos essa atuação inserida nas deliberações estabelecidas pelo Regulamento da Instrução Pública.

Retomamos a citação do Regulamento de Ensino de 1922 como guia para desenvolvermos essa análise. No que se refere ao primeiro objetivo citado no documento, podemos destacar a preocupação em manter na escola as crianças que fossem desprovidas de recursos materiais. Dessa maneira, além de participarem diretamente na matrícula e na manutenção dos índices de freqüência nas escolas, as professoras deveriam organizar mecanismos para que os alunos continuassem a estudar. Contudo, os meios que precisavam ser utilizados não diziam respeito apenas às questões pedagógicas ou da estrutura escolar, mas perpassavam os caminhos da miséria e da pobreza nas quais as crianças viviam. Os problemas apresentados pelas crianças encontravam-se além da sala de aula e estavam ligados às dificuldades enfrentadas na pobreza e na falta de estrutura familiar. Ao criar a iniciativa de distribuir materiais escolares junto às crianças, a coordenação dessa instituição observou que também seria preciso suprir outras necessidades dos alunos, principalmente no que dizia respeito à alimentação e à higiene.

Por esses aspectos, consideramos importante destacar que a interpretação estabelecida para a ação docente nessa instituição estava ligada à definição de infância nesse período. A propósito, vale esclarecer que o

enfoque dessa instituição era voltado ao conceito da criança em idade escolar, reforçado pelo discurso da formação do sujeito na escola. A construção do sujeito na escola servia para definir quais as crianças que deveriam receber o auxílio. A caracterização desse sujeito foi estabelecida, principalmente, na construção da cultura escolar; ou seja, pela presença do indivíduo na escola. Nesse sentido, podemos ressaltar como essa fase da vida recebia diferentes atributos, adjetivados como desprotegida, desvalida ou indigente. Esses termos estavam presentes nos discursos direcionados às pessoas envolvidas com a educação, com a saúde e com as “políticas públicas”. Os significados estabelecidos para a infância permitem, ainda, compreender como a dimensão educacional, delimitada pela instituição escolar, era insuficiente no suprimento das necessidades infantis. Nessas definições, eram utilizados elementos da jurisdição e da medicina para fundamentar as discussões e ações dos educadores. Interessante observar que a questão do entusiasmo pela educação e a idéia de uma escola única foram tidas como suficientes para encaminhar a solução desses problemas. Além disso, as dificuldades apresentadas pelas crianças não poderiam ser resolvidas na metodologia da Escola Nova. No caso cearense, podemos perceber que essas questões não eram resolvidas pelos discursos empolgados da intelectualidade, mas ao contrário, necessitavam de outros encaminhamentos.

No tocante ao material distribuído às crianças assistidas, foi possível encontrar a tabela da distribuição da *Caixa Escolar de Fortaleza*. Nela foram descritas a quantidade e o material apresentado. A classificação do material que seria distribuído pela Caixa Escolar estava relacionada aos livros e outros artefatos que pudessem ser usados pelos alunos nas escolas primárias. Destacaram-se as grandes quantidades de papel, lápis e borracha. A lista também contava com livros e cartilhas a serem utilizados nas séries iniciais. Eles eram indicados pela Diretoria da Instrução Pública e elaborados nos princípios da Escola Nova. Embora em número menor, os livros eram encaminhados para as escolas pela *Caixa Escolar*. Todavia, não foi possível encontrar indícios de como as demais crianças obtinham o livro.

Material fornecido os alumnos mantidos pela “Caixa Escolar” do município de Fortaleza, nos Grupos e Escolas Reunidas, durante o período decorrido de março a junho de 1926

LIVROS ESCOLARES	QUANTIDADE
------------------	------------

Cartilhas	39
Analyticas.....	127
Cartilhas Ensino Rapido.....	106
Coração de Crianças (leit. preparat).....	9
Coração de Crianças (1º livro).....	4
Coração de Crianças (1º livro).....	25
Coração de Crianças (2º livro).....	15
Coração de Crianças (2º livro).....	2
Erasmio Braga (1º livro).....	8
Erasmio Braga (1º livro).....	5
Erasmio Braga (2º livro).....	12
Erasmio Braga (2º livro).....	186
Erasmio Braga (2º livro).....	920
Erasmio Braga (3º livro).....	1.413
Erasmio Braga (3º livro).....	457
Leituras Intermediarias.....	12
Leituras Intermediarias.....	130
João Kopke (1º livro).....	167
João Kopke (2º livro).....	
Uniformes.....	
Lápis.....	
Papel almascado (cadernos).....	
Papel para desenhos (folhas).....	
Canetas.....	
Pennas.....	
Borrachas.....	

Essa tabela não apresentou o suprimento de todas as necessidades das escolas. Com o objetivo de suprir a distribuição desse material eram estipuladas metas para pagar as despesas. Outra questão era a suspensão do movimento do Caixa nesse período, que levou à utilização do material estocado, considerado insuficiente.

O reforço à manutenção desse grupo era visto como um problema, pela falta de sócios. A propaganda realizada pelo governo e divulgada na imprensa em torno do êxito da Caixa Escolar buscava a convocação de novos sócios. Em 1923, pouco mais de 300 crianças foram assistidas, alguns anos depois, em 1926, esse número havia se elevado. Esse fato ganhou destaque

como sinônimo de progresso da instrução pública.

(...) A nossa redacção vieram varias professoras em visita de agradecimentos pelo que fizemos em prol do maior desenvolvimento da Caixa Escolar de Fortaleza.

De Mecejana, recebemos uma collaboração sobre o assumpto. E, estando de pleno accordo com os fins propagandistas do autor, resolvemos destinar o nosso espaço de hoje á divulgação de sua correspondência.

(...) Porem, não havendo iniciativa, da parte dos professores, ficaram sem execução. (...) Como vê só em 1926, foram soccorridos pela “Caixa Escolar de Fortaleza”, 1.356 creanças pobres. É admiravel!

(...) Trouxe-me estas considerações, o facto de existir em Fortaleza apenas o insignificante numero de 200 socios, inclusive os de Porangaba, Mondubim e Mecejana, acrescento eu, isto em uma população de 78.500 habitantes.

Em Mecejana, por exemplo, pode ter uma meia duzia de socios; os cidadãos de representação, negam-se a contribuir com a migalha de 500 rs., mensalmente para alphabetisação dos menores indigentes. Enquanto assim procedem, negando um ceutil para o progresso da Patria, perdem centenas de mil réis, em jogos ilícitos e prohibidos, teem a bolsa aberta para festas religiosas, particulares e politcas, compra de explosivos para festejos de pouca significação, bodas, baptisados, etc. é uma vergonha mas infelizmente é a realidade.

Mecejana, Julho de 1927.

J. Leonel d'Alencar Sobrinho

A falta de doações e de sócios gerava dificuldades para a *Caixa Escolar* manter a assistência às crianças. A falta de solidariedade dos habitantes das localidades citadas foi apontada como falta pelo jornal. Como forma de sensibilizar a população, a imprensa divulgava as visitas que as professoras realizavam para agradecer as doações. Essa prática de agradecimento também era utilizada nas ocasiões de distribuição de material e nas festas organizadas pela *Caixa Escolar* para que ela conquistasse maior visibilidade.

Ao encerrar a notícia, o jornalista ainda ressaltou o risco da falta de instrução no Ceará, ou seja, a perda do título de *Terra da Luz*. Caso as argumentações não pudessem se pautar na pobreza dos *deserdados da sorte*, pertencentes às camadas populares, que elas observassem o alto nível de analfabetos que marcava a população cearense.

Ahi fica satisfeito o desejo de articulista,

Pela parte que nos toca, mais uma vez fazemos um appello ao nosso povo afim de contribuir para o engrandecimento e prosperidade de instituição tão útil á diffusão do ensino numa terra como a nossa cuja percentagem de analfabetos é excessivamente

elevada, a ponto de comprometter os créditos de um titulo que nos dignifica sobremaneira – Terra da Luz

Em 1928, o número de crianças assistidas triplicou:

(...) Basta para os nossos leitores ajuizarem do alcance social e generoso da nossa “Caixa Escolar”, deixarmos registrado, aqui, o numero de crianças por ella mantidos, na decorrência de 1928, nos grupos, em escolas reunidas e isoladas desta capital, a saber: 1209.

Frequentaram escolas no anno lectivo p. passado, recebendo, portanto, os benefícios frutos da instrução, 1209 desherdados da sorte, todos elles pertencentes ás nossas camadas populares.

Algarismos os acima comprovam á sociedade que instituições do character das Caixas Escolares merecem o apoio de todas as pessoas verdadeiras interessadas nessa obra de louvavel patriotismo que é a de combate á ignorancia.

Dahi porque o dr. Moreira de Souza, possuído de justificado entusiasmo, passou a congratular-se concitando-as a medir sacrificios a favor de tão útil associação que por sua vez, elle tomava o compromisso de, na qualidade de gestor do nosso ensino primário, procurar disseminá-las por todos os municípios do Ceará

Essa mobilização, visada pela Diretoria da Instrução Pública para a busca de subsídios que fossem utilizados na manutenção das crianças nas escolas, pôde ser encontrada nos discursos dos jornais do período e, em especial, na campanha promovida pelo jornal *A Razão*. Tratava-se de um concurso intitulado *Concurso Escolar D'A Razão*. O concurso tinha como objetivo envolver os alunos das escolas da capital na arrecadação de verbas para a *Caixa Escolar*. Os alunos deveriam reunir cupons do comércio e entregá-los na redação do jornal. No final da edição diária do periódico era divulgada uma lista com o nome do aluno, a instituição da qual ele fazia parte e a sua pontuação naquela data, servindo como uma estatística parcial do resultado final. Os cupons eram entregues à senhora Maria de Jesus Mello, presidenta da *Caixa Escolar de Fortaleza*.

O jornal defendeu a idéia de que o principal objetivo da campanha seria desenvolver nos alunos o senso de solidariedade e amor pelos estudos. A premiação final seria doada pelas principais casas comerciais de Fortaleza.

(...) Para isso, além do valioso e decidido concurso das exmas. sras. professoras, contamos com o apoio do sr. Director da Instrução que é tambem um entusiasta deste prelio de finalidade altruistica.

Não obstante isso, extranhamos que algumas professoras

dos grupos desta cidade que poderíamos personisar, se tenham mostrado indifferentes ao concurso cuja vantagem é de gral interesse para todas as creanças pobres das nossas escolas.

Uma distincta educadora a quem interpelamos pela causa desta recusa, respondeu-nos que em alguns grupos as exmas. professoras preocupam-se unicamente com o circulo de Paes e Professores, cujas vantagens são individuaes para cada grupo.

Ora, de maneira nenhuma se justifica este procedimento, pois o nosso intuito é fazer alguma coisa que minore a situação das creancinhas pobres das nossas escolas, e, em se tratando de fazer o bem, não devemos personalisa-lo, antes, é nosso dever torna-lo extensivo á collectividade.

Justifica-se, portanto, o nosso cavaco

Houve problemas na organização do evento de encerramento do concurso e da premiação. O encerramento ocorreu no Grupo Escolar do Benfica. Na ocasião, falaram o Diretor Interino da Instrução, Aristóteles Bezerra, o redator do jornal, a oradora da *Caixa Escolar* e uma aluna assistida por essa instituição. A administração desse grupo era supervisionada pelo Diretor da Instrução Pública, o que dava uma imagem de institucionalização desse benefício e também atribuía uma representação positiva para a ação pública. A ação do Diretor da Instrução junto à *Caixa Escolar de Fortaleza* denotava importância aos propósitos dessa instituição em tomar resoluções pertinentes sobre a educação primária.

A presença de Joaquim Moreira de Sousa, nas reuniões da *Caixa Escolar de Fortaleza*, demonstrava a relevância de sua atuação junto a esse grupo, ao passo que ele também exercia a função de superintendente das *Caixas Escolares* dos outros municípios cearenses. Desse modo, ele acompanhava as atividades realizadas por essas organizações, embora a sua presença se apresentasse apenas como figuração.

Representando esse grupo, o Diretor da Instrução Pública, participava de discussões referentes aos gastos que a *Caixa* possuía e as deliberações necessárias para a utilização dos recursos. Entretanto, a *Caixa* também se empenhava em estabelecer mecanismos que proporcionassem a melhoria do funcionamento dessa instituição. Nessa perspectiva, importa observar, ainda, como as reuniões desse grupo eram realizadas. Em matéria sobre uma reunião desse grupo, apresentada pelo periódico *Gazeta de Notícias*, é possível compreender, a partir da pauta, uma tentativa de enquadrar as crianças assistidas pela *Caixa* em uma identificação estabelecida pelo

fardamento e repensar as formas de distribuir a merenda aos alunos que precisavam.

Importante Reunião

No dia 1º de agosto corrente, num dos salões do “Grupo Escolar do Norte da Cidade”, reuniram-se, em sessão extraordinária, grande parte dos associados da “Caixa Escolar do Município de Fortaleza”, sob a presidência do Director Geral da Instrução Pública.

Dita reunião fora convocada para se tomar conhecimento, em assembléa geral, de uma exposição de motivos apresentados ao Superintendente das Caixas Escolares, o mesmo Director da Instrução, pelo actual presidente da Caixa Escolar de Fortaleza, referente á uniformidade dos trajes dos alumnos que têm a assistência escolar da Caixa e sobre se era possível, no momento, a distribuição de merenda, custeada pela mesma Caixa aos estudantes necessitados dos Grupos e Escolas publicas primarias da Capital (...).

A resolução final levou em questão a fala da professora Maria de Jesus Mello, responsável pela presidência dessa instituição, que ao esclarecer a importância da utilização desse fardamento, destacou os motivos que norteavam essa iniciativa, como também a explicação para a não distribuição da merenda escolar. Ao terminar sua explanação, segundo o autor do texto, apenas uma diretora escolar teria sido contrária às resoluções, o que foi silenciado, ainda segundo o jornalista, pelas argumentações da Presidente da *Caixa Escolar*. Os argumentos foram enumerados na seguinte ordem:

(...) 1º - Diminuição do numero de candidatos a vestuário, succedendo que muitos paes são realmente necessitados, prescindem, por vaidade, talvez, de um uniforme que especialise os alumnos auxiliados pela CAIXA, contentando-se com o fornecimento do material escolar, redundando essa abstenção em beneficio de maior numero de alumnos necessitados, cujos paes nunca recusam o uniforme. Por esse meio poderá coarctar-se o abuso de receberem os uniformes os que realmente não necessitam;

2º - Não resultar dessa uniformidade, humilhação para o alumno pobre, uma vez que, na sua quase totalidade, as creanças auxiliadas pela CAIXA, são de condições precárias, matriculando-se esfarrapadinhas, descalças e famintas, na expectativa de uma roupinha e calçado, habituados, portanto, á sua humilde condição.

NOTA – E nem se diga que lhes sirva de estorvo para o futuro o terem sido auxiliados pela CAIXA, pois essa recordação mais exalçará aquelles que, dentre elles, occuparem, futuramente, posição saliente na sociedade: haja vista as soccorridas do Collegio da Immaculada Conceição e outros;

3º - Existirem, na Associação, muito socios alheios ao magisterio, os quaes só poderão concretizar o numero approximado dos alumnos mantidos pela CAIXA, quando estes, em publico, se apresentarem em idêntico uniforme;

4º - Evitar o inconveniente da diversidade de fazendas para o mesmo estabelecimento, pois quando se procura uma segunda ou

terceira vez, a mesma fazenda não mais é encontrada, podendo evitar-se esse inconveniente, contractando-se com uma casa commercial ou mesmo com uma fabrica (procurando obter-se das autoridades competentes a isenção de impostos) a remessa da fazenda escolhida, em quantidade e sempre por preço vantajoso, o que ora não succede;

5º - Poupar tempo e evitar grande trabalho, perfeitamente escusado.

A fala da Presidente enfatizou a sutileza com a qual deveria ser encaminhado o uso desse fardamento, além de rejeitar a hipótese de qualquer tipo de humilhação para os alunos que utilizariam essa roupa e para as suas famílias. O enfoque estava em não apresentar nenhum desconforto entre as crianças quanto à diferenciação da vestimenta diante dos alunos que não recebiam a assistência.

Acima das convicções pessoais sobre o assunto precisavam ser tomadas as resoluções possíveis para o grupo, ou seja, embora existissem opiniões plausíveis para a assistência dada às crianças, era preciso considerar as possibilidades da *Caixa*, como a verba disponível, o material e o tempo a serem dispensados.

Não foi possível perceber de forma direta a idéia de como as crianças eram classificadas para receber o benefício. No entanto, é possível observar que ao chegarem na escola as crianças apresentavam-se maltrapilhas, doentes e com fome. A partir da questão do fardamento na *Caixa Escolar de Fortaleza*, destacava-se a iniciativa de cadastrar as crianças assistidas e, comprovar junto aos sócios, a utilização do benefício em prol das crianças.

A Caixa Escolar atuava em diferentes bairros e localidades. Dessa forma, percebe-se que não havia uma diferenciação entre os bairros e os municípios de acordo com a pobreza dos alunos, uma vez que encontramos registros de diferentes escolas, localizadas inclusive em bairros considerados mais afortunados e que estavam na lista de escolas assistidas.

A idéia assistencialista dessa organização estava ligada ao perfil que essas crianças deveriam possuir, assim, elas precisavam estar interessadas em ir para a escola. O espaço da escola precisava ser ocupado pelas crianças, abandonando o espaço das ruas. Mantê-las nas escolas era uma maneira de evitar que elas fossem entregues a más condutas. A

construção moral a que estava condicionada a formação docente nesse grupo era um reforço ao papel da escola na formação do homem novo, cidadão consciente. Quando a família não conseguia suprir os cuidados necessários nessa fase da vida, os recursos indispensáveis ao desenvolvimento humano, compreendidos nesse momento como alimento material e espiritual deveriam ser encontrados nas escolas.

Caridade pública: assistencialismo para alguns, escola gratuita para todos?

(...) A professora cearense no seu aparecer, faz o papel de santa, nada encarando para levar de vaneia o desiderato da sua árdua missão (...).

A conotação altruísta atribuída à ação das docentes no trabalho da *Caixa Escolar* norteava de forma significativa a organização dessa instituição e era reforçada pelos discursos de caridade referentes ao papel desse grupo. Consideramos-se relevante abordar em que sentido esse trabalho alcançou como propaganda a caridade realizada pelas professoras.

Diante da apresentação do item anterior, retomamos a idéia de filantropia (que marcava o trabalho docente) para interpretar a assistência fornecida pela *Caixa* às crianças carentes. Buscamos compreender como a ação das professoras perpassava os caminhos da assistência e alcançava também dimensões caritativas. Além de destacar a nobreza da ação docente, essa propaganda também servia pra engrandecer o papel da *Caixa Escolar*.

Ha em nossa capital uma instituição de beneficencia cuja finalidade é das mais eddificantes e altruísticas.

Mencionamos a sua denominação: Caixa Escolar de Fortaleza.

São sem contas os benefícios que essa nobre organização presta ás creanças em idade de frequentar os cursos infantis, cujos parcos meios de subsistências que lhes podem dar os paes não lhes permittem despesas com o aprendizado primario – a alfabetização.

Verdadeiras heroínas do bem, as suas incansáveis dirigentes são effectivamente merecedoras do apoio de nossa

população, nessa cruzada santificante de amor e caridade.

Incalculáveis são já os fructos colhidos pela acção perseverante e tenaz que desenvolvem aquellas a cujos hombros pesa tão espinhosa, mas dignificadora incumbencia.

Em todos os grupos da capital existem creanças que são soccorridas pela Caixa, e, dest'arte, vão tendo o aproveitamento que, de outra forma, nunca lhes poderia ser administrado á vista da pobreza ambiente.

Fundada em 28 de setembro de 1922, por um pugilio de almas cujo espirito bemfazejo logo se evidenciou, essa brilhante instituição, sob os auspícios da Directoria da Instrucção, vae preenchendo nobremente os seus elevados objetivos com compensações, felizmente, de ordem a mais animadora possível.

No momento, a Caixa Escolar recebe os fortes influxos que lhe ministra uma Directoria esclarecida e diligente, a cuja frente se acha dona Maria de Jesus Mello, intelligentemente secundada pelas suas bondosas companheiras Anna Vieira, Carmelia Dutra, Candida Vieira Cavalcante, Blandina Dantas Pinheiro, Solange de Paula Barros, Christina Cabral, Maria Esther Montenegro e Julieta Eloy da Costa (...).

Ao apresentar os pontos significativos da atuação desse grupo, o jornalista destacou a ação das professoras apresentando os nomes que compunham a coordenação que se mantinham desde a sua fundação, dividida entre as professoras e diretoras apresentadas na notícia.

Além de apresentar as possibilidades positivas de ação do grupo, o texto evidenciou a participação das professoras na campanha, no que se referia a essa qualificação do trabalho docente e à sua ação nos seguintes pontos: 1. A alfabetização como ponto central do projeto; 2. A necessidade da ação caridosa das professoras.

Novamente, a importância da ação educacional era estabelecida como resultado do sacerdócio e glória das professoras. Como asseverou o autor do texto citado, embora as professoras tivessem sobre os ombros os espinhos de sua missão, ela seria classificada como *dignificadora incumbência*. Os resultados da ação dessa instituição estavam, segundo o jornalista, nas mãos das docentes. Entretanto, a sua citação apresentou outro objetivo, a necessidade da instituição receber maiores recursos e requerer da sociedade maior participação nas doações.

(...) Durante quatro annos a Caixa Escolar manteve-se com o produto apenas das joias e mensalidades dos socios. Hoje, porem, dispoe de outras fontes constituídas pelos auxílios da Prefeitura, por intermédio do Imposto de Caridade, do sr. Presidente do Estado e das creanças cujas posses permitem uma contribuição modica e razoavel.

(...) Em 1923 soccoreu a 323, 1924 – 758, 1925 – 647, 1926

– 1356. (...)

(...) Secundemos, sem tibieza, com o nosso obulo constante, por mais reduzido que seja, a obra de philantropia dessas abnegadas servidoras do Estado.

Beneficiar a Caixa Escolar de Fortaleza, cujos socios são apenas em numero de 200, é contribuir para que o ensino primário em nossa terra possa penetrar nos lares mais humildes e desfavorecidos de sorte

A conclusão dessa idéia era apresentada pelas leituras realizadas sobre o trabalho da *Caixa Escolar* e desenvolvidas nas visitas do Diretor da Instrução e dos Inspetores Escolares nas escolas. Pretendia-se impor a imagem das professoras como dotadas de altruísmo e, dessa forma, comprometidas com o bem-estar das crianças.

Podemos destacar a obtenção do auxílio por meio do *Imposto da Caridade* recolhido pelo Município de Fortaleza. Esse apoio denotava que a assistência dispensada às crianças tinha um conceito racional ligado ao poder público, entretanto, o âmbito religioso (a moral cristã) estava presente nas ações das professoras. As soluções apontadas por elas para diminuir a carência das crianças poderiam ser classificadas, segundo os discursos do período, como caridade.

Nesse sentido, apesar de estar ligada à Diretoria da Instrução, a *Caixa Escolar* considerava outras questões, de definição assistencialista, como apontou o deputado Martins Rodrigues:

Que collaboração temos, por exemplo – inquire o orador – entre os Paes e a casa de ensino de seus filhos?

No Ceará, ha, apenas, uma instituição cooperativa escolar, que não é official: é a caixa escolar. Mas o orador crê não errar, affirmando que pra ella, em grande parte, anão concorreram senão as próprias professoras. Isso faz que a Caixa reduza sua acção de beneficência a fornecer o mínimo de vestuário e material para os estudos aos escolares indigentes, deixando, por falta de recursos, de assisti-los, nas necessidades e da saude. (...)

O pronunciamento do deputado relatou que a ação da Caixa Escolar não era oficial, esse aspecto causou estranhamento, pois a sua fala contrapunha-se às exposições anteriores sobre esse grupo. Enquanto essas publicações buscavam destacar o trabalho da instituição como órgão público, o político argumentou a impossibilidade da manutenção desse grupo pelo governo, sendo essa realizada de maneira cooperativa pelas professoras.

Como ilustração dessa questão, destacava-se a apropriação desse tema pelas lições estudadas em sala de aula. Dentre elas, podemos destacar a lição número 27, intitulada “Judith”, do livro *João Pergunta* ou *Brasil Sêcco* de Newton Craveiro, citado no capítulo anterior. Ao estudar sobre a plantação do algodão e sua utilização na confecção de roupas, o apontamento descrevia o processo de fiar e a finalização do trabalho. Nessa lição ainda era sugerido o material que poderia ser utilizado para ilustrar o conto narrado.

Contudo, o objetivo do estudo também era apresentar uma historieta que trouxesse um exemplo do uso desse aprendizado em prol do próximo, na valorização da moral. A história tratava de uma menina em idade escolar, cujo nome dava título ao conto e cuja curiosidade levaria a criança a vivenciar momentos de reflexão sobre o valor moral da caridade. Interessante destacar como essa narrativa baseou-se em uma descrição da atuação da *Caixa Escolar* e da iniciativa das professoras na fundação desse grupo.

No Grupo Escolar, havia muitos alunos pobres. Uns só tinham uma roupa. Quando a mandavam para o rio – coitadinhos! – deixavam de vir á escola. Outros não querendo perder as aulas vinham para a escola com a roupa remendada, cheia de “queijinhos”, como elles mesmos deiziam gracejando.

As professoras muito se affligiam com a situação dos pobrezinhos, e, para remedial-a, fundaram uma sociedade beneficente, denominada CAIXA ESCOLAR, que tinha por fim fornecer, gratuitamente aos alumnos, não só roupa, como livros, papel, tinta, pennas, etc.

- E quem dava dinheiro para isso? – perguntarão os meninos.

O dinheiro da Caixa, em primeiro lugar, era fornecido pelos “socios”, que eram commerciantes, lavradores, chefes de família, empregados públicos e até meninos. Cada socio contribuía com 500 reis por mez (...).

O conto prosseguia enfatizando quais os meios usados pelas professoras para arrecadar fundos, baseados no regulamento de ensino. Entretanto, isso não era suficiente para resolver o problema das crianças pobres e, no caso do conto, a ênfase era no vestuário.

(...) Ultimamente, a “benemérita” sociedade havia distribuido muita coisa entre os alumnos pobres, mas faltava dar-lhes roupa. Não era com pouco dinheiro que se vestiriam tantas crianças, mas as professoras não se desanimaram com isso. Com o auxilio das meninas organizaram uma grande “kermesse”, cujo producto não foi pequeno ... ajudaram ás professoras, foi Judith. Não a conhecem? Judith é uma priminha de Maria José, aquella menina que obteve o

terceiro premio na festa do milha

A atitude de Judith junto ao trabalho da *Caixa*, ao ajudar as professoras, pode ser classificada como perfil a ser seguido pelas outras crianças pois, apesar de possuir apenas oito anos, o conto destacou a importância de sua bondade e da sensibilização que lhe era despertada a partir da situação de carência apresentada por alguns alunos da escola. O discurso moralista encontrado nesse texto foi destacado pelo jornal como forma de demonstrar como a criança poderia aprender sobre assuntos científicos, ao mesmo tempo em que adquiria princípios de moral e solidariedade, pois no transcorrer dessa escrita, a menina ao buscar ajudar os colegas mais pobres, acompanhou uma explicação sobre o processo de confecção dos tecidos que seriam utilizados nas roupas. Por meio desse exemplo, o autor encerrava seu texto destacando que além de aprender *Judith não se esquecera dos coleguinhas da escola que vivia com a roupa cheia de ...*

Seguindo o perfil apresentado na personagem desse conto, as crianças que eram assistidas pela *Caixa*, também demonstravam reconhecimento aos benefícios recebidos.

(...) A minha alma em flor canta hymnos de entusiasmos, neste momento festivo e solemne, em que se encerra o esplendido concurso escolar instituído, há meses, pelo vosso vibrante vespertino.

É que dentro de mim se estreitam os sentimentos de todas as crianças contempladas pela vossa generosa iniciativa – sentimentos sinceros e ardentes que enchem de calor a minha palavra débil de menina.

Aqui me tendes, pois, no cumprimento de um dever – sagrado dever, que se transforma na sublime virtude da gratidão (...).

Contudo, as falas que enobreciam a ação das professoras e despertavam nas crianças o sentimento de gratidão dividiam espaço com outros aspectos que precisavam ser analisados nesse contexto: a propaganda do ensino gratuito e para todos que deveria ser mantido pelo Estado. Nesse sentido, apresentamos no próximo tópico algumas considerações sobre esse debate.

Uma escola para todos

(...) A obrigatoriedade de um lado, e, por outro, o serviço de propaganda e assistência proporcionado pela Caixa Escolar elevaram, nesta Capital, a matrícula das escolas públicas a 7.701 e a das escolas particulares a 4.245. A matrícula de uma escola municipal foi de 73 crianças.

Houve, portanto uma matrícula total de 12.019 crianças nas escolas primárias. Si desse número deduzirmos 10 por cento de crianças de 13 a 14 anos, matriculadas por exceção, teremos 10.818.

Tendo o recenseamento escolar dado a cifra de 11.650 para crianças de 7 a 12 anos, nesta capital, verifica-se assim que houve uma diferença para menos, APENAS DE 832 CRIANÇAS, isto é, APENAS DE 7 POR CENTO.

Entre essas, 2 por cento recebem instrução em seus domicílios, com professores particulares ou pessoas da família.

PRATICAMENTE, POIS PODEMOS CONSIDERAR TODA A POPULAÇÃO INFANTIL DA CAPITAL, CURSANDO ESCOLAS.(...)

A porcentagem apresentada nesse cálculo foi interpretada como avanço na instrução pública. Angariando, ainda, os resultados da Reforma de 1922, esse periódico, buscava apresentar quais as vantagens para a instrução pública da ação da *Caixa Escolar*. Entretanto, vale salientar outros pontos que envolviam o funcionamento das escolas. A questão da pobreza poderia ser vista nesse cenário como causa da maioria dos problemas de caráter escolar, ou seja, no caso cearense, a miséria apontada nos discursos era o empecilho à frequência escolar. Buscamos, nesse sentido, compreender o conceito de educação democrática no âmbito cearense, incluso no ideário da educação para todos. Permite, ainda, compreender o papel da escola como espaço social reforçado na prática assistencialista da *Caixa Escolar*.

Os cálculos apresentados pelo trecho denotam a propaganda de um aparelho educacional eficiente, capaz de auxiliar à quase totalidade da população em idade escolar. Para alcançar esse número, a soma utilizada envolvia a matrícula das escolas públicas, adicionando-se o número de alunos dos grupos particulares. Estratégias como essa eram utilizadas para desenhar uma imagem positiva do Estado.

A tentativa de propagar a educação para o povo era perpassada pelos problemas orçamentários do governo. Dessa forma a instrução pública estava envolvida em problemas de ordem material. Torna-se plausível

interpretar como a propaganda dos educadores buscava defender a instrução como direito do povo, mesmo diante da situação precária do governo em relação à manutenção das escolas.

Para tanto, vamos retomar o discurso de ilustração, empregado nesse período como afirmação da República e usado pelo governo para suavizar os empecilhos materiais na educação. A defesa da importância da instrução, como visto no transcorrer desse trabalho, servia como um mecanismo para estimular o desenvolvimento da nação. A manutenção das crianças estudando não envolvia, apenas, a alfabetização, mas a campanha de democratização do ensino. A expansão do ensino a todos como forma de garantir a elaboração de novos códigos de transformar a conduta do homem.

As respostas do governo estadual, ao buscar adaptar a metodologia de ensino aos recursos que poderiam ser utilizados e à verba que seria dispensada a esse departamento entravam em confronto com o ideário da educação popular.

Embora enfatizassem a construção de uma base educacional que fosse capaz de manter as escolas funcionando regularmente, alcançando o maior número de crianças em idade escolar, as estatísticas apresentadas para essa década apontavam a falha do ensino público em manter esse público freqüentando as instituições educacionais. O Estado tentava legitimar o ensino obrigatório como estratégia para cumprir o dever de manter as populações pobres na escola.

Unia-se ao objetivo de aumentar as matrículas a responsabilidade do governo em procurar resolver os problemas das crianças carentes no tocante ao direito explícito de educação para todos. A busca em promover uma campanha de defesa para que todas as crianças freqüentassem a escola precisava ser sustentada por outros suportes, além da obrigatoriedade da matrícula. Não era suficiente apenas a noção do direito da criança à vaga na escola, isso não significava democratizar a educação. Além disso, as instituições auxiliares do ensino público não eram suficientes para solucionar o problema. Apesar do trecho citado no início desse item apontar um otimismo em relação aos efeitos da última Reforma de Ensino, a referência utilizada baseava-se principalmente nas escolas da capital. Ao comparar esse índice com as escolas do interior, nota-se uma disparidade, visto que nesses

municípios se registrava maior número de evasão entre os alunos, como percebemos na tabela seguinte referente ao balanço do movimento nas escolas para o ano de 1928:

INSTRUÇÃO PÚBLICA								
Movimento geral das Escolas Publicas do Estado em 1928								
LOCALIZAÇÃO	Categorias dos estabelecimentos	Matricula Geral	Matricula effeciva	Freqüência media	Alphabet.	Concl.o curso	Eliminados	N.de professores
NA CAPITAL	Grupos Escolares	3.530	2.910	2.205	632	146	620	202
	Escolas reunidas	568	412	292	116	18	186	15
	Escolas isoladas	1.719	1.417	994	458	44	302	31
	Total	5.847	4.379	3.491	1.206	208	1.108	248
NO INTERIOR	Grupos Escolares	5.343	4.469	3.095	1.055	167	874	138
	Escolas reunidas	3.585	3.117	2.151	803	175	468	79
	Escolas isoladas	11.329	9.751	6.932	3.134	576	1.578	226
	Escolas subvenc.	4.648	4.220	1.884	708	147	428	108
	Total	24.905	21.557	15.062	5.700	1.065	3.348	551
EM TODO O ESTADO	Total Geral	30.752	26.296	18.553	6.906	1.273	4.456	799

NOTA – No total geral do n. de professores estão incluídas 6 directoras e 6 sub-directoras dos grupos da capital e 20 directoras dos grupos do interior, que regem classes.

Não funcionaram, durante o anno, duas escolas subvencionadas.

Visto

MOREIRA DE SOUZA, Director Geral

Apesar do número superior de escolas e alunos nos municípios do interior, a porcentagem do rendimento era inferior às escolas da capital. No tocante à assistência necessária a essas instituições, as *Caixas Escolares* das escolas do interior apresentavam demanda maior de alunos a serem assistidos, pois as crianças que residiam nas cidades do interior precisavam auxiliar suas famílias, trabalhando desde cedo na lavoura e em atividades rurais. Além de precisarem de auxílio para estudar, ainda necessitavam ajudar os pais no orçamento familiar.

(...) A escola de preferência para os pobres, porque, só assim, não ficará alguém privado do ensino.

A gratuidade do ensino primário somente aos pobres e acoimada de anti-republicana e anti-democratica, porque, “de qualquer forma é sempre um privilegio”, dizem os puritanos.

À primeira vista, assim parece; mas logo se descobre que tal argumento, longe de ser de um pensador, só poderia partir de algum poeta. Ora si o ensino gratuito somente aos pobres pode ser considerado um privilegio, o serviço hospitalar para doentes e doidos privados de meios, tambem o é; e, finalmente, até o recurso de pedir esmolas pelas ruas seria privilegio dos mendigos.

Pensando melhor, devemos concordar em que o aproveitamento da escola gratuita pelos que podem pagar, privando assim as crianças pobres de aprenderem a ler, constitue verdadeira usurpação contra os desherdados e contra o Estado que tem

obrigação de protegê-los.

Sejamos, pois, razoáveis e, relativamente à escola gratuita, procedamos como costumamos fazer com os demais serviços de assistência – hospitais, asilos etc, que, sem se tornarem privilégio de espécie alguma, são gratuitos exclusivamente aos pobres.

Republicano e democrático será isto: - por ocasião da matrícula das crianças mais ou menos abastadas – o pagamento de uma taxa módica, em benefício da EDUCAÇÃO DO POVO

Como forma de minimizar a impossibilidade do governo em manter o ensino para todos foi apresentada como medida selecionar os alunos que deveriam contribuir com uma determinada quantia para a instrução pública. O autor desse artigo procurou articular o seu discurso no que, segundo ele, compunha um problema para a população mais pobre: a ocupação por parte das camadas mais ricas das vagas nas escolas públicas. Desse modo, ele buscou apresentar uma argumentação contrária à frequência de crianças oriundas de famílias em condições financeiras melhores e apresentou como saída o pagamento de uma taxa escolar. A contradição que podemos ressaltar nesse argumento, e também em outras falas e determinações do governo, estaria na inviabilidade, por parte do governo, em manter o ensino gratuito e para todos. Contudo, a relevância desse discurso encontra-se no destaque à problemática a respeito do governo, através dos regulamentos de ensino, manter as crianças nas escolas, fato que transporia a idéia de que se precisava de medidas extras para que as crianças frequentassem a sala de aula.

Outra questão era a ociosidade das crianças nas ruas, ela não poderia ser justificada pela falta de escolas. A solução não seria apenas a campanha da alfabetização, mas em contrapartida deveria ser viabilizado o aumento de vagas. A falta de escolas não deveria ser incluída nas causas para se justificar o abandono das escolas pelas crianças. Paralelamente à realidade de carência material nas escolas estava a miséria e o abandono, além da seca e epidemias. Esses fatores não eram apresentados nas fontes que tratavam das instituições auxiliares da instrução pública. Os problemas sociais não eram levados em consideração nessas falas. No entanto, as soluções estudadas pela instrução pública precisavam condizer com as necessidades da população indigente. A questão apontada pelo discurso da *Caixa Escolar* fundamentava-se na construção do sujeito escolarizado. Ao

tentar suprir as necessidades das crianças na cultura escolar, a propaganda desenhava um perfil de aluno a ser alcançado pela freqüência à escola.

Enquanto mantinha-se um discurso visando a rotina escolar, a situação problema era vivenciada em outros espaços. Buscava-se moldar a criança em estruturas convencionais da escola, por outro lado, as questões externas ao ensino impossibilitavam o seu funcionamento.

A referência ao auxílio a essas crianças estava no patamar daquelas que eram matriculadas nas escolas primárias, mas existia um contingente de crianças que não freqüentavam as escolas e, ainda viviam em situação de risco nas ruas de Fortaleza.

O periódico *Diário do Ceará*, empenhado em defender o Estado, publicou uma matéria em defesa do governo estadual, enfatizando a utilização pela administração pública de 1.680 contos anuais em prol da instrução pública.

(...) A instrução publica cearense vem produzindo frutos mui lisongeiros, correspondendo ao empenho que os poderes públicos consagram ao importante problema, e ao esforço abnegado do professorado.

A publicação recente do quadro do movimento geral das escolas publicas do Estado durante o anno transacto, mostra-nos um resultado indicativo de progressos obtidos.

Numa matricula que foi de 30.753 creanças, as perdas verificadas foram somente 14,5% para uma frequencia media de 70%.

No anno, a conclusão do curso indicou a cifra de 6,7%, tendo sido o indice da alfabetização 31,7%.

Esta é, sobretudo, a cifra mais significativa, e a devemos à organização do ensino, que computa para cada professor apenas 37 creanças, medida de ordem technica que vem dando os melhores frutos no aproveitamento do ensino ministrado com eficiencia.

Sendo objectivo directo da escola primaria o combate sem treguas ao analphabetismo, deprehende-se que cada creança alfabetizada sae para cada Estado pelo dispendio da quantia de ... 235\$342 e que não é pequena quanto parece assim encarando isolada, sem attender no volume dos que carecem das luzes da instrucção.

Verificamos assim que, no Ceará, são alfabetizadas por dia 22 creanças, inclusive os dias das ferias escolares, domingos e feriados, em que não funccionam as classes, que, se foram computados, elevariam aquella cifra a 28 por dia escolar. (...)

Os cálculos utilizados para defender a ação do governo na aplicação de verbas em prol da instrução não correspondiam aos índices de insatisfação que eram apresentados pelos pais de alunos, pelas professoras e pelos educadores. Embora os números indicados para as crianças alfabetizadas demonstrassem uma situação otimista, a desistência nas

escolas, comprovada pela estatística da Diretoria da Instrução Pública, apontava para a insuficiência de recursos utilizados pelo governo no ensino.

3.2 Funcionárias públicas

(...) Entre elas achava-se a professora pública D. Bilinha, que se destacava das outras pela elegância do traje e pelo seu iniludível desempenho de praciona.

(...) D. Bilinha fazia quase só os gastos da palestra, satisfeita de falar com um homem polido, senhor da arte da galanteria, como o verificou ao trocar com ele as primeiras palavras. Para a gente da terra D. Bilinha passava por afetada em seus modos e gestos, acontecendo que, a despeito da sua afabilidade, algumas pessoas, sobretudo as mulheres, fugiam de conversar com ela porque não sabiam “falar difícil”. Maliciosos diziam-se cheia de “não-me-deixes”, e outros a qualificavam francamente de pedante. Mais do que a sua maneira de falar e de vestir à praciona, valia-lhe esse conceito a luneta de cabo que trazia presa a uma fita e levava de quando em quando aos olhos lânguidos e curiosos de míope.

Muito morena, quase trigueira, dentes magníficos, esbelta e flexuosa, seria formosa se a boca fosse menor e o nariz não tivesse o arrebite petulante que lhe dava um ar menos distinto porém mais provocante. Tal como era, tinha uma graça picante, um encanto que armava a sensualidade

Dona Bilinha era personagem da obra *Aves de Arribação*, de Antonio Sales, publicada pela primeira vez em 1914. A exposição dessa professora serviu-nos para apresentar outra imagem da mestra primária. A descrição do comportamento da professora detinha-se nos traços da docente em um cenário diferente da escola. O modo de falar difícil e a riqueza dos gestos uniam-se ao

uso da luneta de cabo para denotar uma imagem pedante

. O uso desse objeto representava a curiosidade e o desejo de apreensão dos detalhes que circulavam a professora. Embora a sua utilização tivesse como causa a miopia dessa personagem, podemos compreender a tentativa do escritor em demonstrar a perspicácia da docente naquele cenário.

Apesar de o livro ser classificado como obra de ficção, o texto permitiu-nos ainda pensar as demarcações do papel docente na sociedade, distante da representação presente nos discursos solenes e nas metáforas religiosas da missão de ensinar. Contudo, não podemos concluir que a professora Bilinha não fizesse parte do imaginário que envolvia as professoras primárias. Consideramos relevante a referência a essa personagem devido o destaque atribuído à apresentação de uma mulher inteligente, responsável pela escola do município onde ocorria a narração, haver adquirido para o professor Lourenço Filho outro significado, atrelado a uma condição de inferioridade. A definição de Bilinha como coitadinha, devido as dificuldades das professoras no interior, foi apresentada na leitura desse estudioso ao discutir sobre a profissionalização do magistério primário, contrapondo-se à idéia de vocação. Nesse texto-, Lourenço Filho apresentou argumentos para distanciar a prática docente da noção de vocação como sinônimo de aptidão moral. Segundo ele, a formação e atuação do professorado primário não poderiam ser baseadas apenas em conceitos altruístas que caracterizavam a docência como função feminina.

No entanto, a definição apresentada nesse debate sobre a existência da vocação como elemento determinante na formação do magistério, não oferecia uma conotação contrária ao ideário do ensino primário como missão. Em um período anterior, na inauguração da Escola Normal do Ceará, Lourenço Filho caracterizou a ação docente não como vocacional, mas missionária.

Quando um verdadeiro professor primário sente a completa e clara responsabilidade de seu cargo, a sua alma é invadida de uma anagogia extraterra, como o arrebatamento do espírito, que, nos primeiros tempos da vida monástica, transfigurava o asceta. Na sua cadeira de educador, o mestre recebe a visita de um Deus: é a Pátria, que se instala no seu espírito. O professor, quando professa, já não é um homem ou uma mulher; sua individualidade annula-se-elle é a Pátria, visível e palpável raciocinando no seu cérebro e falando pela sua bocca. Este é o mais bello dever, o mais nobre sacrificio do professor – a abdicação de si mesmo. Abdicação que é a conquista e engrandecimento, porque depois da investidura o professor é tudo: - é a Nação.–

Nobre, grandioso, honroso, essas eram as qualificações que deveriam nortear o trabalho das professoras na construção da nação brasileira. A presença das mestras no magistério primário público era alvo de construções simbólicas tentando estabelecer um equilíbrio entre a mulher e a carreira docente.

No transcorrer desse trabalho foi possível destacar a idéia de que a figura feminina foi vista na década de 1920 como apropriada ao papel de mestra e orientadora das crianças na Primeira República. As imagens construídas em torno da mulher como missionária da educação eram reforçadas pela constituição do magistério como libertação-salvação-promoção da transformação social. Nesse item, buscamos apresentar alguns aspectos da atuação docente no tocante aos conceitos de vocação e profissionalização na carreira pública do magistério. Procuramos analisar essa abordagem, levando em conta a diferenciação entre as professoras através da classificação das escolas e as situações vivenciadas por elas em sala de aula.

O percurso da oficialização do trabalho docente como carreira profissional passou pelo aprimoramento da formação intelectual dessa função. O suporte legal da profissão, defendida a partir da sua especificidade, estava pautado na formação especializada em instituições específicas para essa qualificação.

Importa observar que a classificação da docente como funcionária pública implicava em uma definição diversa e mesmo contrastante ao que era estabelecido no imaginário da missão da professora. Essas definições surgiam, principalmente fora da escola, ocupando os espaços dos jornais e dos relatórios da Diretoria da Instrução Pública. Por meio das leituras sobre as professoras no período observaram-se as dissonâncias existentes entre a elaboração de um perfil sublime do sacerdócio e a representação da funcionária pública, cuja carreira era organizada pela administração do Estado. As instituições escolares também se apresentavam distantes das construções homogêneas da vivência missionária da docência primária.

A classificação do trabalho docente como integrante do corpo de funcionários públicos destacava a existência de um contraste no exercício da função. Eles eram causados pelo desequilíbrio existente entre a prática profissional, definida pelos planos da carreira pública do magistério, e o

ideário da missão docente na educação primária.

A ação disciplinada e laboriosa da categoria docente não deveria dividir espaço com as reivindicações que eram estabelecidas por operários ou por outros funcionários públicos que não exercessem um trabalho social como o delas. Em destaque estava a noção de trabalho digno e que não poderia ser abandonado, dada a sua importância como missão.

Percebemos, principalmente, o conflito entre a necessidade das professoras em requererem alguns direitos, sem os quais não poderiam exercer a sua função e, por outro lado, a imagem de modéstia e dignidade que norteava a ação das professoras. A pouca valorização do magistério e a falta de profissionalização eram apontados, pelos discursos em defesa do grupo docente, como determinantes para os baixos salários, para as más condições de trabalho e, ainda para a procura femininapelo magistério.

Retomando a fala de Lourenço Filho e a sua citação sobre a personagem do livro de Antonio Sales, dona Bilinha, resolvemos conduzir a abordagem sobre a condição material das docentes, acrescentando a opinião de uma professora a esse respeito. Trata-se da cearense Anna Facó. Diplomada como professora pela Escola Normal ainda no final do século XIX, destacou-se não apenas em sala de aula, como também na escrita, tornando-se membro da Academia Cearense de Letras.

As características do seu talento assinalavam o empenho singular em exercer o papel de educadora. Cabe ressaltar que ao refletir sobre a prática docente (denotando nosso interesse em sua produção como escritora) a escritora ressaltou a sua insatisfação em relação ao salário de professora e à sua condição como funcionária pública.

Que me levou a isso? Primeiro o amor a minha independência, segundo, o desejo de me manter a expensas próprias; terceiro, a exigüidade de empregos que infelizmente há entre nós, apropriados á mulher, quanto finalmente (o mais poderoso talvez) o empenho de não ser inútil á sociedade, á pátria, e sobretudo, a minha família. E assim confesso, fui pela necessidade impellida ao magistério, da mesma fórmula que uma semente que lhe não é própria. Das qualidades e condições indispensáveis ao preceptor, só duas não são postíças em mim – amor ás crianças e obediência ao dever...

A fala da escritora destacou de forma direta as condições que ela vivenciava em sua atividade profissional. Embora não duvidasse de seu compromisso com a pátria, ao realizar essa reflexão ela não dispensou a idéia

de que a ocupação como professora surgiu da vontade de ser independente, unida à necessidade de manter-se financeiramente. A compreensão do magistério primário como dever dividiu espaço com outra representação apresentada por Anna Facó: a falta de ocupação para as mulheres. A sustentabilidade material estava inserida nesse espaço de construção social da mulher. Uma análise dos aspectos que condicionavam a função docente à independência feminina não foi vivenciada apenas como conquista resultante da luta pela independência, mas perpassava as condições financeiras das professoras. As condições salariais influenciavam a identidade profissional das mestras, que em alguns casos ocupavam essa função pela necessidade material.

O texto de Anna Facó tratou das dificuldades que eram apresentadas para a vivência das professoras primárias, abrindo espaço para discutirmos os casos daquelas que não eram casadas e consideradas provedoras de suas famílias. Além das representações da carreira docente nas escolas, havia configurações que direcionavam essa discussão para o mundo privado. A professora que não havia consumado matrimônio teria a responsabilidade de se auto-sustentar. O imaginário social em que a mulher deveria dedicar-se ao lar era contradito ao que a realidade das professoras apresentava.

Expostas como coitadas, as professoras solteiras adquiriam responsabilidade maior na definição do seu papel na família, com a tônica de provedora, ela deveria sustentar-se e aos seus familiares. Nesse sentido, a mulher caminhava nos espaços do trabalho como os homens; ou seja, além da profissão ser digna, ela precisava ser bem recompensada. Embora não possamos destacar, dentre as fontes, ressalvas à escolha do trabalho docente ao invés do matrimônio, pode-se observar que outros discursos ressaltavam a representação da solteirona como adequada à ação docente.

A imagem da professora solteira não representava na escola uma negativa, mas ao contrário também era vista como contribuinte na formação das crianças, visto que ela dispensava mais tempo aos deveres da instrução.

O que era visto como obrigação de os homens manterem

economicamente a família, foi apresentado nesse contexto como uma necessidade para essas mulheres. A questão da independência financeira não podia ser apropriada apenas (como apresentavam alguns articuladores de opinião) como mero capricho feminino, cujo objetivo era igualar-se aos homens, mas também como condição para que elas provessem o necessário. A ênfase na questão do salário das professoras pode ser ilustrada pela descrição das despesas das docentes ao lecionar no interior:

Uma professora de 4ª classe, ganha menos do que qualquer lavadeira de roupa, ou rapadeira de mandioca... ellas tem vencimentos mensaes 100\$000, mas em verdade só recebe 70\$000, pois deduz 10% de imposto 10\$000 para complemento de aluguel de casa, pois ella tem 8\$000 para isto, quando em parte alguma se encontra por menos 18\$000, um prédio em que possa funcionar uma escola e finalmente 10\$000, no mínimo, de ágio que desconta o taveneiro local que fornece fiado, visto as collectoras geralmente não terem rendas sufficientes para os pagamentos mensaes

O desenho da pobreza que circundavam a realidade das professoras primárias, quanto ao sustento material, não era suprido pela sua função. A comparação feita pelo jornal para as semelhanças dos vencimentos das docentes aos de trabalhadoras populares, em um primeiro momento, apresentado como exagero dos opositores do governo, ganhou relevância por se basear em cálculos reais.

O discurso que era utilizado para acusar uma situação difícil para as professoras também servia para enriquecer o imaginário de docilidade das docentes. As defesas apresentadas pelos jornais pautavam-se principalmente na necessidade que as professoras possuíam de serem protegidas e amparadas nas tarefas pelas quais eram responsáveis.

A função de professora não era suficiente para atribuir às mulheres a condição de funcionária pública. Essa imagem era fortemente empregada nas referências ao trabalho feminino no magistério. As contestações a favor das professoras buscavam argumentos nas condições estabelecidas para os outros funcionários públicos. Contudo, as justificativas para o que acontecia eram baseadas na fragilidade das mulheres para cumprir essa tarefa. No entanto, vale ressaltar que essa análise, ao mesmo tempo em que ganhava uma repercussão ampla, dividia espaço com outras falas que também apontavam falhas no exercício dessa função pelas mulheres.

Essas mulheres precisavam sobreviver. A escolha pelo magistério

estava na aquisição de uma função digna para justificar a sua ausência do lar. A questão apresentada como problema, não estava simplesmente relacionada ao trabalho, mas à dimensão que a função adquiria socialmente. Ao que parece, as professoras deveriam tomar a sua profissão como honrosa, ao mesmo tempo em que precisavam de um salário que suprisse as suas necessidades pessoais.

A existência de novas práticas para as mulheres não significava mudanças diante da participação feminina na política, pois essa permanecia nula. A participação da mulher, fora do lar, era restrita às coordenações direcionadas a funções sem resolução política.

Nessa fonte ainda foi apresentado a responsabilidade das professoras do interior em terem que pagar as despesas da escola com o que recebiam. O ganho de uma lavadeira e de uma rapadeira de mandioca em comparação ao ordenado da professora primária foi utilizada para reforçar essa desqualificação. A descrição das despesas e a insuficiência dos salários para supri-las eram constantemente utilizadas na desvalorização do trabalho docente. Não cabe discutirmos a necessidade de aumento nos vencimentos das docentes, mas as iniciativas apresentadas para amenizar essa condição. As dificuldades apresentadas pelo jornal destacavam as condições extraclasses que as professoras vivenciavam. Ao mesmo tempo em que a presença da professora no município era discursada como possibilidade de instrução para a população infantil, os artigos dos jornais apontavam que esse tema resultava em uma tentativa recorrente de apresentar as professoras para além da sala de aula, com despesas e outras responsabilidades.

Uma professora é quase sempre um arrimo de família. sendo nomeada por exemplo, para o longínquo povoado de Macapá, no Jardim, se não encontrar um matuto generoso, que a proteja, morrerá de fome, pois nem mesmo a ajuda de custo, direito concedido a todo funcionário publico, ella, é incrível, não tem. O presidente do Estado podia, pelo menos agora, melhorar a situação destas infelizes, revelando o imposto de 10% (como fez com a policia) e ordenado aos srs. Colletores paguem os alugueis de predios escolares, de accordo como os recibos dos proprietários, visados pelos Inspetores escolares. Assim sendo, melhoraria alguma cousa

Embora o magistério fosse observado como uma ocupação digna para as mulheres, respeitável, compreendida como merecedora do seu

empenho em trabalhar em prol da alfabetização do povo, havia também, uma relevante procura das moças que além de escolherem essa ocupação, precisavam ajudar financeiramente sua família. A recorrência ao discurso das necessidades materiais das professoras era constante:

(...) A maior parte de nossas professoras, pode-se dizer, vivem quase do favor alheio; porquanto, sendo seus ordenados muito reduzidos chegam de alguma forma as auxiliam, passam mal, e outras que, além de faltar qualquer auxílio, são, ao contrario, o único arrimo da família, passam desgraçadamente mal...(...)

Em contrapartida, as professoras cujos maridos tinham empregos com salários elevados trabalhavam apenas como voluntariado ou deixavam o magistério para cuidar da família. As articulações em torno da imagem da boa moça (que deveriam apropriar-se dessa missão) compartilhavam o espaço com as necessidades materiais das professoras. Como se pode inferir, as professoras apresentavam vivências diferentes e o estereótipo que acompanhava a imagem da professora primária não era percebido da mesma maneira. Essa sensibilidade não era garantida pela ilusão da missão do magistério; em outras palavras, o que dantes era visto como sonho, projeto de vida, caminho a ser trilhado de glórias, resultava em alguns casos em dificuldades e decepções.

As fontes apresentaram a configuração da classe docente em sua maior parte composta de moças humildes e pobres. Os pronunciamentos em defesa das professoras primárias utilizavam-se da descrição das dificuldades que as docentes possuíam para chegar às escolas do interior e para se manterem. As falas que protegiam as professoras, advogadas constantemente por terceiros, ressaltavam os casos em que a missão do magistério era incompatível com a miséria material, que segundo os articuladores, era resultado da má remuneração do professorado.

Na tentativa de compreender as interpretações quanto à condição material das professoras, consideramos relevantes as falas do jornalista Alves Mendes sobre esse assunto. Ao escrever para o jornal *O Nordeste*, ele foi responsável por uma série de protestos a favor das professoras primárias da rede estadual de ensino. O jornalista articulava os seus textos como folhetos contra os abusos dos quais, segundo ele, as professoras eram vítimas. A

caracterização desses artigos servia como reivindicação de melhores condições para as professoras, que de acordo com o jornalista eram *humilhadas* porque serem mulheres. Nessa discussão, a feminização do magistério estava presente como fator determinante para a pouca valorização do magistério primário.

A imagem da docente utilizada pelo jornalista estava ligada à fragilidade feminina e a sua argumentação pautava-se na falta de respeito vivenciada pelas professoras. Ele apresentava acusações ao descaso com o magistério e em defesa da imagem da docência como sacerdócio. Desse modo, procuramos apresentar uma análise que organizasse as imputações de Alves Mendes em relação ao Regulamento de Ensino, ressaltando a ação do Estado nesse processo. Os aspectos abordados nesse conjunto de artigos estavam relacionados aos salários e às lotações das professoras entre as escolas da capital e do interior.

Ele se apresentou como defensor das professoras, organizando uma campanha de valorização do professorado. Dentre as reclamações apresentadas por ele, resolvemos destacar em um primeiro momento, a queixa decorrente da diferenciação dos salários das professoras do Grupo Escolar de Porangaba, equivalentes aos recebidos pelas docentes do interior.

(...) Ao grupo de Porangaba falta mobiliário suficiente, sendo que a própria directora não dispunha, até pouco tempo, de uma banca decente para trabalhar.

Nos pagamentos dos honorários ao seu pessoal docente, não se dá a devida equidade: enquanto as directoras de grupos em Fortaleza percebem, além de ordenado, uma gratificação especial de 60\$000, a de Porangaba percebe 50\$000. Porque? Aliás a actual directora, que é obrigada a acumular heroicamente os cargos de directoria e subdirectora, deveria perceber muito mais, visto como grupo sob a sua direcção é da capital e não do interior. A mesma injustiça soffrem as professoras, que não sabem se estão trabalhando no sertão ou em Fortaleza...(...)

Além de apontar o rebaixamento da condição do ensino nessa localidade como problema, Alves Mendes acrescentou a não equiparação das professoras à classificação correspondente aos vencimentos das docentes da capital como resultado de desmerecimento.

O valor dos vencimentos das professoras do interior era inferior aos que eram recebidos pelas docentes que trabalhavam na capital. A divisão da escala salarial estabelecia essa diferença nos valores recebidos pelas professoras. Contudo, a região da Porangaba foi anexada nesse período ao

município de Fortaleza, condicionado ao pagamento de um valor similar entre as escolas dessas localidades.

De acordo com o jornalista, existiam na instrução pública favoritismos que privilegiavam algumas professoras, desde a nomeação sem concursos até a lotação em escolas da capital, enquanto outras mestras sofriam com os percalços de atuar no interior.

Essa opinião denotava uma briga política que colocava em questão a atuação das professoras, não como resultado simplesmente da causa educacional. A propósito, vale esclarecer que, considerando a ênfase do interlocutor em defender as professoras das armadilhas, que segundo ele, eram utilizadas para desmoralizá-las, procuramos os pontos indicados com embasamento em dados encontrados em registros da Diretoria da Instrução Pública. Além de apontar a desvalorização da função de professor primário, ele racorreu novamente ao fato de o grupo docente ser formado por mulheres como argumento para justificar o descrédito atribuído às docentes. O que o autor desse texto procurou demonstrar foi o fato de as professoras serem vítimas do descaso do governo, contraposto à valorização da educação pregada pelos educadores.

Todavia, é plausível considerar, inclusive nessas falas um suposto apadrinhamento, pois em seus libelos, Alves Mendes tratava de casos específicos, enquanto outras dificuldades enfrentadas pelas docentes no interior não eram apontadas em seus artigos.

O jornalista reportava-se constantemente à qualificação das docentes como sustentáculo para a defesa que ele dispensava a elas. Ele classificava as professoras como “santas criaturas” que viam perdidas a competência e o merecimento que possuíam, além do interesse pelo ensino.

Ele também relatava que a ocupação de cargos em escolas do interior, além de denotar um sacrifício para as professoras solteiras (por terem que morar sozinhas na localidade na qual deveriam lecionar e precisarem da ajuda de terceiros para manterem-se) era alvo de críticas pelo seu ordenado não ser suficiente para as despesas pessoais e outros gastos da escola sob a sua responsabilidade.

A transferência para outras localidades foi indicada como uma saída para essa situação. A localidade mais procurada era Fortaleza, ou mesmo os

municípios mais próximos da capital. O período estabelecido para isso deveria ocorrer no mês das férias.

(...) E, portanto, é preciso notar que a retirada de uma professora do Grupo Escolar de Quixadá não infringiu essa regra, por isso que fôra realizada no período das férias, de acordo com o regulamento e principalmente por lhe não ser possível voltar para aquele matadouro onde havia sacrificado saúde, conforme elle próprio notara, achando que deveria aproveitar os seus serviços collocando-a mais perto da família. Das suas companheiras de desligamento, uma já estava trabalhando nesta capital e a outra no Grupo de Porangaba e porque foram bruscamente desligadas com grande prejuízo do ensino e menosprezo da população de Porangaba? (...)

No caso do Grupo Escolar de Quixadá, o interlocutor procurou argumentar a legitimidade da transferência das professoras para o Grupo de Porangaba. Essa mudança foi encaminhada e autorizada pelo Diretor da Instrução Pública, na época, Lourenço Filho. A queixa do jornalista destacou a impossibilidade de a docente retornar a esse grupo escolar, ressaltando a sua condição de saúde. Segundo ele, o desligamento da docente seria um caso de favoritismo, indicando a falta de credibilidade na ação de Lourenço Filho ao realizar essa permuta. Nesse sentido, ele expôs uma contradição na ação da Diretoria da Instrução Pública em permitir esse ato e posteriormente anular a mudança por falta de motivos para que as professoras ocupassem o cargo.

(...) Deixando transparecer a sua má vontade ao pessoal do Grupo ou à população de Porangaba que consideram “um povoado”, nada adiantaram sobre a dúvida em que continuam todos, de que seja mesmo, para todos os efeitos, Grupo de Capital ou do interior. Não deixaram provado que o prof. Lourenço commettesse algum erro em designar tais professoras competentes para completar aquele Grupo que lhe merecia tanto quanto os da capital, pelo esforço e dedicação de seu pessoal, como pela correção e boa vontade da gente daquele “povoado”. Não conseguiram provar que o mesmo não necessitava de oito professoras, pois no primeiro mês já havia matriculado mais de 250 alumnos distribuídos pelas oito classes. Faltaram a verdade, quando, recorrendo a um sophisma, affirmam haver desaparecido o motivo para a designação das referidas professoras que, portanto, deveriam ser desligadas. Commetteram uma heresia, quando, pegadas em flagrante delicto de traição ao “mestre”, avançam que “elle teria agido do mesmo modo” e confessam estar seguindo suas lições!

Apesar de indicar a falta de motivos plausíveis para a mudança das professoras, o jornalista não apresentou as razões da Diretoria da Instrução

Pública para justificar a ação de alterar a lotação das professoras. Como forma de encerrar a denúncia, o jornalista reclamou a interpretação de que os seus artigos seriam resultado das reclamações do pai de uma das professoras. Nesse sentido, ele enfatizou que as suas palavras não estariam sendo consideradas de forma adequada.

A argumentação do jornalista não se limitou à questão da transferência das professoras. Ao discorrer sobre o atraso que ocorreu no pagamento dos salários das professoras no ano de 1922 (salientando-se os gastos do governo com a Reforma de Ensino), Alves Mendes reforçou a existência de uma relação sentimental das professoras com o ensino.

(...) Nosso intuito não é acusar, senão defender; não tivéssemos certeza absoluta das privações muito serias por que passa a maior parte das professoras do Ceará, não recorreríamos á imprensa afim de tentarmos ao menos minorar esta situação affectiva e vergonhosa. E o que está exigindo reparo, é que a indecência não está somente em não pagar em dia e, sim, em satisfazer algumas professoras protegidas, e deixar outras em tão grande atraso, que os ordenados chegam a cahir em exercício fundo!(...)

Dizem, e é verdade, que o sr. Presidente do Estado, em resposta a uma comissão de professoras, que, em nome da classe, fôra a sua presença reclamar contra o desconto de dez por cento em seus vencimentos, já insuficientes, teria ponderado não ser possivel attendê-los, porque essa medida de que o governo era obrigado a lançar mão, deveria cahir sobre todo o funcionalismo, sem excepção nem mesmo das professoras, cujos ordenados teria prometido que voltariam a ser pagos em tempo.

A comissão havia recebido um desengano, mas em compensação, trouxera uma esperança...

Em tempo, porem, têm sido satisfeitas as que gozam de protecção. Desprotegidas são muitas; e outras, mais intelligentes e ativas e por que não dizer mais dignas? – fogem dos protectores, porque entendem, e como razão, que têm direito, e, em vez de humilhação, seu dever é reclamar justiça(...)

As defesas em favor das professoras que eram apresentadas por Alves Mendes traziam argumentos apelativos, que denotavam maior humilhação. A sua fala não permitiu dimensionar a representação das professoras distante da presença de sentimentos como a esperança, a resignação e a necessidade de proteção. Na comparação entre as categorias do emprego público, no caso do magistério, as professoras eram coitadas.

O problema apresentado pela fonte dizia respeito ao esforço que as professoras deveriam fazer para receber o seu ordenado e a falta de benevolência do governo para com essa classe. A ênfase desse discurso

baseava-se na propaganda da formação do cidadão pela educação, enquanto por outro lado a experiência vivida por algumas professoras apresentava outro cenário. Procurava-se engrandecer o papel docente pela estratégia da campanha contra o analfabetismo, ao mesmo tempo em que os problemas de ordem material precisavam ser ultrapassados com a benevolência do dever com a pátria. A situação foi agravada pelo fato de o pagamento dos salários atrasados ter sido efetuado para apenas parte do grupo de professoras. Distante de contentar-se com esse argumento ele ainda destacou a presença de “professoras parasitas” que seriam alvo de protecionismo nos assuntos dessa ordem. Segundo o jornalista, essas professoras eram acobertadas por políticos e agiam como parasitas do serviço público que ocupavam cargos no magistério, dispensando qualquer seleção para assumirem as funções de professora ou diretora dos grupos escolares.

Ao tentar interpretar as representações das professoras desde aquelas que eram conscientes do seu papel, compreendendo também apropriações de um discurso rico em contextos baseados na visão submissa, até as professoras necessitadas de suportes materiais, esse articulista resumiu essa discussão para o seguinte ponto:

Tudo isto é muito triste e lamentável; e o que não deixa de ser cômico, para não dizer ridículo, é que num Estado onde os que ensinam são tão mal retribuídos, e as escolas tão desmanteladas, apareça o ensino obrigatório como providencia indispensável contra o analfabetismo!

A professora desumana: Caso do Grupo Escolar Fernandes Vieira

O jornal *Gazeta de Notícias* publicou, no final de agosto de 1928, uma denúncia referente ao funcionamento do Grupo Escolar Fernandes Vieira. A versão que foi apresentada pelo periódico ganhou como título: *Uma Professora deshumana (sic): Obrigou suas alumnas a lavarem e esfregarem o soalho da sala das aulas* Torna-se visível a tentativa do jornal em apontar, a partir da manchete, um destaque para o caso.

– (...) Eu venho trazer ao conhecimento da “Gazeta” um facto que julgo de grande importancia.
– Estamos às ordens. Pode expô-lo.

E então o cavalheiro que nos procurou, após sentar-se, contou-nos essa curta e inacreditável história:

Minha filhinha, esta que o sr. vê aqui, é alumna do Grupo Fernandes Vieira. Cursa o 3º ano. Sou pobre, um simples diarista de uma repartição pública, e portanto não posso matriculá-la em um collegio particular.

(...) As aulas que ella frequenta terminam sempre as 11 horas, sabado, porém, findaram mais cedo.

Nessa altura o visitante fez uma pausa e em seguida disse:

- O senhor imagine em que a d. Solange aproveitou o resto do tempo. Pense, porém, em um facto bem desabonador para quem o cometeu; uma acção que ultrapasse os limites da deshumanidade.

Respondemos qualquer cousa. Não acertamos.

Estávamos ansiosos para saber de que seria capaz uma professora de um Grupo da capital do Estado.

- Não attinamos. O senhor fale.

E elle falou:

- A d. Solange, sabbado, depois das aulas, mandou as alumnas lavarem e esfregarem o soalho da sala com uma estopa. Não havia remedio. As meninas dobraram o joelho e a sala ficou limpa.

Era o cumulo. Jamais poderíamos ter lembrança de semelhante gesto.

Exteriorizamos a nossa admiração. Era demais.

- O facto que acabo de narrar – disse – é a expressão da verdade. Trouxe a menina para o senhor interroga-la.

A menina, de facto, confirmou. Falava demoradamente. Como se já estivesse receiando tremenda represália por parte da professora.

A pequena tem uma physionomia sympathica, porem é da constituição débil. Se a professora porventura persistisse nessas “aulas”, talvez não fosse ao fim da primeira serie...

Ao perguntarmos se a respectiva directora estava ao par do que ocorrera no 3º ano, respondendo o queixoso que não. Tinha quase certeza que ella ignorava essa selvageria.

Era só o que tinham a dizer. Despediram-se e sahiram.

O facto é tão grave, encera tanta deshumanidade que não ousamos commenta-lo. Para o mesmo pedimos as vistas do Presidente do Estado.

O cavalheiro disse-nos o seu nome e informou-nos onde trabalha e onde reside. Não quis, porem que o declarássemos, por enquanto.

Em meio às defesas que se apresentavam a favor do professorado docente, esse discurso surgiu acusando a professora de uma prática distanciada da imagem doce e empenhada na aprendizagem do aluno. Ao contrário do que era tratado anteriormente em propagandas em prol da educação, percebemos argumentações que denunciavam a ação de outras professoras.

A construção narrativa do jornal buscava encaminhar o caso para o sentimentalismo. As falas intercaladas pelo redator atribuíam a essa história maior destaque, e a sua aparente empolgação atribuíam à ação da professora

uma conotação de descaso. No transcorrer das publicações que estavam relacionadas com os desdobramentos produzidos por estas notícias, podem-se perceber algumas mudanças de conceitos na imagem da professora.

A indignação do pai da aluna pautava-se, podemos considerar, na interpretação de papéis, valores e normas existentes de forma a moderar a conduta das professoras. As professoras deveriam controlar os seus sentimentos em sala de aula e não permitir que ocorressem impulsos como esse de mandar as alunas lavarem o chão como represália ao seu mau comportamento.

O jornal referiu-se à figura da professora ressaltando o possível abuso de autoridade. As palavras do narrador enfatizavam a questão da humilhação pela qual a aluna teria passado, argumentada pelo pai como consequência de sua pobreza. O fato da humilhação foi bastante explorado pela redação do jornal. A interpretação desse caso leva-nos a pensar nas possibilidades que a procura do jornal pelo pai da criança acarretou na análise do caso. O jornal como meio de divulgação desse acontecimento atribuiu à reclamação um caráter mais amplo, que não seria alcançado caso o pai houvesse procurado a escola.

A figura da professora era o foco principal, embora outros personagens tenham sido acrescentados no contexto escolar, junto à professora. A falta de conhecimento da diretora da escola denotava certo descrédito na atuação da instrução pública como organização hierárquica. Do que valia um fato ter ocorrido na escola se nela não haveria pessoas aptas a resolver o problema.

Parecia haver um contraponto que resultava da realidade da escola pública e a atuação feminina. Os problemas pelos quais passavam as escolas primárias atribuíam uma maior responsabilidade às professoras.

Diante da ênfase do pai em relação à sua pobreza, foi possível observar o quanto havia, de sua parte, de esforço para assegurar a idéia de uma provável humilhação. Ele ainda levantou outra questão: Será que na escola particular ele teria passado pela mesma situação?

A referência à pobreza da escola, utilizada como alternativa para explicar a ação docente, não isentava a atitude da professora de ser classificada como desumana. Dessa maneira, o que fora classificado como problema material também tocava à questão moral da docente.

Como estratégia para demonstrar a gravidade do fato ocorrido, o pai

utilizou-se da fragilidade da menina, representada pelo temor que ela possuía em falar do caso. A represália da professora foi vista como causa do temor, e dessa forma, precisava ser evitada. A declaração que o jornalista obteve da fala da garota encaminhava seu texto como resultado do medo por ela vivenciado, e segundo ele, da repreensão que poderia receber da professora.

Como a descrição do gesto da professora causava, segundo o jornalista, receio na criança, podemos relacionar esse sentimento aos mecanismos de “correção” dos alunos indisciplinados. Quando precisasse realizar um ato corretivo, a professora não poderia guiar-se pelos dizeres do aluno, tão simplesmente, mas de acordo com o Regimento Interno das escolas públicas do ensino primário de 1915:

Art. 98 – Na imposição de penas o professor não deverá guiar-se nunca pelas declarações dos alumnos, devendo ter o maior cuidado em impedir que se desenvolva nas creanças o habito da delação e da espionagem

A fala de menina não poderia, de acordo com a interpretação do Regimento, ser utilizada como única versão e dessa maneira influenciar nas resoluções a serem tomadas pela docente. A professora, diante das especulações feitas pelo pai da aluna a seu respeito, distanciava-se da subjetividade de valores e significados que eram atribuídos à figura feminina em sala de aula. A imagem doce e amável utilizada para descrever a professora entrava em contradição com a narração apresentada. Valer-se das denominações afetuosas e amorosas para definir o magistério perdiam espaço para as acusações que marcavam esse episódio. As construções poéticas das formaturas com a qual se compunha essa identidade de moça amável, generosa, doce e comprometida com o bem-estar alheio – altruísmo – já não eram percebidos nesse caso, através das acusações impostas pelo narrador.

A descrição realizada pelo pai da aluna conduzia-se por um caminho contrário ao estereótipo empregado para as professoras e, dessa forma, o estranhamento surgiu no desequilíbrio entre a imagem da professora e o que foi encontrado nesse evento. Sem apresentar o motivo para o término da aula, o caso enveredou para a utilização do tempo pela professora para manter a sala limpa.

Contudo a professora envolvida no caso não permaneceu em

silêncio e procurou a redação do jornal. Ela diferenciou a sua conduta do perfil de professora *tranquila*, da imagem de conformismo com a qual era composta a figura da docente primária. Nessa ocasião, ela foi ouvida pelo mesmo redator, que transformou a fala da professora em um mecanismo para suavizar o que havia ocorrido. Houve uma mudança na construção do perfil da professora, nesse discurso a situação não passava de um mero mal entendido.

Houve um mal entendido (...)

O facto, como affirmámos, tal a sua gravidade era innacreditavel, marximé tendo elle por teatro um estabelecimento publico da capital, localizado em seu coração, como o é o Grupo Escolar Fernandes Vieira.

A professora attingida com a nossa local não a conhecíamos tanto assim que não declinamos o seu nome por inteiro apenas o próprio.

O nosso alvo, entretanto, ia ferir uma das nossas mais esforçadas auxiliares do Grupo Escolar, a exma. sra. dra. Solange de Paula Barros.

Hontem mesmo a dra. Solange veio até a nossa redacção e deu-nos as explicações sobre o caso que motivou a nossa local.

Effectivamente, no sabbado, disse-nos ella houve a limpeza no estabelecimento, trabalho esse feito por quem competia fazel-o – pela servente, assistindo-o não só a dra. Solange, como a directoria do Grupo, d. Maria Leonese Brasil e mais uma sua collega – d. Adalgisa de Alencar Galvão.

As meninas não foram tiradas para esse serviço, por demais grosseiro para as crianças e quando não era dado ás mesmas a essa pratica. Apenas, um menino, isto por curiosidade, talvez, assistiu essa limpeza.

Esta é que é a verdade.

A dra. Solange affirmou-se que tem o seu tirocínio no magistério feito no interior do Estado, tendo já estado á frente de outros Grupos Escolares, sendo incapaz da pratica de um acto menos justo, attentatorio dos mais comesinhos princípios de educação.

Provoca a enumerem um acto sequer desabonador de irreprehensivel conducta como preceptora da infancia

Na defesa da veracidade da história, a visita da professora Solange de Paula Barros foi utilizada pelo jornal como forma de desmentir o que havia ocorrido e apresentar outra versão. Importa observar que a mudança de visão sobre o caso e o tratamento dispensado pela professora (que passou a ser denominada como doutora) ressaltavam a falta de respeito em apontar essa docente como culpada por esse ato condenável. O tratamento atribuído pelo jornalista para tratar a professora por doutora, ao mesmo tempo em que denotava um sentimento de superioridade poderia, também, ser compreendido

como ironia.

Nesse episódio foi possível notar a mudança de discurso ao ser revelado o nome da docente, ao passo que anteriormente a professora acusada não apresentava nenhuma identidade, gerando uma generalidade do fazer-se professora, mas no momento de sua exposição, a acusação passou a ter outro significado. Essa outra interpretação resultava na impossibilidade do caso haver realmente ocorrido. Havia no próprio grupo docente diferenças que as distanciavam de uma identidade.

Como foi visto anteriormente, as professoras assumiam um papel que tinham incorporado desde o período em que eram normalistas; ou de forma mais marcante, aquelas que não possuíam um curso magistério apropriavam-se dessa representação ao ingressar no ensino público.

Folgamos em registrar as explicações que tão gentilmente foram prestadas pela sra. dra. Solange de Paula Barros.

A Gazeta, tornando publico o facto trazido ao seu conhecimento, ante a sua gravidade, denunciando como foi pela própria pessoa que se dizia victima da deshumanidade de uma professora, vindo especialmente a esta redacção para affirmal-o, cumpriu apenas o seu dever de orgam que estará sempre na vanguarda dos interesses dos opprimidos, mas isto não importa dizer que feche as suas columnas para quem por ventura se julgue victima de uma calumnia ou lhe seja imputado um facto inverídico.

Dahi acceitamos de bom grado as explicações que nos foram prestadas pela sra. dra. Solange de Barros

A prática de publicar as cartas dos leitores, enviadas à redação do jornal, era destacada como mecanismo para criticar a instrução pública. A nota do jornal apresentou a proposta de manter uma abertura para que as pessoas enviassem cartas à sua redação. Dentre essas correspondências foi possível encontrar textos cujos assuntos correspondiam ao tema da instrução. As cartas possuíam o objetivo de denunciar e apontar os problemas das escolas. Tratavam-se de reclamações em torno da localização das escolas, da falta de escolas e, como esse caso, até a prática das professoras era colocada em evidência como falha na instrução mantida pelo Estado.

A seguinte carta falava sobre o caso do Grupo Escolar Fernandes Vieira:

(...) Sou um dois mais assíduos leitores da "Gazeta" e della sou tambem um dos mais intransigentes admiradores.

É por isso que não poderia deixar de passar sob minhas vistas o local em que se divulgava o facto de certa professora ter mandado suas alumnas lavarem e esfregarem o soalho de um salão.

O caso parece que é verdadeiro. Pelo menos eu já tinha tido conhecimento d'elle, antes do seu jornal publicar, por uma duas ou três pessoas.

Isto se explica: moro perto do Grupo Escolar Fernandes Vieira e conheço vários paes de alumnas.

Todavia, a "Gazeta" rectificou, no dia seguinte, a referida nota, de accordo com uma historia bem contada da mestra em questão.

Aqui eu entro com o meu protesto, o programma do seu matutino é exaggeradamente amplo e, por tal motivo, não é bem comprehendido por certa parte dos seus leitores.

O sr. redactor acceita e insere a reclamação e em seguida, quase sempre agindo de bôa fé, estampa uma rectificação, ou cousa que melhor nome possa ter.

No caso presente a "Gazeta" foi illudida. Testemunhos insuspeitos ratificam plenamente a denuncia que lhe levou, pessoalmente, o progenitor de uma das meninas submettidas a esse novo e extravagante methodo de gynnastica.

O que é necessário, o que é imprescindível mesmo, é a abertura de um inquerito, mas um inquerito de verdade. Syhdicancia para "uso externo", para armar effeito, o povo já está farto.

Se o cume não crescesse, eu appellaria para o sr. Campos Salles.

Como, porem, o contrario é que se dá com o operoso director da instrucção, ousou chamar para o caso a attenção do sr. Carvalho Junior.

s.s., certamente, agirá com justiça e energia.

Fica aguardando o correr dos acontecimentos, o seu attento leitor.

JKL

Fortaleza, 29-8-1928

O problema ganhou outra dimensão. Segundo o informante, a situação já havia acontecido outras vezes e, defendendo a veracidade da denúncia, ele apontou argumentos para que o caso fosse levado ao conhecimento do Diretor da Instrução Pública, Campos Salles.

O autor, identificado pelas iniciais *JKL*, buscou argumentar a sua razão em detalhar os motivos para considerar o caso como verdadeiro. Como primeiro ponto ele indicou o conhecimento do relato de outras pessoas sobre casos semelhantes na mesma instituição de ensino, apesar de não apresentar detalhes como o nome das pessoas e a forma como elas obtiveram essa informação. Em segundo lugar, o autor criticou a publicação realizada pelo jornal na qual a professora Solange justificou a falta de veracidade do evento. E por último, acreditando ser a única alternativa para esse caso, o autor da carta recomendou como solução a abertura do inquérito para verificar o evento.

Diante do texto de *JKL*, a professora Solange escreveu uma resposta, cujo teor trazia alguns aspectos interessantes para a nossa análise, como a representação do cargo de funcionária pública.

O que nos escreve a professora do Grupo Fernandes Vieira
Fortaleza, 30 de agosto de 1928
Sr. redactor

O vosso jornal insistiu na falsidade que alguém me attribuiu, de ter mandado uma menina lavar o soalho de um salão do Grupo Escolar Fernandes Vieira.

Já de uma voz protestei contra accusação tão insidiosa, deprimente dos créditos da fundação que exerça, e mostrei que a tal denuncia era falsa em todos os seus termos.

Em 1º lugar é falso que a directoria do Grupo não estivesse presente: em 2º, que alguma menina, no sabbado ou em outro qualquer dia, tivesse sido designada para o serviço alludido; 3º que a creança denunciante estivesse presente e portanto podesse dar informações, quando a servente, incumbida do asseio do edificio, começou a lavar o soalho manchado por tinta derramada por alguns alumnos.

Estes factos, só por si, bastariam para invadir a affirmação calumniosa do vosso informante.

Acresce que o sr, Antonio Machado Freire, pai da creança alludida, compareceu hoje ás 10 h. ao Grupo, estando presente o sr. Director da Instrucção Publica e a directora do referido Grupo, e ahi verificou a falsidade da denuncia, retirando-se satisfeito com as explicações recebidas.

E para maior evidência do referido, aceito com agrado a indicação do inquerito lembrado.

E para essa redacção poderá encarregar pessoa de sua confiança, convidando o sr. Antonio Machado e sua filha, bem como ao informante que "testemunhos insuspeitos" depunham no sentido daquelle denunciante.

E de accordo com esta redacção peço o comparecimento do sr. Secretario Dr. Carvalho Junior e das "duas ou tres pessoas a que aleivosamente se refere o sr. J. K. L.

O encomodo moral que imputações deste genero cansam a todo funcionario cumpridor de seus deveres, só se mitigaria com a responsabilidade criminosa de quem tão maldosa e perversamente procura nodoar o procedimento correcto do serventuario publico.

Peço a publicação dessas linahs, subscrevendo-me.

Agradecida

Solange de Paula Barros

Como forma de encerrar a discussão sobre esse caso, a professora Solange de Paula Barros, apresentou os procedimentos realizados para o esclarecimento do episódio ocorrido. Através desse texto a professora apresentou represália à continuação da accusação feita com seu nome. Parece significativo observar que em sua argumentação ela utilizou justificativas que não estavam pautadas na imagem da professora primária. Ao contrário, suas

palavras foram baseadas nas idéias de que o funcionalismo público deveria empregar como carreira profissional. Para tal problema era preciso compreender o trabalho docente compondo uma questão administrativa, o conceito de competência. Ressalta-se que a professora pautou a sua defesa nas leis e na posição que ocupava no funcionalismo público, ela não era uma professora qualquer, mas a sua função estava em defesa da pátria.

Vale destacar nessa publicação a resolução da professora em delimitar quais os procedimentos que cabiam à Diretoria da Instrução Pública junto à escola e como eles deveriam ser empregados nesse caso. A verificação da Diretoria da Instrução Pública definiu essa denúncia como infundada. As acusações não deveriam ganhar proporções superiores e, segundo a professora, a solução dessa questão cabia à organização da escola.

O recurso da abertura de inquérito deu ao caso resolução que já não cabia à Diretoria da Instrução Pública. Em contrapartida, ao responder pela segunda vez ao jornal, a professora demonstrou que por falta de indícios concretos e pelo comparecimento do senhor Antonio Caminha, pai da aluna, ao Grupo Escolar para esclarecer os fatos junto à diretora da escola e ao Diretor da Instrução Campos Salles, a discussão chegara ao fim.

Em resposta à alternativa apontada pela professora para que o jornal fosse responsável pela abertura do inquérito, o periódico publicou uma nota na mesma edição em que publicou o texto da professora.

Como estratégia para contornar esse caso, o jornal apenas publicou a sua resolução de defender o direito dos leitores escreverem para a sua redação e terem a sua carta publicada. Diante dos apontamentos da professora, o jornal lamentou a precipitação do pai em não ouvir a filha antes de tomar alguma resolução. Quanto ao inquérito, foi possível perceber que não houve a sua abertura e que a repercussão alcançada pelo caso limitou-se a essas publicações.

3.3. Associação do Professorado Cearense

Os estudos dedicados à formação de um caráter profissional para o magistério primário consistem na análise da estrutura dos cursos pedagógicos,

examinando a constituição do currículo e a disposição das disciplinas de acordo com a metodologia utilizada na formação técnica. As escolas normais, responsáveis pela preparação dos professores primários, garantiam a esse curso um caráter de especialização. A contratação de pessoas especializadas para exercer o cargo de professor atribuía ao Estado o poder de estabelecer os critérios de seleção e, assim, legitimar a sua escolha. Embora alguns concursos dispensassem o diploma, o governo ainda teria, nesses casos, a concessão da licença para o exercício da função. No tocante a essa dimensão, percebe-se que ela é pouco visada pelas pesquisas sobre o professor primário.

Para organizar a análise que propomos realizar nesse tópico levaremos em conta esses aspectos. Nesse sentido, é necessário considerar que a ação do Estado e a formação especializada tornaram-se aspectos relevantes na elaboração de um caráter profissional ao exercício docente.

Em meio a discursos em defesa da melhoria da formação docente, notou-se que é possível pensar na idealização das professoras em defender o “status” de um grupo engrandecido pela sua missão. Entretanto, a dimensão dessa prática profissional precisava levar em questão outros aspectos que construíam a compreensão dessa imagem nesse contexto histórico, dentre eles a ação docente como organização do Estado. Vale salientar que esse grupo tentava expressar, pelo menos em um primeiro momento, o enquadramento das professoras junto aos outros funcionários do Estado, o que apareceu nesse instante como forma de definir a representação docente, considerada como oficial.

A relevância da análise da ação do Estado nesse processo surge da interpretação da atuação das professoras como funcionárias públicas. Como foi apresentado nos itens anteriores, as ações do Estado visavam engrandecer o trabalho das professoras em discursos que diziam respeito ao fim do analfabetismo. Entretanto, ao tratar do trabalho docente, esse discurso também se remetia à orientação pedagógica na qual se analisava a capacidade das professoras em transmitir às crianças valores sociais, políticos e morais, colocando em segundo plano, a definição da professora como funcionária pública.

Questões sobre a possível existência de políticas públicas que não

trabalhassem a educação apenas como resultado do aumento de escolas e do número de alunos freqüentando-as tornaram-se relevantes para observar em que medida a organização dos professores não estava ligada apenas a esses pontos. Como foi observado até aqui, a atuação das professoras estava ligada ao desenvolvimento da educação que correspondesse às resoluções do Estado, como estratégia de ampliar o alcance da alfabetização do povo e, assim, a análise da competência das docentes estava unida à implementação do currículo standardizado, a partir da aquisição de conhecimentos e da política educacional utilizada na campanha de uma escola única para todos.

Com o objetivo de dar a conhecer os aspectos que formavam a representação docente como coletividade, destacamos a fundação, no ano de 1923, da *Associação do Professorado Cearense (APC)*, como organização que visava, dentre outros objetivos, aprimorar o desempenho profissional do grupo docente. Diferentemente das outras instituições ligadas ao desenvolvimento da instrução, esse grupo tinha como objetivo organizar a atuação docente a partir das questões relacionadas à definição da prática profissional. Enquanto a Escola Normal buscava preparar os futuros docentes, preocupando-se com o desenvolvimento das aptidões ligadas à metodologia escolanovista, a *APC* dava a conhecer uma imagem diferente do professorado, que buscava interpretar a realidade da sala de aula e as dimensões do percurso profissional. Nesse processo, os valores pessoais entravam em conflito com as responsabilidades profissionais. Procuramos nesse item discutir a tentativa de formar um caráter identitário das professoras através da *Associação do Professorado Cearense*.

Fundada em Fortaleza, no dia 08 de setembro de 1923, a *Associação* apresentava no seu estatuto uma representação que marcava de forma clara quais os perfis que se buscavam defender para o professorado primário. A primeira notícia sobre a Associação foi encontrada no jornal *Diário do Ceará*, no qual foi publicado o Estatuto da *Associação*, demarcando, através dessa edição a sua fundação.

Com a leitura do estatuto dessa organização, buscamos interpretar algumas noções de identidade, como demarcação de um espaço em que os professores pudessem se auto-reconhecer. Ressalta-se que a significância desse processo socioprofissional, encontrava-se no fato de as professoras serem apresentadas por outras pessoas, que se arvoravam em suas defensoras.

Ao longo do texto que discorria sobre a organização desse grupo, foi possível notar os mecanismos que seriam utilizados para concretizar os seus fins. No capítulo 1 desse regimento estavam presentes os objetivos da organização:

- \$1. Defender, pelos meios legais ao seu alcance, os interesses dos seus associados;
- \$2. Promover a elevação moral e intelectual do professorado primário, procurando melhorar as condições sociais do professorado primário

Diante da finalidade da *Associação* em defender os interesses dos associados, podemos destacar que, no transcorrer da pesquisa e a partir das fontes utilizadas, não foi possível encontrar a participação dessa instituição em questões que envolviam a prática profissional. Entretanto, no que foi observado, esse fato não poderia ser classificado como impossibilidade, mas como possível interpretação para a existência desse grupo ser colocada em segundo plano pelas professoras. Acredita-se que a prática de outras pessoas, externas a esse grupo, defendendo as professoras, tornou-se um mecanismo para que elas não promovessem a sua auto-defesa.

No segundo item do capítulo 1, compondo o regimento, encontramos a proposta de promover a elevação moral, intelectual e das condições sociais do professorado primário, definição que nos permite percorrer vários significados que formavam esse grupo. Diferentemente das organizações sociais citadas anteriormente (nas quais se destacava a relevância da abnegação do trabalho docente) localizamos na *Associação do Professorado Cearense* a possibilidade de pensar outros modelos de representação docente. Diferentemente da ação das professoras primárias na *Caixa Escolar*, como já foi visto, que ganhava conotação caritativa.

A construção desse perfil profissional constituía uma imagem contraditória da docência primária: por um lado, a visão doce e amável da professora, quase (ou por que não dizer, conformista?) e, em outro sentido, a imagem de militância das funcionárias em exigir o pagamento do salário atrasado. Não parecia ser interesse das professoras desconstruírem essas imagens. Até mesmo os discursos proferidos por elas exaltavam a ação vocacional na educação. A construção das professoras num discurso de vítimas também era apropriado por elas. Embora os discursos dos intelectuais

apresentassem argumentos para que a docência fosse observada ora como sacerdócio, ora como profissão, as professoras incorporavam o imaginário do compromisso social. Desprover as professoras da responsabilidade pela consciência de sua função, era reduzir os seus atos, como resultado de uma armadilha ideológica.

No tocante à construção do conhecimento pelas professoras, era reforçado o objetivo de ampliar a intelectualidade das professoras como forma de aprimorar o seu desempenho e a sua interpretação da função docente. Havia, ainda, a tentativa de afastar a prática das professoras de outros trabalhadores. Embora, as professoras não fossem consideradas intelectuais, elas também não poderiam se igualar, segundo o discurso oficial, à categoria de trabalhadoras domésticas ou fabris.

O desenvolvimento intelectual do professorado era motivo de preocupação da *Associação*, defendendo a importância da especificidade do seu trabalho. Os fins da ilustração, presentes no ideário da instrução pública, ganharam relevo na afirmação do processo civilizatório na sociedade cearense. Apesar dessa organização visar representatividade para o professorado primário, as idéias de desenvolvimento social eram expostas como mais importantes. Ao desenvolverem a sua intelectualidade as professoras estariam colaborando para o desenvolvimento comum.

No estatuto ainda havia referência à promoção do progresso social como dever dos sócios desse grupo. Esse ponto possibilita duas compreensões. No primeiro momento, essa definição como dever do professor estava ligada ao engrandecimento da profissão e, em outro plano, poderia estar referindo-se à idéia de desenvolvimento da sociedade, por meio da educação. Levando-se em consideração as duas idéias, percebe-se que a visibilidade almejada pela categoria docente estaria condicionada ao trabalho em prol da instrução. Na elaboração do texto da *Associação* havia a delimitação de qual grupo deveria participar dessa instituição. No artigo referente aos associados foi destacado:

Art.10 – A Associação compôr-se-á de numero illimitado de socios, comtanto que sejam professores públicos diplomados pela Escola Normal, ou, sem se diplomados, exerçam o magistério publico ou particular.

Vale salientar que a determinação de que a *Associação* fosse composta, principalmente, por professores públicos diplomados estabelecia

uma seleção dentre os componentes desse grupo, logo, a determinação de que as professoras precisavam fazer parte do funcionalismo estadual denotava uma valorização do Estado.

Podemos debater a partir da idéia de iluminismo na educação, visando encontrar nos discursos a construção de uma escola ideal, que deveria ser acompanhada pela formação digna do professor, distanciada da mera transmissão de conhecimentos. Nesse sentido, os objetivos do grupo dos professores em reafirmar essas questões distanciavam o interesse por outras causas como o baixo salário, sem gratificações simbólicas? A figura da professora construída em situações em que a abnegação e a humildade falavam mais alto também denotava a idéia de uma pobreza honrada.

O estatuto da *Associação do Professorado Cearense* determinava, ainda, que os associados deveriam atuar no ensino primário. Essa delimitação poderia ser compreendida como uma forma de legitimar uma identificação para esse grupo, no sentido de escolher os valores que defendiam essa função. Nessa perspectiva, a representação que as professoras buscavam estampar perpassava os caminhos da vocação e da técnica. A delimitação desse grupo já demonstrava qual representação era almejada, na qual as características e os atributos que norteavam o magistério primário estariam presentes nessa construção. Buscamos identificar como essas professoras ganhavam impulso para constituir um espaço coletivo.

Novamente a importância da diplomação pela Escola Normal foi destacada, ressaltando o imaginário da sua superioridade. A eleição da Diretoria, assim como a candidatura aos cargos, somente poderia ser efetuada por sócios que fossem professores públicos diplomados pela Escola Normal.

A definição dos objetivos permite observar que havia uma necessidade em identificar dentre a classe docente, os professores que desejavam o progresso da profissão. Pelo formato das definições encontradas no estatuto, notou-se a relevância em destacar que não deveria ser qualquer professor a participar do grupo, ao contrário havia uma seleção, não apenas pelo pagamento da anuidade, mas também pelo empenho em aprimorar os conhecimentos do professorado.

No que dizia respeito à organização administrativa da Associação, os poderes dividiam-se entre a Diretoria e a Assembléia Geral. A primeira

constituía-se dos seguintes membros: *presidente, vice-presidente, 1º secretario, 2º secretario, orador e três conselheiros, eleitos conjuntamente na assemblea geral ordinária* Enquanto a segunda seria formada pelos demais sócios. Às vésperas de completar um ano de existência, em sua primeira mudança de diretoria, a APC apresentou a seguinte formação:

Sabbado ultimo, houve, na séde da Directoria da Instrucção Publica, animada reunião do Professorado Cearense.

Ali se tratou de vários assumptos de interesse do mesmo, inclusive o pleitear do augmento de vencimentos do magistério primário.

Procedeu-se, também, à eleição para a nova directoria da Associação do Professorado Cearense, a qual ficou constituída:

Presidente- Isaura Braga; Vice presidente- Christina Cabral; 1ª secretaria- Anna Cabral; 2ª secretaria- Raimunda Bayma; Thesoureira- Maria Ferreira; Adj. da thesoureira- Maria Sampaio; Conselheiros- Marietta Montenegro, Ambrsina Siqueira e Marphesa Mattos; Oradora- Zilda Ferreira Costa

Em edição posterior, o mesmo jornal publicou a convocação dessa comissão para uma reunião, cuja pauta estaria relacionada à representação dos docentes como coletividade, tema sobre o qual nos referimos anteriormente.

No próximo sabbado, ás 15 horas, haverá, no grupo do Bemfica, uma reunião da Associação do Professorado Cearense, para estudar, entre outros assumptos, os pontos do memorial que deve dirigir á assembléia, a proposito das modificações que se pretende fazer no Regulamento da Instrucção Publica

O assunto da reunião referia-se à alteração que a Assembléia Legislativa efetuará na classificação dos vencimentos das professoras primárias. Segundo essa nota, as discussões levantadas nas reuniões ganhavam caráter de profissionalização, sem a presença de debates pedagógicos.

A ausência de reivindicações quanto ao salário, poderia ser justificada pela incompatibilidade entre a prática docente, a visão romântica da profissão e as discussões em torno da legitimidade trabalhista. Além disso, a desobediência era estigmatizada. As formas de defender o progresso eram oficiais.

Embora se falasse sobre a idéia de um aprimoramento do intelecto das professoras, precisamos compreender até que ponto isso contribuía para a reivindicação de uma especialização da classe docente. Em outros termos, haveria separação entre os esclarecimentos da Pedagogia Moderna e o que era proposto pela Associação?

Apresentada essa organização, pretendemos analisar nos próximos itens as discussões em torno das licenças e afastamentos das professoras e, ainda, a tentativa de publicar uma revista como resultado da produção intelectual das professoras.

Exonerações, licenças e afastamentos

A situação moral do professorado é animadora, estimulando e convocando para o trabalho, através de avisos e recomendações; distinguindo por consoantes provas de consideração da Directoria Geral, o professorado estadual evidenciará, mais uma vez, o quanto pode e vale a sua capacidade e o seu amor pela instrução.

Tudo indica que há convergencia de esforços e de energias disciplinadoras e latentes em torno do problema. Nem mesmo a crise financeira que nos assoberba teve forças para modificar essa orientação do Governo e do povo cearense. Si os seus efeitos impediram novos aperfeiçoamentos, não trouxeram, entretanto, prejuízos ao trabalho executado. Não houve nenhuma paralysação, destruição ou abandono, nem a sua directriz soffreu variações substanciaes ou restricções desarrazoadas

O Relatório do Presidente do Estado dr. João Moreira da Rocha apresentou a instrução pública funcionando regularmente. A necessidade de demonstrar, por meio desse balanço, o êxito do ensino público era uma maneira de reconhecer que, apesar de todas as dificuldades, as professoras não haviam abandonado o seu cargo. O mais importante era que a rotina da instrução não havia sido alterada, apesar dos salários atrasados e das más condições das escolas.

Os comentários que podem ser observados nesse relatório traziam a idéia de que as professoras primárias não demonstraram nenhum descontentamento e que as considerações quanto ao grupo docente como coletividade (ciente do ideário comum) apenas faziam parte de um discurso

que não era vivenciado pelas professoras. Embora, segundo José Moreira da Rocha, as professoras não houvessem abandonado o cargo, havia a recorrência significativa das docentes às licenças. A tentativa de apresentar uma situação de equilíbrio na instrução pública não levava em conta os pedidos de licença como uma forma de as professoras amenizarem os problemas vividos nas escolas.

A dimensão do comentário do Presidente do Estado distanciava-se das considerações sobre o caráter profissional da função docente. A simbologia utilizada pelo discurso atribuía às professoras uma identidade subjetiva. Segundo ele, as formas encontradas pelas professoras para distanciarem-se dos problemas enfrentados nas escolas era resolvido pelo amor ao ensino.

Essa percepção era permitida através dos atos das professoras e a sua relação com o magistério primário não como algo dado, mas construído. No percurso da construção docente, elas utilizavam vários mecanismos para empregar a sua prática. A idéia de cuidado com o outro assegurava que essa relação entre professoras e alunos permanecia como garantia para o êxito da instrução pública. Embora fossem apresentadas as idéias da Pedagogia Moderna¹¹, percebe-se que a resolução de problemas pelas professoras possuía maior relevância na questão moral. Cabe, no entanto, observar que perpassando os caminhos envolvidos na trajetória das professoras primárias cearenses, levantamos a seguinte questão: em que medida os estudos pedagógicos da Escola Nova, as remodelações na estrutura do ensino norteavam essa dimensão identitária dos docentes? A unidade do método não era suficiente para envolver as professoras em uma identidade comum.

Os pedidos de licença e afastamento das escolas, solicitados pelas professoras, apresentavam-se em um número considerável nesse período. Os afastamentos eram para tratar da saúde ou, em outros casos para resolver questões pessoais.

DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA
EDITAL

De ordem do sr. Director Geral da Instrucção, faço publico, para conhecimento de D. Francisca Honorina Mendes e Oliveira, professora da escola mixta da povoação de Pedras Brancas, do município de Laranjeiras, que lhe fica marcado o praso de 30 dias, a contar desta data, para reassumir o exercício de suas funções, do qual se acha afastada há mais de 7 meses, conforme communicação

do respectivo Inspector Escolar em officio de 16 de julho ultimo, sob pena de perda do cargo, de accordo com o art. 101 da lei n. 2024 de 11 de novembro de 1922.

Secretaria da Instrução do Ceará, em 21 de agosto de 1923

O Secretario Antonio Salles Campos.

Havia casos em que esses períodos de licença eram estendidos a longo prazo, e resultavam algumas vezes, no abandono da função. Analisando os comunicados remetidos pela Diretoria às professoras, podemos destacar que a linguagem utilizada era de cobrança.

Como um dos objetivos da Associação era defender os interesses profissionais dos associados, consideramos interessante abordar o aspecto dos pedidos de licenças, exonerações e até mesmo abandono de cargo pelas professoras.

Art.37 – Quando a defeza de um associado o exigir, a associação custeará as despesas de advogado e bem assim contractará um medico, quando houver necessidade

Contudo, as solicitações eram realizadas diretamente à Diretoria da Instrução Pública, sem a presença de alguma intervenção da *Associação*. Importa analisar em que medida esses pedidos eram encaminhados como forma de as professoras não voltarem a atuar nessas escolas, juntamente com a questão das solicitações de transferências para outras localidades. Observamos que as causas estariam relacionadas à distância das escolas, à pobreza dos municípios, como nos casos em que as professoras precisavam deslocar para trabalhar. O abandono das professoras era analisado a partir dos problemas que, segundo a Diretoria da Instrução Pública, resultavam desse ato. As perdas eram direcionadas para as crianças que não tinham aula e perdiam a oportunidade de aprender.

Em carta endereçada ao redator do jornal *Gazeta de Notícias*, assinada por Raimundo Leocadio Filho, foi apontada uma escola localizada em São João d'Amontada que não estaria funcionando. O problema apresentado pelo morador dessa localidade estava no fato de a última professora interina mesmo tendo abandonado a escola, ainda estar recebendo os vencimentos.

(...) Quero, por seu intermédio, dirigir um appello ao Governo em prol da instrucção publica da minha terra.

Vai para mais de cinco annos que o ensino publico aqui se acha completamente abandonado, figurando somente no mappa escolar, a única cadeira de S. Bento d'Amontada para o effeito da percepção dos vencimentos da professora interina.

Esta durante um lustro tem se limitado a embolsar mensalmente os pingues cobres da sinecura, pois nunca habilitou uma alumna a exames, por ser, talvez, u'a mestra sem vocação e tambem sem lettras.

Debalde, nós os paes de família d'esta localidade, temos appellado para a Directoria da Instrucção Publica, no sentido de nos dar outra professora que saiba pelo menos ensinar ás crianças corretamente o ABC.

O exmo. Sr. Dr. Salles Campos sem quebra dos seus compromissos com a política do que não fazem reserva os seus próprios correligionários, poderia nos dar outra escola servida por professora competente, que fizesse do magistério um sacerdócio e não um rendoso meio de vida, em prejuízo da instrucção.

Antecipando os meus agradecimentos pela publicação d'estas linhas

Esse caso ganhou dimensão pelo prejuízo para o ensino público daquela região. A imagem de que as professoras não visavam alterar a rotina escolar, devido os períodos em que permaneciam afastadas das escolas, não era interpretada como uma solução encontrada por elas para resolver as dificuldades que enfrentavam nas escolas. Ao mesmo tempo em que os discursos do período ressaltavam a falta de organização das professoras como grupo, o abandono do exercício da função e os constantes pedidos de licença não deixavam de apresentar que as exaltações aos sacrifícios realizados por essa mulheres dividiam espaço com a busca de outras alternativas por elas.

A Associação em Revista

A delimitação da ação da Associação denotava um ideal de fazer-se profissional do magistério primário. Em outras palavras, parecia haver uma busca em nortear o que se estaria chamando de profissionais do ensino. O respaldo atribuído a esse grupo ganhava o sentido de especialização. Em meio a um espaço em que o sentido atribuído à vocação era relevante, ocasionava-se ao caráter de profissional um significado menor. *A Associação do Professorado Cearense* apresentou a publicação de uma revista como

mecanismo para organizar um debate em torno desse tema:

Da Revista

Art.27 – A sociedade terá um organ, publicado periodicamente, dedicado aos interesses da instrucção e defesa do professorado publicado também as producções dos socios e de todos os profissionaes, quando assignantes

A revista deveria possibilitar aos professores a produção de textos que apresentassem uma defesa para o professorado. Além disso, essa publicação indicaria um investimento no campo dos impressos pedagógicos como forma de informar os professores sobre as perpesctivas do ensino primário.

A idéia de criar uma revista não era compartilhada apenas pelos membros da *Associação*, mas também perpassava o ideário dos dirigentes da instrução pública. A Diretoria da Instrução Pública divulgava a importância da criação de uma publicação que reunisse os temas relacionados ao ensino.

Mais uma vez temos reclamado pela fundação duma revista de ensino, a cargo da Diretoria da Instrucção Publica e com o auxilio de elementos capazes.

Órgão do referido departamento, a revista conteria ensinamentos práticos e doutrinários às professoras do interior, desenvolver-lhe-ia a orientação pedagógica, difundiria o que fosse mais útil ao seu conhecimento e publicaria, como estímulo, o resultado mensal dos trabalhos escolares em todo o Estado. Utilidade é que não havia de fallecer a essa publicação, que, nesses ou em moldes mais largos, se faz em toda parte e de que há exemplos brilhantes como no Districto Federal, em São Paulo e em Minas Geraes

A revista proposta pelo texto no jornal teria a coordenação da Diretoria da Instrução Pública e o formato sugerido seguia a orientação do que era feito em outros Estados. O objetivo dessa produção ganhava relevância não apenas pela organização de temas úteis ao professorado primário, mas principalmente, pela intenção de alcançar as professoras do interior, que eram consideradas com maiores necessidades de preparo intelectual. Esse fato era justificado pela falta de comunicação entre as professoras do interior, devido à distância.

Em contrapartida, as referências encontradas demonstraram que a

criação de um periódico destinado aos estudos da educação, apenas ocorreu no início da década de 1930, com a Revista Educação Nova, ligada à Sociedade de Estudos Pedagógicos dirigida pelo ex-Diretor da Instrução Pública Joaquim Moreira de Sousa.

Considerações finais

A análise sobre a formação e a atuação das professoras primárias na década de 1920 considerou os aspectos da propaganda de desenvolvimento do Brasil como nação para problematizar as interpretações

sobre o papel da educação e da instrução primária nesse processo. Pensar sobre as possibilidades de representação que esse discurso adquiriu nesse período serviu para compreender a forma como as mudanças e, ainda, as tentativas de inovação que ocorreram na cultura escolar ocorreram de forma efetiva no ensino público cearense.

A apropriação do professorado primário e a sua atuação como forma de atingir o objetivo da regeneração do povo foram constantemente utilizados como argumento para legitimar a presença feminina nessa função. A recorrente exaltação do trabalho das professoras junto às escolas primárias dividiu espaço com as construções da educação como salvação para o atraso do país.

O ensino primário e a construção da cidadania, abordados como responsabilidade das professoras, serviram constantemente para reforçar o ideário do progresso possibilitado pela ação do Estado. Embora a literatura relacionada à história da educação relacione o período da década de 1920 à aplicação do método da Escola Nova no ensino primário, no caso das escolas públicas cearenses foi possível perceber uma distância entre a proposta da formação das professoras e a prática de ensino nessas escolas.

A inviabilidade do uso dos métodos modernos nas salas de aula das escolas públicas representou, nesse processo, um problema a ser resolvido pela ação das professoras. A tentativa do governo de resolver essa questão apontava para decisões administrativas que permaneciam em alterações apenas na legislação. As atividades desenvolvidas nas escolas não conseguiam, em sua totalidade, corresponder aos objetivos de expandir a instrução para todas as crianças em idade escolar.

O imaginário atribuído às professoras a partir do entusiasmo pela educação deveria ser compreendido em um contexto social que defendia a instrução do povo como responsabilidade do Estado. As imagens apresentadas pelas fontes para as normalistas e professoras ganharam relevância na Reforma de 1922 e nas mudanças na legislação de ensino como medidas para viabilizar as mudanças expostas como necessárias para esse objetivo. As fontes ainda apresentaram significados constituídos para as docentes nos quais encontramos algumas ações das professoras que demonstraram como elas se distanciavam dos parâmetros de comportamento nas relações estabelecidas nesse contexto social. Além disso, a apropriação pelas professoras de comportamentos que as tornassem aceitas e

equilibrassem a sua atuação nas escolas e em casa surgiu nesse contexto como forma para que elas contornassem os problemas que eram constantemente apontados no ensino público.

A ação das professoras primárias nas escolas públicas denotava a construção de uma cultura estabelecida pelo currículo e pelos objetivos da escola como espaço de transmissão dos costumes que reafirmariam o poder vigente.

Em relação à ação das professoras como funcionárias públicas perpassamos as possibilidades de interpretação nas referências apresentadas pela legislação de ensino. Também observamos as apropriações que as docentes faziam dessa condição. Os relatórios, as reclamações e os debates que diziam respeito à conduta das professoras não permaneciam somente na análise da sua prática profissional, mas as avaliações e referências atribuídas a essa atuação também levavam em conta a conduta moral das professoras e como elas se comportavam diante dos problemas na instrução pública. As citações sobre as dificuldades vivenciadas pelas professoras não poderiam ser analisadas sem relacioná-las com as leituras que elas faziam da metodologia e dos objetivos do ensino.

Algumas lacunas ainda aparecem no trabalho sobre a atuação das professoras primárias no contexto da erradicação do analfabetismo. A presença das mulheres como mestras primárias abre espaço para discutir outros aspectos da educação. Foi possível perceber nessa pesquisa o quanto as questões referentes à feminização do magistério primário demarcaram a perspectiva de alguns estudiosos em afirmar esse fato como determinante na desvalorização do professor. Por outro lado, essa representação atribuída ao professorado pôde ser pensada levando em conta outros aspectos.

A procura das mulheres em trabalhar como docentes não foi apontada como motivo de sua desvalorização. Os baixos salários, o mau aparelhamento das escolas e a inadequação dos métodos modernos de aprendizagem também compunham o contexto de definição do magistério como função não promissora.

O discurso da educação para todos, baseado em um projeto de escola única, não impediu a visualização de contradições no funcionamento das escolas. As observações referentes às atividades desenvolvidas nos grupos de ensino demonstravam uma desorganização na rotina escolar. A Diretoria da Instrução Pública encaminhava as mudanças estabelecidas como

necessárias para resolver os problemas apresentados pelas escolas no tocante ao processo de ensino.

O trabalho das professoras nas escolas públicas, a construção do ensino regional, a normatização dos métodos didáticos apareceram como associações presentes na educação no contexto cearense pesquisado. Entretanto, outras formas de pensar o espaço escolar fizeram-se possíveis através da análise das fontes. A ação das professoras não estava relacionada somente à cultura escolar, mas a construção de sua profissão também envolvia a representação social que elas possuíam diante de uma coletividade. Dessa forma, o estatuto da *Associação do Professorado Cearense* possibilitou analisar em que medida as professoras possuíam essa visão de coletivo e como algumas delas apresentavam a sua função a partir das definições estabelecidas pelo grupo. Vale ressaltar que esse aspecto permitiu pensar em outros estudos que possam ser realizados futuramente.

Bibliografia

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e gênero em educação*. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva, Tina Amado e Vera Maria Moreira. Porto alegre: Artes Médicas, 1995.

ALVES, Noélia. *A liberdade é vermelha?* Um estudo da violência

contra mulheres em Fortaleza, nas décadas de 20 e 30 do século XX. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 1997.

ALVES, Joaquim. *O ensino primário na primeira metade do século XX*. In: GIRÃO, Raimundo & MARTINS FILHO, Antônio (orgs). O Ceará. Fortaleza, 3.ed. Edições UFC/IC, 1966.

_____. *O ensino primário na primeira metade do século XX*. In: GIRÃO, Raimundo & MARTINS FILHO, Antônio (orgs). O Ceará. Fortaleza, 3.ed. Edições UFC/IC, 1966.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. *Cidade na Contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação. Mestrado em História. PUC-SP, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria F. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino e história nas escolas paulistas (1917-1939)*. Edições Loyola: São Paulo, 1990.

CAMBI, Franco. *Historia da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras 1990.

CHAMON, Magda. *Trajetória de feminização do magistério: ambigüidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *João Hippolyto de Azevedo e Sá: O espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará*. Fortaleza: EUFC, 2000.

_____. (Org.). *Biografias, instituições, idéias, experiências e políticas educacionais*. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo, Editora Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos).

História das mulheres no Brasil. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1985.

D'INCAO, Maria Ângela. *Sentimentos modernos e família*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. *Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos*. Tese de Doutorado em Educação. PUC, SP. 2003.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizatório*. Tradução de Ruy Jungmann; revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994. V.1.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. "Cultura, Igreja, ideologia e diplomacia". IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *O Brasil Republicano, volume 9: sociedade e instituições (1889-1930)*. 8º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FREYRE, Gilberto. "Em torno da situação dos professores no Brasil". *Páginas repatriadas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismos*. Tradução de Inês Vaz Pinto. Ed. Gravidia – Publicações Lisboa, 1993.

GONÇALVES, Adelaide. "Uma fábrica de homens utilizáveis: sobre escola e instrução pública para os pobres no Ceará". In: *Em Tempo: História, Memória, Educação*. RIOS, Kênia Sousa e FURTADO FILHO, João Ernani (Orgs). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

GONÇALVES, Adelaide (org.). *Ceará Socialista: anno 1919*. Florianópolis: Insular, 2001.

GUARDIA, Francisco Ferrer. *La escuela moderna*. Barcelona: Tusquers Editores, 2002.

LEÃO, Carneiro. In: CARDOSO, Vicente Lícínio. *À margem da história da república*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LOPES, Guacira Louro. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 7 ed.

LOPES, Sonia de Castro. *Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 14. Ed. Rio de Janeiro: EDUERJ: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

MAGALDI, Ana Maria B. de Mello. *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. EDUSC, 2002.

MICHELET, Jules. *A Mulher*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. "Meninos e meninas na rua": impasse e dissonância da identidade da criança e do adolescente na República Velha. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, vol. 19, nº 37, 1999.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá e. *A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 2001.

NÓVOA, Antonio (org.). *Profissão professor*. Lisboa: Porto Editora, 1991.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. *Formação integral do educando no tempo da Escola Modelo*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Sueli Teresa de. *Uma Colméia gigantesca: escola*

profissional feminina nos anos 1910/20/30. Dissertação de Mestrado em História. PUC-SP, 1992.

PAULILO, André Luiz. *A estratégia como invenção: as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935*. Tese de doutorado. São Paulo: FEUSP, 2007.

PINHO, Silvana. *Política e espetáculo: A reforma da instrução de 1922 através da imprensa cearense*. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, Dissertação (Mestrado) em Educação Brasileira. 2004.

PINTO, Karina Pereira. *Por uma nova cultura pedagógica: prática de ensino como eixo de formação de professores primários do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932 - 1937)*. Tese de doutorado em Educação. São Paulo: PUC, 2006.

PONTE, Sebastião Rogério da. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.1993.

RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

SCHUPN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo: Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Editempo, 1999.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERVA, Mario Pinto. *A Educação Nacional*. Pelotas:Editores: Echeniveque & Comp. Livraria Universal, 1924.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência:*

mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUSA, Simone e NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Gênero*. Coleção Fortaleza: história e cotidiano. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Escolar: um balanço inicial (pag. 163 – 192). IN: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007.

VALLE, Lílian do. *A escola e a nação*. São Paulo: Editora Letras & Letras, 1997.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história de higiene corporal*. Tradução Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIÑAO FRAGO, Antonio e ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIVIANI, Luciana Maria. *A biologia necessária: formação de professoras e escola normal*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2007.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)